



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

GILMARA YOSHIHARA FRANCO

A O(R)DEM REPUBLICANA EM MATO GROSSO:  
*disputas de poder e rotinização das práticas políticas*  
1889-1917

FRANCA-SP  
2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**GILMARA YOSHIHARA FRANCO**

**A o(я)dem republicana em Mato Grosso:**

Disputas de poder e rotinização das práticas políticas, 1889-1917

**FRANCA – SP**

**2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**GILMARA YOSHIHARA FRANCO**

**A o(α)dem republicana em Mato Grosso:**

Disputas de poder e rotinização das práticas políticas, 1889-1917

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

**Agência Financiadora:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp

**Orientadora:** Professora Dra. Márcia Pereira da Silva

**FRANCA – SP**

**2014**

**Franco, Gilmara Yoshihara.**

A o(я)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas – 1889-1917 / Gilmara Yoshihara Franco. – Franca : [s.n.], 2014.

229 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Pereira da Silva.

1. Mato Grosso. 2. Brasil - Política e governo . 3. Mato Grosso - história. I. Título.

CDD – 981.72

**GILMARA YOSHIARA FRANCO**

**A O(Я)DEM REPUBLICANA EM MATO GROSSO:**

Disputas de poder e rotinização das práticas políticas, 1889-1917.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Doutor e História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente: \_\_\_\_\_

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Márcia Pereira da Silva

1º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Márcia Regina Capelari Naxara

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Samuel Alves Soares

3º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Paulo Roberto Cimó Queiróz

4º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Lincoln Secco

Franca - SP, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

A revolução de que nos ocupamos foi, sem dúvida, uma obra patriótica, que há de figurar para sempre nas melhores páginas da história de nossa República.

*Matéria do jornal O Matto Grosso exaltando os confrontos armados ocorridos em Mato Grosso em 1892*

Foi a vitória da paz e da ordem, foi a vitória da fraternidade, a vitória do progresso, a vitória da civilização, a vitória da Pátria.

*Discurso do Presidente de Mato Grosso, D. Aquino, eleito em 1918.*

É evidente que as culturas se transformam, evoluem.  
*Antoine Prost*

## AGRADECIMENTOS

Ao colocar um ponto final na presente pesquisa, iniciada há quatro anos, muitos são aqueles a quem dedico o meu agradecimento. Inicialmente, gostaria de agradecer a minha orientadora, Professora Márcia Pereira da Silva, pessoa que, além de me orientar, e às vezes repetir com muita paciência questões importantes para o encaminhamento da pesquisa, também me acolheu. Tal acolhida foi extremamente importante para conseguir suportar as agruras que as viagens e o desenvolvimento da pesquisa nos impõem.

Aos Professores que participaram da minha Banca de Qualificação: Márcia Regina Capelari Naxara e Samuel Alves Soares, os quais, com suas preciosas observações, me fizeram reavaliar questões, rever possibilidades de abordagem e acertar os rumos da escrita desta Tese.

Aos demais Professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp/Franca, que sempre foram atenciosos e diligentes nas diversas circunstâncias em que juntos convivemos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, tanto pela concessão da Bolsa Doutorado País, que me possibilitou desenvolver, com a tranquilidade necessária, a pesquisa e a redação desta Tese, como pela concessão da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, que subsidiou minha estada nos Estados Unidos da América, onde realizei coleta de fontes junto à Oliveira Lima *Library*.

Aos colegas da pós-graduação e da Revista História e Cultura, publicação internacional de responsabilidade do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp/Franca: Helena Amália Papa, Ana Carolina Viotti, Milena Silveira, Felipe Ziotti Narita, Semíramis Corsi, Natália Ayo Schmiedecke, Sérgio Campos Gonçalves e Estevão Luz, pelas experiências compartilhadas ao longo desse período.

Aos meus familiares, em especial ao meu irmão Deilton, ao meu pai, Dorvalino Franco, e ao João, por terem me ajudado a "segurar a barra" nos momentos mais difíceis.

À querida Sylvia Cesco que leu e fez a revisão final do texto, contribuindo com dicas preciosas para tornar a leitura mais clara e fluída.

Ao meu amigo Carlos Alexandre Trubiliano e aos colegas do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, compartilharam comigo todas as sensações vividas ao longo desse período, o meu “Muito Obrigada”.



FRANCO, Gilmara Yoshihara. **A o(я)dem republicana em Mato Grosso:** disputas de poder e rotinização das práticas políticas – 1889-1917. 231 fls. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"-UNESP, Franca-SP, 2014.

## RESUMO

O presente estudo diz respeito às disputas de poder e à rotinização das práticas políticas em Mato Grosso, entre os anos de 1889 a 1917. Trata, mais especificamente, de possibilitar o entendimento dos aspectos constitutivos da cultura política e das formas de manifestação do fazer político no referido Estado a partir da passagem do regime monárquico para o republicano, em um período marcado por grande instabilidade, no qual as disputas envolvendo o controle do mando, levaram à sucessivas interrupções dos mandatos de Presidentes de Estados, aos enfrentamentos armados, organizados por facções partidárias que pretendiam tomar para si o controle do Estado de Mato Grosso a qualquer custo, e à reação daqueles que se julgavam aliados do poder. Desse modo, a análise aqui delineada busca favorecer o entendimento das especificidades inerentes a esse cenário de instabilidade e, posteriormente, a compreensão do processo de rotinização das relações de poder em Mato Grosso em parte do período que compreende a Primeira República.

**Palavras-Chave:** Primeira República. Mato Grosso. Conflitos políticos

FRANCO, Gilmar Yoshihara. The republican order in Maro Grosso: power disputes and political prectices routines - 1889 -1917. 231 pages. Thesis (Phd Degree in History) - Social and Human Sciences School, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Franca - SP, 2014.

### **ABSTRACT**

The current study regards the dispute for power and the routine political practices in Mato Grosso State between the years of 1889 and 1917. It tries, more specifically, to help better understanding the constitutive aspects of the political culture and the ways political performances were presented in the aforementioned State since the time monarchy was replaced by the federative regime. The period was highlighted by great instability and political disputes involving power control. It led to consecutive interruptions on the State President's mandates and to armed confrontations organized by party factions that aimed to gain the political control of Mato Grosso State by any means and regardless the reactions from those who saw themselves as put aside of the power. Thus, the analysis designed in the current study aims to favor the understanding of specificities inherent to this instability scenario and, further on, to the comprehension of the routine process regarding power relationships in Mato Grosso within the First Republic period.

**Keywords:** First Republic. Mato Grosso. Political conflicts.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. El orden republicano en Mato Grosso: luchas por el poder y la rutinización de las prácticas políticas - 1889-1917. 231 págs. Tesis (Doctorado en Historia) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Franca-SP, 2014.

## **RESUMEN**

El presente estudio se refiere a las luchas de poder y la rutinización de las prácticas políticas en Mato Grosso, entre los años 1889 a 1917. Esto, más específicamente, para permitir la comprensión de los aspectos constitutivos de la cultura política y las formas de manifestación de la formulación de políticas en ese Estado por el paso del régimen de la monarquía a la federal, en un período marcado por una gran inestabilidad, en que las disputas políticas, que involucran el control de mando, llevaron a sucesivas interrupciones de los mandatos de Presidentes de Estados, los enfrentamientos armados, organizados por las facciones partidistas que querían tomar para sí el control político del Estado de Mato Grosso a cualquier precio, y la reacción de los que creían a sí mismos apartados del poder. Por lo tanto, el análisis esbozado aquí busca propiciar el entendimiento de las especificidades inherentes a este escenario de inestabilidad y, posteriormente, la comprensión de la rutinización de las relaciones de poder en Mato Grosso durante parte del periodo que comprende la Primera República.

**Palabras clave:** Primera República. Mato Grosso. Conflictos políticos

## LISTA DE ABREVIATURAS

APMT	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
BUCDB	Biblioteca Universidade Católica Dom Bosco
BN	Biblioteca Nacional
BPGYF	Biblioteca Particular Gilmara Yoshihara Franco
DOU	Diário Oficial da União
IA	<i>Internet Archive</i>
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IMLMT	Instituto Memória Legislativa de Mato Grosso
OLL	Oliveira Lima <i>Library</i>

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - A República dos Estados Unidos do Brasil em 1891.....	27
Mapa 2 - Vias de Comunicação em Mato Grosso - Transporte Fluvial.....	56
Mapa 3 - Economia de Mato Grosso na passagem para o século XX.....	62

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Receita e despesa de Mato Grosso - 1889/1897.....	124
--	-----

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 1 - No limiar da República: as contestações ao regime monárquico e o cenário político-econômico em Mato Grosso .....</b>	<b>35</b>
1.1 A República em questão: as ideias, o debate e o <i>vir a ser</i> do regime republicano no Brasil .....	39
1.2 O redimensionamento da economia mato-grossense após a Guerra da Tríplice Aliança .....	52
1.3 A face renovada da elite política mato-grossense às vésperas da República .....	63
<b>Capítulo 2 - Sob o sol de uma nova Era: a reorganização política e as disputas pelo controle do poder em Mato Grosso nos primeiros anos da República .....</b>	<b>69</b>
2.1 A alvorada republicana em Mato Grosso: disputas partidárias e instabilidade política..	74
2.2 Das letras às armas: a derrocada de Antônio Maria Coelho e a consagração da oligarquia Ponce/Murtinho .....	99
<b>Capítulo 3 - Acordos, dissensões, rupturas: a instabilidade como elemento da política republicana em Mato Grosso .....</b>	<b>107</b>
3.1 As lideranças políticas mato-grossenses e sua atuação no cenário republicano na década de 1890 .....	110
3.2 Dimensões da instabilidade política em Mato Grosso.....	130
3.2.1 Em nome dos "elevados intuitos do nosso partido": a ruptura entre Generoso Ponce e os irmãos Murtinho no contexto da Política dos Governadores .....	130
3.2.2 O governo de Antônio Pedro Alves de Barros e o recrudescimento da violência entre as facções em conflito .....	141
<b>Capítulo 4 - A Ordem e o Progresso que incomodam: o governo de Antônio Paes de Barros, uma ameaça às tradicionais forças políticas mato-grossenses .....</b>	<b>149</b>
4.1 A ascensão: o jornal <i>A Reação</i> e os bastidores da campanha que consagrou a "força" de Antônio Paes de Barros.....	150

4.2 A constituição da ameaça: a política "progressista" de Antônio Paes de Barros como desafio e ameaça aos tradicionais políticos mato-grossenses.....	156
4.3 A articulação política contra Antônio Paes de Barros: a Coligação em Mato Grosso..	163
4.4 O confronto: "da sua Usina do Itaici às chamas do inferno político", o enfrentamento armado de 1906 e o assassinato de Antônio Paes de Barros.....	168
4.5 "Assassino, tirano, rústico": o ódio e a vingança como elementos da construção de uma imagem "demonizada" de Antônio Paes de Barros .....	172
<b>Capítulo 5 - Entre a força das armas e o "rigor" da lei... soluções negociadas: a integração da política de Mato Grosso aos pressupostos da ordem .....</b>	<b>179</b>
5.1 O cenário político mato-grossense na década de 1910.. .....	180
5.2 A inter-relação entre desenvolvimento econômico e o fazer político em Mato Grosso na década de 1910 .....	187
5.2.1 A modernização econômica do Estado nas páginas do <i>Álbum Gráfico de Mato Grosso</i> .....	187
5.2.2 A face da tragédia ou o lado oculto da modernização mato-grossense: o jogo político-econômico e os bastidores da Caetanada .....	191
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>210</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>213</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>213</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>215</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>227</b>
<b>Anexo 1 .....</b>	<b>228</b>



## *Introdução*

A *Revista Illustrada*, publicação da imprensa carioca, acompanhou atentamente os rumos da política brasileira em fins do século XIX. Sem eximir-se de tomar posição quanto a temas polêmicos, registrou em textos e charges os momentos finais do Segundo Reinado. Na edição de 07 de dezembro de 1889, a Revista publicou um artigo intitulado "Páginas Cor de Rosa". Nele, a República proclamada dias antes era saudada como tempo promissor. Comparado a uma "nova Minerva, filha da ciência e do livre pensamento", o regime republicano, dizia o artigo, era o fruto do solo revolvido pelo "arado do pensamento". À moda francesa, o articulista descrevia a República de forma resplandecente, tal como uma virgem, trajando vestes alvas e trazendo sobre os cabelos o barrete frígio. Observava ainda que:



**A jovem República:** *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 14 de dez. 1889, p. 5.

(...) o povo brasileiro deitou-se obscuro e acordou célebre. No dia 14 [de novembro], ainda as instituições do passado dominavam soberanas sobre o país, que, apenas murmurava. A 15, a aurora que iluminou os céus e a terra brasileira foi a própria República. (...) Não havia dúvida. O que em nossa alegria, em nosso regozijo palpitante, julgávamos uma enganadora ilusão, era simplesmente, a realidade viva e indiscutível.

**O sol do dia 15 iluminava uma nova era<sup>1</sup>** (Grifo nosso).

O artigo seguia convidando os leitores a saudarem essa nova Era, cuja síntese era a própria República. A ideia de República, que, aliás, não era recente para uma parte dos brasileiros, esteve presente no ideário de publicistas e revolucionários desde o período Colonial, como aponta Sérgio Buarque de Holanda. No Império, o ideário republicano tomou forma na década de 1870. Todavia, a ação dos republicanos adquiriu maior vigor na segunda metade da década seguinte, mais notadamente após a abolição da escravatura, em 1888. Até meados de 1889 não era possível visualizar no horizonte qualquer sinal de intenção consistente dos republicanos em colocar um ponto final no regime imperial. A maior aposta

---

<sup>1</sup> BN. Páginas Cor de Rosa. *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, ano 14, nº 570, p. 6.

para o fim da Monarquia estava na morte de D. Pedro II. Já velho e doente, esperava-se que o Imperador levasse para o túmulo o antigo regime. Enquanto aguardavam o desfecho natural, restava aos republicanos atuar às margens do regime e desferir, pela imprensa, ataques diários contra o regime e contra o próprio D. Pedro II.<sup>2</sup>

O curso dos acontecimentos, porém, ao mesmo tempo em que deslegitimava a Monarquia, fortalecia o núcleo republicano que tinha, entre seus membros mais atuantes, nomes como os de Quintino Bocaiúva, Campos Salles, Prudente de Moraes, Júlio de Castilhos e a ala militar, concentrada em torno de Benjamim Constant e do Marechal Deodoro da Fonseca.<sup>3</sup>

Com a Proclamação da República, celebrou-se um novo pacto político, que tinha na autonomia federativa um de seus pilares centrais. Outro aspecto do regime instituído em 15 de Novembro de 1889 era a abertura de possibilidades de acesso ao poder, questão há muito pleiteada pelos atores políticos que viviam às turras com a velha ordem imperial decaída.

Passados os momentos iniciais do brado à "aurora republicana", acontecimento que motivou conversas nos espaços públicos e privados e movimentou o noticiário político nos mais diversos jornais no Brasil e até no exterior, desencadeou-se um longo processo de disputas simbólicas<sup>4</sup> e materiais em torno da conquista e estabelecimento dos espaços de poder dentro da ordem política instituída. Tais embates envolveram, sob múltiplas formas, as esferas estadual e federal em torno do redimensionamento das instâncias de poder e das práticas políticas afeitas ao conceito de República.

O contexto que envolve a passagem do Império para a República já mereceu a atenção de inúmeros estudiosos. Tais pesquisas se debruçaram sobre objetos variados, o que resultou em distintas abordagens. Mesmo quando os trabalhos têm em comum o objeto de análise, produzem diferentes reflexões, pois são tributários do diálogo que o pesquisador estabelece com o tempo e o lugar de onde escreve.

Os estudos sobre a República começaram logo após a mudança do regime. Inicialmente, através de artigos publicados em jornais e revistas, os autores expressavam as impressões produzidas no calor dos fatos. Passado algum tempo, mas ainda sob o impacto da mudança, publicações mais alentadas vieram a público. Nas interpretações dos republicanos,

---

<sup>2</sup>Cf: HOLANDA, Sergio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacy (Orgs). *O Brasil Monárquico* declínio e queda do Império. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. Vol. 4, Tomo II, Col. História Geral da Civilização Brasileira.

<sup>3</sup> Sobre a participação dos militares no contexto que culminou com a Proclamação da República, ver: CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>4</sup> Nesta pesquisa não temos o propósito de abordar as questões que envolvem as disputas em torno do imaginário e do simbólico na República brasileira. Sobre o assunto, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

permaneciam as ideias veiculadas ao tempo da publicação do Manifesto Republicano de 1870, entre as quais estava a constante repetição do anátema que considerava a Monarquia "uma flor exótica na América". Entre os intérpretes pioneiros está Felício Buarque que, em 1894, lançou *Origens republicanas - estudos de gênese política*. Para Buarque, a transformação política era uma evolução linear, mecânica e "o regime republicano sempre constituiu aspiração nacional"<sup>5</sup>.

Em oposição a essa versão estava a de monarquistas como Afonso Celso que, no livro *O imperador no exílio*, defendeu a tese de que a Proclamação da República fora uma quartelada que transcorreu sem qualquer apoio popular. Nesses primeiros escritos, conforme observa Emília Viotti, são evidenciadas as paixões de momento. São interpretações nas quais republicanos e monarquistas, cada um a seu modo, apresentavam a versão de seu grupo sobre o contexto que culminou com a passagem da Monarquia à República. Emília Viotti afirma ainda que nessas narrativas privilegiou-se a ação das personagens em detrimento das variantes econômicas e políticas que permearam o processo de crise do regime monárquico.<sup>6</sup>

Nos anos 20 do século passado – decorridas mais de três décadas da Proclamação, com a aproximação do centenário da Independência em 1922, e diante do início da crise que levaria ao fim a Primeira República – pesquisadores promoveram a primeira revisão historiográfica sobre a República no Brasil. Naquele período, destacam-se as obras de Vicente Licínio Cardoso (1924)<sup>7</sup> e Oliveira Vianna (1925)<sup>8</sup>. Tais reflexões foram e ainda são

---

<sup>5</sup> Felício Buarque apud COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Fundação da Editora Unesp, 1999, p. 388.

<sup>6</sup> Sobre os escritos de primeira hora, Suely Robles, em trabalho que analisa a ação dos jacobinos no Brasil, aponta também os trabalhos de Joaquim Nabuco: *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* (1932, 9ª ed.); também os de Eduardo Prado e do Visconde de Taunay, dois outros baluartes da defesa da Monarquia decaída, além das publicações em jornais que, mesmo com espaço restrito para levar a cabo qualquer tipo de análise, informavam sobre o tema. Sobre o registro da historiografia que trata da Primeira República, ver: QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1987. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pp. 155/210.

<sup>7</sup> Observadores atentos do ambiente de crise que atingia a República na década de 1920, um grupo de intelectuais, entre os quais estava o próprio Vicente Licínio Cardoso, elaboraram uma obra coletiva intitulada *À margem da História da República - ideias, crenças e afirmações*. Nela, apresentam críticas e apontam como solução uma "reforma dentro da ordem" como alternativa para o regime republicano brasileiro. As proposições de Vicente Licínio, embora não aprofundadas no texto, demonstram um esforço revisionista e contribuem para a interpretação dos anos iniciais da República. Cf: COSTA, E. V.da. op. cit.

<sup>8</sup> O estudo de Oliveira Vianna que analisa o fim do Império no Brasil procurou, de acordo com o próprio autor, "historiar ideias". Publicado originalmente em 1925, trata-se de um trabalho de fôlego. A análise empreendida por Vianna começou com a queda do gabinete do presidente do Conselho de Ministros, Zacarias de Góes, em 1868, e passou por todos os momentos de crise vividos pelo regime monárquico desde então. Também influenciado pela crise da Primeira República, o autor deixa entrever seu pessimismo em relação a este regime. Todavia, a posição de Vianna, em relação ao seu próprio tempo, não compromete a importância da obra, ao contrário, oferece indício para pensarmos a atmosfera intelectual e política da década de 1920. Cf: VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.

importantes, não apenas pelo esforço revisionista empreendido pelos autores, mas também, pelas contribuições apresentadas.

Mais de trinta anos tinham se passado desde a implantação do regime republicano e as crises numerosas que se manifestaram durante esse período obrigavam a revisão da história. A República revelava todas as suas contradições. Diante do quadro pouco animador oferecido pela realidade presente, uns procuravam encontrar no passado as raízes dos males presentes; outros, idealizavam o passado, consideraram a república o ponto de partida de todos os males. Os historiadores começaram a atribuir aos próprios monarquistas a responsabilidade do sucedido.<sup>9</sup>

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e os desdobramentos de seu governo produziam efeitos sobre a República brasileira e suscitavam novos questionamentos. A "certeza" de que a influência das oligarquias havia chegado ao fim e de que, portanto, uma etapa da história republicana havia chegado ao final, teve como um de seus intérpretes José Maria Bello. Para Suely Robles, trata-se de um estudo pioneiro "na medida em que traça pela primeira vez um quadro geral do período republicano. Ninguém o tentara até então, e, de lá para cá, é que foram surgindo outros".<sup>10</sup>

A intenção de compreender a República produziu farta bibliografia na década de 1950. Naquele período, os trabalhos de Vitor Nunes Leal (1948)<sup>11</sup>, Leôncio Basbaum (1957), Nelson Werneck Sodré (1958) e Celso Furtado (1959)<sup>12</sup> foram marcantes pela influência que exerceram nos debates que os sucederam.

---

<sup>9</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Fundação da Editora Unesp, 1999, p. 450.

<sup>10</sup> QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1987. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 178.

<sup>11</sup> O trabalho seminal de Vitor Nunes Leal estabelece o conceito de *coronelismo*. Elegendo como foco de análise a relação entre o público e o privado e o papel do compromisso na relação coronelística, analisa, em um quadro geral, o papel dos municípios, desde o período colonial até a década de 1940 no cenário político brasileiro. Na Primeira República, Vitor Nunes Leal observa que a despeito da importância das grandes cidades, o volume maior de votantes era proveniente de pequenos municípios e da zona rural, conjuntura que fortaleceu a atuação dos "coronéis". Segundo Nunes Leal, mesmo quando desprovido de riqueza, o "coronel" exercia grande influência local e sua ação poderia ser determinante para o resultado de uma eleição. Dessa forma, dada a fragilidade tanto do poder privado quanto da nascente República, o coronelismo originou-se de uma relação de compromisso estabelecida entre "coronéis" e lideranças políticas – seja em nível municipal ou estadual. Essas alianças garantiam o poder de oligarquias estaduais. De outro lado, analisa Nunes Leal, o governo federal mantinha-se à custa do apoio dos "coronéis" que controlavam os processos eleitorais por meio do chamado voto de cabresto. Sobre o conceito de coronelismo ver: LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>12</sup> A publicação de *Formação Econômica do Brasil*, em 1959, constituiu-se, durante décadas, como um dos marcos interpretativos da história econômica brasileira. Juntamente com autores como Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Aline P. Canabrava, o trabalho de Celso Furtado estabeleceu as bases de um paradigma acerca da economia do Brasil e influenciou a constituição da própria disciplina História Econômica, a partir de então veiculada em instituições como a Universidade de São Paulo, USP. Para maiores informações sobre a obra de Celso Furtado, ver: SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no

Novas reflexões tiveram lugar na década seguinte.<sup>13</sup> Esses trabalhos foram influenciados sobremaneira pelos estudos de Celso Furtado e colocaram em destaque uma abordagem de caráter econômico sobre a Primeira República. As pesquisas pontuam que, naquele período, havia também os ecos que cercavam os debates sobre as teses de Nelson Werneck Sodré.<sup>14</sup>

Na década de 1970, ganhou força uma nova perspectiva de abordagem: a análise das oligarquias regionais. De acordo com o "balanço bibliográfico" produzido por Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, nessa fase a produção historiográfica deu maior destaque ao papel desempenhado pela oligarquia cafeeira e ao protagonismo de São Paulo após 15 de Novembro. Assim, a historiografia do período

(...) demonstra [a despeito de sua especificidade] que foi privilegiada a ideia de que a hegemonia política da oligarquia paulista, em aliança com a mineira, sustentava-se na preeminência da economia exportadora cafeeira. Em decorrência, o arranjo político entre São Paulo e Minas ditava de forma nítida a orientação do governo federal.<sup>15</sup>

Nota-se que esses estudos propunham uma análise *in totum* do intervalo correspondente à Primeira República. Embora tenham contribuído para a compreensão do período, tais abordagens não atingiam as especificidades das realidades regionais para além dos Estados de primeira grandeza. Ainda assim, mesmo quando voltadas para regiões já bastante influentes desde o Império – como Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio

---

Brasil. *Nova Economia*. Belo Horizonte: Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Vol 14, nº 1. jan-abr, 2004, pp. 11-34. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/novaeconomia/issue/view/65>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

<sup>13</sup> Das reflexões produzidas nessa década cabe destacar as de autoria de Maria Isaura Pereira de Queiroz, especialmente o trabalho *O mandonismo local na vida política nacional*, publicado em 1969. Esta obra analisa o poder exercido na esfera local e caracteriza o "mandonismo" como face da política coronelística no Brasil. Segundo a autora, na República o centro das ações políticas, assim como no Império, continuou sendo o município e, nele, os coronéis - não só aqueles oriundos da atividade agropastoril - estabeleciam seu mando. O personalismo era um traço marcante desses atores. Conforme dissemos anteriormente, embora seja reconhecida a necessidade constante de revisão dos modelos que padronizam a interpretação do político na Primeira República, é indiscutível a contribuição que trabalhos como o de Maria Isaura, entre outros, pois nos permitem pensar o político no contexto tratado nesta pesquisa. Cf: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB, 1969.

<sup>14</sup> A produção historiográfica de Nelson Werneck Sodré não pode ser dissociada de sua militância política. Membro do PCB, seus trabalhos aproximam-se das premissas marxistas da III Internacional Comunista. Vinculado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – Nelson era marxista convicto e, segundo ele próprio, seu trabalho intelectual era engajado. Em *Formação Histórica do Brasil*, buscando compreender o processo histórico brasileiro utilizando o materialismo histórico como referencial teórico, pautou-se na oposição entre a oligarquia agrário-mercantil e a burguesia nacional industrial representada pelas classes médias para a condução de suas reflexões.

<sup>15</sup> GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. In: Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v 02, nº 04, 1989, p. 249.

Grande de Sul e, claro, São Paulo, o qual era atribuído papel de protagonista do período Republicano – esses estudos não consideraram as clivagens intrarregionais.

Ainda como uma tentativa de compreensão holística, mas sob perspectiva multidisciplinar e temática, vieram a público, na década de 1970, os dois volumes que compõem a análise do período republicano da História Geral da Civilização Brasileira. Esse projeto, que havia começado na década anterior sob a coordenação de Sérgio Buarque de Holanda, foi marcado pela heterogeneidade de colaboradores. A fase republicana, elaborada sob a coordenação de Bóris Fausto, apresenta um painel da economia, da política e da sociedade depois de 15 de Novembro. Em grande medida, os textos ali contidos são resultados de pesquisas realizadas anteriormente pelos autores convidados a colaborar com o referido projeto.

Pródiga em estudos sobre a República, nessa mesma década de 1970, pesquisas apontavam a necessidade de se pensar o tema sob um viés regional, com o fito de verificar os desdobramentos do regime republicano nos Estados. Nesse sentido, observou Maria Isaura Queiroz:

seria indicado que diversas monografias fossem efetuadas em locais e regiões diferentes, a fim de identificar as várias formas que podem tomar as relações entre os mandões políticos e seus sustentáculos nas urnas, assim como as várias formas de ascensão sócio-política e econômica.<sup>16</sup>

Em certa medida, foi a partir dessa década que apareceram os primeiros estudos que procuraram compreender a Primeira República sob a perspectiva de abordagem regional. Naquele momento, notou-se a contribuição dada por pesquisadores brasilianistas, entre os quais estão Joseph Love (1975; 1982), John Wirth (1975), Robert Levine (1975), que “desenvolveram (...) um projeto comparativo sobre as elites oligárquicas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, abarcando o período da Proclamação da República ao Estado Novo”. Além deles, a pesquisa de Eul Soo Pang (1979) que estudou a atuação das oligarquias na Bahia entre os anos de 1889 e 1934 também se destacou.<sup>17</sup> Cabe notar que os estudos dessa época, de maneira geral, pautaram suas análises pelo modelo<sup>18</sup> que tomava como

---

<sup>16</sup> Apud FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed.(ampliada e revisada). Porto Alegre: Editora da UFRS, 1996, p.32.

<sup>17</sup> GÔMES Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. In: Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v 02, nº 04, 1989, p. 247.

<sup>18</sup> Compreendemos como modelo explicativo as interpretações da realidade concreta da qual se extrai um conceito – uma palavra ou ideia – capaz de sintetizar a realidade observada. Em nosso entendimento o problema de apoiar-se incondicionalmente em determinado modelo explicativo é que, quando tomados *a priori* e

pressuposto a hegemonia que resultou da aliança entre as oligarquias paulista e mineira. Amparados pela economia exportadora cafeeira, esses estados teriam influenciado a condução da política, tanto na esfera federal quanto nas demais regiões do país, através da chamada política dos governadores.<sup>19</sup>

Chegando ao fim do século, por ocasião da abertura política pós-governos militares, a nova realidade suscitava questionamentos de toda ordem. Nesse sentido, a partir da década de 1980, uma nova leva de trabalhos que abordavam a Primeira República veio a público. Tributários da aproximação do centenário da Proclamação, do processo de redemocratização do Brasil, e também frutos dos novos Programas de Pós-Graduação na área das Ciências Humanas, essas pesquisas incorporaram gradativamente os paradigmas teóricos que têm estreitado os laços entre a História e a Cultura – o que permitiu e estimulou novos olhares sobre a Primeira República.<sup>20</sup> As pesquisas desse período apresentam, em sua maioria, um caráter fragmentário e/ou temático em relação à “Primeira República” enquanto objeto de estudo; instituíram novas problemáticas em relação ao tema e as análises passaram a ser marcadas por questões que vão além do papel das oligarquias – como por exemplo, as obras de Nicolau Sevcenko (1984), Flora Sucekind (1987), José Murilo de Carvalho (1987,1990).

No que diz respeito à Primeira República em Mato Grosso, existem estudos monográficos de vários tipos. Esses trabalhos, em sua maioria, são tributários da ideia de que a transição do Império para a República foi tranquila se comparada com as décadas que se seguiram. Nesse sentido, o artigo de Virgílio Corrêa Filho, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, foi pioneiro. Com o título *A República em Mato Grosso*, o texto foi publicado em duas partes: a primeira em 1933 e, a segunda, em 1935. Nele, o autor descreveu a turbulência dos anos iniciais do período republicano na região. Uma versão de *A República em Mato Grosso* foi incorporada ao livro que Corrêa Filho lançou em 1969, intitulado *História de Mato Grosso*.

---

confrontados com a complexidade e diversidade do caso concreto, ou seja, a um dado lugar, os mesmos, não raro, se mostram insuficientes.

<sup>19</sup> Essa interpretação, em boa medida, é questionada por Cláudia Viscardi, a qual será abordada no Capítulo 3 desta tese. Cf: VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

<sup>20</sup> A influência dos pressupostos que passaram a ser incorporados pela produção historiográfica, como a História Cultural e a Cultura Política pode ser observada, por exemplo, nos seguintes trabalhos: SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 2003; \_\_\_\_\_ *A Revolta da vacina: mentes insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Além dessas pesquisas, datam da década de 1980 os trabalhos de Renato Lessa, José Murilo de Carvalho, Maria de Lourdes M. Janotti, Marieta de Moraes Ferreira, entre outros, que se caracterizam por estreitarem os laços entre política e cultura.

Membro da tradicional família Corrêa da Costa – que tinha entre seus membros atores que tomaram parte das disputas políticas ocorridas em Mato Grosso no início da República – o trabalho não é tomado aqui sem a cautela da crítica recomendada por Michel de Certeau. Apesar disso, não se pode negar a contribuição da obra desse autor para o entendimento do período, até mesmo por se tratar de um dos registros mais consultados acerca do início do período republicano na região. A narrativa de Virgílio Corrêa Filho pautou, a nosso ver, as interpretações que se seguiram e por essa razão, é tomada aqui como fonte de pesquisa.<sup>21</sup>

Na esteira dos trabalhos acadêmicos que emergiram com foco nas realidades estaduais, a pesquisa de Valmir Batista Corrêa, intitulada *Coronéis e bandidos em Mato Grosso – 1889 a 1943* – foi precursora. Fruto de tese de doutoramento concluída em 1985, o texto aborda o uso da violência nas disputas pelo controle político da região; a investigação de Batista Corrêa constitui um avanço nos trabalhos disponíveis até então e aponta caminhos para pesquisas futuras.

Ainda no final da década de 1980, Manoela Novis Neves publicou sua pesquisa sobre as elites em Mato Grosso. O trabalho dessa pesquisadora, mesmo tendo como recorte temporal os anos de 1945 a 1965, incursiona em fases precedentes e apresenta uma síntese das disputas oligárquicas no Estado durante a Primeira República.

Mais recentemente, dois estudos acadêmicos debruçaram-se sobre a interpretação do político em Mato Grosso ao longo da Primeira República. O primeiro deles, intitulado *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*, de autoria do professor João Edson de Arruda Fanaia, aborda a formação da elite mato-grossense. Esse é um estudo que avança significativamente no sentido de usar conceitos como os de cultura política para a verificação das hipóteses levantadas pelo autor. O trabalho mapeia a origem socioeconômica dos atores que compõem a elite governamental mato-grossense: local de nascimento, grau de instrução e profissão. Embora contribua para a apresentação de elementos que caracterizem o fazer político da "elite", o trabalho permite que novas interpretações avancem no que concerne as diferenciações entre as facções e as práticas políticas locais no interior dessa própria elite.

Mais recentemente, veio a público a pesquisa de Lauro Virgínio de Souza Portela, *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato*

---

<sup>21</sup>Além de Virgílio Corrêa Filho, os trabalhos de Rubens de Mendonça e Lenine Póvoas são registros importantes sobre o período republicano em Mato Grosso, conforme se pode verificar em: MENDONÇA, Rubens. *História do Jornalismo em Mato Grosso*. Mato Grosso: Imprensa Oficial, 1963; PÓVOAS, Lenine C. *O ciclo do açúcar e a política em Mato Grosso*. 2ª ed. Cuiabá: IHGMT, 2000; ALVES, Lourembergue. *Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder*. São Paulo: Scortecci, 2002.



Grosso (1889 – 1930). Embora também adote o recorte temporal clássico (1889-1930), tal estudo busca ir além da interpretação conceitual mais comum sobre o coronelismo e traz importantes elementos que permitem a compreensão da singularidade da atividade política em âmbito local. O autor destaca o uso político dos postos da Guarda Nacional em Mato Grosso para a arregimentação de homens e armas para formação das "legiões patrióticas" e "divisão de combates" no processo de manipulação do resultado das eleições no Estado e a legitimação do mando como elementos centrais em sua análise.

Embora trate-se de contribuições significativas, consideramos que o estudo sobre a Primeira República em Mato Grosso ainda tem diversas questões não respondidas. Mesmo considerando que pesquisas mais abrangentes já tenham dado respostas para demandas relativas ao político na Primeira República, pareceu-nos instigante investigar quais foram as dimensões e características específicas da cultura política do Estado após a Proclamação da República. Em outras palavras, interessa-nos saber como foram feitos os arranjos políticos, quais as estratégias utilizadas por grupos/partidos para disputarem os espaços de poder e, finalmente, quais as variantes que explicam a instabilidade que perdurou ao longo de aproximadamente três décadas na região.

Nesse sentido, a inquietação que move a presente pesquisa é ainda uma resposta às observações feitas por Maria Isaura Queiroz nos anos 1970, qual seja a de desenvolver uma avaliação sobre a política republicana tendo como *locus* de análise a realidade local.

A hipótese que norteia o presente estudo é a de que a instabilidade e os conflitos políticos em Mato Grosso foram motivados pela inserção tardia de membros da elite da região aos preceitos e práticas que pautam o fazer político republicano. Explica-se: na passagem do regime monárquico para o republicano havia em Mato Grosso uma elite composta por atores ligados à grande propriedade de terras (usineiros de açúcar, criadores de gado), a diversos ramos do comércio, militares e profissionais liberais que amealharam capital político e/ou econômico ao longo das décadas de 1870 e 1880 e que viram na República a oportunidade de se consolidar politicamente. Assim, após a Proclamação da República, organizaram-se em grupos e/ou partidos e passaram a disputar entre si o controle do poder em âmbito estadual. Essas disputas desencadearam um cenário de instabilidade cujo período mais intenso se deu entre os anos de 1889 e 1917 – ocasião em que ocorreram três enfrentamentos armados, denominados por parte da historiografia como *revoluções*.

Na segunda metade da década de 1910 uma série de transformações socioeconômicas e políticas contribuíram para o redimensionamento do fazer político em Mato Grosso

ajustando as práticas que até então tinham contribuído para dar forma a um ambiente politicamente instável, aos pressupostos da ordem<sup>22</sup> republicana.

O objetivo central desta Tese é compreender os matizes desse cenário de instabilidades que ensejou os conflitos ocorridos em Mato Grosso nos anos iniciais da República, bem como as estratégias utilizadas pelos grupos/partidos para conquistar e se manter no poder. Para tanto, pretendemos analisar as características da cultura política de um Estado (Mato Grosso) que orbitava no interior do federalismo hierarquizado da primeira República; interpretar em que medida a relação dos atores políticos com o sistema partidário local e nacional contribuiu para o instável cenário da região; considerar a capacidade de mobilizar a imprensa e de acionar *homens em armas* como formas de luta pelo poder, enquanto parte da dinâmica e da estratégia das disputas pelo controle político em âmbito local; analisar como se deu o processo de rotinização das práticas políticas locais, ou seja, o fim dos conflitos resolvidos por meio das armas.

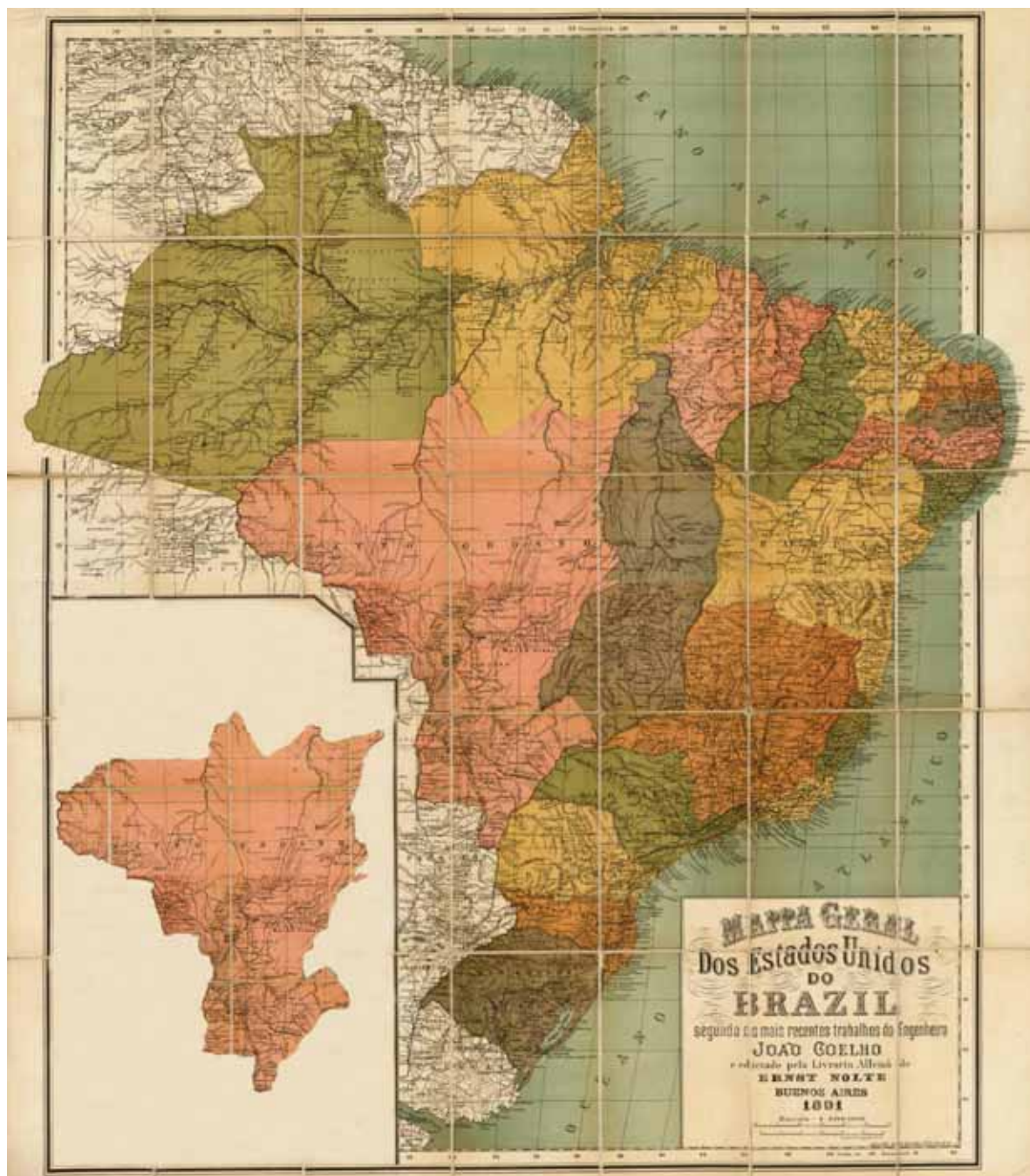
A definição do recorte temporal da pesquisa engloba os anos de 1889 a 1917. Como dito anteriormente, o estudo se inicia com Proclamação da República e vai até momento em que houve uma intervenção federal em Mato Grosso. A periodicidade leva em conta a fase de maior instabilidade política no Estado. Nesse caso, a opção por essa abrangência temporal se dá pelo interesse de nossa investigação em compreender a dinâmica da instabilidade, suas motivações e os significados das disputas políticas, o que, no limite, permitirá compreender as dimensões da cultura política republicana em Mato Grosso.

Quanto ao recorte espacial da pesquisa, é importante lembrar que os limites territoriais de Mato Grosso em fins do século XIX não são os mesmos da atualidade. Situado na porção Centro-Oeste do Brasil, com uma vasta faixa de fronteira, nos limites com Paraguai e Bolívia, a região de Mato Grosso, no recorte temporal dessa investigação englobava os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte do território que compreende o atual Estado de Rondônia, conforme pode ser verificado no **Mapa 1**. Segundo dados do censo de 1890, a população total era de 92.827, segundo dados do censo de 1890. Desses, 27.093 residiam na capital, Cuiabá. O Estado possuía uma extensão territorial de aproximadamente 1.500.000 Km<sup>2</sup>.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Por ordem, entendemos não só aquilo que estava dentro da legalidade, mas, também, o conjunto de valores implícitos que pautaram a política ao longo da Primeira República. Em outras palavras, entendemos como ordem, um conjunto de práticas - legais e/ou culturais - que permitiam o fluxo normal de eleições e o cumprimento de mandatos. A palavra ordem tem, portanto, o sentido oposto de instabilidade.

<sup>23</sup> Para a informação referente à extensão territorial de Mato Grosso, ver: BPGYF. CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F (Orgs). *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Campo Grande: IHGMT, [1914] 2011, Tomo I, p. 93. Cf:

**MAPA1: A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL EM 1891**

Modificado a partir de: COELHO, João. 1891. Disponível em: <http://www.davidrumsey.com/maps5160.html>.

Ainda quanto à definição do espaço da pesquisa, informamos que o fato de estar situado em uma zona de limite geográfico e que o conceito de fronteira implica em inúmeras

interfaces<sup>24</sup>, o que nos interessa é o conceito geográfico em seu sentido estrito, ou seja, a fronteira física. Da mesma maneira, utilizamos o termo região<sup>25</sup> apenas para designar a porção de territórios que compunham Mato Grosso no período em foco.

No que diz respeito ao espaço, este será tomado aqui, não apenas como uma dimensão física, tangível, mas como o lugar das vivências, das trocas e do conflito social. Na sua concretude e pluralidade, o espaço tem aqui, por exemplo, o formato de jornal, meio pelo qual se materializavam os conflitos políticos que analisamos. Os jornais compõem a principal fonte de pesquisa para o desenvolvimento do presente estudo.

A escolha da mídia impressa como fonte de pesquisa do político no Brasil não é recente, como mostram os trabalhos Gilberto Freyre (1966), Fernando Henrique Cardoso (1962) e Emília Viotti da Costa (1999). Mais recentemente, com a reinterpretação do próprio conceito de fonte, a veiculação impressa de informações tornou-se, indiscutivelmente, um rico manancial de pesquisas como demonstram os trabalhos de José Murilo de Carvalho (1987, 1990), Isabel Lustosa (2000), Maria Helena R. Capelato e Maria Lígia Prado (1980), por exemplo.

O estreitamento dos laços entre pesquisa histórica e jornais impressos tem, cada vez mais, atraído a atenção de pesquisadores, sejam aqueles ligados ao estudo do político ou a outras vertentes da análise historiográfica. Para o presente estudo, tomamos os jornais como o espaço dos enfrentamentos políticos, uma vez que, destituída de espacialidade para a fomentação de discursos e ideias, a elite mato-grossense fez uso da imprensa – que, aliás, ela mesma produzia –, para debater e difundir projetos. Os grupos dialogavam entre si por meio das páginas que publicavam. Quando a esfera deixava de ser o debate político, era a violência que decidia o resultado das disputas. Tais publicações contavam com periodicidade diária, semanal ou quinzenal.

É importante considerar ainda que a mídia impressa tem se apresentado no contexto da renovação dos estudos da história política como fonte indispensável, que “cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Entendemos que a ideia de fronteira remete a um conceito polissêmico e de limites tênues (fronteira da sexualidade, da feminilidade, da civilização etc.). Desse modo, por ser um conceito passível de muitas abordagens e longa discussão, nos limitamos, de forma objetiva a apontar que na presente pesquisa aportaremos a questão sob a perspectiva geográfica.

<sup>25</sup> Para José D’Assunção Barros, região pode ser caracterizada como “uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios”, e são inúmeros os critérios que podem atribuir sentido a uma determinada região. Sobre o assunto, ver: BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, UEPG, v.10, nº1, 2005, pp. 95-128.

<sup>26</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 128.

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. [...] A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado.<sup>27</sup>

Tomar jornais como fonte, contudo, não significa pensá-los como receptáculos de verdades; ao contrário, a partir de sua parcialidade, dos grupos que os mantinham, até porque os produziram para isso, o que pretendemos é compreender como se construíam as disputas, quais os interesses envolvidos, como os conflitos são justificados e como procuravam personificar e legitimar as lideranças políticas; enfim, “olhar os documentos e decodificá-los a partir de seus usos e finalidades”<sup>28</sup>. Em outras palavras, o uso desse tipo de fonte permitirá interpretar o universo da política local, situando-a em um âmbito maior, e a cultura política republicana brasileira no espaço temporal adotado como recorte desta pesquisa.

Além dos jornais, utilizamos também a documentação oficial produzida no período, as mensagens de governo que contêm o balanço anual das atividades dos Presidentes de Estado, as memórias biográficas, além da bibliografia disponível sobre o assunto.

Quanto aos pressupostos teóricos que orientam esta pesquisa, trabalharemos sob o paradigma conceitual que baliza os estudos de cultura política. A partir da década de 1960, os estudos que têm o político como objeto de análise tornaram-se alvo de intenso debate, resultando daí novas dimensões para esse campo de pesquisa. Entre os trabalhos que contribuíram para o que alguns denominam de "o retorno" do político está o livro *The Civic Culture*, obra dos pesquisadores estadunidenses Gabriel Almond e Sidnei Verba. Na década seguinte, os estudos do político também ganharam novo fôlego na França. Ali, o político ganhou novas dimensões quanto aos objetos, fontes e perspectivas de análise. Desde então, o ranço que estigmatizou por décadas esse tipo de pesquisa vem sendo questionado.

Dentre os teóricos que se dedicaram ao tema está Serge Berstein, que define cultura política como uma instância na qual “o real e suas representações se cruzam”. Berstein não

---

<sup>27</sup> MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 8. Entre os trabalhos precursores no uso do jornal como fonte está *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* de Gilberto Freyre, publicado ainda na década de 1960, em que, como enuncia o próprio nome da obra, o autor utilizou-se das descrições de escravos nos anúncios de jornais como fonte. Mais recentemente, a defesa de Pierre Norra para o uso de novas fontes contribuiu sobremaneira para que os jornais e outros vestígios, até então menos utilizados como fontes de pesquisa, fossem alçados a uma nova condição, passando a servir amplamente como fonte para pesquisa. No Brasil, tanto os estudos de Tânia Regina de Luca como os de José Murilo de Carvalho (1987, 1990) e Maria Helena Rolim Capelato em um trabalho conjunto com Maria Lígia C. Prado (1980) demonstraram a viabilidade do uso do jornal como fonte. Cf: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: *Anais do V Simpósio Nacional da Anpuh*. Vol. II. São Paulo: s/ed., 1971, pp. 223-239; LUCA, T. R. de. op. cit.

<sup>28</sup> MESQUITA, Eni Sâmara; TUPY, Ismênia S. S. T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.61.

propõe conferir ou atribuir ao estudo do político foros de autonomia hermenêutica em que o pesquisador possa lançar mão de fórmula teórico-metodológica única, hermeticamente fechada, separando o político de outros níveis da vida em sociedade; ao contrário, para esse autor, o estudo do político “é fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”.

O estudo do político, segundo Berstein, está situado na “encruzilhada da história cultural e da história política”, e se constitui como possibilidade de “explicação dos comportamentos políticos por uma fração do patrimônio cultural adquirido”.

A noção formulada por Berstein sugere a uma coexistência de cultura política no plural, ou seja, a simultaneidade de culturas políticas em um mesmo contexto histórico. De acordo com sua proposição, “é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem às áreas dos valores partilhados”.<sup>29</sup>

Dentro desse arcabouço maior que tenta situar a compreensão dos valores e das práticas que orientaram a política republicana em Mato Grosso sob uma perspectiva cultural, nos valem ainda do conceito de experiência formulado por Edward Palmer Thompson. Autor da obra *Formação da classe operária inglesa*, publicada originalmente em 1963, Thompson defendeu que a modernidade não era natural e aceita por todos como positiva, bem como ressaltou a existência de particularidades na formação da classe operária inglesa em contraposição aos tradicionais modelos explicativos dos defensores do marxismo ortodoxo.<sup>30</sup>

Ao tratar do *making* ou o *fazer-se* da classe operária inglesa, Thompson deu importância à experiência – conceito segundo o qual as concepções de uma dada categoria de trabalhadores não podem ser consideradas de forma unívocas e nem uniformes. Elas podem, sim, ser construídas na relação que os indivíduos estabelecem entre si, permeadas pelo conflito entre e intra grupos e ainda em diálogo com os valores presentes no momento em que se formam, do qual fazem parte a educação, a religião, a economia, bem como os demais

---

<sup>29</sup>Ao esforço feito por Berstein em conceituar o político e apontar horizontes teóricos à proposta de estudos, entre os historiadores, somam-se os trabalhos de dezenas de especialistas – sobretudo aqueles ligados à escola francesa do político, como os de René Rémond, Jean Pierre Rioux e Pierre Rosanvallon – que têm sugerido abordagens do político – demonstrando a viabilidade de análises centradas nos aspectos teóricos da matéria. Sobre o conceito de cultura política ver: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre (*et al*). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998; RÉMOND, René. (Org) *Por uma história política*. 2º Ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). *História*, São Paulo, 15: 27-39, 1996.

<sup>30</sup> Thompson rompeu com a historiografia oriunda de ilustres membros do Partido Comunista, (dentre eles, Eric J. Hobsbawm e Raymond Williams). Ao escrever sua tese cujo título em inglês é *The making of working classes* adotou uma abordagem de caráter cultural para o tema que analisa o processo de formação da classe operária inglesa, desprezando conceitos estabelecidos *a priori*.

mecanismos de (ex)pressão social. Desse processo, resulta a formação da classe operária, cuja ideologia não pode ser identificada como um conjunto de pensamentos dados pela condição social, mas, sim, pela formulação oriunda da (re)significação possível pela experimentação do viver, marcada pelo espaço e tempo históricos.

Nas palavras do autor:

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior - a **revolução industrial** - atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível da humanidade, transformando-o em seu outro extremo (...).<sup>31</sup> (Grifo do autor).

Procedendo a uma longa análise das condições socioeconômicas e das experiências que fizeram parte na formação dos trabalhadores entre fins do século XVIII e meados do século seguinte, o autor concluiu que "a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada".

Nesse sentido, o texto de Thompson torna possível avaliar a pertinência de se questionar categorias dadas, *a priori*, como a de classe operária. Tomamos o conceito de experiência para pensar a República no Brasil. Isso porque, ainda segundo Edward P. Thompson:

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias. São as normas, as regras, expectativas etc. necessárias e apreendidas no “habitus” de viver; e apreendidas, em primeiro lugar, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria.<sup>32</sup>

Assim, consideramos que a análise do período republicano brasileiro requer um exame que considere as múltiplas experiências vivenciadas, a partir da qual se pode compreender a formação da configuração do novo regime. Para tanto, avaliamos como fundamental apreender as experiências políticas particularizadas; no caso em questão, as que deram a forma da face republicana em Mato Grosso.

Partindo dos conceitos apresentados anteriormente (cultura política e experiência), examinamos como se desenvolveram as práticas políticas republicanas, bem como se

---

<sup>31</sup> THOMPSON. Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 17.

<sup>32</sup>Idem. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 194.

estabeleceram os conflitos armados pelo poder em Mato Grosso, no período que engloba a presente pesquisa.

Por fim, nos valem do conceito de racionalização dos costumes, desenvolvido por Norbert Elias, para compreender, em que medida, as transformações socioeconômicas pelas quais passou o Estado de Mato Grosso ao longo da década de 1910, se refletem no fazer político – de modo a influenciar para que a instabilidade, traduzida sob a forma de interrupção de mandatos de Presidentes de Estados e confrontos armados, oriunda de disputas intraoligárquicas presentes na política mato-grossense desde a Proclamação da República, chegassem ao fim.<sup>33</sup>

Este trabalho está dividido em cinco Capítulos. No Capítulo 1, discutimos a natureza difusa das ideias republicanas que ganharam espaço, sobretudo na imprensa, a partir de movimentos de contestação da "ordem imperial" que surgiram na década de 70 do século XIX. A análise empreendida, baseada na bibliografia que discute o tema, nos permitiu concluir que não havia um modelo republicano consistente antes da Proclamação da República; em outras palavras, não havia um projeto futuro para a República, mas, sim, um diálogo, no sentido da crítica, voltado ao Império. Em regiões como Mato Grosso, essas ideias eram ainda mais inconsistentes e não conseguiram traduzir-se, sequer, em movimentos contrários ao Império.

Em seguida, analisamos como as forças políticas estavam colocadas em Mato Grosso em relação à "ordem imperial"; as transformações econômicas que propiciaram o surgimento de uma nova elite na região após a Guerra da Tríplice Aliança e a chegada da propaganda republicana em Mato Grosso.

No Capítulo 2, analisamos o instável cenário político mato-grossense após a Proclamação da República, as estratégias que os grupos/partidos utilizaram para organizar-se e disputar o controle do Estado nos anos iniciais do governo republicano. À época, dois eram os principais grupos: O Partido Nacional, posteriormente denominado Partido Nacional Republicano, e o Partido Republicano. Com atores oriundos, em sua maioria, dos quadros dos antigos partidos do Império - o Liberal e o Conservador - os novos partidos republicanos, liderados, de um lado, por Antônio Maria Coelho – militar indicado pelo Governo Provisório para assumir o governo de Mato Grosso após a Proclamação da República – e, de outro, por Generoso Ponce e os irmãos Joaquim e Manoel Murтинho, protagonizaram entre os anos de

---

<sup>33</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Trad. Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.



1889 e 1892 a primeira cena do conflituoso processo de rotinização da política republicana verificada em Mato Grosso.

O Capítulo 3 trata dos elementos que pautaram a instabilidade política em Mato Grosso no período republicano, em um momento no qual, em âmbito nacional, através da chamada política dos governadores, o governo de Campos Salles buscava um arranjo para sanar a instabilidade verificada desde a Proclamação da República.

Para tanto, analisamos o cenário local na virada do século XIX para o século XX, ocasião em que a oligarquia mato-grossense – consolidada sob a liderança de Generoso Ponce e dos irmãos Joaquim e Manoel Murinho – chegou ao fim. Para abordar a instabilidade política em Mato Grosso, em um período em que a tendência geral era de estabilidade/estabilização, a premissa adotada nesse Capítulo é a de reconhecer a existência – dentro da oligarquia mato-grossense – de núcleos personalísticos de poder. Na medida em que tais núcleos se fortalecem, interesses divergentes em torno de figuras políticas fortes – como Generoso Ponce e os irmãos Joaquim e Manoel Murinho – se instalam; somadas à ambição pelo o controle exclusivo dos postos políticos, estas divergências acabam precipitando as cisões intraoligárquicas, que são seguidas de perseguição e morte dos que foram aliados do poder.

O Capítulo 4 interpreta o momento em que se verifica o ápice da instabilidade política no Estado, processo que culminou com o assassinato do então Presidente, Antônio Paes de Barros. Desse modo, o ponto de partida é a análise do cenário que resultou em sua eleição para o cargo para o governo de Mato Grosso, em 1903, em aliança com os irmãos Manoel e Joaquim Murinho. Em seguida, abordamos a estratégia de Antônio Barros para afastar seus aliados e conquistar autonomia política, momento em que percebemos o início da campanha de seus opositores para tirá-lo do poder. Por fim, verificamos o reordenamento das tradicionais forças políticas do Estado – os Murinho (ex-aliados de Antônio Paes de Barros), Antônio Azeredo, Generoso Ponce e os Corrêa da Costa – que, unidas, deflagraram o conflito de 1906, culminando com a morte do Presidente Antônio Paes de Barros.

O Capítulo 5 investiga o processo de rotinização das práticas políticas em Mato Grosso, verificado a partir de meados da primeira década do século XX. Para tanto, analisamos a inserção do Estado em uma "era de progresso e modernização", a partir da inauguração das ferrovias Madeira-Mamoré e Noroeste do Brasil. O pressuposto por nós adotado é o de que a modernização econômica se traduziu em modernização política, contribuindo, dessa forma, para o redimensionamento do comportamento e o fazer dos membros da elite local, levando-os a abandonar os encontros armados como estratégia e

linguagem políticas. O objetivo do Capítulo é compreender os motivos que envolvem o redimensionamento do fazer político, no que diz respeito à maneira como os conflitos mais intrincados – em momentos de divergência e cisões – deixam de ser resolvidos através das armas como ocorria até então. Em outras palavras, o que se busca nesse item é compreender o processo de inserção do Estado mato-grossense aos preceitos e práticas que pautam o fazer político republicano.

## Capítulo 1

### No limiar da República:

#### as contestações ao regime monárquico e o cenário político-econômico em Mato Grosso

*Ai, quando eu vim de minha terra/ despedi da parentaia (sic)/Eu entrei no Mato Grosso, dei em terras paraguaia (sic)/ lá tinha revolução/enfrentei fortes bataia, ai, ai.. (sic).*<sup>34</sup>

O trecho que serve de epígrafe à abertura deste Capítulo é parte de uma canção de domínio popular, intitulada *Cuitelinho*. A letra faz referência a uma palavra que se tornou comum ao vocabulário político mato-grossense durante a Primeira República: *revolução*. À primeira vista, a *revolução* mencionada na música pode sugerir a situação de conflito que envolveu países do Cone Sul América do Sul, por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança<sup>35</sup>.

No período em que a região foi palco da guerra, "entrar em Mato Grosso" e "dar em terras paraguaias", segundo o relato do Visconde de Taunay<sup>36</sup>, significava estar diante de um

<sup>34</sup> Cuitelinho é uma canção de domínio popular. O título da música é uma designação regional que se dá ao beija-flor e a canção já foi interpretada por cantores como Milton Nascimento, Renato Teixeira e Pena Branca e Xavantinho. Informações sobre a canção estão disponíveis em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cuitelinho>. Acesso em 30 de mai. de 2014.

<sup>35</sup> A Guerra da Tríplice Aliança é parte do capítulo que envolveu várias tensões entre os países que compreendem o sul da América do Sul no século XIX. As origens do conflito estão relacionadas, sobretudo, à ausência de acordo que estabelecesse os limites fronteiriços entre Brasil e Paraguai. As tratativas objetivando fixar os marcos de limite na área em questão remontam ao período colonial, época na qual Paraguai e Brasil estavam sob os domínios de Espanha e Portugal, respectivamente. Depois de terem se tornado Estados independentes, a questão fronteiriça não chegou ao fim. O Paraguai reivindicava uma fração do território localizado ao sul da província de Mato Grosso e o controle da navegação do Rio Paraguai. Duas eram as razões que fundamentavam as pretensões do governante paraguaio Francisco Solano Lopes: a primeira era obter o controle da navegação pelo Rio Paraguai – pois somente pelo curso desse rio o país vizinho tinha acesso ao mar, o que o tornava vital para a economia daquele país; a segunda referia-se à intenção de explorar os ervais nativos existentes no sul de Mato Grosso, tendo em vista que a erva ali encontrada, a *Ilex Paraguaiensis*, era amplamente consumida como bebida pelas populações platinas. Ocorre que a navegação pelo Rio Paraguai também era vital para o comércio e a comunicação da província de Mato Grosso e, além disso, não havia por parte do Império brasileiro qualquer pretensão de ceder territórios da província mato-grossense ao Paraguai. A ascensão de Solano Lopes ao poder, em 1862, acirrou as questões que a diplomacia não havia colocado termo ao longo do tempo. Em 1864, enquanto Brasil e Argentina encontravam-se às voltas com guerra civil que opunha Blancos a Colorados no Uruguai, Solano Lopes, aproveitando-se do momento conturbando, aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda, dando início à guerra. O primeiro momento do conflito foi marcado pela invasão do sul de Mato Grosso por tropas paraguaias. A vila de Corumbá, principal reduto das forças invasoras, só foi retomada em junho de 1867, por meio de uma ação comandada pelo então Coronel Antônio Maria Coelho. A província de Mato Grosso, frente secundária da guerra, teve suas parcas atividades econômicas profundamente afetadas durante o período do conflito. Para mais detalhes sobre a invasão paraguaia ao território de Mato Grosso e o curso da guerra como um todo, ver: DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 23-188.

<sup>36</sup> O relato sobre a expedição organizada pelo Exército brasileiro para dar combate às tropas paraguaias que haviam invadido o sul de Mato Grosso foi redigido por Alfredo d'Escagnolle Taunay, então membro da Comissão de Engenheiros que compunha a tropa. O texto, publicado originalmente em 1868, narra a atuação das

cenário de combate, atravessar cidades e lugarejos que tinham sido invadidos por tropas paraguaias – muitos dos quais permaneceram ocupados até 1868 –, se deparar com espaços que foram palco de batalhas. Lugares onde os efeitos da guerra que opôs a Nação Guarani à Aliança formada por Brasil, Uruguai e Argentina se materializavam em prédios e casas queimadas, em soldados e civis mortos e, por vezes, deixados pelo caminho, insepultos; tomar conhecimento, por meio do relato dos sobreviventes, do destino trágico daqueles que foram vitimados pelos combates, pela fome, por doenças como o cólera, ou ainda ouvir a narrativa dos que, entre o lamento e a esperança, aguardavam o dia em que pudessem retomar sua rotina.

Muito embora o conflito tenha causado danos de toda ordem à população mato-grossense, o fim da *guerra-guaçu* – “guerra grande” em guarani – significou um período de renovação para a província. Houve, então, um processo de revivescência da economia local: parte dos engenhos de produção de açúcar e demais subprodutos da cana foram modernizados; o maquinário rudimentar foi substituído por sistemas de produção mais eficazes; a erva-mate – planta nativa no sul do Estado, consumida em forma de chá ou como chimarrão, bebida típica do sul do Brasil e de países platinos – passou a ser explorada de forma sistemática, assim como o látex, base de fabricação da borracha. Ocorreu ainda a retomada da criação do gado e do beneficiamento de seus derivados. Aliado a isso, verificou-se um conjunto de ações que implicaram em melhoria das vias de comunicação entre Mato Grosso e a região platina que se refletiu na expansão da economia local. Assim, o ano de 1870 constituiu-se em uma espécie de *turn-point* para a economia mato-grossense, marco de um recomeço.

Na esteira do incremento do cenário econômico que o fim da guerra descortinou, verificou-se o surgimento de uma “nova” elite política na região. Parte de seus atores dessa nova elite atuou politicamente ainda durante o Império, muitos, entretanto, conquistaram espaços de atuação e poder somente com a Proclamação da República.

Enquanto em terras mato-grossenses o ano de 1870 marca o início do processo de reordenamento econômico com significativas implicações políticas, em outras regiões do Brasil a data é tomada como um divisor de águas na história do Império. Desde então, o

---

forças brasileiras e a tentativa frustrada do Coronel Camisão, comandante da tropa, de invadir a fazenda Laguna, no Paraguai, para conseguir víveres para os soldados que estavam famintos. A tentativa redundou em um grande fracasso, conforme registrado na obra de Taunay. Depois da publicação do texto, o autor foi laureado com títulos honoríficos por D. Pedro II. Cf. TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

regime monárquico passou a ser alvo de severas críticas.<sup>37</sup> As discordâncias de grupos que se encontravam marginalizados em face da estrutura central de poder, adquiriram expressões mais concretas, de maneira que as fissuras na estrutura da velha ordem permitiu-lhes entrever indícios do esboroamento dos pilares que a sustentavam. Nos vãos, as vozes dissonantes ganhavam força.

Nesse sentido, o Manifesto lançado pelos republicanos na imprensa carioca em 1870 é reconhecidamente um marco. O documento é simbólico não necessariamente "pelo conteúdo ideológico que poderia encerrar", mas por ser o registro do surgimento de uma agremiação que contrariava a ordem vigente.<sup>38</sup>

O movimento de contestação ao regime era polifônico e envolveu políticos e intelectuais de diversos matizes ideológicos. As diversas correntes de "livres-pensadores, iconoclastas e rebeldes" estavam situadas no interior da chamada "Geração de 1870". A denominação "Geração" não faz referência a um grupo específico, vinculado à determinada instituição, mas ao conjunto de atores, com elos entre si ou não, que estavam "profundamente interessad[os] e engajad[os] nas questões pátrias", se engajando nas discussões colocadas em debate nos anos finais do Império.<sup>39</sup>

No que tange ao ideário republicano que toma forma na esteira do pensamento daquela "Geração", é importante acentuar que os debates tinham extensão e profundidade variadas, tanto em face do alcance das ideias propagadas, como em razão do envolvimento de adeptos à causa, nas mais diversas regiões do Brasil. Também é discutível a existência ou não de um projeto acabado de República no interior de cada uma das vertentes republicanas. Todavia, não se pode negar que a discussão promovida pela chamada "Geração de 1870" ia ao encontro

---

<sup>37</sup>Sérgio Buarque de Holanda, assim como outros autores, situa o início da crise do Império datada no ano de 1868. Segundo ele, com as mudanças políticas engendradas naquele momento, "começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica". Na esteira de autores como Maria Teresa C. de Mello, o presente estudo toma como referência para tratar a mencionada "crise" o ano de 1870, por ser esta a data do término da Guerra da Tríplice Aliança e também do Manifesto Republicano. A partir de então, a Instituição Monárquica e o Imperador D. Pedro II passam a ser alvos constantes de críticas. Na tentativa de dar uma resposta ao amplo leque de demandas como a questão servil, a reforma eleitoral, a autonomia das províncias, etc., muito se discutiu no Parlamento e reformas foram propostas. O cotidiano dos debates movimentou o noticiário e inflamou opiniões. Para os limites da discussão aqui proposta, nos interessa observar os matizes da ideia republicana que ganhou força naquele momento. Para uma discussão mais aprofundada sobre o período final do Segundo Reinado, ver: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. (História Geral da Civilização Brasileira. Tomo 2. Vol. 7); MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do Final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora UFRRJ (Edu), 2007.

<sup>38</sup> Cf: DEBES, Célio. A propaganda republicana em São Paulo. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História Política da República*. Campinas, SP: Papyrus, 1990, p. 107.

<sup>39</sup> Cf: MELLO, M. T. C. de. op. cit. p. 93.

da crise imperial, contribuindo para colocar em xeque os pilares da "ordem imperial"<sup>40</sup>, favorecendo sobremaneira a queda da já combalida Monarquia brasileira.

Para que possamos compreender as bases da instabilidade presente no cenário político mato-grossense, no período compreendido por este estudo –1889/1917 –, o Capítulo propõe fazer um breve recuo no tempo e observar, no cenário descortinado na década de 70 do século XIX, a ideia de República presente nas contestações ao regime monárquico e à emergência de uma nova elite em Mato Grosso, oriunda, em larga medida, do reordenamento da economia local após a Guerra da Tríplice Aliança.

A análise aqui encetada é relevante, na medida em que o reordenamento econômico que desencadeou o processo de recomposição da política em Mato Grosso – após a Guerra da Tríplice Aliança, responsável pelo surgimento de uma nova elite política local – foi literalmente "atropelado" pela Proclamação da República. A mudança do regime, ocorrida no contexto dos questionamentos à Monarquia, e que foi acentuada a partir da década de 1870, gerou um quadro de grande instabilidade, agravado em Mato Grosso pela ausência de uma elite política consolidada.

Desse modo, a partir das asserções de Isabel Marson – segundo a qual "a política é uma categoria complexa que imbrica variadas modalidades de eventos, episódios, instituições e se manifesta em diferentes instâncias constitutivas das sociedades históricas" – observamos que o cenário abordado no presente Capítulo conjuga o entrecruzamento das três dimensões da cultura política brasileira: a longa duração, a conjuntura ou média duração e o acontecimento. A primeira, traduzida sob a forma de valores e práticas há muito consolidadas no fazer político colocado em questão pelo movimento republicano; a segunda, representada, respectivamente, pelos cenários nacional, onde se desenvolviam os questionamentos ao regime imperial e local, em que se verificam, na esteira do redimensionamento econômico descortinado no pós-Guerra da Tríplice Aliança, uma nova elite política. E a terceira, o acontecimento, engendrado pela mudança do regime político brasileiro em 15 de Novembro de 1889.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Por "ordem imperial" estamos denominando o conjunto de valores e práticas políticas instituídas pelo Partido Conservador após as revoltas regenciais e que, segundo Ilmar Mattos, conferiram sustentação ao Império brasileiro durante o reinado de D. Pedro II. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Squarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004. (Estudos Históricos).

<sup>41</sup> Ao mencionarmos as três durações na história, a saber: longa, média e curta duração, também estamos nos valendo das reflexões que Isabel Marson estabelece sobre os postulados originalmente firmados por Fernand Braudel na obra "O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Felipe II". Cf: MARSON, Isabel Andrade. "A dimensão política da história": comentários e contrapontos. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes M.(Orgs). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 25/33.

A intenção em tratar inicialmente os contextos nacional e local dos anos 1870 até a Proclamação da República se justifica em razão de que, embora pareçam dissociados, esses acontecimentos se interrelacionam em face da Proclamação da República. A análise da sobreposição dos cenários - nacional e local - nos anos que antecedem a queda do Império é, nesse sentido, fundamental para que possamos dimensionar o outro significado da palavra *revolução* que a canção Cuitelinho sugere, ou seja, o de que, durante a Primeira República, "entrar em Mato Grosso" significava tomar contato com um ambiente político instável. Naquele cenário, palavras como: *instabilidade, cisão, disputa, recomposição e revolução* passaram a referenciar o universo das práticas políticas locais, traduzindo a ação de atores e seus respectivos grupos/partidos em disputas pelo controle do mando que se tornaram comuns no Brasil, após a Proclamação da República.

### **1.1 A República em questão: as ideias, o debate e o *vir a ser* do regime republicano no Brasil**

A propaganda em prol da República no Brasil chegou tardiamente a Mato Grosso.<sup>42</sup> Distante da agitação política que tomava forma na Corte e em províncias como São Paulo e Rio Grande do Sul, em Mato Grosso o primeiro jornal republicano foi fundado em 1883. A *República* se contrapunha ao Império, ao Imperador, e questionava os pilares centrais da política vigente à época. Na esteira de matérias que tinham como mote a crítica ao Império, o periódico promovia a propaganda republicana, apresentando como referências de discurso as ideias de progresso material e moral, liberdade de ensino e religiosa, entre outras. Em certos artigos, *A República* fazia alusão ao “progresso” como alavanca fundamental para o desenvolvimento da sociedade; apontava os preceitos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade como ideias caras à República<sup>43</sup>; citava a Revolução Francesa como exemplo de movimento que conseguiu extirpar a Monarquia, regime de governo que, para o jornal, não coadunava com a atmosfera intelectual e socioeconômica do século XIX.

---

<sup>42</sup> No que diz respeito ao conceito e à prática política republicanos, é forçoso pensar que ao menos uma fração da sociedade mato-grossense tivesse conhecimento de como funcionava esse regime de governo. Localizada na fronteira entre as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia, e tendo como principal via de comunicação o curso fluvial da Bacia do Prata – cujo trajeto incluía Uruguai e Argentina, que também eram Repúblicas – supõe-se que para os mato-grossenses que transitavam por essas áreas a ideia de república não era, de todo, estranha. Todavia, para os efeitos da discussão aqui proposta, interessa-nos pensar, apenas, as possíveis relações entre o ideário republicano veiculado em diversas regiões do Brasil e sua repercussão em Mato Grosso. Sobre o regime republicano na América de colonização espanhola, ver: SANTOS, Luís Cláudio Villafane G. *O Império as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1899)*. Curitiba: UFPR, 2002.

<sup>43</sup> APMT. Monarquias. *A República*: Cuiabá, 24 de mai. de 1883, p.1

Nos exemplares disponíveis de *A República*<sup>44</sup>, chamou atenção o fato de que, à exceção da proposta de descentralização administrativa defendida pelo jornal como medida imprescindível para o "desenvolvimento das províncias", o discurso veiculado pelo periódico apresentava o regime republicano a partir de ideias gerais, dos "bons" exemplos oriundos da experiência francesa e estadunidense. Cabe notar, todavia, que a tônica do discurso carregado em tintas contra a Monarquia, empreendido por *A República*, não ultrapassava, de forma efetiva, os limites da retórica.

A rigor, *A República* pode ter informado os mato-grossenses sobre a situação política de finais do Império, mas não resultou em grupos suficientemente organizados para gerar um partido republicano na província. Entre os mato-grossenses que podem ser denominados republicanos estavam Francisco Agostinho Ribeiro, José da Silva Rondon, Joaquim Duarte Murtinho<sup>45</sup> e Antônio Azeredo. Os dois primeiros, embora críticos do Império, exerceram cargos de Deputado Provincial junto à Assembleia mato-grossense por diversas vezes ao longo da década de 1880. Joaquim Murtinho era filiado ao Partido Liberal de Mato Grosso e candidatou-se a cargos políticos na tentativa de representar sua terra natal na Corte, porém foi sempre preterido. Mantido à margem das esferas de poder do Império, defendeu a República. Tanto ele como Antônio Francisco Azeredo (Antônio Azeredo) viviam no Rio de Janeiro e lá compuseram o seu universo de atuação contra o regime monárquico.<sup>46</sup>

Se em Mato Grosso foi efêmera a adesão ao movimento republicano, o mesmo não se deu em outras localidades mais ou menos afastadas da Corte. Há registros de formação de clubes, partidos e a circulação de diversos periódicos que se intitulavam republicanos desde a

---

<sup>44</sup> No APMT estão disponíveis para consulta os primeiros cinco exemplares do periódico *A República*, a saber, os números veiculados nos dias 03, 10, 17, 24 e 31 de maio de 1893. A análise do conteúdo do periódico foi realizada a partir desses números e da obra de MENDONÇA, Rubens. *História do Jornalismo em Mato Grosso*. Mato Grosso: Imprensa Oficial, 1963.

<sup>45</sup> De acordo com Maria Teresa C. de Mello, a defesa da causa republicana por parte de Joaquim Murtinho se fez juntamente com outros profissionais como Enes de Souza e Timóteo da Costa a partir da Escola Politécnica no Rio de Janeiro, local onde Murtinho trabalhava como lente. Cf. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do Final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora UFRRJ (Eduar), 2007, p. 30.

<sup>46</sup> Ao longo da presente pesquisa, os únicos registros que encontramos acerca da movimentação republicana em Mato Grosso, antes da Proclamação da República, estão em Virgílio Corrêa Filho e Oliveira Vianna. Os autores classificam o movimento da região como "incipiente". Vianna aponta a existência de um periódico e três clubes republicanos na então província do Império. No entanto, reconhecemos que faltam estudos para melhor dimensionar em extensão e profundidade os efeitos da propaganda republicana em Mato Grosso. Sobre o assunto ver: CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969, pp. 579/581; VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959, pp.106/108.



década de 70 do século XIX para diversas regiões do Brasil.<sup>47</sup> Chama atenção a importância que a palavra escrita teve no debate político de fins do Império no Brasil.

No último quartel do século XIX, através das folhas da Corte e mesmo do interior, (...) [o debate político] acirrou-se centrado em três temas recorrentes: as crises entre a Igreja e o Estado (a chamada Questão Religiosa), a insatisfação dos militares para com o Império (a chamada Questão Militar), acirrada em 1886 com a discussão pela imprensa entre o coronel Cunha Matos e o ministro da Guerra, e a campanha da Abolição. Todas elas foram habilmente trabalhadas pela pena dos jornalistas de plantão, contrapondo uma Monarquia que sufocava a uma República que libertava.<sup>48</sup>

A propaganda republicana teve, na imprensa, um meio privilegiado de circulação. Os jornais eram tidos, mais do que qualquer outro expediente, como espaços de disputas e propagação de ideias diversas, vindas de diferentes grupos de oposição ao Império.

Esses grupos foram descritos de muitas formas pela Historiografia. Convém destacar que estudiosos classificaram os republicanos de maneiras diversas, embora pequena fosse a diferença entre eles. Na visão de Silvio Romero, o movimento republicano situa-se no interior da chamada "Geração de 1870" que, a partir de pressupostos "importados" como o positivismo, spencerianismo e o liberalismo, teceu críticas à realidade social brasileira. Sujeito de seu tempo, Romero acompanhou de perto os acontecimentos que culminaram com a queda da Monarquia. Apostando na República como símbolo de um futuro promissor, o intelectual logo mudou de posição: "na direta proporção em que sua desilusão crescia, aumentava também o seu conservadorismo, suas posições antiliberais e mesmo reacionárias. O pensamento de Sílvio Romero é claramente uma dissidência à direita do projeto republicano vitorioso em 15 de novembro"<sup>49</sup>.

Para Oliveira Vianna, outro intelectual que teceu duras críticas à República na década de 1920, o movimento de contestação ao Império surgiu da dissensão liberal de 1868 e era

---

<sup>47</sup> Depois do Manifesto Republicano, marco fundante do movimento republicano que veio a público em 1870, novas formas de disseminação do ideário republicano surgiram, mais ou menos timidamente, em diversas localidades do Brasil. Conforme aponta Vianna, "o campo de irradiação do ideal republicano" – quer seja através de jornais, clubes ou partidos – era "pouco extenso a 15 de Novembro de 1889". Mesmo na província do Rio de Janeiro onde se localizava a sede da Corte, um dos principais *lôcus* da propaganda republicana – o Partido Republicano – foi fundado "apenas em novembro de 1888". Sobre a distribuição geográfica de jornais, clubes e partidos republicanos, ver: VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959, pp. 81-120. Sobre o processo que culminou com a queda da Monarquia e o início da República no Rio de Janeiro e São Paulo, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; KORNIS, Mônica Almeida (Orgs.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989, p. 37.

<sup>48</sup> MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: \_\_\_\_\_; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.73.

<sup>49</sup> SCHERER, Marta Eymael G; ALMEIDA, Luiz Alberto S. de. Silvio Romero, um crítico do século XX. *Terra roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários*. vol. 16, set. 2009, pp.15-25. Disponível em: <[http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g\\_pdf/vol16/TRvol16b.pdf](http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol16/TRvol16b.pdf)>. Acesso em: 07 de jul. de 2012, p. 21.

mesmo inevitável diante do contexto do continente americano em que vicejavam repúblicas em meio ao Império. Segundo o autor, a sociedade da década de 1870 partilhava a convicção de que "a fonte de todo o mal estava na vontade, ou antes, na voluntariedade, que diziam antiliberal e caprichosa, de D. Pedro"<sup>50</sup>.

A percepção de Vianna interessa-nos, todavia, em razão das formulações que Ângela Alonso fez, em 2002, em um trabalho no qual dialoga com as acepções de Vianna. A autora divide os opositores do Império em "liberais republicanos", "novos liberais", "positivistas abolicionistas" e "federalistas científicos", agregando todos sob a denominação de "Geração de 1870". Para ela, esses grupos tinham feições teóricas distintas e distintas eram suas ideias de República, mesmo sendo eles provenientes da elite social e econômica do Império. Alguns vinham de setores decadentes da agricultura, outros da produção agrícola mais destacada (como os cafeicultores paulistas), mas a maioria era vinculada à economia urbana. Nem todos falavam de República. Entre eles também estão aqueles que propunham reformas na estrutura do próprio Império. A visão de Romero analisada por Alonso, como já salientamos anteriormente, exemplifica o pensamento historiográfico da década de 1920.

Para Ângela Alonso (2002), os questionamentos feitos à política imperial pela "Geração de 1870" explicam-se pelas restrições do acesso a cargos e prebendas, o que impôs a eles o agir às margens do centro da política imperial. Embora quase todos tivessem acesso à formação superior, não partilhavam de uma formação acadêmica em comum e nem mesmo eram de uma mesma região do país. De composição heterogênea, o que os grupos tinham em comum era a posição social próxima à daqueles que ocupavam os cargos políticos e administrativos que os críticos do Império também desejavam.<sup>51</sup>

O estudo de Ângela Alonso deixa claro que os ventos republicanos sopravam em diferentes direções. Para os liberais republicanos, grupo composto essencialmente por homens

---

<sup>50</sup> VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959, p. 82. Não desconhecemos o fato de que a obra de Oliveira Vianna e de outros autores como Sílvio Romero, produzidas na década 1920, devem ser compreendidas no contexto de crise da Primeira República, ocasião em que estavam em questão os pressupostos do modelo liberal-oligárquico adotado pelo regime. O *Ocaso do Império*, livro mencionado no presente estudo, foi originalmente publicado em 1925 e é, segundo Teresa Malatian, "uma tentativa de reabilitação do Imperador no exercício do poder moderador". Mesmo transbordando a atmosfera que cerca o momento de sua escrita, o texto que trata o final do Império sob perspectiva política e sociológica é uma referência para se discutir a atuação da chamada "Geração de 1870" e oferece dados e elementos que nos permite compreender as dimensões do movimento republicano nas mais diversas regiões do Brasil, incluindo a então província de Mato Grosso. Cf: MALATIAN, Teresa. O retorno do César Caricato. In: BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; LEWKOWICZ, Ida. *Jogos da política*. São Paulo: Anpuh, Marco Zero, Fapesp, s/d. pp.171-181.

<sup>51</sup> Embora existam interpretações intermediárias entre um autor e outro, a menção que fazemos nesse trecho às obras de Sílvio Romero e Oliveira Vianna é dada em função da diferença de abordagem por ele propostas à chamada "Geração de 1870" em relação ao trabalho de Ângela Alonso, dissonância essa tributária de influências teóricas e temporais que, em grande medida, permitem novas interpretações sobre um dado tema.

de profissões urbanas – cujos membros mais atuantes eram Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Aristides Lobo e Lopes Trovão, todos profissionais de imprensa – "a república aparecia (...) como concretização do ideal norte-americano no *self-made-man*"<sup>52</sup>. Para os chamados novos liberais – vinculados por laços de natureza diversa com a "velha" elite liberal e adeptos da Monarquia – as reformas eram apontadas como solução para a modernização e a continuidade do regime. Para os positivistas abolicionistas, entretanto, a pedra de toque das contestações ao Império era a questão servil; o grupo, que tinha o positivista Miguel Lemos entre seus principais teóricos, não afastava a possibilidade de manutenção da Monarquia e acreditava que o Brasil "possuía condições necessárias para transitar do mundo feudal para o capitalismo"<sup>53</sup>, mas, para isso, era imprescindível abolir a escravidão. Entre os federalistas científicos, as teses de Alberto Sales e Assis Brasil refletem a inadequação do regime monárquico para a realidade social brasileira, sendo a República o caminho seguro para a adoção da autonomia das províncias e do "progresso" almejado pelo grupo.

As ideias vindas de fora também inspiravam a jovem oficialidade militar. A partir desse repertório, combatiam o Império identificando-o como a representação de privilégio e atraso, e a República como uma Era da razão, do cientificismo e progresso. Como nota Celso Castro, entre os jovens oficiais adeptos da República "não havia clareza a respeito de como a República vindoura seria organizada"<sup>54</sup>. O autor ressalta ainda que "a falta de definição a respeito de como seria a República facilitou, por um lado, a unidade de pensamento e ação da "mocidade militar" antes de 1889. Por outro lado, ajudou a apressar sua fragmentação tão logo a República foi instituída".

Assim, quer seja entre a jovem oficialidade republicana, quer seja entre os propagandistas de "casaca", a base teórica dos membros daquela "Geração" tinha origem no repertório científico europeu e norte-americano – darwinismo social, positivismo, spencerianismo e liberalismo – e era utilizada como argumento que corroborava suas críticas ao regime. A identidade desses grupos "não veio da adesão a um corpus doutrinário fixo", pelo contrário, se constituiu a partir de "uma postura compartilhada de **crítica** à tradição imperial e às suas tradições centrais"<sup>55</sup>.

Mais do que incorporar referências do *corpus* doutrinários oriundos da Europa ou dos Estados Unidos, as críticas veiculadas através de jornais, livros e panfletos incorporavam tais

---

<sup>52</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 108.

<sup>53</sup> Ibidem. p. 213.

<sup>54</sup> CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 26/27.

<sup>55</sup> ALONSO, Â. op. cit. p. 244. O grifo está de acordo com o original.

menções para dialogar com uma realidade determinada, a política imperial, ou seja, tinham em comum a crítica ao Império.

As formulações com vistas ao futuro estavam vinculadas aos princípios doutrinários de cada grupo, de maneira que eram distintos os princípios de República e Democracia por eles expressos. Conforme afirma José Murilo de Carvalho, "os propagandistas idealizaram suas repúblicas". Esse autor cita como exemplo que "Assis Brasil e Alberto Sales descartavam totalmente a ditadura republicana", ao passo que "Silva Jardim ignorava a condenação comtiana das ações revolucionárias"<sup>56</sup>.

As divisões entre ideólogos do novo regime acerca do *vir a ser republicano* ultrapassam a Proclamação. Ainda segundo Carvalho, no livro *Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*:

Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século.<sup>57</sup>

Na esteira dos autores que defendem a interpretação de que não havia um projeto acabado de República antes da Proclamação, Renato Lessa afirma que "é um engano supor que o Golpe de Estado de 15 de Novembro de 1889 foi a materialização de um projeto de utopia, lentamente amadurecido por duas décadas de ação republicana." De acordo com o autor, "talvez, seja mais prudente supor que a relevância da propaganda republicana se deve, apenas, ao fato de que se proclamou uma república, que lhe reivindicou como memória"<sup>58</sup>.

Em outras palavras, observou-se que não havia homogeneidade no pensamento republicano, apenas pontos mais ou menos convergentes entre os diversos grupos que contestavam a Monarquia, como federalismo. Nesse sentido, o que pretendemos caracterizar é que: 1) a propaganda veiculada pelos publicistas, a partir de referências teóricas várias, não raro, distanciava uns grupos dos outros; 2) tal propaganda não se traduziu em projeto acabado de República para o Brasil. A tônica do debate no interior das diversas vertentes do movimento republicano que incorporou "ideias novas" era, na essência, contestar os pressupostos do regime Imperial, conquistar espaços de poder e quebrar o *status quo* que

<sup>56</sup> CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891). In: \_\_\_\_\_ [et al]. *Linguagens e fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 30/31.

<sup>57</sup> Idem. *A formação das almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990, p.9.

<sup>58</sup> LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 38.

regulava os mecanismos de acesso ao poder existente durante o Segundo Reinado. Nesses questionamentos, entre as ideias que mais se destacavam, como dissemos, estavam aquelas que defendiam a autonomia das províncias.

A descentralização, aliás, é o único fundamento não generalizante ou universal de seu ideário (...), fundamentada na soberania popular expressa no direito à liberdade do voto. O movimento impulsionador que imprimiria vida a esse novo regime é apenas indicado fora do plano teórico-ideal como processo de educação do povo para a democracia.<sup>59</sup>

Mesmo quando os posicionamentos do Partido Republicano Paulista – PRP são tomados como referência - destacado por alguns autores por sua atuação protagonista frente à Monarquia<sup>60</sup> -, é necessário levar em consideração que, inicialmente, seus membros eram avessos às ideias como "revolução" e "desordem". Esses pautavam seus discursos na defesa de **reformas** graduais, sem que a ordem instituída fosse alterada, esperando, talvez, que o desfecho natural da Monarquia fosse a morte de D. Pedro II.

Uma posição definitiva em prol da República como forma de regime político foi adotada apenas em 1887, o que evidencia a evanescência dos posicionamentos que norteavam o *vir a ser* republicano. Nesse sentido, convém salientar que, quando afirmamos que o futuro do Brasil carecia de projetos mais acabados acerca do delineamento do que seria o arcabouço republicano, não queremos dizer que a adesão à causa republicana foi repentina para o conjunto da sociedade brasileira, uma vez que não ter consenso sobre o *vir a ser* não significa, necessariamente, não saber o que não se quer mais.

A Proclamação da República é, nesse sentido, uma etapa da instabilidade política verificada no período em questão, mas não o seu fim. O recrudescimento da crise monárquica,

---

<sup>59</sup> No texto que trata da propaganda política promovida por Campos Sales, as autoras observam que este organizou suas propostas a partir de dois núcleos básicos: críticas e proposições. No que tange às críticas, destacam a condenação o centralismo administrativo; a condenação ao sistema eleitoral arbitrário, pautado no controle das mesas eleitorais; a atuação dos partidos políticos que agiam em função de interesses comezinhos; ao papel dos Presidentes de Províncias, qualificados como "instrumentos políticos" que agiam como elo dos interesses da política imperial nas províncias. Quanto às proposições, destacam-se, além da descentralização, como ponto central de sua argumentação, a atuação dos partidos políticos que deveriam agir no sentido de "preservar o direito e a soberania popular"; eleições livres; a virtude cívica maior amplitude do poder judiciário; "necessidade de adequar a máquina do Estado ao adiantadoo avanço moral e material do país". Cf. ARAÚJO, Heloísa Archer de; BRESCIANI, Maria Stella. In: *O ideal republicano*. Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo, Itú 26 a 28 de julho de 1873. Org: WITTER: José Sebastião. São Paulo: Anpuh/SP, 1974, p. 93.

<sup>60</sup> Ao analisar a trajetória do PRP, Maria E. M. Zimmermann assinala que, entre 1887 e 1889 – período de intensa agitação por parte dos republicanos – a proposta de separação da província de São Paulo do "corpo" do Império, provocou "divergências profundas no interior do partido". O posicionamento do principal partido republicano do Brasil corrobora a ideia aqui defendida: qual seja, a de que havia posicionamentos diversos entre os grupos que se opunham à Monarquia. Cf. ZIMERMANN, Maria Emilia Marques. Da propaganda à República (A organização do Partido Republicano Paulista - 1887-1889) In: LAPA, José Roberto do Amaral (org). *História Política da República*. Campinas, SP: Papirus, 1990, pp. 137-138.

portanto –mesmo não resultando na formação de um grupo ideologicamente homogêneo e suficientemente amplo para delinear os contornos do *vir a ser* republicano – foi capaz de aglutinar sujeitos das mais variadas vertentes. Fato que culminou com a formação da coalizão reunida em torno das figuras do Marechal Deodoro da Fonseca, de Benjamin Constant e de parte da "mocidade militar" da Escola da Praia Vermelha que, em 1889, tramou o golpe que pôs fim à Monarquia no Brasil.<sup>61</sup>

Após a queda do Império, as forças que se reuniram para proclamar o novo regime, representante das diversas vertentes de contestação à Monarquia, logo iriam protagonizar rearranjos diversos e protagonizar disputas materiais e simbólicas com vistas a conquistar espaços de poder. Tais embates, conforme veremos adiante, travados tanto no nível federal como em diversas regiões do Brasil, intensificam ainda mais a atmosfera de crise e instabilidade presente nos momentos finais do período monárquico.

Em Mato Grosso, conforme já informamos, o primeiro e único jornal republicano – *A República* – tinha caráter informativo e não reproduziu os debates sobre as vertentes republicanas. Porém, se os discursos republicanos não representavam ameaça aos pressupostos do Estado Imperial na região, as mudanças de caráter econômico que se iniciam na região após o término da guerra, em 1870, implicaram na renovação da elite política local, conforme veremos adiante. Essa nova elite, por ocasião da queda da Monarquia, tanto em razão do contexto como em face do cenário geral de instabilidade verificado após a Proclamação da República, passou a disputar, entre si, espaços de poder, produzindo, assim, uma outra dimensão de instabilidades em Mato Grosso.

Porém, para compreender o contexto da política mato-grossense após a mudança de regime ocorrida em 1889, é preciso considerar que a revivescência econômica e a renovação social verificadas em Mato Grosso resultaram no esgarçamento dos limites políticos estabelecidos pela "ordem imperial" e o desmantelamento dos preceitos sobre os quais os *saquaremas* haviam conduzido a política na província Mato Grosso até o fim da Guerra da Tríplice Aliança.

Até o fim da década de 1860, Mato Grosso se manteve sob os pressupostos do arcabouço montado pelo Estado Imperial. A situação de relativa estabilidade vivenciada na província era resultado da ação *conciliadora* de Augusto Leverger que conseguiu promover a acomodação dos conflitos verificados em período anterior a sua primeira nomeação ao cargo

---

<sup>61</sup> Sobre o papel da chamada "mocidade militar" no golpe que pôs fim à Monarquia, ver: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

de Presidente de Província (1851-1857), submetendo as facções políticas da província à ordem imperial.

A ascensão de Leverger ao governo de Mato Grosso contribuiu para trazer "paz aos espíritos" através da conciliação que conseguiu acomodar os conflitos entre facções da elite que, desde a década de 1830, ocorriam na região. Naquela década, um violento embate, ocorrido em 1834, representou o ápice das tensões vivenciadas no seio da elite mato-grossense durante o período imperial. O conflito ficou conhecido como Rusga<sup>62</sup>.

Nas décadas de 1840 e 1850, momento em que persistiam as disputas no seio da elite política local envolvendo facções dos Partidos Conservadores e Liberais em Mato Grosso, a figura de Augusto Leverger conquistou espaço e respeito no cenário político local.

Marinheiro francês, Leverger chegou ao Brasil na década de 1820 e, nesse mesmo período, foi incorporado à esquadra brasileira. Aportou em Mato Grosso na década seguinte. Estudioso da geografia e das condições de navegação dos rios da província, vinculado através de casamento à tradicional família Corrêa da Costa, consolidou seu prestígio e respeito junto à sociedade mato-grossense. Graças a essa condição, não tardou a ingressar no seletivo grupo político local. Membro do Partido Conservador mato-grossense, gozando do prestígio advindo do lastro familiar e do reconhecimento pessoal, Leverger se notabilizou. Nomeado para o cargo de Presidente de Província em Mato Grosso pela primeira vez em 1851, como dito acima, foi indicado ao cargo outras três vezes, somando, ao todo, mais de sete anos à frente do governo da Província.<sup>63</sup>

A chegada de Leverger ao poder, segundo Ernesto C. Sena (2006), propiciou o fim de quase duas décadas de acirrada queda de braços entre facções da elite local. A atuação de Leverger em Mato Grosso se insere em um contexto maior que engloba a ação do Partido Conservador em âmbito nacional, no qual foram definidos os contornos do Estado Imperial brasileiro, denominado pela historiografia de "Regresso". A ação dos Conservadores foi caracterizada pelo

---

<sup>62</sup> A Rusga eclodiu em Cuiabá, em 30 de maio de 1834 e, em seguida, irradiou para outras cidades de Mato Grosso, e, segundo Ernesto Sena, deixou um saldo de 47 mortos, sendo que, destes, 44 eram portugueses. Sob a capa de um conflito nativista, a Rusga envolve um feixe de motivações, entre as quais, as disputas entre elites tradicionais vinculadas às atividades agrícolas e às novas lideranças associadas ao comércio; a tensão sobre a decisão da manutenção da sede administrativa do poder local na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, então capital da província, ou a mudança para Cuiabá, que conseguiu desbancar a antiga capital pouco depois, em 1835; a crise econômica que à época castigava Mato Grosso. Sobre a Rusga, ver: SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costume – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. 2006. 360 fls. Tese (Doutorado em História). Instituto de Humanidades. Universidade de Brasília, UnB, Brasília. 2006, pp. 42 et seq.

<sup>63</sup> Augusto Leverger foi Presidente de Província em três ocasiões: na primeira delas, ocupou o cargo entre anos de 1851 e 1857; depois, retornou ao posto entre 1865 e 1867. Para informações sobre os anos de maior conflito, especificamente entre os anos de 1840 e 1850, ver: *Ibidem*.

(...) lento convencimento dos proprietários de que a monarquia lhes convinha [e] foi resultado do progresso conservador, levado a efeito por burocratas e por políticos ligados à grande cafeicultura fluminense. Ajudou no convencimento a atuação da Coroa ao mostrar, logo em 1844, que os revoltosos da véspera [da Revolta Liberal de 1842] podiam chegar ao governo e que havia, portanto, lugar para as divergências oligárquicas dentro do sistema. Estes foram os dois pontos cruciais: a demonstração de que a monarquia era capaz de manter a ordem no campo e na cidade e de que poderia ser árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes.<sup>64</sup>

Depois da breve experiência descentralizadora verificada no Período Regência (1831-1840), o regime voltou a ser pautado no centralismo administrativo e na arbitragem do Poder Moderador.

Buscando compreender a natureza da política imposta pelos Conservadores, Ilmar Mattos<sup>65</sup> observou que, na esteira da atuação Saquarema<sup>66</sup>, restou, também, uma hierarquização social do mando. Para o autor, os rígidos parâmetros que definiam as condições de acesso à participação política e a forte influência de grupos econômicos ligados à grande propriedade contribuíram para o estabelecimento de um estamento ligado à classe senhorial, com espaços muito claros de controle das formas de acesso a cargos junto ao Estado Imperial. Esse controle tinha como objetivo central não abalar a “ordem” instituída. Manter a ordem significava, portanto, preservar um conjunto de valores socioeconômicos e de parâmetros que constituíam as formas de ação a fim de evitar, não apenas as possíveis revoltas e a ameaça que lhes era intrínseca, mas, também, a fragmentação política do Império.<sup>67</sup>

<sup>64</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.255.

<sup>65</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004. (Estudos Históricos).

<sup>66</sup> O nome Saquarema tem origem em razão de disputas políticas ocorridas numa região do Rio de Janeiro que tem esse nome. Ilmar Mattos Rohloff utilizou a expressão para analisar a influência do Partido Conservador na formação do Estado Imperial brasileiro. Entre os principais dirigentes do Partido Conservador estavam Euzébio de Queiroz, Paulino José Soares de Souza, Visconde de Uruguai e Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí. Pela influência que exerceram sobre os membros do Partido foram denominados de "Trindade Saquarema".

<sup>67</sup> A consolidação dos valores concernentes à concepção sociopolítica Saquarema significou, na concepção de Ilmar Mattos, a renúncia ao projeto liberal. Os Liberais ou *Luzias* – como era chamado o grupo político derrotado nas Revoluções Liberais, especialmente a de 1842 – tinham entre suas bandeiras garantir o acesso aos grupos locais às disputas políticas (...). Buscavam "garantir a liberdade pela subordinação da Coroa e do Executivo ao poder que era a Representação Nacional; lutava-se, pois, para evitar o 'estreitamento do círculo das garantias'". Todavia, conforme analisa Mattos, a concepção de liberdade dos Liberais tendia a equalizar igualdade com direito à participação política e tal concepção poderia sugerir a supressão da hierarquia social, marca essencial daquela sociedade. Esse nivelamento poderia, de acordo com as ideias da época, suscitar a desordem, situação que aquela geração buscava evitar a qualquer preço. Embora mantidas nos discursos, as proposições caras aos Liberais foram solapadas pelas ideias do Regresso e só voltaram à pauta das discussões como proposta efetiva na década de 1870. Uma discussão aprofundada sobre as diferenças entre Liberais e Conservadores e a estruturação do Estado imperial sob as hostes Saquaremas, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004. (Estudos Históricos), pp. 115/204.



Ainda sobre o crescimento da ação dos Conservadores, José Murilo de Carvalho escreveu:

A obra política do regresso consistiu em devolver ao governo central os poderes que perdera com a legislação descentralizadora da Regência, particularmente com o Ato Adicional de 1834 e com o Código de Processo Criminal de 1832. Em 1840 foi interpretado o Ato Adicional, em 1841 foi reformado o Código. Com isso, as assembleias estaduais deixaram de ter jurisdição sobre funcionários do governo central; todo o funcionalismo da justiça e da polícia passou a ser controlado pelo ministro da Justiça; o único juiz eleito, o juiz de paz, perdeu boa parte de suas atribuições em benefício dos delegados e subdelegados de polícia. O ministro da Justiça ganhou o poder de nomear e demitir, por meios diretos e indiretos, desde o desembargador até o guarda de prisão. Com a maioria em 1840, voltou também a funcionar plenamente o Poder Moderador, e foi restabelecido o Conselho de Estado, extinto pelo Ato Adicional.<sup>68</sup>

A quantidade de legislação produzida no período que conhecemos como “Regresso”, explicitada na nota anterior, demonstra que a centralização foi um dos pilares de sustentação que a administração utilizou para manter sob controle toda a sorte de aspectos que compunha a vida política das províncias do Império.

A constituição da ordem monárquica sob o prisma dos valores defendidos pelos Saquaremas, e em muito compartilhado pelos liberais, vinculou a dimensão política a uma visão de mundo do segmento economicamente dominante no período: os grandes proprietários rurais<sup>69</sup>. A condução da política imperial, a partir da aliança com a grande lavoura, acabou por imprimir nas ações políticas um conjunto de valores e práticas que definiu os rumos da administração do Estado, compondo o que aqui denominamos de "ordem imperial".

No arcabouço montado pelos saquaremas, a lógica do controle, sob forma de ação político-administrativa centralizada, completava-se através da atuação exercida pelas instâncias da Assembleia Geral, do Senado e do Conselho de Ministro, e pela arbitragem do Poder Moderador –fazendo cumprir no Brasil a "formulação do Visconde de Itaboraí por ocasião da crise de 1868, que aqui ‘o Imperador reina, governa e administra’”<sup>70</sup>.

Para além do aparato jurídico que regulava a ação dos sujeitos, o *establishment* cuidava da nomeação dos Presidentes de Província. O cargo de Presidente de Província era uma das peças-chaves da engrenagem política imperial, pois da sua interlocução com as elites

<sup>68</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 255.

<sup>69</sup> A explicação para a relação entre grandes proprietários e política não é simplista, a referência aqui feita serve apenas como dado, tendo em vista que não é nosso intuito refletir sobre essa questão nesta pesquisa.

<sup>70</sup> MATTOS, I. R. de. op. cit. p. 206.

provinciais “dependia a vitória do governo nas eleições”, conseguida por meio de cooptações, conchavos, ameaças e violência. E mais:

Mesmo em períodos não eleitorais o presidente conservava atribuições relevantes, uma vez que controlava nomeações estratégicas como a dos promotores, delegados e subdelegados de polícia e oficiais inferiores da Guarda Nacional. Indicava ainda os oficiais do recrutamento militar, reconhecia a validade das eleições municipais e encaminhava ao ministro do Império, com parecer pessoal anexo, os pedidos de concessão de títulos honoríficos, a começar pelos de nobreza.<sup>71</sup>

O controle na nomeação dos cargos, segundo Carvalho, foi a resposta encontrada pelo governo imperial à instabilidade verificada logo após a abdicação de D. Pedro I. Dessa forma, contra o fantasma das revoltas regenciais e a ameaça de fragmentação política, a norma era manter a ordem. Essa era a tônica da política saquarema a ser seguida em todos os cantões do Império. A lógica centralizadora era reforçada pelo voto censitário.

No exercício da função de Presidentes de Província, os homens designados pelo *staff* de Sua Majestade tinham a incumbência de estreitar os laços entre as elites provinciais e a Coroa, fiscalizar o cumprimento e a aplicabilidade das leis e zelar pela manutenção da ordem. Em Mato Grosso, esse papel coube a Leverger e a outros políticos conservadores como Joaquim Gaudie Ley, Antônio de Cerqueira Caldas, o Barão de Diamantino e, ainda, José Antônio Murtinho. Segundo Ernesto Sena, coube a Augusto Leverger e aos membros do Partido Conservador em Mato Grosso afastarem o conflito que permeou a política local ao longo da década de 1830 e 1840 e imprimir na província os significados que a ordem saquarema representava ao conjunto do Estado imperial brasileiro.<sup>72</sup>

Nessa lógica centralizadora e apaziguadora de conflitos, Augusto Leverger obteve êxito nas mediações entre os dois partidos imperiais em Mato Grosso, tornando-se uma espécie de fiel da balança, chamado ao comando político da província sempre que alguma ameaça de crise estivesse pairando no ar.

Assim, gozando da confiança tanto de seus pares quanto da cúpula política imperial, sua ação mediadora no sentido de dirimir os conflitos e ajustar os rumos da política provincial aos preceitos da “ordem imperial” contribuiu para torná-lo uma figura “lendária”. A imagem de Leverger como herói foi reforçada durante a Guerra do Paraguai, quando, diante da

---

<sup>71</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 123.

<sup>72</sup> SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costume – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. 2006. 360 fls. Tese (Doutorado em História). Instituto de Humanidades. Universidade de Brasília, UnB, Brasília. 2006, p. 316 e ss.

possibilidade de invasão à capital Cuiabá, assumiu o controle das tropas cuiabananas e montou um flanco de defesa próximo à região de Melgaço. Essa atitude garantiu-lhe reconhecimento como herói de guerra, sendo ele agraciado com o título de Barão de Melgaço. Exaltado pela historiografia mato-grossense, representado como a personificação da civilidade, de abnegação, de “patriotismo” e de amor ao “torrão natal”, Augusto Leverger, o “Bretão Cuiabanizado”<sup>73</sup>, tornou-se ícone da política em Mato Grosso no período imperial.

Leverger foi o grande herói virgiliano desse período [imperial]. Exaltado por suas qualidades intelectuais e raciais, não lhe faltaram elogios por parte do escritor [Virgílio Corrêa Filho] para destacar os muitos atributos do bretão: primeiro, o fato de ser europeu, ter uma notória atividade intelectual e uma vivência diferenciada dos demais moradores da província; depois, por ter se tornado um defensor da fronteira, conciliador, corajoso, valente, honesto, despegado das vaidades do poder, dentre tantos outros adjetivos que transbordam em sua biografia.<sup>74</sup>

A relativa paz estabelecida em Mato Grosso, no período que antecede à Guerra, adquire novo ritmo após o conflito. Depois da Guerra, Augusto Leverger deixou a política local por motivos ligados a sua avançada idade. Tanto o seu afastamento quanto o do grupo que convergia em torno da figura do então Barão de Melgaço – muitos deles em razão da idade avançada ou mesmo em decorrência de morte – ao longo da década de 1870, ocorre em momento no qual as atenções do governo imperial voltaram-se para a necessidade de resguardar a fronteira.

Desse modo, o cenário de acomodação à ordem e de ajustamento à hierarquia do mando, delineado pelo Estado Imperial e estabelecido em Mato Grosso por meio da ação de Augusto Leverger e do grupo ao qual ele estava vinculado, sofreu considerável modificação em face da emergência de novos atores políticos que surgiram na esteira no redimensionamento da economia local, verificada após o término da Guerra da Tríplice Aliança, conforme veremos adiante.

---

<sup>73</sup> Esse foi o cognome com o qual Virgílio Corrêa Filho, um dos biógrafos de Augusto Leverger, referia-se a ele. Ao denominá-lo “Bretão Cuiabanizado”, Corrêa Filho acabou por “naturalizar” Augusto Leverger, inserindo-o no diminuto círculo dos “homens de estirpe” que formavam um tipo “ideal e modelar” de mato-grossense. Cf: IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Augusto Leverger: o Bretão Cuiabanizado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941; FRANCO, Gilmar Yoshihara. *O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana - 1920-1940*. Dourados (MS): UFGD, 2009.

<sup>74</sup> FRANCO, G.Y. op. cit. p.93.

## 1.2 O redimensionamento da economia mato-grossense após a Guerra da Tríplice Aliança

Durante as primeiras décadas do século XIX, a economia mato-grossense sobreviveu basicamente da extração do ouro e da criação de gado destinado, em sua maioria, para o consumo interno. Essa realidade significou uma vida com poucos recursos para a população da região, uma vez que o auge da atividade aurífera ocorreu em meados do século anterior. Essa condição de penúria era agravada pela localização geográfica de Mato Grosso.

Situado nos “confins do Império”<sup>75</sup>, na fronteira com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia, suas vias de comunicação disponíveis até meados da década de 1860 aumentavam a sensação de isolamento e dificultavam o intercâmbio comercial com outras regiões. O mesmo ocorria com a possibilidade de fomento de relações comerciais com os países platinos. Tornar viável o comércio constituía-se, portanto, em um desafio para as autoridades e uma necessidade para a sobrevivência dos habitantes locais.

(...) a economia de Mato Grosso [passou] ao longo da primeira metade do século XIX, por período de estagnação: algum comércio com outras partes do Brasil e com os países vizinhos do Prata; alguma produção para o mercado interno. Tudo isso insuficiente para a manutenção da vida econômica em Mato Grosso (...).<sup>76</sup>

Enquanto não se reorganizava a economia em atividades que não se pautas fossem pautadas na exploração auríferas, coube ao governo imperial financiar boa parte do *déficit* orçamentário de Mato Grosso<sup>77</sup>.

Com o tempo, as atividades econômicas foram se diversificando. A partir da segunda metade do século XIX, além da exploração, em pequena quantidade, de ouro e diamantes, os

<sup>75</sup> Expressão que tomamos emprestada de GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 fls. Tese (Doutorado em História). FFLCH, USP. São Paulo, 2000.

<sup>76</sup> BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870-1930*. São Paulo: Scortecci, 2001, p. 28.

<sup>77</sup> Embora as dificuldades econômicas enfrentadas pela província de Mato Grosso sejam reconhecidas pela historiografia local, existe outra variante interpretativa que merece destaque. Contrastando com a visão de estagnação apresentada por Fernando Tadeu Borges, os historiadores Paulo Roberto Cimó Queiroz e Luiza R. R. Volpato assinalam que na primeira metade do século XIX a produção de gado destinado, sobretudo, ao mercado paulista, foi uma importante fonte de renda para a província mato-grossense. Esse gado, proveniente da vila de Santana do Paranaíba, localizada no sul de Mato Grosso, era transportado por via terrestre para São Paulo pela chamada estrada do Piquiri. Conforme afirma Queiroz, esta via foi, até a abertura da navegação pelo Rio Paraguai, importante elo entre Mato Grosso e outras regiões do país. Para maiores informações sobre esse assunto, ver: VOLPATO, Luiza R. R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993, pp. 23-55 e QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Articulações econômicas e Vias de Comunicação do antigo sul de Mato Grosso (século XIX e XX)* In: LAMOSO, Lisandra (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados (MS): Ed. UFGD, 2008, pp.15-76.

cofres da província passaram a contar com a renda dos impostos provenientes da extração da poaia.<sup>78</sup> A extração dessa raiz foi, entre a década de 50 e 60 do século XIX, a principal fonte de renda para a economia mato-grossense. A ipecacuanha ou poaia tinha algum valor de mercado em razão de suas propriedades farmacêuticas. Havia também a produção de cana-de-açúcar e aguardente<sup>79</sup> fabricada em engenhos bastante rudimentares e destinada, sobretudo, ao consumo local.<sup>80</sup> A diversificação, repetimos, não resolveu o problema, tanto por não ser suficiente como pelo fato de que toda produção dependia de escoamento: mais uma vez nota-se a importância do transporte e da comunicação.

Para dinamizar a economia da região uma das medidas adotadas foi o fomento do comércio com a região platina através do Rio Paraguai. Pouco antes da Guerra, “o governo imperial tinha montado um escritório em Montevideu encarregado de convencer imigrantes a irem para o Mato Grosso”.<sup>81</sup> A estratégia atraiu para o porto de Corumbá, situado às margens do Rio Paraguai, muitos comerciantes, sobretudo de origem uruguaia e argentina, com objetivos e condições de abrir negócios que logo se transformariam em prósperas casas comerciais. Naquele contexto, Corumbá, até então uma pequena vila às margens do Rio Paraguai, tornou-se referência para o comércio mato-grossense. Entre as casas comerciais que ali se estabeleceram, destacam-se M. Cavassa Filho & Cia, instalada desde 1858, Wanderlei,

---

<sup>78</sup> A poaia ou ipecacuanha é o nome de uma planta medicinal da família das rubiáceas. O mesmo nome serve para designar várias plantas da América do Sul, cujas raízes têm propriedades eméticas, ou seja, o estimulam o vômito, auxiliando, por exemplo, em quadros que o diagnóstico era intoxicação ou envenenamento. In: FERNANDES, Francisco; LUFT, CELSO Pedro F.; GUIMARÃES, Marques. *Dicionário Brasileiro Globo*. 21ª ed. São Paulo: Globo, 1991, s/p. De acordo com Luíza Volpato, as áreas em que a poaia era encontrada de forma mais abundante eram as matas do Alto Paraguai, Vila Maria, Diamantino e Vila Bela da Santíssima Trindade. Sobre o assunto ver: VOLPATO, Luíza R. R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993, p. 61.

<sup>79</sup> A produção de cana-de-açúcar e aguardente era realizada em fazendas situadas às margens do Rio Cuiabá. Os fazendeiros tiravam proveito do processo de adubação natural, produzido pela cheias do Rio, para o plantio de várias espécies de cana. A autora escreve ainda que as engenhocas eram bastante rudimentares, construídas de madeiras e movidas por força hidráulica ou tração animal. Sobre o assunto ver: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A produção açucareira em Mato Grosso*. Diário Oficial de Mato Grosso. Suplemento Mensal. Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1988, pp. 10-12.

<sup>80</sup> Sobre a economia em Mato Grosso na segunda metade do século XIX ver: BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870-1930*. São Paulo: Scortecci, 2001.

<sup>81</sup> A iniciativa do Governo Imperial em incentivar a vinda de comerciantes para Corumbá não tinha apenas um caráter econômico. O objetivo era também marcar a presença brasileira junto à fronteira com o Paraguai – uma vez que, desde o início da década de 1850, o governo paraguaio impunha dificuldades às embarcações brasileiras que trafegavam pelo Rio Paraguai. Em 1856, foi assinado um Acordo entre os dois países que garantia a livre navegação aos navios brasileiros através desse rio. Todavia, o Acordo não pôs fim às pretensões paraguaias de controlar as embarcações que navegavam pelas águas do Rio Paraguai. DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 33.

Bais & Cia, em 1876, Stofen. Schnack, Muller & Cia, em 1898, e Josetti & Cia, em 1909.<sup>82</sup>  
Esses empreendimentos

exerciam o monopólio do comércio de importação; controlavam boa parte do comércio de exportação e da navegação; dispunham de "secções bancárias" que, além de empreenderem operações próprias, funcionavam como intermediárias de bancos nacionais e estrangeiros; representavam companhias seguradoras; incorporavam indústrias; e apropriavam-se de terras para explorar a pecuária, a agricultura e a extração de produtos vegetais e minerais.<sup>83</sup>(Destaque do autor).

A iniciativa de desenvolver o comércio fluvial através do Porto de Corumbá foi importante para fomentar a economia mato-grossense. Os imigrantes que se estabeleceram em Corumbá, além do comércio, atuavam como representantes de instituições financeiras e contribuíram para alavancar a economia local tanto nos anos que antecederam a guerra como após o término do conflito.

Mesmo tendo sofrido as agruras da invasão paraguaia mais intensamente entre os anos de 1865 a 1868, o término da guerra garantiu não só a definição dos limites fronteiriços entre Brasil e Paraguai como, também, a internacionalização da navegação pelo Rio Paraguai. O uso dessa via fluvial facilitava e dinamizava as comunicações e o transporte de mercadorias e pessoas, de modo que era a alternativa mais viável frente às distâncias e condições das estradas que ligavam Mato Grosso às demais regiões do Brasil.

O transporte terrestre era feito ou pela estrada do Piquiri, que ligava Cuiabá a Goiás, via Sant'Ana do Paranaíba, localizada no sul de Mato Grosso, ou pela estrada conhecida como "picadão de Cuiabá", que igualmente atravessava Sant'Ana do Paranaíba, ligando a capital da província às cidades paulistas de Araraquara e Piracicaba. Essas estradas eram muito utilizadas para o transporte de gado de Mato Grosso, porém, por serem de difícil manutenção, despendiam um tempo maior dos seus usuários, o que poderia ser minimizado se o transporte fosse feito por via fluvial. Por isso, segundo Roberto Cimó Queiróz:

(...) não parece haver dúvidas acerca do fato de que a definitiva liberação do tráfego pelo rio Paraguai representou para a economia de Mato Grosso (...) um grande melhoramento. Consolidaram-se linhas de navegação que partiam do Rio de Janeiro, passavam por Montevidéu e, subindo os rios Paraná e

<sup>82</sup> A descrição das atividades de cada uma dessas empresas, feita sob forma de propaganda e pode ser verificada em anúncios comerciais presentes no *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, produzido em 1914. Para maiores detalhes sobre o tema ver: BPGYF. CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F. (Orgs). *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Campo Grande: IHGMT, [1914] 2011.

<sup>83</sup> ALVES, Gilberto L. *A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso 1870-1929*. Campo Grande (MS): Ed. Uniderp, 2005, p. 35.

Paraguai, chegavam até Corumbá e daí a Cuiabá. Corumbá consolidou-se como importante pólo comercial, atraindo novos comerciantes e trabalhadores brasileiros e estrangeiros; o gado do Pantanal pôde ser melhor aproveitado, com a retomada da produção e exportação de charque, e os ervais nativos do extremo sul começaram a ser explorados, sendo a produção exportada para a Argentina.<sup>84</sup>

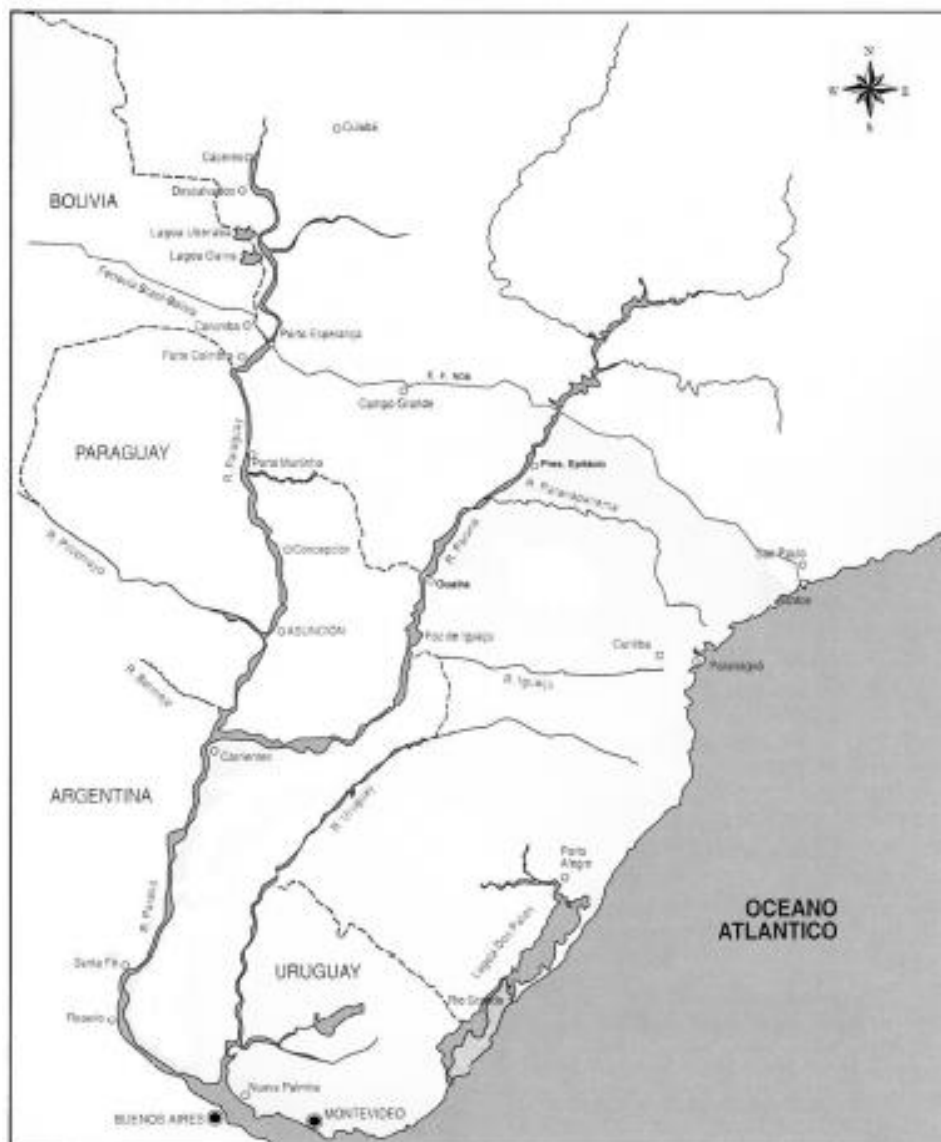
Desse modo, o Tratado imposto à nação Guaraní contribuiu para dinamizar o comércio importador/exportador surgido em Mato Grosso a partir da segunda metade do século XIX, uma vez que a navegação pelo Rio Paraguai facilitava o acesso aos mercados platinos e encurtava a duração das viagens entre Mato Grosso e outros destinos no Brasil e na América do Sul.

Conforme se verifica no **Mapa 2**, o transporte fluvial poderia chegar a Mato Grosso através do estuário do Rio da Prata, passando por Montevideu (Uruguai), Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai) e, posteriormente, via Corumbá, chegar aos diversos pontos da província. No caso da comunicação com outras províncias, como São Paulo e Minas Gerais, uma alternativa, além das estradas anteriormente mencionadas, era a utilização do Rio Paraná e seus afluentes.

---

<sup>84</sup> QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e Vias de Comunicação do antigo sul de Mato Grosso (século XIX e XX) In: LAMOSO, Lisandra (Org) *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados (MS): Ed. UFGD, 2008, p.17.

**MAPA 2 -  
Vias de Comunicação de Mato Grosso -  
Transporte Fluvial**



Fonte: QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. "Caminhos e Fronteiras": vias de transporte no extremo oeste do Brasil. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/Paulo%20R%20C%20Queiroz.pdf>. Acesso em: 13 de jul. de 2013

A dinamização da economia de Corumbá, por sua vez, não se traduziu em aumento da influência política da elite corumbaense em âmbito regional. Isso porque a participação política de estrangeiros era vedada pela Constituição Imperial. Desse modo, as principais lideranças que foram formadas após a Guerra do Paraguai – apesar do crescimento econômico de Corumbá – permaneceram em Cuiabá, capital da província.

A economia e as condições urbanas da capital de Mato Grosso também se modernizaram após a Guerra. O maquinário rudimentar dos antigos engenhos localizados nas



cercanias da cidade cedeu espaço a novos implementos. Os engenhos ali existentes transformavam-se em usinas, ao mesmo tempo em que o comércio de Corumbá tornava-se importante.

Muitos dos antigos proprietários de engenhos adquiriam estes equipamentos industrializados e montaram usinas. Apesar de o açúcar e a aguardente passassem a ser produzidos em grande escala, pouco se exportava, sendo toda a produção consumida pela população local.<sup>85</sup>

Tanto o comércio do açúcar, estabelecido no entorno de Cuiabá, como a melhoria do transporte de mercadorias de natureza diversa e de pessoas entre a capital da província e o restante do país foram possíveis graças à implementação de uma linha de navegação fluvial permanente em 1859, ligando a capital Cuiabá ao Rio de Janeiro, sede da Corte.

(...) os moradores da província e o governo desejavam uma Companhia comercial com vapores regulares que ligasse a capital ao Rio de Janeiro, ou a algum lugar no Prata que tivesse conexão com a capital do Império. (...). Essa organização fazia duas linhas, uma ligando Montevideú até Corumbá, passando por Buenos Aires e Corrientes, e outra indo de Corumbá até Cuiabá. Eram quatro os vapores comerciais, construídos especialmente para essa companhia, cujos nomes na maioria das vezes remetiam às figuras eminentes do império: “Marquês de Olinda”, “Conselheiro Paranhos”, “Visconde de Ipanema” e, o menor deles, “Cuiabá”.<sup>86</sup>

As embarcações que faziam viagens regulares demoravam, em média, trinta dias de Cuiabá, em Mato Grosso, ao Rio de Janeiro, capital do Império. Mesmo despendendo levando todo esse tempo, o transporte regular de mercadorias e pessoas significou um passo importante para a modernização da capital da província mato-grossense.

Além da melhoria nas comunicações, ocorreu um surto de modernização em Cuiabá, como nota Volpato (1993), na década de 60 do século XIX, quando houve a criação da primeira escola de ensino secundário em Cuiabá, a edificação de uma cadeia nova e a inauguração do cemitério, que resultou no fim dos enterros dentro das igrejas. Outra

<sup>85</sup> Ao fazer menção a "equipamentos", a autora se reporta ao maquinário mais moderno que transformou os engenhos em usinas de produção de cana-de-açúcar e aguardente. Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A produção açucareira em Mato Grosso*. Diário Oficial de Mato Grosso. Suplemento Mensal. Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1988, p.11.

<sup>86</sup> Conforme observamos anteriormente, antes da utilização da rota fluvial via Rio Paraguai, a rota de transporte mais utilizada pelos mato-grossenses era a chamada estrada do Piquiri. No decorrer do século XIX, o governo provincial havia tentado estabelecer uma rota fluvial pela região norte, através do Rio Arinos, mas as dificuldades da navegação e a distância inviabilizavam esse caminho. Como o transporte terrestre era demorado, dispendioso e sujeito ao ataque das populações indígenas espalhadas pelo território cortado pela estrada, a saída era tornar viável a rota fluvial pelo Rio Paraguai, naquela ocasião, o mais eficaz meio de transporte e comunicação entre Cuiabá e o Rio de Janeiro. Cf. SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costume – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. 2006. 360 fls. Tese (Doutorado em História). Instituto de Humanidades. Universidade de Brasília, UnB, Brasília. 2006. pp. 240/246, 267.

preocupação dos agentes públicos, à época, foi adequar as ruas e construções da cidade aos padrões que ditavam as regras de civilidade, dando uma certa norma ao ritmo da vida urbana nos centros mais desenvolvidos.<sup>87</sup>

Após o término do conflito com o Paraguai, em 1870, as principais ruas da capital mato-grossense tiveram seus nomes alterados para rememorar os "heróis" da Guerra. Cada uma dessas ruas,

(...) através de um edital da Câmara de 1871, passou por um novo "batismo" recebendo nomes de cidadãos ilustres, datas e outras referências às "heroicas" batalhas travadas. Assim, a Rua do Campo passou a chamar-se "Barão de Melgaço", a travessa da Alegria transformou-se em "Voluntários da Pátria", a Bela do Juiz, em "13 de junho".<sup>88</sup> (Destques da autora).

Na década de 1870, também teve início o desenvolvimento das atividades de extração do látex na região norte de Mato Grosso, "desenvolvida nos vales dos rios tributários do [Rio]Madeira, como [os Rios] Guaporé, Mamoré, Jamari e Machado, que, em sua maior parte, estavam situados na região onde está localizado o Estado de Rondônia"<sup>89</sup>. Embora modesta, a exploração da seringueira resultou na ampliação do leque de atividades econômicas desenvolvidas na região. Contudo, o desenvolvimento da extração de látex esbarrava na falta de estrutura logística e humana:

A produção da borracha no vale do Guaporé (...) foi aos poucos sendo desenvolvida pela ação de brasileiros e bolivianos (...).  
No final do século XIX a borracha já era uma dos principais itens da **limitada pauta de exportação e da receita de Mato Grosso**, apesar da presença do Estado brasileiro naquela região de fronteira ser quase nula.<sup>90</sup> (Grifo nosso).

Verificou-se ainda o surgimento da exploração da erva-mate através da Cia. Matte Larangeira. O início dessa atividade, de forma mais sistemática em Mato Grosso, remonta à

<sup>87</sup> Embora não tenha sido palco efetivo da guerra, Cuiabá também sentiu seus efeitos. O primeiro deles foi o próprio medo, disseminado pelo inimigo, de que a cidade seria invadida. Além disso, a interrupção da navegação pelo Rio Paraguai imposta pelas tropas que haviam tomado Corumbá implicou em um severo desabastecimento de gêneros de primeira necessidade, como o sal por exemplo. Depois da escassez, em 1867, quando as tropas que participaram da retomada de Corumbá voltaram a Cuiabá trouxeram a varíola e a cidade viveu um surto dessa doença, o que provocou muitas mortes. Sobre a situação da população cuiabana no contexto da Guerra do Paraguai, ver: VOLPATO, Luiza R. R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá:1850/1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993, pp. 56/81.

<sup>88</sup> MACIEL, Laura Antunes. *A Capital de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica PUC - São Paulo, 1992, p. 25.

<sup>89</sup>GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e negócios na "Era dos Impérios": os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: Fund. Alexandre Gusmão, 2009, p. 65/66.

<sup>90</sup> Ibidem. pp. 66/67.

concessão de monopólio de exploração dos ervais nativos, localizados no sul da província, a Thomáz Laranjeira, no ano de 1882.

O interesse pela exploração dos ervais surgiu durante os trabalhos de demarcação da fronteira entre Brasil e Paraguai. Na ocasião,

(...) foi enviada para Mato Grosso uma Comissão de técnicos, encarregada de demarcar os seus limites com a fronteira vizinha. Dessa expedição participou como comandante o capitão Antônio Maria Coelho, tendo como interessado, no fornecimento de gêneros alimentícios, um gaúcho de espírito “aventureiro” chamado Tomás Laranjeira (*sic*). Ao término da missão, em 24 de março de 1874, Tomás Laranjeira apoderou-se, em Mato Grosso, de algumas áreas, próximas de Dourados, nas imediações do Estrela. Assim sendo, a partir de 1877, Tomás Laranjeira passou a interessar-se pela exploração dos ervais existentes no Sul de Mato Grosso.<sup>91</sup>

Por meio de Decreto Imperial, de 09 de dezembro de 1882, Laranjeira adquiriu o direito de explorar parte da área em que se encontravam ervais nativos no sul de Mato Grosso.<sup>92</sup> Posteriormente, em 1891, sua empresa foi incorporada pelo Banco Rio e Mato Grosso - BRMT, cujo maior número de ações pertencia à família Murtinho.<sup>93</sup>

Na mesma região onde Thomáz Laranjeira obteve concessão para explorar os ervais, o sul de Mato Grosso, outra atividade se revigorou após guerra: a pecuária. A criação de gado era secular nessas áreas, remontando à época da presença espanhola na região, ainda no período colonial. No sul da província de Mato Grosso havia fazendas de criação de gado em localidades de áreas alagadas do Pantanal - Aquidauana, Nioaque, Miranda, Corumbá, Rio Negro e no município de Sant’Ana do Paranaíba, na divisa com as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

Até a década de 1860, o comércio do gado ainda sofria com as limitações do mercado, imposto pela escassez das vias de comunicação que comprometiam o preço final do produto<sup>94</sup>. Durante a guerra, quantidade significativa do rebanho também se perdeu, uma parte foi

<sup>91</sup> BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870-1930*. São Paulo: Scortecci, 2001, p.55.

<sup>92</sup> A extensão da área explorada por Tomás Laranjeira e, posteriormente, pela Cia Mate Laranjeira, foi alterada diversas vezes, de modo que, genericamente, todo o extremo sul de Mato Grosso – que abrange, atualmente, desde o município de Porto Murtinho até Eldorado – teve seus campos arrendados para a exploração da erva mate.

<sup>93</sup> Há, em nosso entendimento, um vínculo estreito entre os interesses econômicos da Cia Matte Laranjeira e a ação política da família Murtinho nos primeiros anos da República em Mato Grosso. Dada à extensão e à profundidade do tema, a ele retornaremos no Capítulo 3.

<sup>94</sup> Antes da guerra, a pecuária sofreu com os efeitos da chamada “peste das cadeiras”. A doença, causada pelo *trypanosoma equinum*, afetava a parte traseira dos cavalos que eram utilizados no manejo do gado. Com o comprometimento da tropa destinada ao trabalho com o rebanho bovino – condição imprescindível para a atividade pecuária – essa prática foi sobremaneira prejudicada. Cf. IHGMT.CORRÊA FILHO, Virgílio. A Peste das Cadeiras. In: \_\_\_\_\_ *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 2002, pp.382/403.

destinada a alimentar as tropas brasileiras ou paraguaias, a outra porque foi deixada pelos fazendeiros que abandonaram suas terras.

Na década seguinte houve a retomada da criação que foi interrompida em muitas propriedades da região, enquanto perdurou a guerra. Além dos antigos fazendeiros, esse ramo de atividade passou a atrair ex-soldados e seus familiares, os quais permaneceram nas áreas alagadas do Pantanal após a refrega com os paraguaios, e se favorecem da considerável melhoria das condições sanitárias dos equinos e das pastagens disponíveis na região.<sup>95</sup>

De acordo com Marcos Paulo Esselin (2011), o processo de formação das fazendas atraiu, além de ex-militares, migrantes oriundos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul que ocuparam áreas de terras devolutas e, não raro, áreas de aldeamento indígenas<sup>96</sup>. Utilizando-se, em grande medida, da mão de obra dessas populações e de paraguaios, retomaram a criação de gado em áreas onde já se praticava essa atividade, conforme mencionado acima. Outra leva de migrantes instalou-se em terras localizadas no planalto da Serra de Maracaju, dando início ao povoamento de Campo Grande, (atual capital de Mato Grosso do Sul).

O reordenamento da economia mato-grossense, é importante frisar, não conseguiu sanear os *déficits* de arrecadação da província até o final do período monárquico. Conforme observa Lúcia Salsa Corrêa, citando o Relatório Provincial de 1886, "Mato Grosso não possuía nenhuma atividade produtiva suficientemente forte para predominar e influir na sua receita, sustentando cofres públicos"<sup>97</sup>

Para além dos atores oriundos dos ramos de atividade econômica, é preciso pontuar que a Guerra da Tríplice Aliança também contribuiu para reforçar a presença de militares na região. Segundo Bruno Torquato S. Ferreira:

---

<sup>95</sup>ESSELIN, Marcos Paulo. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830- 1910)*. Dourados (MS). Ed. UFGD, 2011, p. 240.

<sup>96</sup> Durante a guerra, muitas aldeias indígenas foram abandonadas. No retorno às aldeias, após o fim dos conflitos, muitas delas haviam sido ocupadas por fazendeiros. Segundo Esselin: "com o fim dos combates e com o tratado de paz, os índios iniciaram um movimento de retorno para as suas antigas aldeias, o que, entretanto, não foi possível, uma vez que elas foram sendo invadidas por fazendeiros e militares desmobilizados do exército (...) [que] preferiam se apossar das terras onde já houvesse algum trabalho e algumas benfeitorias tais como áreas desmatadas, que facilitassem o começo das atividades naquelas distantes nações". Embora não precise a quantidade de aldeias invadidas, o texto oferece indícios sobre o processo de desmantelamento e expropriação das terras indígenas bem como o aliciamento da mão de obras desses povos, entre os quais o autor destaca os Terena e os Guaicurú pela habilidade no manejo do gado. Cf. <sup>96</sup>ESSELIN, Marcos Paulo. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830- 1910)*. Dourados (MS). Ed. UFGD, 2011, pp. 245 e ss.

<sup>97</sup> CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande (MS): UCDB, 1999, p. 170.

Após o conflito com o Paraguai (...) quatro localidades [em Mato Grosso] passaram a sediar organização militares até o final do regime monárquico (Cuiabá 8º e 21º Batalhão de Infantaria), São Luiz de Cáceres (19º BI), Nioaque (1º Corpo de Cavalaria) e Corumbá (2º Batalhões de Artilharia).<sup>98</sup>

O autor menciona ainda que, além de sediar dois Batalhões de Infantaria, localizavam-se na capital Cuiabá o Arsenal de Guerra e a Fábrica de Pólvora do Coxipó. A preocupação do governo Imperial com a segurança de fronteira no pós-guerra garantiu a Mato Grosso a presença do terceiro maior efetivo militar do país, no final da década de 1880.<sup>99</sup>

O grande número de militares em Mato Grosso propiciou a formação de famílias e laços de sociabilidade entre praças e oficiais e a comunidade local.<sup>100</sup> Conforme estudo de Maria Adenir Peraro, "militares brasileiros e paraguaios [que acompanhavam as tropas que invadiram Mato Grosso e, depois, ali permaneceram] estabeleceram laços na forma de sacramentos religiosos e/ou mediante uniões consensuais". De acordo com a autora:

A documentação paroquial fornece informações sobre esses homens e mulheres que fixaram moradia em Cuiabá no período pós-guerra. Tal documentação (...) permite que venham à tona fragmentos da vida dos militares brasileiros advindos de outras províncias, que acabaram por fixar moradia e por constituir família em Cuiabá.<sup>101</sup>

A presença de grande contingente de militares na região, o processo de retomada da economia local, traduzido sob a forma de modernização da produção açucareira, da abertura de novas vias de comunicação e intercâmbio comercial, bem como o início e/ou retomada de frentes de exploração econômica são elementos que contribuíram para a reorganização socioeconômica da província e propiciaram a renovação da elite mato-grossense.

Embora a província somasse uma extensão territorial de, aproximadamente, 1.500.000 Km<sup>2</sup>, o número de municípios era irrisório. Além de Cuiabá e Corumbá, os outros núcleos

---

<sup>98</sup> FERREIRA, Bruno Torquato S. *Apontamentos para uma leitura da presença militar no antigo Estado de Mato Grosso (1889-1916)*. 171 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFGD: Dourados, 2009, p. 81/82.

<sup>99</sup> FERREIRA, Bruno Torquato S. *Apontamentos para uma leitura da presença militar no antigo Estado de Mato Grosso (1889-1916)*. 171 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFGD: Dourados, 2009, p. 76.

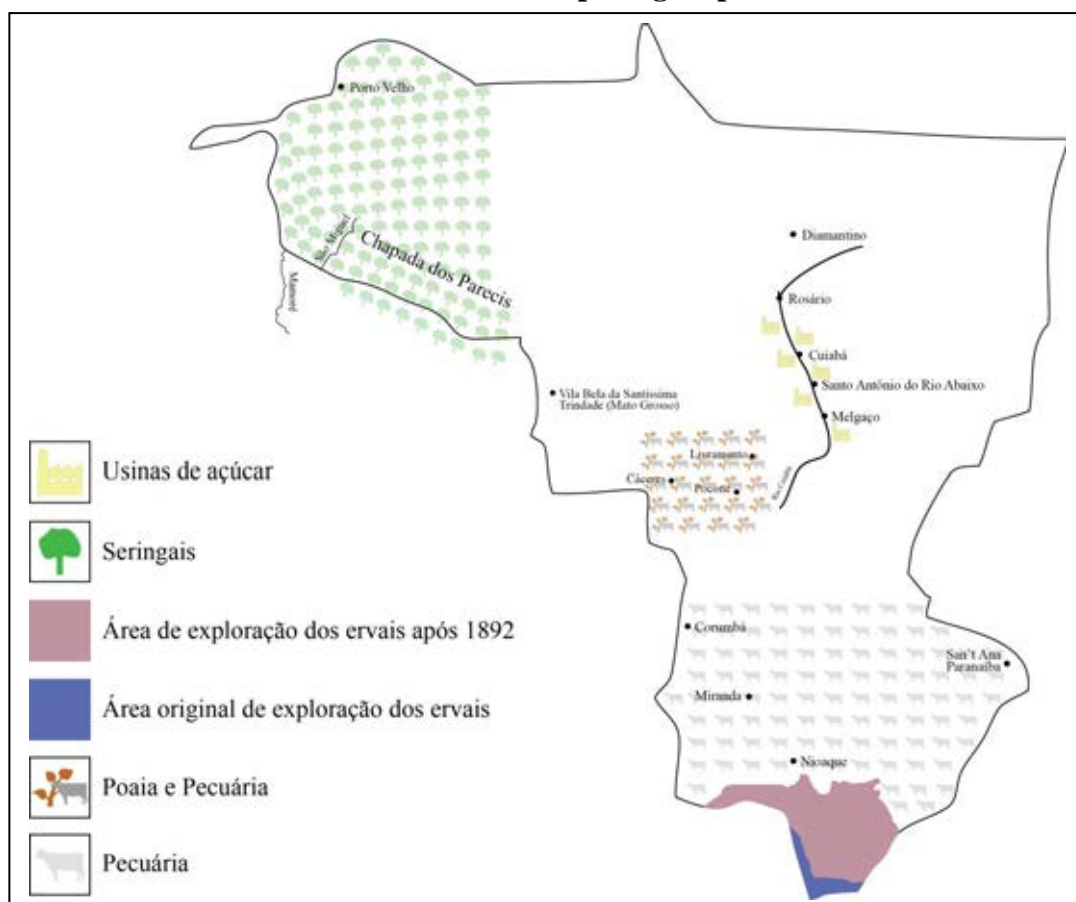
<sup>100</sup> A ocupação de Mato Grosso remonta ao século XVIII e desde então a questão da limitação de fronteiras foi discussão constante, inicialmente entre as Coroas de Portugal e Espanha e, posteriormente, entre o Império brasileiro e as Repúblicas que se constituíram na região, conforme já apontamos em outra nota. Por essa questão, a presença militar, mesmo que com efetivos reduzidos, sempre foi uma constante em Mato Grosso. Não é demais lembrar a importância que Augusto Leverger e de outros militares tiveram na região. Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança a presença de militares e ex-militares nessa área aumentou. Sobre a presença dos militares em Mato Grosso ver: <sup>100</sup> PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2001; FERREIRA, B. T. op. cit.

<sup>101</sup> PERARO, M. A. op. cit. p. 68.

urbanos de Mato Grosso com foros de município eram: Mato Grosso (ou Vila Bela da Santíssima Trindade), 1752; Santana do Paranaíba, que se tornou vila em 1857; Diamantino (1820); Rosário do Rio Acima (1865); Miranda (1878); Poconé (1863); Livramento (1883); e Nioaque (1890).<sup>102</sup> Portanto, ao longo do todo o século XIX e início do século XX, há um predomínio incontestável de Cuiabá no cenário político mato-grossense. Para além de concentrar o maior contingente populacional, a capital era o *locus* das atividades políticas na província.

### MAPA 3

#### Economia de Mato Grosso na passagem para o século XX



O cenário econômico que emergiu em Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança suscitou também a renovação da elite local. Na época em questão, políticos de velha cepa, como Augusto Leverger e outros que atuaram no sentido de promover a *conciliação* em terras mato-grossenses, submetendo a política local aos pressupostos da "ordem saquarema", aos poucos, saíram de cena.

<sup>102</sup> Cf: BPGYF. CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F (Orgs). *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Campo Grande: IHGMT, [1914] 2011.

### 1.3 A face renovada da elite política mato-grossense às vésperas da República

O impulso obtido pela economia mato-grossense após a Guerra da Tríplice Aliança foi responsável, em grande medida, pelo surgimento de uma "nova" elite econômica na região. Os atores que começaram agir daquele momento em diante, todavia, não seguiram as linhas de atuação do grupo que os precedera. A postura *conciliatória* que marcou a geração anterior, cuja figura central fora Augusto Leverger, deixou de pautar o fazer político na província. Embora não tenham se colocado de forma veemente contra o Império, ou seja, se engajado em uma das vertentes do movimento republicano, a elite local também não impôs resistência à mudança de regime político ocorrida em 15 de Novembro de 1889.

Assim como os "livres-pensadores, iconoclastas e rebeldes" que impulsionaram o debate sobre a República, a nova elite mato-grossense também tinha perfil heterogêneo: oriundos dos mais diversos ramos da economia que, após 1870, se desenvolveu na província, militares e profissionais liberais possuíam formação educacional variada. O ponto em comum é que eram, em sua maioria, cuiabanos.<sup>103</sup>

Como mencionado anteriormente, a guerra motivou o aumento do contingente militar em Mato Grosso. Mesmo com a vitória das tropas da Tríplice Aliança sobre o Paraguai e o aniquilamento das forças militares daquele país- o que justificaria a desmobilização da tropa baseada em Mato Grosso-, a política imperial manteve atenção sobre as fronteiras do Brasil. Por isso, permaneceu elevado o número de militares destacados na Província. Além daqueles que estavam efetivamente em serviço, havia os que, ao se desligaram do Exército, permaneceram em Mato Grosso.

A fixação desses homens na região também se traduziu em participação política. Na Assembleia provincial, as atas que registram o número de deputados demonstram que, após a Guerra, das 22 cadeiras de deputados existentes muitas foram ocupadas por militares.<sup>104</sup> A presença de militares na Assembleia demonstra que havia laços estreitos entre a caserna e política; e mais, a influência direta e indireta dos militares na formação do que aqui estamos chamando de "nova elite mato-grossense".

Do mesmo modo, entre os Presidentes de Províncias, o número de oficiais militares também foi expressivo. Do fim da Guerra até a Proclamação da República, dos quatorze Presidentes nomeados para o cargo, nove eram militares. Entre eles, Floriano Peixoto,

---

<sup>103</sup>FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006, pp. 81 e ss.

<sup>104</sup> IMLMT. Nominata de deputados e mesa diretora da Assembleia Provincial de Mato Grosso - 1877-1888.

Deodoro da Fonseca (destacado para uma missão no Forte de Coimbra, em Corumbá) e Ernesto da Cunha Matos.<sup>105</sup>

Entre os militares que passaram a integrar a elite mato-grossense formada no pós-Guerra, alguns ingressam na vida política da Província ainda no período imperial, outros só o fizeram no período republicano, como é o caso do primeiro representante do governo republicano na região, o então Brigadeiro Antônio Maria Coelho.

Oriundo de uma família de militares, Antônio Maria Coelho, nascido em Cuiabá a 08 de setembro de 1827, lutou na Guerra do Paraguai e foi comandante da tropa responsável pela retomada de Corumbá em 1867. Sua atuação frente às tropas executoras da retomada da cidade de Corumbá, principal porto de Mato Grosso, trouxe prestígio a Antônio Maria Coelho. Membro do Partido Liberal, sua atuação política foi modesta antes da Proclamação da República.<sup>106</sup>

No que tange à composição da fração civil do universo político que se formava à época, muitos dos "novos" atores eram proprietários das usinas de açúcar, instaladas às margens do Rio Cuiabá como, por exemplo, os Paes de Barros, proprietários das usinas Conceição e Itaicí, os Costa Marques, donos da Usina Ressaca, e José Marques Fontes, da Usina Aricá.

Senhores de um vasto complexo de produção que incluía a posse da terra, os meios, os instrumentos, a força de trabalho e a organização para o comércio, os usineiros materializavam a face mais evidente da intercomplementaridade que forjou a natureza urbano-rural das classes dominantes em Mato Grosso.<sup>107</sup>

<sup>105</sup>Para Celso Castro (1995), a designação de alguns militares para servirem em províncias distantes como Mato Grosso era uma das estratégias da cúpula imperial para afastá-los dos embates públicos, via imprensa, que opunham uma ala do Exército à política imperial, como nos casos de Deodoro da Fonseca, destacado para vigiar a fronteira do Brasil na fronteira com a Bolívia, em Corumbá e Ernesto da Cunha Mattos, nomeado Presidente da Província em 1889. Desse modo, seja por se verem envolvidos em desentendimentos de natureza política com a cúpula imperial, a chamada Questão Militar, seja por questões de segurança nacional, para muitos dos oficiais militares enviados à região, como no caso de Deodoro da Fonseca, estar em Mato Grosso significava uma espécie de desterro ou degredo, haja vista a distância entre a Província e as demais regiões do país e, mais, para os militares implicados em demandas políticas contra o Império estar em Mato Grosso, Cf: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

<sup>106</sup>No Arquivo Geral do Exército, no Rio de Janeiro, onde consta uma pasta com todo o histórico de sua atuação como militar: promoções, nomeações, etc, não há qualquer menção as suas atividades políticas. No opúsculo de autoria de Agostinho Francisco Ribeiro (1890), as referências a atuação política de Antônio Maria Coelho se restringem ao ano de 1889 – ocasião em que o Partido Liberal indicou nomes em uma lista tríplice para uma vaga ao Senado por Mato Grosso. Onome de Antônio Maria Coelho, que havia sido cotado para figurar nesta lista, foi retirado. Em seu lugar o indicado foi Joaquim Murtinho. Sobre a biografia de Antônio Maria Coelho, ver: BN - RIBEIRO, Francisco Agostinho. *Traços Biográficos do General de Divisão Antônio Maria Coelho*. Cuiabá: Tipografia do Estado, 1890. Apontamentos.

<sup>107</sup>NEVES, Maria Manoela R. de N. *Elites políticas: Competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988, p. 89. Como dito anteriormente, a interpretação de Maria Manoela R. Novis Neves acerca das "elites políticas" em Mato Grosso abrange o período de 1945-1965. No Capítulo 2, ao tratar da "formação social, desigualdades regionais e hegemonia política", a autora analisa a formação da oligarquia local e afirma que "a projeção política da agroindústria expressou-se em alguns



Oriundos de famílias que, não raro, já desempenhavam papel na política local, os proprietários dos empreendimentos que se modernizaram no limiar do século XX, ligados à produção de açúcar e seus derivados, gradativamente, tomaram parte ativa das disputas políticas ocorridas em Mato Grosso após a Proclamação da República, notadamente, no período em análise neste estudo.

Havia ainda nomes ligados ao comércio e profissionais liberais. Dentre os que alcançaram visibilidade e tornaram-se figuras centrais na política mato-grossense, após Proclamação da República, estão: Generoso Paes Leme de Souza Ponce, comerciante, e Joaquim Duarte Murtinho, profissional liberal e empresário que, embora com vínculos familiares e políticos com Mato Grosso, sempre atuou a partir do Rio de Janeiro, para onde havia seguido ainda jovem.

Generoso Ponce ascendeu à condição de liderança no período final da Monarquia e se tornou um importante ator político no período republicano. Cuiabano, era de origem humilde, filho do sargento José Ponce Martins. Ainda jovem, com 15 anos de idade, participou dos momentos finais da Guerra do Paraguai (1864-1870). Depois dessa experiência, desistiu da carreira militar para empregar-se no comércio. As relações estabelecidas com Firmo José de Matos, desembargador aposentado, comerciante em Corumbá e membro do Partido Liberal, contribuíram para sua ascensão econômica e inserção na vida política. Pelas mãos daquele comerciante, na década de 1880 filiou-se ao Partido Liberal, e, em 1882, elegeu-se pela primeira vez para a Assembleia Provincial. Desde então, aglutinou em torno de si outros agentes da política local. Em 1889, por ocasião da queda do regime imperial, Generoso Ponce ocupava a Presidência da Assembleia.<sup>108</sup>

Joaquim Murtinho também era cuiabano, filho do oficial-médico do Exército e político que militou ao lado de Augusto Leverger, pelo Partido Conservador, José Antônio Murtinho. Ao contrário de Ponce, que não teve formação superior, ainda jovem Joaquim Murtinho seguiu para o Rio de Janeiro. Em 1861, após concluir os estudos básicos no Seminário Episcopal de Cuiabá, rumou para a Corte a fim de ingressar na faculdade. Inicialmente,

---

presidentes de Estado, vários vice-presidentes, incontáveis deputados e senadores". Esse segmento, considerado hegemônico na política local pela autora ao longo de toda a Primeira República, com "herdeiros políticos" no período analisado em sua obra, teria ascendido a tal condição em fins do século XIX. No presente estudo, consideramos que os usineiros tiveram papel ativo no cenário político mato-grossense na virada do século XX, particularmente no período republicano. Não formaram, entretanto, um núcleo com interesses exclusivamente vinculados ao seu ramo de atividade - eram parte de facções oligárquicas que reuniam atores oriundos de diversos segmentos sociais. Cf: NEVES, Maria Manoela R. de N. *Elites políticas: Competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988, pp. 89 e ss.

<sup>108</sup> Sobre a biografia de Generoso Ponce, ver: IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, pp. 11-38.

concluiu o curso de Ciências Físicas e Naturais pela Escola Central; depois, desenvolveu pesquisa para obtenção do título de doutor em medicina com a tese *Do estado pathológico em geral: acústica, acupressura, respiração*, defendida junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.<sup>109</sup>

Como profissional Joaquim Murtinho se destacou por defender a prática da medicina homeopática, vertente ao mesmo tempo inovadora e polêmica à época. Também foi lente da Escola Politécnica. Homem de letras, afeito às concepções filosóficas de Herbert Spencer, começou a atuar politicamente ainda na década de 1870, ocasião em que, mesmo morando na Corte, filiou-se ao Partido Liberal mato-grossense.

Por diversas vezes, concorreu a uma das vagas destinadas a Mato Grosso na Assembleia Geral, mas em todas elas teve seu nome vetado em razão de arranjos que privilegiavam políticos ligados ao núcleo central do Partido Liberal pessoas que, invariavelmente, não eram mato-grossenses. Mantido à margem da política imperial, passou a professar o credo republicano. Nesse sentido, Joaquim Murtinho era, juntamente com Antônio Francisco Azeredo, outro mato-grossense que construiu seu universo de relações a partir do Rio de Janeiro uma das raras exceções, uma vez que a maioria dos políticos mato-grossenses se manteve fiel ao Império até a Proclamação da República.

Além de Joaquim, seu irmão Manoel Murtinho também se tornou um profissional liberal. Bacharel em Direito, Manoel Murtinho concluiu seus estudos em São Paulo e retornou a Cuiabá, tornando-se Juiz, inicialmente no município de Poconé, e, depois, em Cuiabá, a capital mato-grossense. Em 1889, meses antes da Proclamação da República, na condição de 1º Vice-Presidente da Província, esteve à frente do governo de Mato Grosso enquanto esperava por um novo enviado do governo imperial para a região.

No que tange à formação escolar – elemento importante para se compreender o comportamento político – notadamente na República, observa-se que o grupo que ascendeu em Mato Grosso nos anos finais do Império tinha formação variada. Muitos, como os irmãos Manoel e Joaquim Murtinho, Antônio Francisco Azeredo, José Maria Metello, e os irmãos Antônio e Pedro Celestino e Luiz Adolpho Corrêa da Costa, completaram seus estudos em instituições situadas no Rio de Janeiro sede da Corte Imperial e em São Paulo. Eram bacharéis em Direito, Medicina, Engenharia e Farmácia. Outros como Generoso Ponce não chegaram a

---

<sup>109</sup> Sobre a biografia de Joaquim Murtinho, ver: VILELA, Nícia Luz. *Ideias econômicas de Joaquim Murtinho*. Brasília: Senado Federal, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980; FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da re(s)pública*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993. Col. História, Política & Sociedade.

concluir os estudos superiores, portanto não tinham título de "doutor". Entre os militares havia aqueles que possuíam formação elementar (em geral praças), ou superior (em geral oficiais), dependendo da patente e/ou época de incorporação às fileiras do exército.

Compreendemos, desse modo, que a elite da política mato-grossense que atuou na Primeira República, entre 1889 e 1917, foco da análise deste estudo, foi forjada no pós Guerra da Tríplice Aliança. O que aqui estamos chamando de "nova elite" se refere a uma fração da sociedade mato-grossense vinculada a setores econômicos emergentes. Tinham formação escolar e atuação econômica heterogênea, e, na sua maioria, não possuíam vínculos com quaisquer das correntes de pensamento republicano. Muitos possuíam associações com famílias que tradicionalmente atuavam na política regional, como os Corrêa da Costa; outros, a exemplo de Generoso Ponce, eram neófitos.

Outro dado importante com relação ao quadro verificado em Mato Grosso é que os limites de atuação dos políticos da região não ultrapassavam as fronteiras da própria Província. Não havia ninguém de Mato Grosso com expressão política no Império, salvo o já mencionado Augusto Leverger que exerceu por quatro vezes o cargo de Presidente da Província, mas nenhum deles fora de Mato Grosso.

Para reforçar as intenções da política da Corte, não raro eram eleitas para as vagas destinadas a Mato Grosso às cadeiras na Assembleia Geral – que reunia representante de todas as Províncias e nomeados ao cargo de Presidente da Província – pessoas que sequer tinham passado pelo lugar. Quanto às vagas ao Senado, o quadro não era diferente. Nenhuma das cadeiras destinadas a Mato Grosso no Senado, ao longo de todo o Período Imperial, foi ocupada por um político natural de Mato Grosso.<sup>110</sup> A condição periférica da elite política mato-grossense em relação ao centro do poder imperial, talvez explique, pelo menos em parte, a falta de envolvimento desses atores nos debates que se acirravam na Corte e que colocavam na ordem do dia os destinos da Monarquia no Brasil e também a pronta adesão à República – como se verá no capítulo seguinte.

Ainda no que toca à posição da elite mato-grossense diante do contexto brasileiro de fins dos anos 1880, na medida em que a República significaria não somente o fim do Império, mas também de sua crise, a ordem do Estado estaria suspensa e, diante do quadro reduzido de republicanos históricos, quaisquer políticos – ex-Liberais e/ou Conservadores, agora

---

<sup>110</sup> Conforme observado por José Murilo de Carvalho, “províncias como o Amazonas, o Espírito Santo e Mato Grosso nunca conseguiram eleger um de seus filhos para as oito vagas que tiveram no Senado”. Cf: CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 137.

convertidos ao credo do adesismo – poderiam alçar postos de comando, dependendo de sua capacidade de interagir com o novo.

No limiar da República, o cenário aqui apontado, a saber: o ideário republicano debatido no contexto de crise do Império, onde se notam que as fragilidades sobre *vir a ser* dos rumos políticos do país se entrecruza com o *acontecimento*, a Proclamação da República. Na ocasião, mesmo considerando que os membros da elite mato-grossense não tivessem, em sua maioria, participado dos movimentos de contestação à Monarquia, eles enxergaram na República a possibilidade de ampliar espaços de poder e aderiram ao novo regime, passando a disputar entre si o controle do poder em âmbito local, descortinando um período de intensas lutas.

Passada a euforia e/ou assombro com a "novidade republicana", a ordem, gravada no pavilhão nacional, sob inspiração da doutrina positivista, ironicamente se vergou ante a instabilidade. Os novos tempos descortinados pelo 15 de Novembro eram tempos em que a fragilidade do *vir a ser*, delineado no papel pelos publicistas, passou a se defrontar com a República real. Em Mato Grosso, os integrantes da elite local passaram a disputar entre si o controle sobre a "primazia do mando"<sup>111</sup>. Nessas disputas, os enfrentamentos armados ou *revoluções* caracterizam o ápice dos embates pelo poder. Tal realidade, representada pelas chamadas *revoluções* que tiveram lugar em Mato Grosso, no período republicano, pode ter sido a outra fonte de inspiração para os versos presentes na canção Cuitelinho, novamente aqui registrados: “*Lá tinha revolução...enfrentei fortes bataia, ai, ai*”

---

<sup>111</sup> Expressão que tomamos emprestado de *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 179 fls. Tese (Doutoramento em História) FFLCH, USP. São Paulo, 1998.

## Capítulo 2

### **Sob o sol de uma nova Era: a reorganização política e as disputas pelo controle do poder em Mato Grosso nos primeiros anos da República**

*A revolta (...) vai dia a dia (...) imprimindo à República um caráter desordeiro, contrafeito a sua norma de respeito à lei, a ordem e ao direito comum.*<sup>112</sup>

A madrugada de 09 de dezembro de 1889 foi agitada em Cuiabá. Na noite anterior, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, membro do Partido Liberal, e na ocasião Presidente da Assembleia Provincial, recebeu a elite política mato-grossense em sua residência em Cuiabá sob o pretexto de um baile em comemoração ao aniversário de D. Pedro II.<sup>113</sup>

Generoso Ponce integrava aquela nova elite mato-grossense oriunda da reorganização da economia de Mato Grosso no pós-guerra do Paraguai, da qual falamos no Capítulo anterior, e que, como muitos dos políticos locais, vivia em Cuiabá – centro do poder em Mato Grosso.

Vários políticos cuiabanos estavam no baile, incluindo o Presidente da Província, coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, também do Partido Liberal e que fora nomeado para o cargo de Presidente da Província mato-grossense em setembro de 1889.<sup>114</sup> A festa possivelmente adentrou a madrugada do dia 09 de dezembro.

---

<sup>112</sup> BN. Estado do Rio de Janeiro. *Revista Illustrada*. Ano 17, nº 654, p. 6. A citação que serve de epígrafe ao presente Capítulo está relacionada a enfrentamentos armados que ocorreram no Rio de Janeiro em 1892. Embora diga respeito ao contexto carioca, o fragmento traduz o clima de instabilidade que tomou conta do Brasil nos anos iniciais da República. Exemplo desse ambiente de revoltas é a capa desse mesmo número, que reproduz uma imagem de Generoso Ponce e o resumo dos enfrentamentos armados que, na mesma época, consagraram a vitória de sua facção política em Mato Grosso, como veremos adiante.

<sup>113</sup> A bibliografia consultada apresenta duas versões para o baile ocorrido naquele 08 de Dezembro: 1) a festa era em homenagem ao Império, mais especificamente em comemoração ao aniversário de D. Pedro II; 2) o objetivo do encontro era saudar Generoso Ponce por ter conquistado a presidência do Legislativo Provincial. Seja para celebrar o aniversário do Imperador, seja para homenagear Ponce. O que causa estranheza é o fato do mencionado baile ter ocorrido na data em que costumeiramente chegava a Cuiabá o pacote com notícias da Corte. De acordo com a própria Companhia Nacional de Navegação à Vapor, concessionária do serviço, o pacote que trazia correspondências oficiais chegava todos os meses entre os dias 07 e 19 ao porto de Cuiabá. Os atrasos eram registrados, na maioria das vezes, em ocasiões de seca, o que não era o caso para o mês de dezembro. A hipótese é de que os políticos mato-grossenses tinham ciência de que, a qualquer hora, o regime monárquico chegaria ao fim, e estavam à espera, todos juntos, das notícias que, previsivelmente, chegariam naquela data. A informação sobre a data de chegada do pacote em Cuiabá consta em: BN. Companhia Nacional de Navegação à Vapor. *A Província de Matto Grosso*. Cuiabá. 03 de set. de 1889. A Pedidos, p. 3.

<sup>114</sup> O coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos e Tenente-Coronel Sena Madureira foram os protagonistas da chamada "Questão Militar". Em agosto de 1889, Cunha Matos foi designado para o governo da Província de

No mesmo dia, 09 de dezembro, chegava ao porto da capital, um pacote<sup>115</sup> com a notícia de que a República fora proclamada no dia 15 de Novembro. Imediatamente foi chamado o redator do Jornal cuiabano *A Gazeta*:

À 1 hora da madrugada de 9 de dezembro, fora acordado o redator [Vital Batista de Araújo] desse periódico [*A Gazeta*] pelos cidadãos tenente coronel José Marques Fontes e Majores Ernesto Frederico de Oliveira e André Virgílio Pereira de Albuquerque, com a notícia da queda da monarquia e proclamação da República a 15 de novembro.<sup>116</sup>

Ocorre que o “bilhete” vindo pelo pacote era destinado ao comandante do 21º Batalhão de Infantaria, Brigadeiro Antônio Maria Coelho. O redator do jornal *A República*, o tenente coronel José Marques Fontes e os majores Ernesto Frederico de Oliveira e Virgílio de Albuquerque deixaram o porto e seguiram até a pensão onde se hospedava Antônio Maria Coelho.

Com pouca demora apareceu-lhes o general<sup>117</sup>, agasalhado em um sobretudo e de boné de seda preta, sendo-lhe então mostrada a carta em que, entre outras coisas, dizia que o governo provisório se lembrara do general para o governo de Mato Grosso.<sup>118</sup>

Em poucos minutos a dupla novidade se espalhou: o Brasil era República e o novo Presidente de Mato Grosso era Antônio Maria Coelho. Diante do burburinho causado pela notícia e sem maiores perdas de tempo, os deputados da extinta Assembleia Provincial – liderados por Generoso Ponce – reuniram-se com o objetivo de manifestar sua adesão, sem questionamento, ao regime republicano e aclamaram Antônio Maria Coelho.<sup>119</sup> Chamou-nos a

---

Mato Grosso; ao chegar à Província no mês seguinte, encontrou-se com Deodoro da Fonseca que estava destacado naquela localidade como Comandante de Armas. Deodoro foi informado por Cunha Matos, oficial de patente inferior a sua, que deveria permanecer na região, pois logo chegaria um documento oficial encaminhando-o para outra Província. Deodoro recusou-se a esperar, alegando que não permaneceria sob as ordens de um subalterno. Em seguida, embarcou em direção ao Rio de Janeiro, onde tomou parte ativa das agitações que levaram à Proclamação da República. Cunha Matos permaneceu em Mato Grosso e soube da Proclamação somente em 09 de dezembro de 1889. Sobre as relações entre os militares e o Governo Imperial, nos momentos finais da Monarquia, ver: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

<sup>115</sup> Pacote é um tipo de navio de médio calado que fazia transporte de pessoas, de mercadorias e da correspondência oficial entre a Corte e a província. Esse tipo de embarcação era o principal meio de comunicação entre Cuiabá, a capital de Mato Grosso, e outras regiões.

<sup>116</sup> MENDONÇA, Rubens. *História do Poder Legislativo em Mato Grosso*. Cuiabá: Assembleia Legislativa, 1968, p. 36.

<sup>117</sup> Há um equívoco quanto à patente de Antônio Maria Coelho. Sua promoção ao posto de General só ocorreu em data posterior à chegada da notícia da Proclamação da República a Mato Grosso.

<sup>118</sup> *A Gazeta* apud ROCHA, Jucá Pedra. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá: Aroé, 2009, p.78.

<sup>119</sup> Na análise empreendida sobre a política brasileira após a queda do regime monárquico, Rosa Maria G. Silveira observa que "nos estados, a República praticamente se instalou sem oposições, teve quase o caráter de

atenção o fato de que os membros do Partido Liberal sequer tiveram problemas em promover a reunião dos partidários locais, uma vez que já estavam juntos na festa oferecida por Ponce. Em seu primeiro discurso, Antônio Maria Coelho saudou os novos tempos:

Viva a República dos Estados Unidos do Brasil! Viva o Estado de Mato Grosso! Mato-grossenses, enfim é livre a terra de Colombo. A planta exótica que ainda existia feneceu no glorioso dia 15 de novembro. Está proclamada a República na nossa estremecida pátria, e Mato Grosso já não é mais a Província de uma monarquia. É, sim, um Estado de uma República ligada às suas irmãs pelos laços da Federação.<sup>120</sup>

A demora da chegada das notícias a respeito da queda da Monarquia a Mato Grosso não era mais do que a consequência da precariedade do sistema de comunicação entre o Rio de Janeiro e Cuiabá. Por essa razão, "o sol da nova Era", expressão utilizada pela *Revista Ilustrada* para anunciar a chegada da República, só pode brilhar para os mato-grossenses vinte e quatro dias após a queda da Monarquia.<sup>121</sup>

Não nos foi possível avaliar em que medida a elite local e a população em geral sabiam dos acontecimentos nacionais antes da chegada do pacote. Pelo menos a elite mato-grossense sabia que os questionamentos ao Império e o movimento republicano propriamente dito ganhavam força na Capital do Império e em outras regiões do país, mas não necessariamente da proclamação de 15 de Novembro<sup>122</sup>, haja vista que poucas horas antes da

---

uma transmissão de cargo." Cf: SILVEIRA, Rosa Maria G. *Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978. Vol 4. (Col. Bernardo Pereira de Vasconcellos), p. 97.

<sup>120</sup>A *Gazeta* apud ROCHA, Jucá Pedra. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá: Aroé, 2009, p.79. Ainda no que se refere a chegada da notícia da Proclamação a Mato Grosso, segundo Celso Castro, membros de um destacamento em Mato Grosso, situado na foz do rio Apa reagiram à notícia que dava conta da mudança do regime dando "morras à República e vivas à Monarquia, declarando não aderirem à nova forma de governo porque haviam sido libertados em 13 de maio pela princesa Isabel". Em que pese tal manifestação, não consta que nenhum outro grupo tenha reagido à mudança do regime. Ao contrário, a historiografia local é unânime em descrever a imediata adesão dos mato-grossenses à República. Sobre a resistência de um grupo de soldados mato-grossense à Proclamação da República, ver: CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, pp.77/78.

<sup>121</sup> Embora a linha telegráfica tivesse sido inaugurada em 1889, esse sistema de comunicação só funcionou efetivamente a partir de abril do ano seguinte. Enquanto não se podia dispor do telégrafo, as notícias da Corte chegavam a Cuiabá uma vez ao mês por meio das embarcações que faziam a ligação entre a remota capital de Mato Grosso e o Rio de Janeiro. Sobre o assunto ver: MENDONÇA, Rubens. *História do Jornalismo em Mato Grosso*. Mato Grosso: Imprensa Oficial, 1963, p.35.

<sup>122</sup>Além da existência do jornal *A República* que, embora não realizasse ataques radicais contra a Monarquia, trazia artigos sobre as atividades do movimento republicano, Mato Grosso era conhecido como local das "deportações" de militares envolvidos nos questionamentos ao Império. Prova disso foi o envio de Deodoro da Fonseca para a região. Além dele, estiveram em Mato Grosso na mesma época "alguns oficiais que [eram] declaradamente republicanos." Sobre o assunto, ver: MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo. *Deodoro, a espada contra o Império: o aprendiz de feiticeiro (da Revolta Praieira ao Gabinete Ouro Preto)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1957, p. 346.

notícia da Proclamação da República ter chegado a Mato Grosso, em 09 de dezembro de 1889, um baile em homenagem ao Imperador havia terminado.

Aliás, o inusitado da Proclamação da República foi representado à exaustão em jornais, crônicas, panfletos, literatura e outros.

Teóphilo Braga, um dos líderes do movimento republicano português, em artigo escrito para o *Correio do Povo*, observou que "se os antecedentes da República do Brasil fossem mais conhecidos, a sua proclamação em 15 de novembro de 1889 não causaria tanta surpresa." O escritor republicano português Teóphilo Braga afirmou que era tão inesperada a mudança de regime no Brasil que "em Portugal, esse fato veio ferir na sua vida moral o início de um reinado sem confiança e sem simpatia".<sup>123</sup> Ao longo do artigo, Braga saúda a mudança de regime no Brasil e assinala as possíveis consequências que essa transformação representaria para os portugueses, que integravam o movimento em prol do fim da monarquia naquele país.

No que diz respeito às alusões feitas por literatos sobre a mudança do regime político no Brasil, Machado de Assis, por exemplo, no romance *Esau e Jacó*<sup>124</sup>, publicado originalmente em 1904, é um dos muitos que dialogaram com as percepções e representações do início da República. A narrativa da obra é construída em torno do ódio que os irmãos Pedro e Paulo sentem um pelo outro, desde o útero materno. Ambientado na cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX, o texto tem como pano de fundo a transição do regime monárquico para o republicano. A opção entre a Monarquia e a República, a escolha da carreira a seguir, assim como a disputa pelo amor de Flora estão no centro das brigas de Pedro e Paulo. A preocupação da mãe dos rapazes, Natividade, com o futuro dos filhos, a faz recorrer constantemente ao Conselheiro Aires. Observador atento do comportamento dos gêmeos e do cenário político, Aires também é o conselheiro de Custódio, dono de uma Confeitaria que, ao ver a necessidade de trocar a tabuleta que dava nome ao seu estabelecimento, viveu um dilema.

Ao narrar o dilema de Custódio, Machado de Assis revela o burburinho que tomava conta da cidade do Rio de Janeiro na manhã de 15 de novembro de 1889:

Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe

---

<sup>123</sup> OLL. BRAGA, Teophilo. A República no Brazil. *Correio do Povo*. 07 de jan. de 1890. Nessa mesma matéria o autor destaca a importância que a Proclamação da República no Brasil exerceu sobre o movimento republicano português que, à época, ganhava forte e conquistava adeptos para a sua causa. A ação do movimento culminou com a queda da Monarquia em Portugal em 1910.

<sup>124</sup> MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.



diziam a verdade os que afirmavam a revolução e vagamente a república. A princípio no meio do espanto, esqueceu a tabuleta.<sup>125</sup>

Enquanto os fatos sucediam-se e os populares começavam a conhecer a "nova" realidade, Custódio refletia a respeito do nome que daria a sua confeitaria. Seu receio era manter o nome antigo "Confeitaria do Império" e causar desagrado, ficando em desacordo com os "novos" tempos. Aceitar a realidade e trocar o nome de seu estabelecimento para "Confeitaria da República" era um risco, uma vez que, naquele momento, a República – na visão de Custódio – era ainda uma completa incerteza. Por cautela, após consultar o Conselheiro Aires, resolveu esperar e ver qual a alternativa mais acertada para não correr riscos de sofrer alguma retaliação. Ao final, o impasse foi resolvido de modo a evitar quaisquer suscetibilidades políticas; o estabelecimento passou a se chamar "Confeitaria do Custódio". A perspicácia da narrativa nos permite compreender as possíveis percepções das notícias que davam conta do "novo". A impressão deixada pelo texto machadiano é de que as pessoas sabiam dos conflitos, mas não necessariamente dos elementos constitutivos de uma República.

A forma como a participação popular foi representada tanto por jornalistas como por literatos depende, em grande medida, do posicionamento do articulista/periódico ou escritor sobre a realidade daquele período. Para essa, Ângela de Castro Gomes se pronuncia:

(...) a presença e apoio populares aos acontecimentos do dia 15 - até mesmo entre os republicanos logo se instalaram controvérsias. Para uns, por exemplo, o povo esteve aquém do que dele se esperava e assistiu "bestializado" ao que se passava. Para outros, o povo entendeu o que acontecia e saudou o novo regime como podia e devia: com vivas e tranquilidade. Afinal de contas, não era a primeira vez que se ouviam discursos inflamados em prol da República nas ruas centrais da Corte, e o desfile das tropas não deixava de ser, até certo ponto, um militar que acabava com uma monarquia decadente e que todos sabiam estar com os dias contados.<sup>126</sup>

<sup>125</sup> MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 75.

<sup>126</sup> GOMES, Ângela de Castro. O 15 de Novembro. In: \_\_\_\_\_; PANDOLPHI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 18. Acreditamos que a resposta da população ao 15 de Novembro é assunto que ainda carece de estudos mais aprofundados. Em estudo dedicado ao governo Campos Sales, Renato Lessa refere-se ao assunto nos seguintes termos: a ausência de participação do povo no episódio do 15 de Novembro é antes a confirmação da perda de lealdade do regime decaído em relação aos súditos do que, necessariamente, o alheamento em face dos acontecimentos verificado naquele dia. Sobre o posicionamento do autor quanto a essa questão, ver: LESSA, R. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 24.

Superados os primeiros momentos da queda do Império, iniciou-se a estruturação do novo regime em todo o país. Em Mato Grosso, após a adesão ao regime e a aclamação de Antônio Maria Coelho, os atores começaram a procurar formas de redefinir seus papéis sob o novo regime. Nesse sentido, formaram-se dois partidos que, nos momentos iniciais da República, polarizaram as disputas políticas em Mato Grosso: de um lado, os partidários que se reuniram em torno do indicado pelo Governo Provisório, o agora General Antônio Maria Coelho e, de outro, a agremiação que tinha como lideranças mais expressivas o Presidente da Assembleia Provincial decaída, Generoso Ponce, e de Manoel Murтинho, então Juiz de Direito na capital Cuiabá.

Analisar como esses grupos atuaram, no sentido de se estabelecerem no poder em Mato Grosso na alvorada republicana, é o objetivo do presente Capítulo. Para tanto, investigamos as estratégias adotadas de parte a parte, bem como a maneira como construíram a narrativa das disputas partidárias a fim de questionar a legitimidade do oponente. Para tal finalidade, a análise desta seção recai sobre os periódicos *O Matto Grosso* e *O Quinze de Novembro*.

Lembramos que a então elite mato-grossense era de recente constituição, fruto das novas economias emergentes com o final da Tríplice Aliança, e que, em razão das especificidades da economia local, não havia um grupo suficientemente estruturado para se impor no cenário descortinado no 15 de Novembro. Em meio a um ambiente político de contornos mal definidos – no qual estavam em curso as discussões acerca dos limites de atuação e competência das esferas nacional e estadual e as disputas pela ocupação dos espaços de poder – os atores que compunham a elite política mato-grossense procuraram se organizar, vislumbrando a oportunidade de se estabelecerem sob "o sol da nova Era".

## **2.1 A alvorada republicana em Mato Grosso: disputas partidárias e instabilidade política**

Em Mato Grosso, a partir da Proclamação, os políticos antes filiados aos Partidos Liberal e Conservador – ambos favoráveis ao Império, entre os quais Antônio Maria Coelho, Generoso Ponce, Manoel Murтинho – e alguns poucos republicanos – como o irmão de Manoel Murтинho, Joaquim, Antônio Azeredo (que estavam no Rio de Janeiro), José da Silva Rondon e Francisco Agostinho Ribeiro – começaram a se reorganizar frente ao novo contexto estabelecido no país.

Entre as primeiras mudanças implementadas pelo Governo Provisório estava uma nova denominação para as antigas províncias. Desde então, as divisões administrativas das unidades territoriais que compunham a República foram chamadas de Estados. Tanto em Mato Grosso como nos outros Estados, e mesmo na cúpula do poder central, a cidade do Rio de Janeiro, o processo de reordenamento político ocorreu ao sabor dos desdobramentos dos fatos e da dinâmica dos acordos que a conjuntura permitia. Naquele momento, um novo cenário começava a ser dimensionado.

Como o núcleo republicano em cada região era muito reduzido, para garantir que a situação não saísse do controle, o Governo Provisório decidiu indicar os nomes daqueles que seriam os Presidentes dos Estados. Vale lembrar que em Mato Grosso a situação era ainda mais complicada, pois não havia núcleo republicano expressivo. Assim como ocorreu em Mato Grosso, o Governo Provisório lançou mão de militares para os governos dos estados do Amazonas, Piauí, Ceará, Goiás, Alagoas, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Nessas regiões, muitas delas sem quadros significativos provenientes do movimento republicano, "Deodoro teve que valer-se, (...), de velhos companheiros de Armas, ou mesmo de jovens oficiais." Em estados como São Paulo, Minas Gerais e Bahia foram nomeados republicanos civis de nova ou velha cepa. As nomeações, todavia, logo cederam lugar a questionamentos dos que se viram alijados do poder. Não obstante, Deodoro, desde os primeiros dias do novo regime, não tergiversou para intervir na situação dos Estados a fim de garantir que grupos aliados conseguissem se manter no poder.

O Governo Provisório que, obviamente, ainda não dispunha, em seus primeiros dias, de pressupostos legais para atuar com uma estrutura partidária organizada e um conjunto de regras para nortear a ação dos atores, lançou mão de decretos para regulamentar a situação política recém-instituída, até que uma Constituição fosse elaborada.<sup>127</sup>

Para além da preparação de um regramento jurídico, o momento também pedia que as percepções e as ações fossem (re)significadas aos moldes de valores republicanos. A questão de se forjar ou (res)significar valores parece ter desafiado o tempo, resistindo, de muitas formas como se poderá ver no contexto geral das práticas políticas empreendidas durante a Primeira República, notadamente no que se refere a Mato Grosso.

---

<sup>127</sup> Entre os atos de regulamentação jurídica, cabe mencionar aqueles que dispunham sobre a dissolução dos governos anteriores à instituição do novo regime, sobre a eleição para a formação da Assembleia Constituinte, e os decretos que regulamentavam a justiça federal e promulgavam um novo Código Penal. Cf: SILVEIRA, Rosa Maria G. *Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978. Vol. 4.(Col. Bernardo Pereira de Vasconcellos), p. 109.

Conforme já dito, Generoso Ponce e o então presidente da província, Cunha Matos, saudaram os novos tempos e não ofereceram qualquer resistência à indicação de Antônio Maria Coelho. Todavia, em pouco tempo, em decorrência dos arranjos de poder no contexto da República, instituiu-se o primeiro conflito político do período republicano em Mato Grosso.

Essa disputa, que ocorreu nos momentos iniciais do regime, entre os anos de 1889-1892, desenvolveu-se sob a liderança de Generoso Paes Leme de Souza Ponce e os irmãos Murinho, de um lado, e Antônio Maria Coelho, de outro. Esses atores e os grupos dos quais faziam parte não gozavam de bases políticas suficientemente consolidadas no Império, e, portanto, viram na transição do regime monárquico para o republicano uma oportunidade ímpar de se afirmarem no poder.<sup>128</sup>

Antônio Maria Coelho, que havia sido indicado pelo Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, possuía grande prestígio militar por sua atuação durante a Guerra da Tríplice Aliança. Quando a República é instaurada em Mato Grosso, o militar era figura que gozava de grande prestígio. Com isso, aglutinou em torno de si as lideranças do antigo Partido Conservador, entre as quais estavam José Marques Fontes, Antônio Pinheiro Guedes, Aquilino Leite do Amaral Coutinho e o major Caetano de Albuquerque. Além do mais, ele dispunha de estreitos laços de parentesco e amizade junto às principais bases locais do Exército.

Já como Presidente nomeado pelo Governo Provisório, Antônio Maria Coelho, a fim de formar uma agremiação partidária de face republicana, tratou de enviar uma circular às lideranças municipais ligadas ao antigo Partido Conservador, convidando-as para formar uma nova agremiação – o Partido Nacional.

Sem demora, Generoso Ponce, político há quase uma década - organizador do baile que comemorou o Império antes da chegada da notícia que informava sobre a Proclamação e

---

<sup>128</sup> Mesmo em lugares onde núcleos republicanos foram constituídos antes da Proclamação da República, ocorreram intensas disputas pelo poder, depois de instituído o novo regime. Nem a antiga província do Rio de Janeiro, que era o centro dos questionamentos ao *status quo* imperial e onde se via de perto a atmosfera de contestação ao Império, passou incólume às disputas pelo poder. Conforme observa Marieta de Moraes Ferreira, a "estrutura partidária existente no início da República não daria conta da tarefa de presidir a instauração da nova ordem em território fluminense. Na busca pelo controle político do Estado, disputas e alianças entre antigos monarquistas, republicanos históricos e adesistas do "13 de Maio" e "15 de Novembro" aconteceriam. Tal afirmação demonstra a falta de um planejamento político para a organização da nova ordem e a complexidade que a instauração da República suscitou nas mais diversas regiões do país – não isentando sequer o Rio de Janeiro, berço da República. Esse dado reafirma nosso argumento de que a República teve início a partir de referências que instrumentalizavam o domínio Imperial. Depreende-se daí que somente a experiência constituída no interior de cada estado e da relação destes com a esfera federal e vice-versa é que se constituiu o domínio republicano. Para maiores informações sobre a Primeira República no Rio de Janeiro, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; KORNIS, Mônica Almeida (Orgs). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989, p. 46 et seq.

membro do Partido Liberal que apoiou a nomeação de Antônio Maria Coelho momentaneamente, aderindo imediatamente à República – no mínimo estranhou a convocação e/ou o convite feito pelo representante da nova ordem para que os Conservadores, até então representados como opositores da República, compusessem um Partido sob os beneplácitos do Estado recém-constituído.

A resposta de Ponce foi a criação do Partido Republicano, obviamente com o intuito de se contrapor ao de Antônio Maria Coelho. Para a criação do Partido Republicano, Ponce, que já ocupara o cargo de Presidente da Assembleia Provincial na época da queda da Monarquia e que se relacionava com outras personalidades regionais, aproximou-se ainda mais de nomes como Manoel José Murтинho, Juiz de Direito em Cuiabá, que em data recente havia exercido interinamente o cargo de Presidente da Província, e Joaquim Duarte Murтинho, que morava no Rio de Janeiro e era irmão do primeiro. Buscou, também, pessoas com prestígio social local, como José Maria Metello, Joaquim Caracciolo Peixoto Azevedo e Antônio Corrêa da Costa. O objetivo da aproximação, que resultou na formação do Partido Republicano, fundado em Mato Grosso depois da Proclamação, era fazer frente àqueles que cercavam o Presidente nomeado por Deodoro da Fonseca (Antônio Maria Coelho) e disputar o controle político do Estado.

No intuito de desacreditar o oponente, Ponce construiu o discurso, verdadeiro ou não, que tentava explicar porque Antônio Maria Coelho se distanciava dos “velhos amigos” para compor com os antigos Conservadores. Atribuiu o distanciamento do General Antônio Coelho de seus ex-correligionários a um suposto comportamento claudicante do militar. Essa alegação tinha como fundamento uma provável mágoa que Antônio Maria Coelho nutria para com Generoso Ponce. Em discurso no Senado Federal, em 1901, Ponce expôs o assunto<sup>129</sup>:

A República foi me encontrar no posto de chefe do Partido Liberal, correligionários dos Drs. Manoel e Joaquim Murтинho. A este último tínhamos poucos dias antes sagrado, pela quase unânime votação do Partido Liberal, para a lista tríplice de Senador.

O Sr. Dr. Joaquim Murтинho veio então na lista tríplice para Senador do Império, como bom correligionário nosso que era, e veio votado em primeiro lugar, apesar das recomendações que havia, como o meu colega de representação não ignora, a favor do Sr. José Vieira do Couto Magalhães, que o Sr. Visconde de Ouro Preto queria de preferência ocupasse aquele lugar.

---

<sup>129</sup> O discurso no qual Generoso Ponce apresentou sua versão sobre a postura adotada por Antônio Maria Coelho, ao assumir o governo de Mato Grosso, é citado por: IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 67.

O fato mesmo desta eleição valeu-me imediatamente os ódios do General Antônio Maria.<sup>130</sup>

Seja em função da mágoa, dos aspectos de seu comportamento, das circunstâncias de reordenamento político ou da soma dessas variáveis, a intenção de Antônio Maria Coelho em tentar liderar um grupo - composto em sua maioria por elementos distantes da esfera de influência de Generoso Ponce – incitou o último a iniciar as articulações para formar um novo partido. Para tanto, Ponce enviou uma circular aos seus correligionários, marcando uma reunião em sua casa no dia 30 de janeiro de 1890, com o objetivo de tratar da constituição da nova agremiação, o Partido Republicano. Concomitantemente, acontecia um encontro no teatro da capital para referendar a chefia de Antônio Maria Coelho à frente do Partido Nacional.

No plano federal, o ministério do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca foi montado a partir de uma coalizão que reunia forças políticas compostas por militares e civis. Chamamos esse governo de coalizão, por ter reunido representantes de todas as vertentes que defendiam a ideia republicana e que estiveram direta ou indiretamente envolvidos no Golpe que pôs fim ao Império. O novo governo teve a seguinte conformação: Deodoro da Fonseca, unanimemente tratado pela historiografia como um republicano de última hora e representante da ala mais conservadora do Exército, foi nomeado Presidente; Benjamim Constant, que representava os positivistas ortodoxos, ocupou a pasta da Guerra (que posteriormente passou para Floriano Peixoto) e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos; Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha, era o símbolo dos oficiais dessa força que aderiram ao novo regime; Quintino Bocaiúva, na pasta das Relações Exteriores, e Aristides Lobo, na pasta do Interior, representam os republicanos cariocas; Rui Barbosa, que passou a chefiar a pasta da Fazenda, representava os “republicanos” de última hora; Demétrio Ribeiro, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, era representante das forças positivistas do Rio Grande do Sul, e Campo Sales, à frente da pasta da Justiça, simbolizava a crescente força econômica e política de São Paulo, assim como as aspirações do Partido Republicano Paulista.

Esse mosaico contemplava, ainda, as diversas concepções acerca dos pressupostos do modelo republicano que se tentava implementar no Brasil. Em outras palavras, apesar de ter

---

<sup>130</sup> Durante o Império, a indicação para o cargo de Senador, que era vitalício, fazia-se por meio de uma lista tríplice cuja organização ficava a cargo das assembleias provinciais. No entanto, a decisão final quanto ao nome do escolhido cabia pessoalmente ao Imperador. A lista tríplice que culminou com a indicação de José Vieira Couto de Magalhães, à época Presidente da província de São Paulo, para a cadeira do Senado pela província de Mato Grosso, deu-se em razão do falecimento do então Senador por Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, ocorrido em junho de 1889.

havido toda uma propaganda republicana ao longo das últimas décadas do século XIX, tratava-se de propaganda vinculada a matizes de distintos pensamentos. No contexto da mudança de regime não havia um grupo coeso, no que diz respeito à vertente ideológica, entre aqueles que estiveram à frente do movimento que derrubou o regime imperial. Desse modo, as principais lideranças executoras do golpe, e que tiveram lugar no primeiro governo da República, não representavam uma unidade de pensamento acerca do escopo teórico de república que viria a se instituir, conforme apontamos no Capítulo anterior, ao historiar as diferentes vertentes republicanas.

Ao contrário do que foi o ato da Proclamação, as diversas disputas entre os grupos que alijaram a Monarquia deixaram claro, ao longo do governo de Deodoro, que a organização de um novo sistema de governo não seria tarefa fácil. Se não havia um projeto definido antes da Proclamação, o que se viu após o 15 de Novembro foi uma crescente tomada de posição de certos atores políticos e a formação de grupos e partidos que passaram a disputar espaços de poder e formas de influenciar a estruturação do Estado republicano. Ou seja, usando a definição de Nicolau Sevcenko, para caracterizar o que se afigurou depois do 15 de Novembro, apenas "o desfile equestre de Deodoro pelo centro da cidade do Rio de Janeiro não dissolveu por si só a estrutura "fossilizada" da sociedade imperial",<sup>131</sup> substituindo-a imediata e/ou automaticamente por uma República que, insistimos, sequer contava com um núcleo ideológico coeso.

De início, o governo agiu para impedir que uma campanha pela restauração pudesse opor qualquer obstáculo ao novo regime.<sup>132</sup> Ao primeiro movimento em prol da Monarquia decaída, o governo reagiu peremptoriamente. Menos de um mês após a queda do regime, o jornal monarquista *A Tribuna Liberal* foi fechado. O periódico, de propriedade do Visconde de Ouro Preto e dirigido por Carlos de Laet, renomado monarquista, desferia ataques diários contra o Governo Provisório.<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 68.

<sup>132</sup> Quanto ao temor em relação a uma possível adesão à propaganda "sebastianista", o exílio da família imperial e de figuras importantes do movimento decaído são evidências de que esta era uma preocupação dos republicanos. Era necessário, portanto, afastar qualquer ação que significasse a possibilidade de retorno ao regime decaído.

<sup>133</sup> Ao longo dos primeiros anos do regime republicano, especialmente durante os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, houve intensa resistência de grupos monarquistas, sendo o mais importante deles o do Rio de Janeiro. Sobre o tema, ver: JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Além do fechamento da *Tribuna Liberal* Deodoro criou a Comissão Militar de Sindicâncias e Julgamento com o objetivo de "punir indivíduos que conspiravam contra a República e seu governo"<sup>134</sup>, quer fossem os insurgentes civis ou militares.<sup>135</sup>

De uma maneira geral, a nova ordem impunha a formação de agremiações partidárias. Com a queda da Monarquia deixaram de existir os partidos que, ao longo do Império, estiveram no centro do poder. Seguindo o modelo proposto pelo PRP, em 1873, cada Estado procurou organizar variantes do "Partido Republicano". Em torno desses novos "espaços de mediação política" aglutinaram-se os republicanos históricos e aqueles que gradativamente aderiram ao regime, formando-se, assim, um mosaico partidário de orientação ideológica de difícil visualização, mas com grande disposição de conquistar os espaços de poder que a República descortinou, como veremos no caso de Mato Grosso.

Acompanhando as publicações dos periódicos, sobretudo de *O Matto Grosso*, nos parece claro que a mudança de regime acentuou e, em certa medida, intensificou as diferenças políticas existentes em Mato Grosso desde o Império. Sem os pressupostos que davam os contornos ao campo político, verificados do regime decaído, os atores passaram a vislumbrar um horizonte de possibilidades. Daquele momento em diante, retiradas as amarras do poder moderador e das eleições dos membros das assembleias, nas províncias e na Corte, segundo a lógica da nomeação de gabinetes, havia espaço mais amplo para a disputa pelo poder.

Na realidade, na alvorada republicana descortinou-se um campo político sem regras claras, cujos atores, embora conscientes da nova realidade, agiam sob os pressupostos que vigoraram ao longo do regime decaído. Em outras palavras, na esteira das análises feitas por Arno Mayer (1990) em relação à permanência de valores presentes na modernidade europeia, no Brasil, de modo semelhante, verifica-se que a ideia de progresso científico associada ao ideário republicano assentou-se em uma sociedade agrária – na qual grupos vinculados à produção de bens primários há muito exerciam influência na organização política. Com a Proclamação da República, esses grupos não foram alijados, pelo contrário, ao aderirem à

---

<sup>134</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo. *Deodoro, a espada contra o Império: o aprendiz de feiticeiro* (da Revolta Praieira ao Gabinete Ouro Preto). São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1957, p. 116.

<sup>135</sup> Entre os fatos que demonstram as dificuldades do governo Deodoro em manter a coalizão que deu início ao regime republicano no Brasil, está a dissolução de seu primeiro Ministério. Depois da saída de Benjamin Constant, ocorrida ainda no ano 1890, os desentendimentos entre os Ministros e o Presidente levaram ao pedido de demissão coletiva, em janeiro de 1891. O núcleo duro dos atores que estiveram à frente da queda do regime monárquico, representantes de parte do Exército e das classes médias urbanas e de fazendeiros do Oeste Paulista, permaneceu unido apenas momentaneamente. Observa-se que as lideranças que estiveram à frente da instauração da República "conservaram (...) profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime, quando as contradições eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade dos primeiros anos da República", conforme observa COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação da Editora Unesp, 1999, p. 489.



República, procuraram influenciar, de todas as maneiras, a formação das esferas de poder. Assim a ideia de progresso permanece, em boa medida, atada a um conjunto de valores e práticas que a mudança do regime político, por si só, não foi capaz de mudar.

No momento em que outro conjunto de pressupostos adotados em relação a um conceito ainda indefinido de República estava sendo forjado, políticos das mais diversas regiões vislumbraram a possibilidade de conquistar o poder. Em Mato Grosso, a República propiciou a formação de partidos que, assim como no Império, mantiveram e, em muito, acentuaram as clivagens existentes.

Espaço de socialização e mediação política, os partidos da "Era moderna" remontam apenas ao século XIX. Entre os pressupostos de existência dos Partidos, Serge Berstein<sup>136</sup> menciona a duração no tempo, a extensão no espaço, a aspiração ao exercício do poder e a vontade de atender aos anseios da população. Nesse sentido, mesmo levando-se em conta a existência de agremiações partidárias precedentes ao 15 de Novembro, a Proclamação da República foi uma espécie de marco zero, já que suscitou a organização de um sistema partidário regido sob a égide liberal e sem a vigência do controle de alternância partidária válido no período imperial. Todavia, por serem "novos", prescindiam, portanto, de requisitos de duração no tempo e extensão no espaço, tendo sido viabilizados a partir do capital político de atores de maior influência dentro de seus quadros.

O Presidente nomeado, no intuito de se estabelecer politicamente, não perdeu tempo. Além da fundação do Partido Nacional, agiu no sentido de fortalecer a posição conquistada por seu grupo. Uma de suas primeiras ações, já em janeiro de 1890, foi criar o *Club Militar Benjamin Constant*, o qual era "composto por oficiais ativos, reformados e honorários do exército, sob a presidência do próprio General Antônio Maria Coelho e supervisão do então capitão Caetano de Albuquerque"<sup>137</sup>. Em seguida, Antônio Maria Coelho recriou a *Imprensa Oficial do Estado*<sup>138</sup>, bem como um jornal que pudesse dar voz à agremiação representada por

---

<sup>136</sup> BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. (Org). *Por uma história política*. 2º Ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 62/63.

<sup>137</sup> Mendonça apud FERREIRA, Bruno Torquato. *Elementos para a construção de um objeto: os militares e a política em Mato Grosso (1889-1932)* p. 266 In: ANAIS do Simpósio Internacional de História, X Encontro de História de Mato Grosso do Sul e XIII Semana de História da UFMS/CPTL. Três Lagoas (MS), 2010, pp. 259-277. Disponível em: [http://www.cptl.ufms.br/hist/ndhist/Anais/Anais%202010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Bruno%20Torquato%20Silva%20Ferreira%20\\_2.pdf](http://www.cptl.ufms.br/hist/ndhist/Anais/Anais%202010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Bruno%20Torquato%20Silva%20Ferreira%20_2.pdf). Acesso em 06 de set. de 2013.

<sup>138</sup> A imprensa oficial foi criada em Mato Grosso no ano de 1839; todavia, o maquinário de impressão foi vendido em 1848. Desde então, até maio de 1890, as notícias oficiais eram veiculadas em periódicos particulares. A recriação da imprensa oficial permite inferir que Antônio Maria Coelho queria, de fato, distanciar-se dos antigos liberais. Isso porque, nos momentos finais do Império, as notícias oficiais eram publicadas no jornal da *A Província de Matto Grosso*, órgão vinculado ao antigo Partido Liberal do qual Ponce era membro, e, após a queda da Monarquia, esse jornal continuou sendo porta-voz do grupo poncista, com o

ele. Paralelamente, preocupou-se em indicar correligionários para os cargos públicos disponíveis e reforçar sua influência sobre o contingente militar da região:

O governador Antônio Maria Coelho restaurou (...) a Imprensa Oficial em Mato Grosso e criou a tipografia do Estado, com apoio do jornalista cuiabano José Maria Velasco, seu oficial de gabinete e primeiro diretor da *Gazeta Oficial do Estado de Matto Grosso*.<sup>139</sup>

Notoriamente, a imprensa era na época o mais importante meio de circulação de notícias e divulgação de ideias. Desde os tempos do Império, caracterizava-se como porta-voz dos partidos e grupos de opinião. Com a Proclamação da República, a imprensa tornou-se decisiva para a construção de significados e para a disputa político-partidária nas mais diversas regiões do Brasil.

Considerando o espaço geográfico e o contexto histórico deste estudo, é bom lembrar que a imprensa restringia-se, basicamente, aos jornais.

Em Mato Grosso, não foi somente pelas páginas d`A *Gazeta Oficial* – recriada por Antônio Maria Coelho para funcionar como órgão de divulgação dos atos de governo – que se pôde observar a movimentação da nascente política republicana. Além desse jornal, os lances dos embates entre os seus partidários e os de Generoso Ponce foram registrados pelos periódicos *O Matto Grosso*<sup>140</sup> e *O Quinze de Novembro*<sup>141</sup>. Esses últimos tinham características fundamentalmente político-partidárias e, ao lê-los, podemos perceber a construção das estratégias de parte a parte, compreender as formas de cooptação de sujeitos e opiniões e mapear os elementos/valores políticos que justificavam as posições dos partidos e os argumentos que embasavam a defesa dos interesses de cada grupo. Mais do que isso, os periódicos que consultamos informavam sobre os próprios eventos, descrevendo o cotidiano das movimentações dos políticos em geral. A notória preocupação com a descrição, mesmo que sob o prisma que mais interessava aos editores, caracterizava os jornais de Mato Grosso,

---

nome de *O Matto Grosso*. Desse modo, a fundação da *Gazeta Oficial* era também um sinal político que denota a organização de outro canal de comunicação entre os partidários de Antônio Maria Coelho e a sociedade mato-grossense.

<sup>139</sup> ROCHA, Jucá Pedra. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá: Aroé, 2009, p. 97.

<sup>140</sup> A circulação desse jornal data do período monárquico, época em que circulava com o nome de *A Província de Matto Grosso* e servia à defesa dos interesses do Partido Liberal. Seu primeiro número foi publicado em 1879. Com a mudança de regime, o periódico passou a ser veiculado com a denominação de *O Matto Grosso*. Sobre o assunto, ver: ROCHA, J.P. op. cit., p. 62. Da publicação que veio a público em de 20 agosto de 1890 em diante, o jornal passou a estampar a nota: "órgão do Partido Republicano" – ocasião em que se tornou o principal instrumento das críticas desferidas contra o governo de Antônio Maria Coelho, Cf: APMT. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 20 ago. 1890, p. 1.

<sup>141</sup> O principal antagonista de *O Matto Grosso* foi o jornal *O Quinze de Novembro* que começou a circular em Cuiabá em 1890. Seu primeiro redator foi Augusto R. de Carvalho. Desde o primeiro número, o periódico mencionava, na primeira página, que era o porta-voz oficial do Partido Nacional. Sobre o assunto, ver: MENDONÇA, Rubens. *História do Jornalismo em Mato Grosso*. Mato Grosso: Imprensa Oficial, 1963, p.22.

uma vez que os mesmos estavam inseridos no conjunto das folhas que aqui denominamos de pequena imprensa.

Chamamos de pequena imprensa os jornais de poucas folhas, (no máximo quatro), divididos em quatro colunas, (quando muito), produzidos em gráficas de pequeno porte, com maquinário e forma rudimentares, reproduzidos em pequena quantidade e com distribuição modesta. Essas são, em geral, as características que ganharam as folhas editadas no Brasil da passagem da Colônia para o Império até as primeiras décadas do século XIX.

Isabel Lustosa, ao debruçar-se sobre os jornais do período da Independência brasileira, mostrou como a imprensa constituiu-se naquele momento em um "laboratório onde tiveram lugar embrionárias e imprevisíveis formas de competição política"<sup>142</sup>. Com o tempo, as pequenas tipografias localizadas nos centros urbanos em crescimento no Brasil também se desenvolveram, dando lugar, na segunda metade do século XIX, a modernos parques gráficos e às empresas jornalísticas.

Os jornais que se modernizaram não eram mais voltados apenas à descrição dos eventos políticos interpretados segundo a conveniência de seus produtores;<sup>143</sup> incorporavam propaganda de bens de consumo e comerciáveis em geral, bem como se preocupavam com a recepção de público variado, já que passaram a traduzir-se em atividade economicamente rentável. Esse tipo imprensa, chamada de grande imprensa periódica,

(...) resultou em segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças, posto que as informações, a propaganda e publicidade nela estampadas influenciavam aqueles circuitos, dependentes do impreso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículos da palavra impressa – aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem.<sup>144</sup>

Esse cenário de grande protagonismo dos jornais, vislumbrado, sobretudo, em cidades do porte de algumas capitais, não deixou de conviver, todavia, com a chamada pequena

<sup>142</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A guerra dos jornais na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 16.

<sup>143</sup> Embora tenham se desvinculado das disputas partidárias explícitas, como ocorrera até fins do período imperial, o fato político não saiu da "primeira página" dos jornais. Do mesmo modo, a diversificação das publicações não significou, nem de longe, o fim do envolvimento entre imprensa e política. Todavia, a tomada de posição, a favor ou contra algum partido ou político em especial, passou a ser feita, quase sempre, sob a capa da imparcialidade. As vinculações apareciam, desse modo, de maneira mais sutil. Exemplo profícuo dos estreitos laços que vinculavam políticos e grande imprensa no Rio de Janeiro está Lima Barreto. Por meio de uma abordagem ficcional, em *Memórias do escrivão Isaias Caminha*, o literato carregou tanto nas tintas que deixou claras as ligações entre o jornal O Correio da Manhã e algumas das transações políticas que ocorriam à época em que trabalhava naquele jornal carioca.

<sup>144</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 83/84.

imprensa e com os veículos alternativos, jornais operários e de nichos específicos. Em cidades de menor porte, e mesmo em muitos estados, a chamada grande imprensa chegou mais tardiamente. Nessas localidades,

(...) a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais [de estados de menor expressão política e econômica] com estrutura de empresa. Mas a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar.<sup>145</sup>

Desse modo, os jornais mato-grossenses de finais do século XIX e início do XX, que se constituem como nossas fontes de pesquisa, ainda tinham as feições do que chamamos de pequena imprensa. Devido às condições da economia local e ao reduzido contingente populacional, os jornais permaneceram nas mãos de chefes partidários não preocupados com os aspectos econômicos da venda dos mesmos, tampouco com a opinião do público em geral, já que publicavam matérias que dialogavam especialmente com o político concorrente. Por isso mesmo, em Mato Grosso e em regiões onde não houve grandes incrementos na transformação dos parques gráficos, a exemplo do que acontecia na capital do Brasil décadas anteriores, "os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos"<sup>146</sup>.

Assim, ao mesmo tempo em que descreviam os eventos políticos e o cotidiano das disputas partidárias, os proprietários dos jornais mato-grossenses procuravam narrar os fatos do dia a dia de modo que a produção de sentidos dessas narrativas corroborasse e/ou legitimasse a ambição política do grupo do qual faziam parte.

O que queremos enfatizar com esta afirmativa são as duas dimensões fundantes da produção dos jornais que serviram de fontes para essa investigação: ao mesmo tempo em que descrevem os acontecimentos oferecendo pistas valiosas para a narrativa dos embates políticos em Mato Grosso – e, porque não dizer, para o paradeiro de outros documentos – informam sobre valores e ideias que diferenciavam os projetos futuros de cada grupo. Afinal, como insistiu Eni Orlandi (2008), toda palavra escrita produz um discurso e todo discurso, por natureza constitutiva, revela o lugar de onde fala o autor e a imagem que ele tem do

<sup>145</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 324.

<sup>146</sup> Cf: LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos*. A guerra dos jornais na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.16. Embora o início do século passado tenha marcado o advento da grande imprensa, conforme analisado por diversos historiadores, é fato que os pequenos e médios órgãos de imprensa, além das publicações alternativas não deixaram de ter papel importante na circulação de notícias e ideias, mesmo nas grandes cidades. Acerca da imprensa nos estados após a Proclamação da República, Nelson Werneck Sodré afirma que, na maior parte deles, continuou existindo a chamada pequena imprensa. Segundo o autor, na passagem do século XX para o XIX, eram "raros os jornais (...) com estrutura de empresa", observa ainda que o móvel desses órgãos de imprensa era a política. Sobre esse assunto ver: SODRÉ, N. W. op. cit. 1999.

interlocutor. Insistimos: como as discussões partidárias tinham foro limitado, uma vez que os espaços de disputa por poder não estavam constituídos, inclusive geograficamente, era nas folhas dos jornais que se materializavam os lugares de conflito.

Em Mato Grosso, os grupos políticos protagonizaram embates viscerais e empolgantes em jornais que não escondiam sua vinculação a determinada agremiação partidária e tornaram-se os porta-vozes dos interesses em jogo.

Passados os primeiros dias de aclamação e adesão ao novo regime – ocasião em que a imprensa em geral procurava reproduzir as publicações oficiais do governo provisório e de replicar matérias dando conta dos possíveis rumos que a República tomaria no Brasil – os periódicos locais passaram a ocupar-se mais detidamente das questões da política mato-grossense.

Com objetivo de salvaguardar sua posição de mando, além de criar dois órgãos de imprensa, outra medida tomada por Coelho foi a de convocar voluntários para engrossar as fileiras dos corpos militares locais.

Na medida em que as nomeações para a formação do *staff* no novo governo eram publicadas com nomes ligados ao antigo Partido Conservador, ficava visível a falta de espaço político para o grupo poncista; não tardou a aparição das primeiras queixas à forma de atuação do governo. O periódico *O Matto Grosso* tornou-se então o porta-voz de tais protestos, dando combate diário ao governo do general Antônio Maria Coelho.

O primeiro ataque veemente ao governo de Antônio Maria Coelho publicado na imprensa foi desferido por Joaquim Murtinho<sup>147</sup>. Cabe notar que a atuação de Murtinho junto à política mato-grossense continuava sendo exercida a partir do Rio de Janeiro, lugar de onde, além de escrever as matérias que eram publicadas em Cuiabá, atuava com o objetivo de fazer alianças com vistas a pretensões político-partidárias. Com uma escrita eloquente e mordaz, publicou, nas páginas d'*O Matto Grosso*, duras críticas à forma de condução do governo por

---

<sup>147</sup> Joaquim Murtinho estava filiado ao Partido Liberal desde 1875, época em que já era médico afamado na Corte por defender tratamentos à base da homeopatia. Essa concepção da medicina, defendida por Murtinho em extensas publicações no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, envolveu o médico em polêmica com o Imperador, D. Pedro II. Este, sabidamente um entusiasta da ciência, condenava veementemente os princípios da medicina praticada pelo doutor Murtinho. Em razão ou não dessas polêmicas, talvez em decorrência das antipatias que angariou com essa postura, como também em razão da falta de espaço para os “novos” sujeitos políticos, Joaquim Murtinho teve reiteradamente vetada sua entrada na vida política durante a vigência do regime monárquico, o que acabou aproximando-o das aspirações republicanas. As investidas de Murtinho sempre foram barradas pelos “figurões” do Partido Liberal do Rio de Janeiro. Por ocasião da última eleição do regime imperial, em agosto de 1889, a candidatura de Murtinho ao Parlamento Imperial foi preterida pela indicação do famoso jornalista carioca Carlos de Laet. Embora não fosse de Mato Grosso, a eleição de Laet, monarquista convicto, era, àquela altura dos acontecimentos, imprescindível para aumentar a bancada leal ao regime e garantir a sobrevivência do Império. Naquele mesmo ano, Murtinho foi indicado, em lista tríplice, para uma vaga no Senado, tendo sido escolhido o então Presidente da província de São Paulo, Couto de Magalhães. Com o fim do Império, Joaquim Murtinho pode, finalmente, ver suas pretensões políticas contempladas.

parte de Antônio Maria Coelho. Convocou seus “concidadãos” a entrarem para o Partido Republicano, argumentando que “no partido republicano o elemento ativo de organização é o cidadão que representa a fonte e origem de todo movimento político. No partido nacional [...], o cidadão foi anulado, o presidente chamou a si e exerceu os direitos de eleitor<sup>148</sup>.”

Cidadão ou Concidadão: esse neologismo inaugurado pelas revoluções Norte Americana (1776) e Francesa (1789) integrou o repertório republicano e foi incorporado aos discursos, às cartas e a toda forma de tratamento oficial desde o início da República. Foi por meio dessa nova expressão de tratamento que Murinho conclamou “seus pares” a fazer frente àquilo que chamava de “arbítrio” de Antônio Maria Coelho. Nesse discurso, Joaquim Murinho deixava clara a posição do Partido Republicano e procurava mobilizar os “concidadãos” mato-grossenses a combater o Partido Nacional.<sup>149</sup>

O debate pelos jornais avolumou-se dia a dia, especialmente diante da aproximação da primeira eleição republicana, para eleger deputados e senadores com o intuito de redigir a Carta Constitucional do novo regime, marcada para 15 de setembro de 1890.<sup>150</sup>

Diante da iminência do primeiro pleito republicano, os partidos começam a discutir aqueles que, dentre os seus membros, poderiam lançar-se para as vagas do Senado e da Câmara Federal. Pelo Partido Republicano, destacaram-se as manifestações de Joaquim Murinho e Antônio Azeredo. O primeiro, lançando de maneira sutil sua candidatura ao senado, afirmava:

<sup>148</sup> APMT. MURINHO, Joaquim. Aos meus concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 13 abr.1890, pp.1-2.

<sup>149</sup> Conforme escreve José Murilo de Carvalho, a adoção da palavra "cidadão", como forma de tratamento republicano, substituiu as formas solenes e nobiliárquicas dos pronomes de tratamento do período anterior. Era também sinal do esforço construção, entre outros, de referências simbólicas que remetem ao imaginário republicano. No entanto, para o "comum dos mortais" o termo cidadão era algo estranho. É possível que para muitos, até desprovido de sentido, mesmo depois de Proclamada a República. Esse estranhamento com o pronome de tratamento aparece no conto de Artur Azevedo, "O velho Lima", onde a personagem criada por Artur Azevedo, afastada do trabalho no período em que se deu a queda da Monarquia, estranhou a forma de tratamento "cidadão" que lhe fora dispensada ao retornar as suas funções. O conto remete tanto ao "inusitado" da República, por nós já abordado em outra parte desse estudo, quanto ao estranhamento com formas de tratamento tão distintas do costume da corte. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990, p. 13; AZERVEDO, Artur. O Velho Lima. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *O conto da vida burocrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, pp.37-42. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/015/15conto\\_azevedo.htm](http://www.espacoacademico.com.br/015/15conto_azevedo.htm). Acesso em: 07 de abr. de 2014.

<sup>150</sup> O Decreto 511, de 23 de junho de 1890, denominado Regulamento Alvim, dispôs sobre as primeiras eleições para a formação do legislativo republicano. Segundo essa norma, para o Senado, cada estado elegeria 3 representantes; já para a Câmara Federal o critério que determinava o número de representantes baseava-se no contingente populacional de cada unidade federada. Por esse critério, coube a Mato Grosso eleger 2 representantes. A forma estabelecida criou uma hierarquia de poder entre as unidades que compunham a Federação e fortaleceu politicamente estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, detentores das maiores bancadas. Para maiores detalhes ver: Decreto n. 511, Superior Tribunal Eleitoral, 1890. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>>. Acesso em: 28 de junho de 2012.

(...) quanto a mim, repito mais uma vez, (...) **não sou candidato a cargo político** do Estado de Matto Grosso, **só com sacrifício, com muito sacrifício**, embora com muita honra, **poderia aceitar um lugar entre os representantes do povo**, se o Estado de Mato Grosso julgasse necessários os meus serviços. Tenho vivo interesse pela sorte da república em Matto Grosso independente, porém, de qualquer cargo político (...). (Grifos nossos).<sup>151</sup>

Antônio Azeredo, que também não ia a Cuiabá, lembrou todo o trabalho realizado como jornalista no Rio de Janeiro, ainda no tempo do Império, objetivando, segundo ele, trazer melhorias para sua terra natal. Anunciando-se ostensivamente na disputa pela representação por Mato Grosso, escreveu:

Republicano desde os bancos acadêmicos e aspirando um lugar na representação nacional pela terra em que nasci, estou convencido de que qualquer outro mattogrossense a representará melhor do que eu, mas também estou convencido que ninguém o fará com amor nem lealdade.<sup>152</sup>

Nessa mesma publicação, Joaquim Murtinho fez uma contestação explícita à candidatura do Major Caetano de Albuquerque que era membro do Partido Nacional e apoiado pelo então Presidente de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho. Embora candidato pelo partido adversário, a recusa contra o nome do militar dava-se nos seguintes termos: "podemos bater a candidatura do Sr<sup>o</sup> Caetano de Albuquerque, não por motivos pessoais, mas porque o ilustre cidadão professa princípios que julgamos perniciosos ao Estado e a República"<sup>153</sup>; todavia, a publicação não apresentava razões ou argumentos que explicitassem os *princípios perniciosos* que motivaram o ataque.

Mesmo diante da crescente tomada de posição ambos os lados, houve uma tentativa de aproximação entre as agremiações partidárias. O propósito do diálogo era buscar a formação de uma chapa comum para a primeira eleição para o legislativo federal, marcada para 15 de setembro de 1890.

Ao que tudo indica, a iniciativa do diálogo não partiu das lideranças mato-grossenses. É provável que a aproximação tenha sido mediada por Deodoro da Fonseca, uma vez que este possuía vínculos com membros dos dois lados em litígio. Joaquim Murtinho era seu médico particular e Antônio Maria Coelho e Caetano de Albuquerque eram companheiros de caserna.

<sup>151</sup> APMT. MURTINHO, Joaquim. Meus caros concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 1-2.

<sup>152</sup> APMT. AZEREDO, Antônio. Ao eleitorado de Matto-Grosso. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 2.

<sup>153</sup> APMT. MURTINHO, Joaquim. Meus caros concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 2.

Havia, por parte do Deodoro – conforme consta em matéria em *O Quinze de Novembro*<sup>154</sup> – interesse na eleição tanto de Joaquim Murinho quanto de Caetano de Albuquerque. Portanto, pode ter partido do próprio Marechal-Presidente a tentativa de entendimento entre os grupos. Teria sido iniciativa do Marechal? Fica essa dúvida, uma vez que o jornal não menciona o nome de Deodoro.

Fato é que as lideranças das duas agremiações partidárias se reuniram no teatro da capital, em Cuiabá, no dia 27 de julho de 1890. Nesse encontro ficaram resolvidas a dissolução do Partido Nacional (de Antônio Maria Coelho), a formação de uma única comissão executiva e a ratificação do Partido Republicano como agremiação que congregava todas as lideranças políticas do Estado.

Em outra reunião, ocorrida na casa de Generoso Ponce e relatada n*O Matto Grosso*, edição de 04 de agosto de 1890, a cúpula da nova versão do Partido Republicano decidiu quais seriam os nomes que comporiam a chapa para a Câmara e o Senado Federal. Os membros da comissão se pronunciaram para indicar os nomes que formariam a chapa. Na designação feita por Joaquim José Pinho (antigo PN), sobressaiam nomes ligados ao grupo de Antônio Maria Coelho e, na indicação feita por Manoel Murinho – irmão de Joaquim Murinho – os que vinham do antigo Partido Republicano. Embora seja notória a continuidade da divisão, cabe observar que entre os nomes que figuravam na chapa sugerida por Manoel Murinho (antigo PR) estava o de Antônio Maria Coelho (antigo PN) para o Senado e não constava o nome do Major Caetano de Albuquerque.

A estratégia de Manoel Murinho<sup>155</sup>, então Vice- Presidente de Mato Grosso, tinha dois objetivos: 1) ao indicar o nome do General Antônio Maria Coelho para o Senado, afastava-o de Cuiabá, posto que, após a eleição, que era iminente, este teria que se deslocar para o Rio de Janeiro. Assim, Manoel Murinho assumiria o controle do Estado e, com isso, barraria a crescente influência de Antônio Maria Coelho que, já velho, não teria, àquela altura, condições físicas de exercer a atividade política por muito mais tempo; 2) ao não indicar o nome do Major Caetano de Albuquerque, minava ainda mais a influência dos membros do antigo Partido Nacional.

---

<sup>154</sup> A referida matéria é parte das justificativas dadas pelo major Caetano de Albuquerque à deposição do governo de Manoel Murinho, ocorrida em 01 de fevereiro de 1892. Cf. APMT. ALBUQUERQUE, Caetano M. F. O deputado Caetano de Albuquerque e a lógica do Sr. Manoel Murinho. *O Quinze de Novembro*, Cuiabá, 14 de fev. 1892, p. 1-2.

<sup>155</sup> A informação da nomeação de Manoel Murinho para o cargo de primeiro Vice-Governador de Mato Grosso aparece em *O Matto Grosso*. A matéria narra a resistência do Governador Antônio Maria Coelho em publicar o Ato de Nomeação. Todavia, a leitura do referido jornal não nos permitiu identificar, até o momento, em que data Manoel Murinho assumiu o posto, Cf: APMT. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 11 de mai. de 1890. Gazetilha, p. 2.



Entretanto, enquanto transcorria a reunião, Antônio Maria Coelho foi consultado sobre a indicação de seu nome e declinou da possibilidade de concorrer a uma das três vagas para o Senado. Ao final da sessão, ficou acordado que concorreriam para o Senado: Joaquim Duarte Murtinho (do antigo PR), Aquilino Leite do Amaral (ex-PN) e Antônio Pinheiro Guedes (ex-PN). Para a Câmara Federal foram indicados os nomes de Antônio Francisco Azeredo (antigo PR) e João Moraes de Mattos.<sup>156</sup> Nota-se que Antônio Maria Coelho não queria sair da região, como evidencia sua decisão, e que se manteve a não indicação do Major Caetano de Albuquerque. Ao fim, o acordo de costura frágil, ao não conseguir uma solução consensual, pôs em xeque a aliança estabelecida entre as forças que tentavam formar a coalizão.

A convergência entre as lideranças se desfez em poucos dias; o Partido Nacional foi restituído com o nome de Partido Nacional Republicano e buscou fortalecer suas posições políticas no Estado. Em atitude que denota o enrijecimento de sua postura em face da aproximação das eleições, o Presidente Antônio Coelho adotou uma dupla estratégia; a primeira delas foi indicar os representantes dos diretórios municipais encarregados de fiscalizar as eleições e, depois, aumentar o contingente policial nos principais redutos eleitorais do Estado. Como resultado obteve expressiva vitória nas urnas. Foram eleitos para o Senado: Antônio Pinheiro Guedes, Aquilino Amaral e Joaquim Murtinho e, para a Câmara Federal, Antônio Azeredo e o major Caetano Manoel de Faria e Albuquerque.<sup>157</sup> Esse resultado garantiu ao Partido Republicano somente duas vagas, uma no Senado para Joaquim Murtinho e outra na Câmara Federal para Antônio Azeredo. Os dois, que moravam no Rio de Janeiro, por lá continuariam após a eleição. Por outro lado, Antônio Maria Coelho alçava-se como chefe local do Partido Nacional Republicano.

Em todo o Brasil, o regulamento das eleições do Governo Provisório, elaborado por Cesário Alvim, garantiu um pleito relativamente tranquilo. Em novembro de 1890, um ano após a mudança de regime político, os novos deputados e senadores eleitos em todos os estados do Brasil seguiram para o Rio de Janeiro, para iniciar a votação do projeto da primeira Constituição da República.

No Congresso, os debates dividiram os parlamentares em três grupos, basicamente: os unionistas – que estavam mais ligados ao governo provisório e tinham à testa Rui Barbosa, que "defendia a existência de um poder central dotado de importantes atribuições e de uma considerável parcela das rendas"; o segundo grupo, liderado pelo gaúcho Júlio de Castilhos, era formado pelos ultrafederalistas os quais "radicalizavam a ideia de descentralização e

---

<sup>156</sup> APMT. Partido Republicano. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 20 ago. de 1890. Gazetilha, p. 1.

<sup>157</sup> APMT. *A Gazeta Oficial*. Cuiabá, 23 de set. de 1890. Seção Noticiosa, p.3.

defendiam a existência de um poder central com atribuições bastante restritas" e o terceiro grupo, o dos moderados - formado por lideranças das mais diversas regiões. Entre suas pretensões quanto ao novo pacto "esse grupo procurou estabelecer certos limites às teses unionistas, reservando aos estados a maior parte das rendas, além de uma considerável autonomia política"<sup>158</sup>.<sup>159</sup>

O texto aprovado tinha como pressupostos fundamentais: 1) regime de governo republicano federativo e representativo; a federação era uma das premissas centrais do novo regime. Diferentemente da Constituição do Império que dedicava à divisão territorial apenas o Artigo 2º, na Carta República esse tema foi o objeto central do Título I - Da Organização Federal. A conotação dada deixa claro o esforço dos novos atores políticos em aprovar uma das reivindicações centrais do movimento republicano surgido da década de 1870; 2) tripartição dos órgãos da soberania nacional em Legislativo, Executivo e Judiciário<sup>160</sup>; 3) repartição da arrecadação de impostos entre as esferas estadual e federal<sup>161</sup>; 4) eleições para maiores de 21 anos, exceto os mendigos, analfabetos, praças de pré e religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência. Neste tópico, a Constituição republicana, embora não tenha adotado o critério censitário para restrição de direito de voto – como acontecia na Carta Imperial – manteve, sob outros moldes, a restrição de grande parcela da população ao exercício da cidadania; 5) separação entre Igreja e Estado, a garantia de liberdade de quaisquer cultos e a consagração do Estado laico; 6) igualdade de todos os cidadãos perante a lei e; 7) consagração dos direitos do cidadão, como liberdade, segurança individual e propriedade.

---

<sup>158</sup> FREIRE, Américo; CATRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLPHI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, pp. 35/36.

<sup>159</sup> Um dos primeiros atos do Governo Provisório, através do Decreto nº 29 de 03 de dez. de 1889, instituiu uma comissão para elaboração do texto base da primeira Constituição republicana. Os trabalhos foram presididos por Saldanha Marinho, tendo Américo Brasiliense como vice-presidente. Os demais componentes da comissão eram Antônio Luiz dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e José Antônio P. M. de Castro. Pestana e Werneck trabalharam conjuntamente na elaboração de uma proposta comum, Castro e Brasiliense produziram textos distintos. Depois dessa fase, as propostas resultaram em um texto único que, depois de corrigido por Rui Barbosa, foi encaminhado ao Congresso para votação. Cf: OLL. RIBEIRO, João Coelho Gomes. *A Gênese Histórica da Constituição Federal - Subsídio para sua interpretação e reforma (Os Ante-projectos, Contribuições e Programas)*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Liga Marítima, 1917.

<sup>160</sup> No que tange ao poder Judiciário, o texto Constitucional a aprovou a existência da instâncias federais e estaduais, cada qual com atribuições específicas. As dúvidas e/ou divergências suscitadas em face das decisões oriundas dessas instâncias deveriam ser dirimidas pelo Supremo Tribunal Federal, órgão superior do Poder Judiciário. Cf: FREIRE, A.; CATRO, C. op. cit. pp. 39/40.

<sup>161</sup> Em relação à arrecadação dos impostos "foi aprovado um texto que estabeleceu a seguinte divisão: o imposto de exportação passaria a ser arrecadado exclusivamente pelo poder central, enquanto as rendas advindas do impostos de exportação ficaram com os estados", decisão que privilegiou exportadores como São Paulo e Minas Gerais, por exemplo. Cf: *Ibidem*, p. 37.

No que diz respeito aos Estados e a União, com relação aos limites da autonomia dos primeiros em face das responsabilidades do Estado, o texto foi lacônico, deixando margem para interpretações que variaram ao sabor das circunstâncias. A intervenção poderia ocorrer em quatro situações distintas: invasão externa, ameaça à ordem republicana, garantia de execução de leis federais e restabelecimento da ordem, quando essa fosse solicitada pela autoridade competente. O último ponto foi convenientemente interpretado pelo governo Campos Salles que, se valendo da "política dos governadores," atuou no sentido de formar uma base de apoio ao seu governo, como veremos no Capítulo seguinte.<sup>162</sup>

Os debates em torno da elaboração da Carta Constitucional, insistimos, demonstram a importância dada à questão federativa como forma de garantir a autonomia dos estados. Desse modo, o tipo de federação que sobressaiu nos debates passou a associar "indissolúvelmente à República e à descentralização, em contraste com o Unitarismo, identificado como característica dos regimes monárquicos centralizados"<sup>163</sup>. Essa era, afinal, a reivindicação central que pautou o discurso dos diversos grupos republicanos desde a década de 1870.

A elaboração da Constituição foi também a arena em que os embates sobre o *vir a ser*<sup>164</sup> republicano foram confrontados com a complexidade do real e as reivindicações dos muitos grupos que a compunham. Mesmo consagrando velhas exigências, inovando em relação à Carta Imperial, a nova ordem legal não foi suficiente para evitar que grupos e partidos se debatessem em torno do poder, para além das paredes do Congresso e da própria instituição do novo regramento jurídico. Assim o imbricamento entre novas e velhas práticas políticas – representadas, respectivamente, pelo republicanismo de diversos matizes e pelo adesismo – e as disputas materiais e simbólicas pelo poder, propiciaram a eclosão do ambiente de instabilidade que perdurou, em boa medida, por grande parte do período que denominamos Primeira República.

---

<sup>162</sup> A lacuna no que tange à autoridade da União quanto à permissão legal para intervir nos estados subsistiu até 1926, ocasião em que houve uma reforma constitucional.

<sup>163</sup> SILVEIRA, Rosa Maria G. *Republicanism and federalism: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978. Vol. 4. (Col. Bernardo Pereira de Vasconcellos), p. 48.

<sup>164</sup> Como mencionamos anteriormente, não havia *a priori* um projeto determinado de República para o Brasil, apenas a ideia republicana expressa sob diversas vertentes doutrinárias. A definição do *status* da República brasileira foi definida, ao menos no que tange a sua estrutura dorsal, no momento da elaboração da Constituição – ocasião em que as variantes de pensamento republicano brasileiro se defrontaram. O Partido Republicano Riograndense que reunia nomes como Júlio de Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado, Antônio Augusto Borges e Ramiro Barcelos "postulava uma combinação entre federalismo e centralismo na mediação entre a política interna do estado e as relações com o poder central. Frente à União, defendiam o federalismo radical e, no governo regional, adotavam o centralismo de feição autoritária e positivista", cf: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983, (Col. Tudo é História), p. 77.

O simples fato da Constituição de 1891 ter instaurado o federalismo de cunho centrífugo no Brasil e a coincidência do mesmo com uma disposição fragmentária de ordem socioeconômica não foram suficientes para que o regime republicano se estruturasse de imediato e sem dificuldades.<sup>165</sup>

A elaboração da Carta Constitucional também não significou o solapamento de cultura política que precedia o texto. Como observa Renato Lessa, "a incerteza sobrevive à Carta de 1891 e, em certo sentido, é ampliada, pois a definição de mecanismos constitucionais não implica, obrigatoriamente, a existência de fórmulas políticas pacíficas, que dependem menos do Direito Constitucional do que de arranjos informais"<sup>166</sup>.

Os embates envolvendo a conformação da República extrapolaram, e muito, o período da Constituição e permitiram a experimentação de diversos arranjos políticos e governamentais como pretendemos aqui verificar, com enfoque especial para a realidade mato-grossense.

As tensões em nível federal se reproduziam, sob diversas formas, nos estados. Em Mato Grosso, o resultado das eleições de 15 de setembro de 1890, com expressiva vitória do Partido Nacional Republicano, acabou reforçando a sensação de poder de Antônio Maria Coelho. Daí em diante, as perseguições aos partidários da oposição se acirraram.

Em um só ato, o general demitiu o 1º. e 2º. Suplentes e Delegado da Capital, o Engenheiro de Obras Públicas, o Coletor, o escrivão de feitos da Fazenda, o ajudante de impressor da Tipografia Oficial, o Secretário do Tesouro, o amanuense da Secretaria de Governo, todos a bem do serviço público e da moralidade da administração [...] E mais, baseado nos mesmos fundamentos, suspendeu os funcionários do Tesouro Público, o Juiz de Direito de Livramento e até o da capital, Manoel Murinho.<sup>167</sup>

---

<sup>165</sup>SILVEIRA, Rosa Maria G. *Republicanism and federalism: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978. Vol 4. (Col. Bernardo Pereira de Vasconcellos), p. 101. Ainda segundo essa autora, o período de instabilidades republicanas se justifica em face de "as ambiguidades do setor cafeeiro agrário-exportador que, ao lado do Exército, fizera a República, criou canais de instabilidade e incertezas políticas" e que esse período traduziu-se em etapa de "ajustamento" entre os "novos grupos que se formavam e (...) aspirações que se engendravam". Já para Renato Lessa, em publicação lançada uma década depois, a instabilidade da primeira década republicana, que ele denomina de "anos entrópicos", é resultado da ausência de uma rotina política, ou seja, da "não institucionalização e [d]a não definição de regras da constituição da *polis*. Para esses dois autores é no governo de Campos Sales, com a instrumentalização da chamada "política dos governadores" que o regime republicano passa a ter estabilidade.

<sup>166</sup>LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 74.

<sup>167</sup>IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, p.14. É importante observar que todas as demissões mencionadas por Virgílio Corrêa Filho constam na *Gazeta Oficial*. Cabe notar que as demissões foram publicadas em setembro de 1890, após o resultado das eleições para o Senado e a Câmara Federal.

A vitória nas eleições para o Senado e para a Câmara Federal conferiu segurança a Antônio Maria Coelho quanto à possibilidade de manobrar os resultados eleitorais a seu favor. Além de recorrer à demissão dos oponentes, o Presidente do Estado nomeou 21 oficiais para "reforçar" o contingente da Guarda Nacional na Capital.<sup>168</sup>

Além de cooptar partidários para o comando da tropa, Antônio Maria Coelho reforçou a estratégia convocando cidadãos comuns para se alistarem com o objetivo de aumentar o efetivo e garantir, assim, o resultado do pleito. Confiante em sua estratégia e diante dessa certeza, ao receber Decreto Federal nº 802 que dispunha sobre a convocação de eleições para a formação das assembleias constituintes estaduais, o Presidente de Mato Grosso não titubeou e marcou<sup>169</sup> as eleições para 03 de janeiro de 1891.

A aproximação das eleições para a formação da Constituinte estadual mobilizou as forças de lado a lado. O Partido Republicano distribuiu “um manifesto aos seus correligionários, animando-os e convidando-os a concorrer às eleições de janeiro”.<sup>170</sup> O Partido Nacional Republicano, por sua vez, mobilizou, novamente, tropas para enviar aos municípios. Além disso, procurou desarticular a atuação dos principais membros do partido adversário.

Quatro dias depois do manifesto republicano, (...), tendo corrido por esta cidade [Cuiabá] o boato da demissão dos cargos de governador e comandante das armas, alguns republicanos, satisfeitos naturalmente com a notícia, queimaram foguetes em sinal de regozijo.

Isso foi o bastante (...); determinou-se que fossem imediatamente presos o dr. Manoel Murinho, 1º. vice-governador do estado (...), o tenente coronel José Magno da Silva Pereira, redator de *O Matto Grosso* (...) e o tenente Emílio do Espírito Santo Rodrigues Calhão, proprietário do *Matto Grosso*<sup>171</sup>.

Nesse ínterim, Generoso Ponce viajou ao Rio e Janeiro, reuniu-se com Joaquim Murinho e Antônio Azeredo para trabalhar ativamente nos bastidores de maneira a convencer

---

<sup>168</sup>PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009. 152 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2009, p. 71.

<sup>169</sup> A chamada para as eleições à Assembleia Estadual Constituinte foi publicada na *Gazeta Oficial* de 18 de novembro de 1890. Cf: APMT. Decreto 39 de 15 de Novembro de 1890. *Gazeta Oficial*. Cuiabá, 18 de nov. 1890, p.1.

<sup>170</sup> APMT. Aproximam-se as eleições de 3 de janeiro de 1891 - Prisões na noite de 10 de dez. de 1890. Manifesto do governador; Manifesto do partido republicano. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 17 de jan. de 1892, Estudo Político p. 4.

<sup>171</sup> APMT. Aproximam-se as eleições de 3 de janeiro de 1891 - Prisões na noite de 10 de dez. de 1890. Manifesto do governador. Manifesto do partido republicano. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 17 de jan. de 1892, Estudo Político p. 4.

o Marechal-Presidente, Deodoro da Fonseca, a mudar o quadro político em Mato Grosso.<sup>172</sup> Com efeito, em 31 de dezembro de 1890, Deodoro baixou um Decreto exonerando Antônio Maria Coelho do cargo de Presidente de Estado e nomeando o Coronel Frederico Sólón de Sampaio Ribeiro<sup>173</sup>, militar do Exército que participou ativamente dos acontecimentos que culminaram com a Proclamação da República por pessoas do círculo de relacionamento de Generoso Ponce.

Mais uma vez a falta do telégrafo dificultou a chegada das notícias a Mato Grosso. Sem saber das mudanças postas em curso, o pleito de 03 de janeiro transcorreu como o planejado, garantindo a eleição à Assembleia Constituinte Estadual dos candidatos do Partido Nacional Republicano. Entre os trinta eleitos, aproximadamente dois terços eram militares; alguns desses, como o Tenente Coronel José Joaquim Graciano de Pina, eram políticos experientes. Esse militar, por exemplo, havia sido deputado pela Assembleia Provincial diversas vezes. No entanto, salta aos olhos a exiguidade de membros da sociedade civil na formação da Assembleia de 03 de Janeiro. Ao que tudo indica, Antônio Maria Coelho apostava na estratégia de cercar-se de elementos castrenses e, escudado por eles, manter sob pulso forte a condução da política local.

A realização desse pleito marcou apenas o início de uma série de ações e agitações que elevariam a temperatura política, tanto no plano federal como no estadual, no ano de 1891. As publicações d'*O Matto Grosso* traziam matérias com os protestos do Partido Republicano contra o resultado das eleições e apontavam claramente que a temperatura política beirava à ebulição.

Das articulações realizadas pelo grupo poncista no Rio de Janeiro, como afirmamos anteriormente, resultou a mudança na situação política em Mato Grosso. Com a chegada a Cuiabá do representante designado pelo governo federal, Coronel Sólón, em 15 de fevereiro de 1891 – investido da autoridade conferida pelo Decreto presidencial do qual ele mesmo era o portador – Antônio Maria Coelho não ofereceu resistência formal e entregou pacificamente o cargo em um momento que, lembramos, já tinha garantido a vitória do seu grupo nas eleições. Mas essa mudança não colocou um ponto final nas disputas em curso.

---

<sup>172</sup> IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 77.

<sup>173</sup> O Coronel Sólón fez parte do grupo de militares que, juntamente com o Marechal Deodoro, levou a cabo a Proclamação da República. Era filho de fazendeiro e passou a maior parte de sua vida no Rio Grande do Sul. Durante sua formação, na Escola Central, em 1861, "foi desligado juntamente com outros alunos por manifestações de simpatia ao manifesto contendo críticas à política imperial feito por Teófilo Otoni". Sólón também lutou na Guerra do Paraguai. Quando chegou ao Rio de Janeiro em setembro de 1889 "já era francamente um republicano". Cf: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, pp. 162/163.

Em mais um lance da queda de braços travada entre os partidos Nacional e Republicano, com base no discurso da necessidade de colocar a ordem republicana em seus devidos trilhos, o General Sólón anulou – por meio do Decreto nº. 43, de 25 de fevereiro de 1891 – a Assembleia eleita em 03 de janeiro, alegando cerceamento de liberdade e fraude na apuração dos votos.<sup>174</sup> A realização de novas eleições garantiu ao Partido Republicano a composição de uma nova Assembleia Constituinte. O pleito, transcorrido em 28 de maio, todavia, não paralisou as atividades iniciadas pelos constituintes eleitos em janeiro. Daí em diante, os trabalhos para a elaboração da Constituição Estadual seguiram sendo feitos por dois grupos de constituintes: um do Partido Nacional outro do Republicano.

Assim como fizeram Ponce e Murtinho, Antônio Pinheiro Guedes, Aquilino do Amaral, então Senadores da República, e o Major Caetano de Albuquerque, membro da Câmara Federal, todos do Partido Nacional Republicano, também atuavam nos bastidores no sentido de garantir a permanência dos políticos eleitos para a Assembleia Estadual de Mato Grosso no pleito que fora organizado pelo exonerado General Antônio Maria Coelho.

Em meio ao impasse, o Coronel Sólón alegou problemas de saúde e deixou o cargo. Todavia, o que ocorreu na verdade foi que os adversários de Ponce e Murtinho conseguiram, junto ao Barão de Lucena, a demissão de Sólón<sup>175</sup>. Em seu lugar foi nomeado o Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, indicado por Deodoro e, pelo menos aparentemente, afastado da esfera de influência de quaisquer uns dos partidos mato-grossenses. O Coronel Mallet assumiu o cargo em 06 de junho de 1891.<sup>176</sup>

Naquele contexto, parece claro que não havia, entre os partidos, força política suficiente para solapar as aspirações um do outro.<sup>177</sup> Essa situação certamente facilitou a tarefa desempenhada pelo Coronel Mallet, que bem possivelmente lhe fora encomendada pelo próprio Deodoro, de solucionar a questão, mediando o conflito.

Em tom conciliador, os redatores de *O Matto Grosso* escrevem na primeira página:

<sup>174</sup> APMT. A anulação das eleições de 3 de janeiro. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 05 mar.1891, p. 1.

<sup>175</sup> A carta de Manoel Murtinho encaminhada a Generoso Ponce em 03 de novembro de 1896, faz alusão a remoção de Sólón. Cf: SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Generoso P. L. de S. Ponce em 04 de set. de 1901, pp18/19. In: ANAIS DO SENADO FEDERAL. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Resultado.asp](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Resultado.asp). Em 1892, o favor conferido ao PR rendeu a Sólón uma vaga na Câmara Federal como representante do estado de Mato Grosso.

<sup>176</sup>Sobre a alternância de Presidentes de Estado ao longo do período que compreende nossa pesquisa, ver Anexo 1 desta Tese.

<sup>177</sup> No caso de Mato Grosso, é evidente que as forças em disputa pelo mando local nos momentos iniciais da República possuíam um capital político insuficiente para tomar as rédeas do controle político local. A conquista de poder dependeria do sucesso de acordos e alianças feitas de parte a parte e da estratégia adotada para conquistar os postos de mando.

Compete a S. Ex. presidir e promover a organização constitucional de Mato Grosso e a esse grandioso trabalho há de selar aproveitando todas as forças vivas do estado de modo que a obra de reconstrução política não se [ressinta] de (...) algum exclusivismo partidário exprimindo, pelo contrário, o concurso harmônico dos elementos são de nossa sociedade, condição para que ela seja duradoura e produza abençoados frutos<sup>178</sup>

Nessa mesma publicação, também foi redigido um manifesto com o título “Unamos” que fazia um chamamento à conciliação nos seguintes termos,

Os homens de boa vontade; aqueles que sentem correr pelas veias o verdadeiro sangue brasileiro e amam sinceramente esta nossa grande e formosa pátria, devem unir-se ao nosso ilustre administrador para que a sua obra seja a mais válida e duradoura. Na crise atual devemos todos ter o procedimento daqueles dois chefes gregos que, inimigos irreconciliáveis, esqueciam seus rancores pessoais quando, juntos, tratavam dos sagrados e supremos direitos da pátria.<sup>179</sup>

Ora, o discurso conciliatório era fruto de um acordo que se alinhava com a mediação do Coronel Mallet. A edição de 20 de junho de 1891 informava os termos do acordo, segundo o qual a nova Constituição do Estado de Mato Grosso – tarefa da Assembleia Constituinte eleita por duas vezes – seria redigida por dois membros de cada partido. Suspender-se-iam as duas Assembleias até que a Constituição ficasse pronta, quando o Presidente decidiria como resolver o problema da dualidade. Entre as exigências que deveriam constar no texto Constitucional estavam as condições para a eleição do próximo Presidente. Mallet exerceria o cargo até o novo pleito, esse sim por voto direto. Outra exigência era a de que o texto constitucional informasse a vigência da Assembleia Constituinte e os critérios para a distribuição de cargos para Delegados e Intendentes Municipais, de forma a não afetar o equilíbrio entre as forças políticas constituídas naquele momento. O acordo foi firmado na sede do governo, com membros dos diretórios dos Partidos Nacional Republicano -PNR- e Partido Republicano-PR, com a presença do General Antônio Maria Coelho (ex-Presidente de Estado).

Aparentemente, o conflito tinha chegado ao final, mas as aparências se dissiparam em poucos dias. Já na edição seguinte, *O Mato Grosso*<sup>180</sup> anunciava o rompimento do acordo. O motivo para a reviravolta repentina foi a decisão do Coronel Mallet de concordar com a

<sup>178</sup> APMT. O Exmo. Sr. Coronel Dr. João Nepomuceno de Medeiros Mallet. *O Mato Grosso*. Cuiabá, 12 jun. 1891, p.1.

<sup>179</sup> APMT. Unamos-nos. *O Mato Grosso*. Cuiabá, 12 jun. de 1891, p.2.

<sup>180</sup> APMT. Quebramento de acordo. *O Mato Grosso*. Cuiabá, 28 de jun. de 1891, p. 1.



dissolução da Assembleia de 3 Janeiro. Sua atitude, alega *O Matto Grosso*<sup>181</sup>, levou em conta, tanto a decisão do governo anterior, do Coronel Sólón, que havia decretado a dissolução da mencionada Assembleia, como o despacho expedido pelo Ministro do Interior, Campos Sales, que referendava aquela decisão.<sup>182</sup>

Chama a atenção o curto espaço de tempo em que o acordo, ampla e detalhadamente divulgado pelo *Matto Grosso*, chegou ao fim. Os acontecimentos seguintes sugerem que, nos bastidores, o Coronel Mallet acabou cooptado pelas lideranças do Partido Republicano<sup>183</sup>.

A celeuma que envolveu a elaboração da primeira Constituição de Mato Grosso é compreensível. A nova Carta seria a base da construção de um dos mais importantes espaços do domínio republicano: o político-partidário. Influenciar e/ou direcionar sua elaboração era uma das formas de decidir como a vida política seria conduzida daquele ponto em diante. Essa era uma das razões centrais do conflito entre os grupos que objetivavam comandar a Assembleia Constituinte destinada a redigir a Carta Constitucional.

A primeira Constituição republicana de Mato Grosso previa, entre outros fundamentos, a formação de uma só Câmara, intitulada Assembleia Legislativa, e a duração de cada legislatura - que seria de apenas de dois anos e que, posteriormente, foi alterada para três anos. À frente do executivo, estaria um representante eleito sob a denominação de Presidente, secundado por três Vice-Presidentes. O mandato de Presidente seria exercido pelo período de quatro anos. De acordo com o Artigo 19 da Constituição, o Presidente não poderia ser eleito para o quadriênio seguinte e nem ser eleito Vice-Presidente no período imediatamente posterior ao seu mandato. O primeiro parágrafo do mesmo artigo previa ainda que o Vice-Presidente não poderia ser reeleito e nem eleito Presidente, se dentro de um ano antes do dia da eleição estivesse no exercício desse cargo. Estabelecia ainda que os municípios

---

<sup>181</sup> APMT. A última palavra. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 28 de jun. de 1891, p. 1.

<sup>182</sup> A intervenção do governo federal na política mato-grossense, tanto no episódio da nomeação dos Generais Sólón e Mallet, como no ato da anulação da eleição da Assembleia de 03 de Janeiro, pelo Ministro da Justiça Campos Salles – que não foi aceita pelos membros do Partido Nacional Republicano – não interrompeu o processo de recrudescimento entre as facções locais. Ao contrário, ao longo de todo o ano de 1891, *O Quinze de Novembro* publicou matérias defendendo a legalidade e as ações daquela Assembleia, sendo, a todo momento, contestado pelo *O Matto Grosso*.

<sup>183</sup> Em discurso feito na tribuna do Senado, Antônio Pinheiro Guedes denunciou como ilegal a dissolução da Assembleia de 03 de janeiro e pediu a seus pares que o apoiassem para obter garantias do Presidente Deodoro da Fonseca para que aquela Assembleia fosse mantida. O Senador eleito pelo Partido Nacional acusava também tanto o Coronel Sólón como o Coronel Mallet de terem sido cooptados pelas lideranças do Partido Republicano. SENADO FEDERAL. Discurso de Antônio Pinheiro Guedes pronunciado em 11 de jul. 1891. In: Anais do Senado Federal. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/publicacoesanais/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1891&Livro=1&Tipo=9&Pagina=224](http://www.senado.gov.br/publicacoesanais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1891&Livro=1&Tipo=9&Pagina=224)>. Acesso em 31 de mai. 2012.

seriam geridos por um Intendente, eleito por sufrágio direto, e por vereadores, que não teriam direito a qualquer tipo de pecúlio pela prestação desse serviço<sup>184</sup>.

Sobre a concepção da Constituição mato-grossense como mecanismo de regulação de acesso ao poder, é importante notar alguns aspectos; o primeiro deles é que, da mesma maneira como funcionava no Império, a Constituição aprovada em Mato Grosso pela Assembleia de 28 de maio previu que o controle das eleições ficasse a cargo do Juiz de Paz. Portanto, o poder de instrumentalizar o pleito passava, fundamentalmente, pelas mãos do Presidente do Estado e pela condição de influenciar o controle das mesas eleitorais e o resultado das eleições. Daí a importância de influenciar, de controlar, ou, em última instância, de decidir a eleição para esse cargo. O segundo é que a preocupação do grupo de Generoso Ponce em redigir a Constituição estadual está na percepção da importância que o controle da sucessão estadual teria para a conquista e manutenção do poder dentro das unidades federativas.<sup>185</sup>

Pautado pela Constituição redigida pela Assembleia eleita pelos republicanos mato-grossenses, o Presidente Coronel Mallet deu encaminhamento ao pleito que se realizou em 15 de agosto de 1891. Nessa eleição, que foi indireta, venceu, obviamente, a chapa formada por Manoel José Murtinho, como Presidente, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, 1º. Vice-Presidente, José da Silva Rondon, 2º. Vice-Presidente, e Pedro Celestino Corrêa da Costa, 3º. Vice-Presidente. O novo Presidente (Murtinho) tomou posse em 16 de agosto de 1891, momento em que a política federal passava por séria turbulência.

Naquele momento, embora já estivesse em vigor a primeira Carta republicana, o Governo Provisório não conseguia manter o consenso entre seus ministros e a situação nos estados beirava o caos. O novo regimento, por si só, não conseguiu instituir uma nova ordem. Retiradas as amarras do poder moderador, o que se via era uma luta de todos contra todos.<sup>186</sup>

---

<sup>184</sup> IMLMT. Constituição do Estado de Mato Grosso, 1891.

<sup>185</sup> Embora em linha gerais as teses de Vitor Nunes Leal tenham fundamental importância para compreender o fenômeno do coronelismo, como já dissemos, no que tange ao papel dos municípios no processo eleitoral, compartilhamos a ideia de Paul Cammack de que o controle das eleições estava nas mãos dos governos estaduais. No caso de Mato Grosso, como procuraremos demonstrar ao longo deste estudo, o controle do governo estadual foi decisivo para a manutenção desse ou daquele grupo no poder. Isso significa dizer que a sustentação do poder vinha do controle do Executivo e da possibilidade que esse controle exercia em manter o apoio de uma base política, e não necessariamente do controle que esse ou aquele coronel exercia em determinado município. Ainda no que tange a Mato Grosso, a disputa pelo controle do governo do Estado está na base da instabilidade que permeia o período compreendido por nossa pesquisa. Sobre a crítica a noção de que o município é a base de sustentação da estrutura coronelista, na Primeira República, ver: CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. *Caderno CPC*. Belo Horizonte. Vol. 5, 1979, pp. 1/20.

<sup>186</sup> Tomando os dados do estudo realizado por Maria do Carmo Campelo, Renato Lessa aponta que "foi altíssima a rotatividade dos cargos executivos estaduais. Para o período [Governo Provisório], Rio Grande do Norte teve

## 2.2 Das letras às armas: a derrocada de Antônio Maria Coelho e a consagração da oligarquia Ponce/Murtinho

Ao longo do ano de 1890, os desentendimentos entre Deodoro e seus ministros acentuaram-se gradativamente. A pueril coalizão inicial logo passou a apresentar importantes divergências internas. Além disso, o recrudescimento da propaganda monarquista, com artigos de Eduardo Prado, Carlos de Laet e Eça de Queiroz, escritos em Portugal, encontravam eco no Brasil. Segundo Raymundo Magalhães Júnior, "o sucesso desses artigos foi enorme. Os números da *Revista Portugal* eram disputados com maior avidez." Em razão do crescente interesse do público "reabriu-se a tipografia da antiga *A Tribuna Liberal* que, sob a direção de Antônio de Medeiros, voltou a circular com uma nova denominação: *A Tribuna*".<sup>187</sup>

O descontentamento que a reabertura do jornal monarquista provocou no governo culminou com o empastelamento do periódico. Em novembro de 1890, um grupo armado, composto por civis e militares invadiu o jornal. A violência empregada na invasão d'*A Tribuna* repercutiu imediatamente junto a outros jornais. Isso levou os adversários e alguns aliados de Deodoro a questionar a permanência do Marechal no poder bem às vésperas da eleição presidencial.<sup>188</sup>

Não bastasse esse episódio e o desgaste crescente na relação entre o Deodoro e seus ministros, as garantias dadas pelo governo para a construção de um porto no Rio Grande do Sul desagradaram seu *staff* ministerial a ponto de selar o fim da aliança estabelecida em 15 de Novembro.

Com a renúncia coletiva do ministério, Deodoro da Fonseca nomeou um novo gabinete que ficou sob a chefia do Barão de Lucena<sup>189</sup>, político pertencente aos antigos quadros da Monarquia. Entre os nomes da nova composição de governo, apenas um era

10 administrações; Sergipe, 7; Pernambuco, 8; Minas Gerais, 13 e Paraná, 11. Cf: LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 56.

<sup>187</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Deodoro, a espada contra o Império: o galo na Torre* (do desterro em Mato Grosso à fundação República). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Vol.2, p. 239.

<sup>188</sup> O fechamento do jornal *A Tribuna* não foi um ato isolado contra a imprensa durante o período compreendido por este estudo. Como exemplo, em 1891 o *Jornal do Brasil* foi alvo de ataques após Joaquim Nabuco, à época um monarquista confesso, ter assumido a chefia do jornal. Em 1904 o *Correio da Manhã* ficou fechado entre os dias 19 de novembro e 15 de dezembro após ter empreendido "virulenta campanha contra Campos Sales". Cf: BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Brasil -1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp. 21/47.

<sup>189</sup> O Barão de Lucena havia exercido diversos cargos durante o Império, incluindo o de presidente de província. Natural de Pernambuco, era amigo pessoal de Deodoro. Com sua nomeação e a formação do novo gabinete composto, em sua maioria, por ex-monarquistas Deodoro afastou-se, cada vez mais, do grupo que instaurou a República – fato que contribuiu para fragilizar sua permanência à frente do governo republicano.

republicano histórico.<sup>190</sup> Além da nomeação de um gabinete formado, em sua maioria, por ex-monarquistas, Deodoro também interferiu na política de Estados como São Paulo, Minas Gerais e Goiás, fato que colocou as facções alijadas do poder contra o Marechal.<sup>191</sup>

Mesmo tendo sido eleito para a presidência da República em 25 de fevereiro de 1891<sup>192</sup>, um dia após a promulgação da nova Constituição, as críticas ao governo de Deodoro da Fonseca aumentavam a cada dia. Nos últimos meses do ano de 1891, as pressões do Legislativo Federal ao Presidente recém-eleito intensificaram-se. Além da acusação de inabilidade política, pesava contra o Marechal Deodoro da Fonseca o ônus das medidas financeiras recentes:

No Rio de Janeiro, um *boom* especulativo da Bolsa de Valores, num país pouco acostumado às características desse mercado, e as dificuldades de financiamento das transações correntes, agravadas pela crise dos Baring Brothers, em Londres, em outubro de 1890, como resultado da crise financeira na Argentina, criaram um clima de tensão nos círculos comerciais e financeiros brasileiros.<sup>193</sup>

A dissolução do Congresso Nacional, no início de novembro de 1891, colocou em xeque a permanência de Deodoro à frente do Governo. Naquele momento,

(...) as tensões políticas tornaram-se insustentáveis. Deodoro decreta a dissolução do Congresso, mas, diante da pressão de grupos militares e civis, de uma greve de ferroviários que explode no Rio de Janeiro, do aumento da tensão no Rio Grande do Sul com a deposição de Júlio de Castilhos e, por fim, da revolta de Custódio de Melo, que assesta os canhões dos navios da armada ancorados na baía da Guanabara contra a capital da República, sem ter como lidar com uma situação que se aproximava perigosamente da guerra civil, em 23 de novembro, o proclamador da República transformado, depois de breve governo constitucional, em ditador passa o governo às mãos de Floriano Peixoto, o vice-presidente eleito pela Assembleia Constituinte.<sup>194</sup>

<sup>190</sup> Entre os novos ministros estavam, além de Lucena, Tristão de Alencar Araripe, João Barbalho Uchoa Calvancanti, o almirante Fortunato Foster Vidal e o general Antônio Nicolau Falcão da Frota. Cf: SILVEIRA, Rosa Maria G. *Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978. Vol 4. (Col. Bernardo Pereira de Vasconcellos), pp. 109/110.

<sup>191</sup> Sobre a interferência do Governo Provisório na política dos estados, ver: *Ibidem*; FERREIRA, Marieta de Moraes; KORNIS, Mônica Almeida (Orgs.). *A República na Velha Província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

<sup>192</sup> O processo eleitoral se fez de forma indireta. Prudente de Moraes, presidente da Constituinte e apoiado pelos republicanos paulistas encabeçou a chapa oposicionista. Embora vitorioso, Deodoro enfrentou a crescente oposição das bancadas paulista e mineira, além de dissidências entre os próprios militares. Sobre o fim do governo Deodoro, ver: SILVEIRA, R. M. G. op. cit. p. 116.

<sup>193</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorma. A economia política das reformas econômicas na Primeira Década Republicana. *Análise Econômica*. vol. 21, nº 39, 2003, p. 17. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/ecb1-2.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. de 2012.

<sup>194</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 36.

Àquela altura dos acontecimentos, vivia-se, no plano federal, o início de um longo tempo de incertezas. Quando da renúncia de Deodoro, a instabilidade estava relacionada às divergências entre Legislativo e Executivo: esses dois poderes disputavam entre si a influência sobre a condução na política nacional. Nos estados, havia uma completa volatilidade de comando, marcada pela constante intervenção federal com o objetivo de formar um grupo de apoio sólido e coeso; e mais, àquela altura, a coalizão formada no ato da Proclamação da República desfizera-se. O grupo, outrora unido em torno do golpe que pôs fim à Monarquia, fragmentou-se, fazendo surgir subgrupos que passaram a disputar, uns contra os outros, espaços de poder na esfera federal.

Com a queda de Deodoro, as lideranças mato-grossenses ligadas ao Partido Nacional Republicano intensificaram os ataques ao governo de Manoel Murinho, acusando-o, por meio de telegrama, de ter expressado apoio à atitude do ex-Presidente quando do fechamento do Congresso Nacional.<sup>195</sup>

Baseado na falsa suposição de uma perfeita adesão a ditadura, o jornal [*O Quinze de Novembro*] tem exaurido as forças de sua dialética (...) com toda a energia de sua indignação ao presumido aplauso com que foi recebido o Decreto de 3 de Novembro.(...).

Político perspicaz, o contemporâneo insiste ainda, na sua última edição, em condenar o governo [Manoel Murinho] com a mesma severidade por um crime raro, qual o de não haver repellido o golpe vibrado contra a Constituição.<sup>196</sup>

Além dos jornais, o combate materializou-se em um levante de militares ligados a Antônio Maria Coelho e ao Partido Nacional Republicano. Esses militares, a partir de quartéis localizados em Nioaque, Miranda e Corumbá<sup>197</sup>, no sul de Mato Grosso, organizaram um plano para a derrubada do governo de Manoel Murinho. Capitaneados pelo coronel João da Silva Barbosa e pelo major Antônio Aníbal da Motta, tomaram o controle da Intendência de Corumbá e ali instalaram uma junta governativa.

<sup>195</sup> O mencionado telegrama de fato existiu. Todavia, em razão das dificuldades de comunicação existentes em Mato Grosso, o então governador Manoel Murinho só formulou resposta à dissolução do Congresso, ocorrida em 03 de novembro de 1891, no dia 21 de novembro, véspera da renúncia de Deodoro da Fonseca. Quando a manifestação de apoio do governo de Mato Grosso chegou à capital federal, Floriano Peixoto já era o novo Presidente. O Almirante Custódio de Mello (1938) menciona o teor do telegrama de Manoel Murinho e afirma que o mesmo fora publicado no *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro, porém, não menciona a data de tal publicação. MELLO, Almirante Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, Tomo I, p. 147.

<sup>196</sup> APMT. A oposição e o Golpe de Estado. *O Mato Grosso*, Cuiabá. 31 de jan. de 1892, p. 1.

<sup>197</sup> Parte do apoio ao levante militar veio dos comerciantes corumbaenses, pois, como afirma Valmir Batista Corrêa, esses comerciantes estariam descontentes com o aumento de impostos realizado pelo governo de Manoel Murinho. Sobre o assunto ver: CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, pp. 95/98.

Corumbá, como dito no Capítulo anterior, era o principal entreposto comercial de Mato Grosso, bem como importante ponto de comunicação e acesso entre a capital do Estado, Cuiabá, e a capital federal, o Rio de Janeiro. Desse modo, o controle de Corumbá era vital para o êxito dos insurgentes.

Depois de obter o controle do porto fluvial de Corumbá, os militares - liderados pelo sobrinho de Antônio Maria Coelho, o Major e deputado pela Assembleia extinta em 03 de Janeiro, Antônio Aníbal da Motta - encaminharam-se para a capital, Cuiabá, e, sem encontrar maiores resistências, visto que o comandante do Arsenal de Guerra, João Maciel da Costa, não se posicionou contrário ao levante, depuseram, em 01 de fevereiro, o governo de Manoel Murinho. A estratégia era, obviamente, tomar o poder pela força das armas. Para isso,

(...) uma comissão de oficiais, encabeçada pelo major e deputado Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, entra na residência presidencial (casa particular de Manoel Murinho). Caetano de Albuquerque, sempre propenso a discursos, começa a falar. Intima o mandatário, **“em nome do povo, a deixar o alto posto”**.

O presidente o interrompe **“Povo não, só vejo soldados”**.<sup>198</sup> (Grifos do autor).

Entre os meses de fevereiro e maio de 1892, instaurou-se um cenário de caos político em Mato Grosso.<sup>199</sup> A primeira medida dos militares foi entregar o poder a uma junta governativa que representasse a liderança do PNR. Como Antônio Maria Coelho, símbolo maior da oposição, encontrava-se no Rio de Janeiro, seu sobrinho, Major Antônio Aníbal, tomou seu lugar na junta governativa. Além do Major, a junta foi composta por Luís Benedito Pereira Leite, 1º. Vice-Presidente eleito pela Assembleia de 03 de janeiro, e pelo Presidente da referida Assembleia, José Marques Fontes. Dois dias após a instauração da junta, o governo passou, efetivamente, para as mãos do Coronel da Guarda Nacional, Luis Benedito Pereira Leite.

Em meio aos acontecimentos, Generoso Ponce escreveu para o Coronel Frederico Sólón - que havia sido governador de Mato Grosso em 1891- para que intercedesse em favor de seu grupo junto ao Marechal Floriano.<sup>200</sup> Com o intuito de buscar de se manter no Poder,

<sup>198</sup> IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 90.

<sup>199</sup> Nesse mesmo período, ou seja, entre a queda do governo Deodoro da Fonseca e a nomeação de Floriano de Peixoto como presidente da República, além dos conflitos em Mato Grosso e o início da Revolução Federalista também aconteceram tentativas de sedições e/ou enfrentamento armados nos estados de São Paulo, Amazonas, Ceará e Pernambuco, conforme menciona SALLES, Manoel Ferraz de C. *Da propaganda a Presidência*. Lisboa: Tipografia A Editora, 1908, p. 116.

<sup>200</sup> IHGB. Carta de Generoso Ponce ao Coronel Frederico Sólón de Sampaio Ribeiro. Cuiabá, 04 de fev. de 1892. Lata 558, pasta 82.

as lideranças do Partido Republicano se organizaram em duas frentes: Manoel Murinho, o Presidente deposto, viajou para o Rio de Janeiro para arregimentar mais apoio político; seu aliado, Generoso Ponce - que também era Coronel da Guarda Nacional - saiu a campo, percorrendo diversos municípios para reunir correligionários, homens e armas que compusessem uma força armada. Com os esforços de Ponce junto a outras lideranças, formou-se a *Legião Patriótica Floriano Peixoto*<sup>201</sup> que retornou a Capital e montou acampamento nos arredores da cidade, aguardando os desdobramentos da situação.

Ao longo do mês de março, chegou a Cuiabá a notícia de que o governo do General Floriano Peixoto havia nomeado para o comando de Mato Grosso o General Luis Henrique de Oliveira Ewbank.<sup>202</sup> Ao tomar conhecimento da movimentação do governo federal, as lideranças do movimento em Corumbá se alarmaram e, de Cuiabá, enviaram o seguinte telegrama aos jornais do Rio de Janeiro: "o povo reunido em massa repele a nomeação do general Ewbank. A repulsa é geral, a atitude enérgica, e a revolução firme. O general não assumirá o governo, porque este Estado tem Governo Constitucional."<sup>203</sup>

Para além de repudiar a ação do governo federal, o controle do movimento em Corumbá impediu que o General nomeado por Floriano Peixoto aportasse naquela cidade. Conforme observou Valmir B. Corrêa:

A decisão de impedir o general de assumir o comando do Distrito Militar trouxe, então, várias implicações para o movimento **revolucionário**. Assim, representa uma ruptura da disciplina militar e a desobediência direta ao poder central, que o Partido Republicano bem soube catalisar para angariar a simpatia do governo federal (...)<sup>204</sup> (Destaque do autor).

<sup>201</sup> As *Legiões Patrióticas* são formações que se assemelhavam a milícias. No Brasil surgiram após a Proclamação da República com intuito de defender o novo regime ante a ameaça de restauração monárquica. Tinham formação social heterodoxa e multiplicaram-se no período do governo de Floriano Peixoto. O emprego dessas forças era uma das formas de ação dos jacobinos na defesa de suas bandeiras políticas. Em Mato Grosso, em 1892, as legiões tinham a finalidade de defender as posições políticas de Generoso Ponce e Antônio Maria Coelho, ou seja, não tinham qualquer ligação com a ação dos grupos jacobinos. Sobre o caráter e atuação das legiões, ver: QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1987. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pp. 84 e ss.

<sup>202</sup> Observando o curso dos acontecimentos, percebe-se que a situação inicial, favorável ao General Antônio Maria Coelho e ao PRN, logo começou a se reverter. É possível inferir que, ciente da perda do controle político da situação que se desenrolava em Mato Grosso, em razão da nomeação do General Ewbank e da movimentação de seus adversários, Antônio Maria Coelho tenha se posicionado contra Floriano Peixoto, assinando o Manifesto dos Generais pedindo a fim do governo do Marechal. Essa postura selou o destino do levante promovido por seus correligionários em Mato Grosso. Os Generais que assinaram o documento contestando a legitimidade do governo foram reformados e, alguns, presos. Esse episódio marca o fim a carreira política de Antônio Maria Coelho que morreu em 1894.

<sup>203</sup> Discurso citado por: IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 97.

<sup>204</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 98. No curso dos acontecimentos, e diante da tomada de posição do governo Floriano Peixoto em enviar um representante para colocar fim no levante, ocorreu uma reunião em Corumbá chefiada pelo Coronel João da

Enquanto os homens de Ponce permaneciam no acampamento acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, um fato novo contribuiu para precipitar o desfecho do enfrentamento que opunha as facções políticas em Mato Grosso.

Na manhã do dia 07 de maio de 1892, Libano Horácio dos Santos, guarda-livros da empresa Firmo & Ponce, atravessava a Praça da Matriz, no centro de Cuiabá, quando foi interpelado pelo capitão Norberto Idelfonso Muniz que, juntamente com tenente Gabriel Mamede de Araújo e Silva e o alferes Joaquim Augusto de Azevedo Saldanha, se encontrava em frente ao 21º Batalhão situado num dos limites dessa mesma praça. Ao atender o chamado do militar, Libano foi levado para as dependências do batalhão onde foi assassinado.

De acordo com relato de Miguel Palermo,<sup>205</sup> a notícia correu as ruas de Cuiabá como "rastilho de pólvora" e, menos de duas horas depois, chegou ao acampamento das tropas de Generoso Ponce. Diante daquele acontecimento, Generoso Ponce não hesitou: conduziu seus homens em direção ao centro e tomou de assalto a capital de Mato Grosso.

Em poucos dias, as principais lideranças da sublevação deixaram a cidade. Todavia, um pequeno grupo, sob a liderança do capitão Norberto Idelfonso Muniz e do tenente Gabriel Mamede de Araújo e Silva, os mesmos que haviam assassinado o guarda-livros de Generoso Ponce, continuou resistindo nas instalações do 21º. Batalhão de Infantaria.

Ao final da refrega, um acordo de rendição foi negociado; os militares aceitavam entregar-se sob a condição de terem suas vidas preservadas. Todavia, enquanto eram conduzidos ao prédio do Arsenal de Guerra onde permaneceriam presos, os militares foram assassinados em retaliação à morte do guarda-livros de Generoso Ponce.<sup>206</sup> O fim das lutas em Cuiabá não tinha, entretanto, significado a pacificação total do Estado.

Silva Barbosa na qual se propôs a separação de Mato Grosso do restante do Brasil e a criação de um novo Estado chamado República Transatlântica. A ideia, para garantir recursos e o reconhecimento do território, era oferecer o território em hipoteca para a Inglaterra.

<sup>205</sup> PALERMO, Miguel A. *Nioac* evolução política e Revolução de Matto-Grosso. Villa Concepcion (PY): El Eco de la Campanã, 1892, passim.

<sup>206</sup> Os dados referentes ao número de mortos não são precisos. Em seu livro, o Almirante Custódio de Mello menciona um total de 18 mortos e, aproximadamente, 70 feridos. Miguel A. Palermo mencionava um total de 100 mortos nos combates e Lauro Virgínio Portela, com base na mensagem apresentada por Generoso Ponce à Assembleia Legislativa, em 1892, menciona um total de 14 mortos. Sobre o assunto, ver respectivamente: MELLO, Almirante Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. Tomo I, p. 155; PALERMO, Miguel A. *Nioac* evolução política e Revolução de Matto-Grosso. Villa Concepcion (PY): El Eco de la Campanã, 1892, p. 119; PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009. 152 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2009, p.82.

Em relação ao assassinato dos militares, ocorrido ao final do conflito, embora a Historiografia não faça alusão explícita ao comportamento de Generoso Ponce, é salutar destacar que essa não foi a única vez que seus desafetos pagaram com a vida a conta das divergências políticas. Em duas outras ocasiões, como veremos



Apesar de consolidado seu poder na capital, restava ainda a Ponce derrotar as forças rebeldes de Corumbá e do restante do sul do estado (...) Ponce deslocou-se com seu **exército** para o sul e contou com as forças do PR nas regiões de Nioaque e Miranda (...) Após 5 meses de lutas, a vitória das forças governamentais consolidou o poder do Partido Republicano no estado e a aliança **oligárquica** Ponce e Murinho.<sup>207</sup> (Grifos do autor).

A vitória sobre o levante armado de 1892 em Mato Grosso garantiu a recondução de Manoel Murinho ao governo de Mato Grosso e alijou Antônio Maria Coelho, definitivamente, do cenário político local. Muitos dos partidários do velho General, ao contrário, permaneceram atuantes, compondo-se com o grupo vencedor ou rearticulando-se sob novas bases de atuação.

O desfecho da disputa entre o PNR, agremiação partidária liderada por Antônio Maria Coelho, e o PR, de Generoso Ponce e dos irmãos Murinho, nos permite chegar a três conclusões: a primeira delas filia-se a uma interpretação quase que consensual na historiografia, no que se refere à política desenvolvida em âmbito nacional. O início do regime republicano sinalizou um horizonte de instabilidades. A definição das balizas legais da República, traduzidas no texto da Carta Constitucional de 1891, transformaram o *status* político, mas isso não significou a materialização da "ordem" nem mesmo o ponto de partida do "progresso", como idealizaram os fundadores da República. Até aquele momento, conforme observação de Renato Lessa, as dificuldades do Governo Provisório expressavam "a baixa institucionalização dos mecanismos de governo, a anarquia estadual decorrente dos impasses da opção federalista e, por fim, a hiperpolitização das forças armadas."<sup>208</sup>

A experiência republicana, em seus primeiros anos, demonstra que a opção pela constante intervenção no rumo da política dos Estados, vivenciada durante os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, contribuiu para a caracterização de um ambiente de instabilidades. A forma de governo por eles experienciada vivida demonstra, de um lado, que os dois primeiros Presidentes da República não se afastaram muito das práticas políticas verificadas ao tempo do Império. Em outras palavras, a política intervencionista adotada pelos dois primeiros Presidentes da República, exercida em um momento no qual valores, práticas e representações passaram a ser regidos por um novo pressuposto, demonstra uma forma de

---

adiante, ocorreram situações semelhantes a essa, que denotam, ao menos, a complacência de Ponce, em relação à execução de seus rivais.

<sup>207</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 104.

<sup>208</sup> LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 59.

relação entre o Estado e o poder central, muito semelhante àquela praticada no tempo do Império. Tal prática gerou conflitos de toda ordem e mostrou-se inadequada aos novos tempos, porém, por outro lado, demonstra também que a autonomia do Legislativo e a fórmula federalista suscitaram conflitos e disputas de toda ordem.

A segunda conclusão a que chegamos é que, em Mato Grosso, tanto o indicado pelo Governo Provisório, General Antônio Maria Coelho quanto a agremiação à qual ele se vinculou, o PRN, e o PR, liderado por Generoso Ponce pelos irmãos Murinho, buscaram, a todo custo, se firmar no poder e, sobretudo, influenciar na elaboração da Constituição estadual. Para tanto, fizeram uso de estratégias várias, como a manipulação das eleições, a perseguição aos adversários e o uso da força. Nesse sentido, o PR pautou sua atuação pelo estabelecimento de alianças mais sólidas tanto em nível local como na esfera federal. Embora também tenha utilizado a força, esta foi tomada como resposta a uma agressão ao *status quo* republicano; era um revide, legitimado por discursos feitos *a posteriori*. Nesse sentido, obtiveram mais sucesso. Saíram-se vitoriosos. Conquistaram, enfim, o poder e deram início à aliança oligárquica em Mato Grosso.

Finalmente, observa-se que, diante da exígua dimensão que os partidos exerceram enquanto espaço de sociabilidade política, as letras e as armas tornaram-se fundamentais para o exercício e/ou manutenção do poder. A existência de jornais vinculados a cada um dos grupos que pleiteavam o poder demonstra a influência que a palavra escrita exerceu no cenário das disputas políticas, constituindo-se como "ponto de conexão" entre os partidos e seus correligionários. Quando o debate através dos jornais tornava-se insuficiente para pôr termo a uma disputa, recorria-se às armas.

### Capítulo 3

#### **Acordos, dissensões, rupturas: a instabilidade como elemento da política republicana em Mato Grosso**

*(...) Mato Grosso já não é mais um Estado da União, mas uma fazenda dos srs. Murtinho conquistada a ferro e a fogo com a plena aquiescência do sr. Campos Salles.<sup>209</sup>*

Em 1892, ano em que ocorreu o primeiro enfrentamento armado do período republicano em Mato Grosso, a consolidação do novo regime estava longe de se tornar uma realidade. Em âmbito nacional, o governo de Floriano Peixoto se viu às voltas com disputas nos Estados e com a eclosão de conflitos de forte conotação política, como a Revolta da Armada (1893-1894) e a Revolução Federalista (1893-1895). Pouco depois, nova contenda eclodiu: a Guerra de Canudos (1896-1897). Essa, assim como as outras, tornou-se "uma guerra republicana". A instabilidade vivida ao longo de toda aquela década - caracterizada não somente pelos levantes armados, mas disseminada nas relações políticas como um todo - era, em boa medida, resultado das batalhas materiais e simbólicas travadas entre monarquistas e republicanos e/ou entre republicanos dos mais diversos matizes. Os embates ocorriam nas mais nas diversas localidades do Brasil, incluindo as ruas da Capital Federal.

Em Mato Grosso, depois de ensarilhadas as armas, Generoso Ponce e os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho seguiram unidos e, gradativamente, aumentaram sua influência política, tanto no cenário estadual como em âmbito nacional. Até 1898, a política estadual viveu um período profícuo de prosperidade econômica e aparente tranquilidade, sob o controle do PR e de suas principais lideranças.

Quando o século XX apontava no horizonte, a aparência de tranquilidade que pairava sobre a política mato-grossense se dissipou; as divergências e disputas de poder entre Ponce e os Murtinho colocaram um ponto final na aliança selada anos antes. O que motivou a ruptura foi a falta de consenso em torno do nome que seria indicado para encabeçar a chapa que concorreria ao cargo de Presidente do Estado nas eleições de 1899. Mas, por trás da campanha sucessória, estava em questão todo um conjunto de interesses envolvendo as tramas de poder tecidas pelos principais atores políticos de Mato Grosso.

---

<sup>209</sup> APMT. Mato Grosso. *A Reação*. Assunção PY, 20 de ago. de 1902, p.4.

A ruptura intraoligárquica, ocasionada pela campanha de sucessão ao governo de Mato Grosso, em 1899, polarizou a disputa eleitoral: de um lado, João Feliz de Azevedo Peixoto, lançado e apoiado por Generoso Ponce; de outro, José Maria Metello, candidato dos dissidentes capitaneados por Manoel Murinho. O resultado do pleito foi favorável ao candidato poncista. Todavia, a facção derrotada, amparada pelo prestígio de Joaquim Murinho, então Ministro da Fazenda, se mobilizou-se para reverter o resultado com a alegação de que houve fraude na apuração dos votos.

Os embates em torno da eleição do Presidente do Estado objetivavam, para além do controle do mando local, o controle de toda a engrenagem de poder que o cargo alimentava. Ganhar a eleição para o executivo era, portanto, elemento imprescindível para a manutenção de um feixe de interesses, públicos e privados, responsáveis pela própria manutenção *status quo* do poder no Estado.

Na ocasião em que se processou a ruptura da aliança entre Generoso Ponce e os irmãos Murinho estava em curso o rearranjo das relações políticas em âmbito nacional, momento da implementação da chamada "política dos governadores" perpetrada pelo então Presidente Manoel Ferraz de Campos Salles. Se a lógica da política de Campos Sales – que previa apoio ao grupo situacionista – fosse levada "ao pé da letra", o candidato de Generoso Ponce, vitorioso no pleito, teria o mandato assegurado. Todavia, o Presidente da República seguiu caminho diverso e decidiu hipotecar apoio a Joaquim Murinho, seu Ministro da Fazenda, e uma das partes implicadas no jogo político em Mato Grosso. Um novo processo eleitoral sucedeu, garantindo vitória ao candidato indicado pelos Murinho.

Desse modo, a subversão ao postulado estabelecido pela "política dos governadores," que tinha como pilar central justamente "o apoio às maiorias constituídas nos estados", ajudou a alijar do primeiro plano da política mato-grossense: o grupo de Generoso Ponce. Porém, não impediu que, mesmo à margem, os poncistas reagissem, descortinando, assim, um período de instabilidade em Mato Grosso.

Diferente do cenário verificado em âmbito federal<sup>210</sup>, a instabilidade em Mato Grosso é caracterizada pelo processo de disputas entre facções intraoligárquicas, marcada por tentativas de um grupo em alijar seu oponente do poder, valendo-se, para isso, de várias

---

<sup>210</sup> Como afirma Renato Lessa, a instabilidade que pautou a República brasileira em sua primeira década era fruto de uma série de fatores, entre os quais a supressão do Poder Moderador, a intervenção do Executivo nos Estados, as disputas entre este poder e o Legislativo, a ausência de atores coletivos dotados de "alguma identidade política mais permanente" e o padrão de clivagens errático que opôs as diversas vertentes republicanas. Cf. LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 69 et. seq.

estratégias: desde apoio político das esferas federal e local até o uso da violência para obtenção e manutenção do poder.

Como veremos adiante, a ação de Joaquim Murtinho, enquanto Ministro do Presidente Campos Salles, revela especificidades do confronto do universo de valores que orientam a ele e também a Generoso Ponce, nos momentos de enfrentamento político em Mato Grosso. Tais ações nos permitem caracterizar a dinâmica do que aqui estamos chamando de instabilidade.

Quando instalada a cisão entre Generoso Ponce e os irmãos Murtinho, os arsenais de poderes, materiais e simbólicos, situados nas esferas federal e local, foram mobilizados pelas forças em conflito. É, portanto, a partir da atuação desses sujeitos e das redes mobilizadas por eles que compreendemos a dinâmica da instabilidade. Com a vitória dos Murtinho, o conflito passa a se desenvolver a partir das tentativas do grupo aliado do poder para retomar o controle político do Estado.

A premissa aqui adotada é a de que no interior da oligarquia mato-grossense constituíram-se núcleos personalísticos de poder, os quais eram sustentados por uma rede de poder de abrangência tanto vertical quanto horizontal e tinham como epicentro, respectivamente, Generoso Ponce e os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho.

Por "abrangência vertical e horizontal" compreendemos os apoios, contatos, alianças e suportes oriundos da esfera federal (vertical). Aqueles originários de deputados estaduais, intendentess, e demais personalidades: fazendeiros e membros da sociedade como um todo, eleitores ou não, constituíram a teia horizontal de relações.<sup>211</sup>

Desse modo, o objetivo do presente Capítulo é compreender e matizar os elementos que pautaram a política em Mato Grosso na passagem para o século XX, sobretudo no que concerne às rupturas, dissensões e reordenamentos intraoligárquicos que implicaram na composição de um cenário instável. Para a melhor compreensão do contexto, nos deteremos inicialmente no exame do processo de consolidação do capital político de Generoso Ponce e dos irmãos Murtinho, período que se estende dos anos 1892 até 1898, ocasião em que a política mato-grossense viveu uma fase de relativa acomodação. A situação vivenciada no Estado, em contraste com atmosfera geral, possibilitou um significativo desenvolvimento

---

<sup>211</sup> A ideia de "eixo horizontal e vertical de poder" deriva da interpretação dos conceitos formulados por Maria Isaura de Queiróz, Maria de Lourdes M. Janotti e Vitor Nunes Leal. Cf: JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo uma política de compromissos*. 6ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1987. (Col. Tudo é História); QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB, 1969 e LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

econômico favorecido, entre outros, pela exploração da erva-mate. Em seguida, analisamos o contexto da cisão entre Ponce e os Murtinho e o conseqüente cenário de instabilidades que dominou a política local na passagem para o século XX.

### **3.1 As lideranças políticas mato-grossenses e sua atuação no cenário republicano na década de 1890**

Nos primeiros anos após a Proclamação da República, enquanto estava em curso "um processo violento em que o plano estadual e o federal influencia[avam]-se mutuamente"<sup>212</sup>, onde grupos e/ou partidos formados por republicanos históricos, adesistas, militares e/ou jacobinos disputavam espaços de poder, ora entre si, ora uns contra os outros, as lideranças mato-grossenses – notadamente Generoso Ponce e os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho – selaram uma aliança, pautada na preservação dos interesses de ambos os grupos sob um relativo equilíbrio de poder. Assim, enquanto as batalhas pela República estavam em curso nas mais diversas esferas, em Mato Grosso a política oligárquica definia suas feições.

Como dissemos no Capítulo 1, a elite mato-grossense que passou a atuar efetivamente após a Proclamação da República foi forjada no pós Guerra da Tríplice Aliança. A rigor, não havia um grupo ou partido com relações de poder sólidas e estáveis em Mato Grosso às vésperas do 15 de Novembro. Com esta afirmação, insistimos na ideia de que as feições da oligarquia mato-grossense só se definiram após a Proclamação da República, sobretudo depois que o regramento político imperial, que limitava a participação efetiva dos mato-grossenses junto à cúpula política, deixou de existir.

Em seguida, no Capítulo 2, analisamos os embates ocorridos nos primeiros anos do regime republicano e que fortaleceram o PR mato-grossense, especialmente as figuras de Generoso Ponce e dos irmãos Murtinho, as quais, se utilizando de estratégias diversas, conseguiram bater as forças da oposição que se aglutinaram em torno do PRN para disputar espaços políticos no Estado na alvorada republicana.

Desse modo, forjou-se em Mato Grosso uma oligarquia de comando dual, que até fins da década de 1890, manteve o controle do poder em suas mãos. Ao longo desse período de acomodação, em que a política mato-grossense passou ao largo das "revoluções" que eram frequentemente noticiadas nos periódicos locais, as lideranças mais proeminentes conseguiram consolidar seu prestígio junto às altas esferas da política republicana. À frente de

---

<sup>212</sup> CARONE, Edgard. *A república velha* (Evolução Política). 4ª ed. São Paulo: Difel, 1983. (Col. Corpo e Alma), p. 36.

uma das pontas dessa oligarquia dual, Generoso Ponce destacou-se como a figura de maior expressão. Comerciante estabelecido, "chefe" do Partido Republicano, habilidoso na lida com a imprensa, orador articulado, conhecido no meio político, desde a década de 1880 e responsável pelo comando das tropas que alijaram do poder os partidários PRN nos enfrentamentos armados de 1892 – ação que conferiu-lhe o posto de chefe da Guarda Nacional em Mato Grosso – era o responsável pela negociação dos interesses do PR mato-grossense. Em outras palavras, resguardadas as devidas proporções, Generoso Ponce era, na essência, um coronel. Entre seus principais aliados estavam os senadores Antônio Azeredo, pessoa de considerável trânsito e influência junto aos republicanos de velha cepa, e Aquilino do Amaral, antigo aliado de Antônio Maria Coelho.

Na outra ponta estava Joaquim Murinho, que, como já dissemos, residia no Rio de Janeiro há longa data e era adepto das ideias de Spencer, dos postulados do darwinismo social e defensor do ideal republicano ainda no período da propaganda, na década de 1870 e 1880. Profissionalmente, atuou como lente na Escola Politécnica, como médico homeopata e, após a Proclamação da República, tornou-se Senador por Mato Grosso. Era também um bem sucedido empresário. A partir desse leque de atuação, gradativamente aumentou seu prestígio junto à cúpula republicana.<sup>213</sup> Embora nascido em Mato Grosso, Murinho era um típico sujeito da urbe: compartilhava o mesmo código de valores presente na vanguarda do pensamento republicano brasileiro e frequentava os espaços de sociabilidade aristocrático-burguesa do Rio de Janeiro desde a década de 1880. Em outras palavras, ao contrário de Generoso Ponce, o saber associado aos valores que referenciavam o círculo social ao qual Joaquim Murinho pertencia, faziam dele um letrado burguês.<sup>214</sup>

À sua crescente influência somava-se a do irmão, Manoel Murinho, o qual, em 1895, tão logo concluiu o mandato como Presidente de Estado em Mato Grosso, se mudou para a Capital Federal. No Rio de Janeiro, ambos passaram a ser responsáveis por articular, junto às altas esferas da República, apoio federal ao PR em Mato Grosso.

A consolidação do capital político das principais lideranças mato-grossenses ocorreu ao longo da década de 1890. O conceito formulado por Pierre Bourdieu descreve capital político como "uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa (...) os próprios poderes que eles lhes reconhecem."

<sup>213</sup> Cf. LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978, pp.25/26.

<sup>214</sup> HOBBSAWM, E. *A Era do Capital, 1848-1875*. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 339 et. seq.

Ainda segundo o autor: "(...) o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele".<sup>215</sup> Assim, fazemos aqui uso da asserção de Bourdieu por entender que o capital político deriva do prestígio, das relações que se estabelece e da liderança que determinado sujeito exerce sobre um grupo, que o reconhece como tal.

Portanto, consideramos que o capital político se traduz em relações estabelecidas tanto na vertical, com políticos e figuras proeminentes no plano federal, como horizontalmente, através da relação entre os pares de uma mesma agremiação partidária e de atores que, mesmo fora do partido, dão sustentação, reconhecem e conferem legitimidade a um determinado ator no plano político estadual. Nesse sentido, o capital político é também uma medida de poder.

No que diz respeito aos Murtinho, a consolidação de seu capital político foi também corroborada pelo capital econômico auferido e ampliado, em grande medida, a partir da política do encilhamento praticada no início da República. Entre os investimentos mais importantes controlados por sua família estava o Banco Rio e Mato Grosso-BRMT, fundado ainda em setembro de 1891, durante a vigência das medidas econômicas de Rui Barbosa. O Banco, que tinha sede no Rio de Janeiro e uma filial em Cuiabá, foi fundado menos de um mês após a eleição de Manoel Murtinho para Presidente do Estado de Mato Grosso. O outro empreendimento era a Companhia Mate Larangeira - CML, montada a partir da compra dos direitos de exploração de ervais localizados no sul do Estado, concedidos ao comendador Thomáz Larangeira, e incorporada no ato de sua criação pelo BRMT.

A empresa surgiu da parceria entre o antigo concessionário, Thomáz Larangeira, e os Murtinho. A exploração dos ervais existentes no sul de Mato Grosso – região do atual Estado de Mato Grosso do Sul, conforme dito em outra parte do presente estudo – era realizada desde a década de 1880 e tornava-se cada vez mais rentável. Interessado em expandir o negócio, o concessionário conseguiu, com apoio dos novos parceiros, autorização do governo federal para constituir uma sociedade anônima e transferir o contrato de arrendamento que estava em seu nome para a empresa.

A constituição da Companhia Mate Larangeira foi ratificada por meio do Decreto 436 C, de 04 de julho de 1891. Conforme nota Paulo Roberto Cimó Queiróz, "das 15.000 ações em que se distribuía seu capital [CML] (três mil contos de réis), 14.540 foram subscritas pelo BRMT"<sup>216</sup>, que à época era controlado pelo próprio Joaquim Murtinho. Desse modo, no início

---

<sup>215</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989, pp. 187/188.

<sup>216</sup> Cf: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murtinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891 - 1892). *Estudos Históricos*. Vol 23, nº 45. Rio de Janeiro: jan/jun 2010, p. 132. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100006&script=sci_arttext). Acesso 22/11/2012. O referido artigo trata sobre a atuação empresarial de Joaquim Murtinho, notadamente no que se refere ao BRMT.



da década de 1890, além da força política, os Murtinho também se destacaram por acumular considerável poder econômico.

Depois de ter seu cargo restabelecido pela atuação das tropas comandadas por Generoso Ponce, Manoel Murtinho permaneceu à frente do governo de Mato Grosso até o fim do mandato, em 1895, e, em grande medida, facilitou a instalação dos negócios da família no Estado. Sob seu governo, a estrutura do Estado Republicano em Mato Grosso começou a ser montada –pelo menos os setores que mais interessavam ao então Presidente, notadamente o econômico.<sup>217</sup>

Na fase final do mandato, embora não tivesse avançado o suficiente na estruturação da força pública estadual e alegasse certa "inabilidade" para lidar com organização do ensino público, Manoel Murtinho havia avançado consideravelmente na organização da economia mato-grossense. Nesse aspecto, chama atenção, em primeiro lugar, a ampliação dos contratos de arrendamento de terras devolutas no sul do Estado assinados com CML.

Em discurso à Assembleia Legislativa, Manoel Murtinho mencionou a aprovação da Lei nº 23, de 1892, que definiu os termos do "arrendamento dos ervais nos terrenos devolutos compreendidos pelos rios Iguatemi e Paraná e linha de limites com a República do Paraguai"<sup>218</sup>, estabelecido entre o Estado e o BRMT<sup>219</sup> que controlava as ações da mencionada Companhia, denotando, assim, as amarras estreitas que atavam a esfera pública aos interesses privados, especialmente dos Murtinho.

O segundo aspecto a ser notado é que, em sua gestão, Manoel Murtinho também assinou acordo para estabelecer, de forma pré-fixada, o montante de impostos a ser pago pela CML, empresa controlada pela BRMT, cujos acionistas majoritários eram membros de sua

---

<sup>217</sup> Nas mensagens dos anos de 1893 e 1894, o Presidente Manoel Murtinho discutiu *en passant* a estruturação da segurança pública e da educação em Mato Grosso. Em 1895, em sua mensagem final, o Presidente ainda não havia avançado nestas questões. Quanto à segurança, afirmou "ainda não se pode completar a força pública do Estado, apesar de ser a mesma decretada em 1893". No que tange à educação, a alegação era a inabilidade para lidar com a complexidade da questão. Segundo palavras do próprio Presidente, "não me considerando por ora habilitado", a questão ficou praticamente intocada durante sua gestão. Cf. IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DE MATTO GROSSO, Dr. Manoel José Murtinho à Assembleia Legislativa em sua 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura em 13 de Maio de 1895. Cuiabá: Typografia da *Gazetta Official*, 1895, p. 8/13.

<sup>218</sup> IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DE MATTO GROSSO, Dr. Manoel José Murtinho á Assembleia Legislativa em sua 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura em 13 de Maio de 1893. Cuiabá: Typografia da *Gazetta Official*, 1893, p.10.

<sup>219</sup> Como observa Paulo Roberto Cimó, o Banco Rio e Mato Grosso foi o primeiro estabelecimento bancário a operar em Mato Grosso. Embora constituído no Rio de Janeiro, "o objetivo era operar em Mato Grosso", onde estabeleceu uma agência em Cuiabá e uma caixa filial na cidade de Corumbá. Este estabelecimento bancário "foi fundado com base em uma autorização concedida pelo Governo Provisório da República (Decreto nº 1.149, de 6.12.1890). Seus incorporadores foram Francisco Moreira da Fonseca, Francisco Murtinho e Francisco de Paula Mayrink". Joaquim Murtinho foi o Presidente da instituição desde a fundação até setembro de 1896, tendo sido sucedido por seu irmão Francisco. Para maiores informações sobre o BRMT, ver: QUEIROZ, P. R. C. op. cit.

família e o Estado era governado por ele.<sup>220</sup> No exercício fiscal de 1894, os impostos provenientes da comercialização da erva-mate foram fixados em 220.000\$000 anuais e passaram a representar a principal fonte de arrecadação do Estado. Sobre essa medida, vangloriou-se o então Presidente do incremento de arrecadação que o imposto do mate traria aos cofres públicos. Na defesa do acordo celebrado entre o Estado e o BRMT, banco que à época controlava a CML, Murinho ressaltou que os tributos sobre a erva-mate tinham "sua cobrança **plenamente garantida** pelo contrato de arrematação daqueles direitos, que acabava de celebrar a [CML] com o tesouro do Estado".<sup>221</sup>

Outra medida de cunho econômico foi a instalação de duas coletorias de impostos: uma na divisa com o Pará e outra nos limites com o Estado do Amazonas. Essas eram áreas de exploração de látex e cacau<sup>222</sup>, onde as condições deficitárias de fiscalização e controle da exportação dos produtos, por se tratarem de áreas parcamente ocupadas por povos não índios, permitiam que os impostos fossem arrecadados em coletorias de outros Estados. Estados esses para onde os produtos eram transportados com mais facilidade, vez que dispunham de estradas ou cursos fluviais mais transitáveis do que os que ligavam essa região a Cuiabá, ou eram simplesmente contrabandeados. A medida visava exercer um controle maior sobre a movimentação da indústria extrativista existente na região norte de Mato Grosso e contribuir para o aumento da arrecadação de impostos.

O Presidente favoreceu também a ampliação da concessão das terras devolutas à CML, destinadas à extração da erva-mate. Com essa medida, ao mesmo tempo em que "desenvolvia" a economia do Estado, Manoel Murinho favorecia economicamente seu clã e dotava a CML de uma face política, uma vez que a renovação dos contratos de exploração dos ervais era, no limite, um gesto político, pois tinha que ser aprovada pela Assembleia Legislativa Estadual. Em outras palavras, os interesses econômicos da família Murinho, notadamente aqueles ligados à Mate Laranjeira, ficavam atrelados à política mato-grossense.

---

<sup>220</sup> Além de pré-fixar a arrecadação dos tributos provenientes da exploração do mate, Manoel Murinho, na condição de Presidente do Estado, firmou novos contratos de arrendamento com a CML. Conforme escreve Gilmar Arruda, citando o escritor mato-grossense Virgílio Corrêa Filho, "o contrato ajustado em Cuiabá, a 2 de agosto de 1894, levou as assinaturas do Dr. Manoel Murinho, como Presidente do Estado; Dr. Francisco Murinho, representante do Dr. Joaquim Murinho, Presidente da Empresa arrendatária". Sobre a relação da CML com o governo de Mato Grosso, ver: ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997.

<sup>221</sup> IA.MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DE MATTO GROSSO, Dr. Manoel José Murinho á Assembleia Legislativa em sua 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura em 13 de Maio de 1894. Cuiabá: Typografia da *Gazetta Official*, 1894, p. 5. Os grifos observados na citação são nossos.

<sup>222</sup> A instalação das coletorias na fronteira com os estados do Pará e Amazonas é mencionada na Mensagem dirigida à Assembleia do ano de 1893, e entraram em operação no ano seguinte. Cf: IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DE MATTO GROSSO, Dr. Manoel José Murinho á Assembleia Legislativa em sua 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura em 13 de Maio de 1893. Cuiabá: Typografia da *Gazetta Official*, 1893, p. 7.

Isso posto, fica claro que, para os Murtinho, a manutenção do controle do poder em suas mãos era imprescindível, pois cada vez mais a família estreitava os laços entre seus interesses econômicos e a política em Mato Grosso.

Na esteira da atuação de Manoel Murtinho à frente do governo do Estado, Generoso Ponce sedimentou sua influência política. Seu prestígio e reconhecimento foram impulsionados pela vitória nos enfrentamentos armados de 1892. Em matéria que retratava o clima de "paz", o jornal *O Matto Grosso*, vinculado ao PR, chamou a atenção para o contraste verificado entre o Estado e as demais regiões do país. A reportagem deixa subentendido que a condição de tranquilidade era consequência do fim dos conflitos entre as facções em luta pelo controle do poder em Mato Grosso, portanto, "resultado da ação de Ponce". Segundo a publicação:

A situação política de Mato Grosso contrasta sensivelmente com a de outros Estados da União. Em muitos deles percebe-se funda agitação [consoante] à intensidade das paixões partidárias que conflagram os ânimos, ao passo que aqui reina perfeita paz [e a] mais inabalável confiança no futuro.<sup>223</sup>

Por sua atuação à frente das tropas da *Legião Floriano Peixoto*, Generoso Ponce passou a ser aclamado por seus correligionários como "chefe". Sua influência era sentida em todas as regiões. Comerciante estabelecido, "chefe" do Partido Republicano, habilidoso na lida com a imprensa, era ele quem estava na linha de frente das negociações que garantiam apoio e respaldo ao PR junto à maioria dos chefes políticos locais. Depois de afastados os opositores que ameaçaram a chegada do grupo ao poder - liderado por ele e pelos Murtinho no início do período republicano - restava a Ponce a consagração final e esta veio quando seu nome foi indicado para "concorrer" ao cargo de Senador da República.

A indicação da candidatura de Ponce veio a público na data da comemoração do primeiro aniversário da derrota do Partido Nacional Republicano de Antônio Maria Coelho. Na ocasião, as primeiras páginas do *Matto Grosso* informavam sobre as eleições que seriam realizadas naquele ano para as duas casas do Congresso Nacional, apontando como o Partido Republicano deveria se comportar quanto à escolha dos candidatos.

Em política, como em toda coletividade social, **a obediência ou a subordinação aos ditamos dos chefes [deriva] principalmente da confiança em que são tidos os mesmos chefes** e o partido republicano tem provado por fatos, a mais decidida confiança naqueles que o dirigem.

---

<sup>223</sup> APMT. A nossa situação. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 05 de abr. de 1895, p.1

Em segundo lugar, subordinado a primeira condição, obedece o mesmo partido as manifestações da opinião geral, acatando o merecimento real, a capacidade, a dedicação a causa pública e os serviços prestados ao Estado e a causa que defendemos.

É descabido, portanto, ao partido republicano, qualquer alusão relativamente a candidaturas impostas.

Para a eleição que se terá de proceder a 31 de outubro do corrente ano, para senador e deputados ao congresso nacional, conquanto o partido não haja ainda adotado definitivamente os seus candidatos, eles se não estão, parecem, todavia, estar naturalmente indicados (grifo nosso).<sup>224</sup>

Na edição de 07 de maio de 1893, a primeira página trazia a seguinte chamada: "Salve! Três vezes salve 7 de maio de 1892! Honra e Glória ao patriotas". Toda a edição foi dedicada a rememorar os acontecimentos do ano anterior e o triunfo das tropas que "liberaram" o Estado da "tirania" que lhe havia sido imposta.

O periódico recorre "ao caráter *atualizador* da memória", transmutando-a em celebração "de paz" e transformando essa memória recente em elemento que respaldava a candidatura do "chefe", do homem responsável pelo fim dos conflitos políticos no Estado, espécie de "pai fundador" da República em Mato Grosso, evidenciando, assim, que o reconhecimento e a legitimação da autoridade de Generoso Ponce eram provenientes de sua liderança política e habilidade para mobilizar homens em armas a fim de assegurar a ordem interna em momentos de crise.<sup>225</sup>

Na edição seguinte, o deputado Flávio Crescêncio de Mattos conclamou "em nome do povo", a aquiescência de Generoso Ponce para que seu nome fosse indicado à vaga para o Senado.<sup>226</sup> Esta mesma publicação trouxe a reprodução do manifesto "Eleição senatorial" em que, mais uma vez, os feitos de Generoso Ponce eram rememorados com o intuito de respaldar a indicação de seu nome ao Senado. O texto do manifesto, embora não tenha reproduzido as assinaturas, mencionava que "todas" as lideranças locais tinham referendado a escolha de Ponce para o cargo, o que dá ideia da importância do indicado.<sup>227</sup>

Enquanto a política caseira seguia sem sobressaltos rumo à vitória de Ponce e de seus partidários, *O Mato Grosso*, de 06 de agosto de 1893, trazia matéria que expressava as apreensões daquele momento com relação ao cenário nacional, nos seguintes termos:

<sup>224</sup>APMT. Candidaturas Impostas. *O Mato Grosso*. Cuiabá, 23 de abr. de 1893, p. 1

<sup>225</sup>Cf: SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)sentimento* Indagações sobre uma questão sensível. Campinas - SP: Unicamp, 2004, p. 53.

<sup>226</sup>APMT. Discurso pronunciado pelo cidadão Flávio C. de Mattos, na noite de 07 de maio, por ocasião da manifestação feita pelo povo ao benemérito coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce. *O Mato Grosso*. Cuiabá, 14 de mai. de 1893, p. 2.

<sup>227</sup> APMT. *O Mato Grosso*. Eleição Senatorial. Cuiabá, 14 de mai. de 1893, p. 2.

Por mais que reflitamos sobre os acontecimentos que tem se [desenvolvido] na cena política do nosso país desde 15 de Novembro de 1889 não podemos encontrar fundamentos para a opinião daqueles que dizem estarmos à beira de um abismo e em véspera de sermos nele precipitados.<sup>228</sup>

O articulista, no fragmento acima mencionado, reconhecia o perigo crescente que a baixa do câmbio trazia para a economia nacional e os efeitos que a "desmedida paixão partidária de alguns" provocava na percepção das pessoas, gerando, assim, uma sensação de incerteza e um clima que ele chamou de "estado geral nada lisonjeiro".

Em Mato Grosso, as notícias sobre o que se passava em outras regiões do país eram veiculadas pelos jornais. Através deles, o leitor tinha conhecimento da "atmosfera nada lisonjeira", dos dilemas econômicos e dos bombardeios que ocorriam no Rio de Janeiro, onde a Armada<sup>229</sup>, conflagrada sob o comando do general Custódio de Mello, pretendia alijar o então Presidente Floriano Peixoto do poder. Esse noticiário dividia espaço com o andar da campanha para a renovação de um terço das vagas do Senado e da renovação completa das Câmaras Federal e Estadual<sup>230</sup>.

Durante a campanha, um novo conflito passou a dividir a atenção dos leitores: no Rio Grande do Sul, interesses contrários colocaram em lados opostos as forças do republicano histórico Júlio de Castilhos e as do ex-monarquista Gaspar da Silveira Martins. A tensão crescente entre os grupos logo passou para o terreno das armas.

(...) a Revolução Federalista, (...) não passava de uma luta pelo poder entre o grupo castilhista de republicanos históricos e o grupo de Silveira Martins, que conciliava ex-liberais e ex-conservadores, com intervenções intermitentes dos dissidentes republicanos de Barros Cassal.<sup>231</sup>

<sup>228</sup> APMT. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 06 de ago. 1893, p. 1.

<sup>229</sup> A Revolta da Armada teve início em setembro de 1893. A permanência de Floriano Peixoto à frente do governo da República, contrariando, segundo a interpretação do segmento descontente, as disposições da Constituição, culminou com aglutinação dos desafetos do então Presidente em torno da liderança do Almirante Custódio José de Mello. O movimento contou com a mobilização de importante contingente naval que se posicionou na Baía do Rio de Janeiro com o objetivo de depor o Marechal Floriano. A vitória do governo só foi possível graças ao apoio da Inglaterra e, sobretudo, dos Estados Unidos. O caráter político da Revolta denota o grau de divisão interna das facções republicanas e as incertezas que tomavam conta dos rumos da jovem República brasileira naquele momento. Sobre o assunto, ver: FREIRE, Felisbello. *História da Revolta de 06 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmãos, 1896, pp. 15-40.

<sup>230</sup> O mandato de Senador tinha vigência de 09 anos. Entretanto, de acordo com a Constituição, a cada 3 anos, 1/3 da bancada era renovada. O mandato da Câmara Federal tinha vigência de 03 anos, de maneira que, a cada eleição para o Congresso, renovava-se uma vaga no Senado e toda a bancada federal. Cf: FREIRE, Américo; CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce C.; ALBERTI, Verena (Orgs). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira:CPDOC, 2002, p. 43.

<sup>231</sup> SILVEIRA, Rosa Maria G. *Republicanism and federalism: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978. Vol 4. (Col. Bernardo Pereira de Vasconcellos), p. 112.

Em 1894, diante da capitulação da Revolta da Armada, conflagrada no Rio de Janeiro, os líderes derrotados juntaram-se aos revoltosos sul-rio-grandenses e, somando forças, concentram-se nos estados do sul do país.<sup>232</sup> Essas duas sublevações, a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, são expressões das lutas por espaços de poder, tanto na esfera federal como nos estados, travadas entre diversos grupos formados a partir de diferentes denominações partidárias que congregavam políticos dos mais variados credos, desde republicanos históricos até adesistas de 16 de Novembro.

Gozando do respaldo de Floriano Peixoto, a política mato-grossense passava ao largo das tensões que pairavam sobre a Capital da República e em outras regiões do país. No Estado, periódicos locais como *O Mato Grosso* procuravam, de todas as formas, conferir ao Partido Republicano mato-grossense, ao qual estavam vinculadas as lideranças locais, o papel de correção na condução da campanha eleitoral, e a Generoso Ponce, o *status* de "chefe", argumentando que sua eleição para o Senado era fruto de "consenso político e aspiração da sociedade mato-grossense". O tom apologético se repetia diariamente, como no trecho abaixo, veiculado às vésperas da eleição:

É o que o partido republicano forte pelo apoio quase unânime da população, fez da verdade da eleição o seu empenho de honra, no intuito nobre e patriótico de converter a luta eleitoral em uma coisa séria e digna. No momento em que apresenta ao sufrágio popular a candidatura do **chefe**, que em todos os territórios há de conduzi-lo a vitória, dando-lhe a força e o prestígio que tem (...) (Grifo nosso).<sup>233</sup>

Em março de 1894, data em que ocorreram as eleições, embora ainda não se pudesse comemorar o fim das revoluções que abalavam a República, *O Matto Grosso* já podia celebrar a vitória do Partido Republicano nas urnas. O resultado consagrou Generoso Ponce: alçado ao cargo de Senador, Ponce tornava-se também a grande referência do PR entre os mato-grossenses.

Quanto a Joaquim Murinho, sua influência junto à cúpula republicana emergiu em meio à crise vivenciada pelo governo do Presidente Prudente de Moraes. A ascensão deste

---

<sup>232</sup> De acordo com Sandra J. Pesavento, a aproximação entre os revoltosos da Armada e os federalistas iniciaram ainda em 1893. No ano seguinte, debelada a revolta na capital federal, parte desse grupo juntou-se aos federalistas e "o movimento estendeu sua ação para o sul, sendo tomada Desterro, capital de Santa Catarina, onde os revoltosos instalaram um governo provisório". A ação das tropas legalistas, no entanto, conseguiu fazer frente ao rebeldes e sufocar uma parte importante das forças conflagradas. Em 1895 "a morte dos principais líderes revoltosos - Gumercindo Saraiva, Saldanha da Gama - favoreceu, de certa forma, as negociações de paz. Cf: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Col. Tudo é História), p. 92 e 95.

<sup>233</sup> APMT. As Eleições. *O Mato Grosso*. Cuiabá, 29 de out. de 1892, p. 1.

Presidente se deu graças às articulações entabuladas pelo Partido Republicano Federal - PRF. O surgimento do Partido, como destaca a historiografia, foi uma tentativa de estabilizar a queda de braços entre as instâncias de poder e as vertentes republicanas, dando assim, outro rumo à República<sup>234</sup>.

Reunindo nomes como Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Prudente de Moraes, Campos Salles e Francisco Glycério entre suas principais lideranças, o PRF tinha vetores de ação que objetivavam congregar, em todos os estados, a convergência de lideranças que dessem sustentação ao Presidente eleito, sob o escopo das diretrizes firmadas pela cúpula do PRF. Desse modo, formando uma estrutura partidária sólida a partir de um núcleo central, com ramificação em todas as unidades da federação, o PRF se tornaria forte o suficiente para solapar os demais grupos que, da mesma forma, pretendiam se impor politicamente.<sup>235</sup> Para José Sebastião Witter:

A falta de uma concentração em torno do Partido Republicano como partido nacional somada à dificuldade de aglutinação de forças quer na Câmara de Deputados, quer no Senado para a formação de grupos identificados e coesos na votação de projetos foram elementos ponderáveis na tentativa de um novo partido.<sup>236</sup>

O projeto de poder das lideranças reunidas em torno do PRF inicialmente teve êxito. Na disputa presidencial, saiu-se vitorioso o paulista Prudente José de Moraes e Barros, o primeiro Presidente civil da Era Republicana, que governou de 1894 a 1898. Prudente tentou

---

<sup>234</sup> Decorridos aproximadamente cinco anos da implantação da República, havia conflitos em todas as esferas de poder. Além das revoltas que envolviam diretamente o governo federal, no Estado de Minas Gerais, por exemplo, ocorreu um levante separatista no Sul, em 1892, fruto de disputas entre as facções oligárquicas. Os reflexos da briga entre as facções mineiras, com eco na política federal, mantiveram-se acirrados até 1898. Outro exemplo das disputas que ocorriam nas diversas regiões do Brasil pode ser verificado no Rio Grande do Norte. Ali as facções lideradas respectivamente por Pedro Velho e Amaro Cavalcanti estiveram em combate até 1895. Sobre a política mineira nos anos iniciais da Primeira República, ver: CASTILHO, Fábio F. de A. *Como Esau e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República*, 2012, 183 fls. (Tese de doutoramento). FCHS, Unesp/Franca, 2012, pp. 27/97; acerca dos conflitos políticos no Rio Grande do Norte, ver: SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e Oligarquias na Primeira República*. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/spinelli\\_05.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/spinelli_05.pdf). Acesso em: 31 de mai. de 2013.

<sup>235</sup> Sobre o perfil político de Francisco Glycério e trajetória do PRF ver: WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru: Edusc, 1999.

<sup>236</sup> WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru: Edusc, 1999, p. 29. Os partidos políticos na República, com raras exceções como o PRF que pretendia ser uma agremiação de abrangência nacional, caracterizavam-se por uma feição estadualizada. Para Rodrigo P. S. Motta, "as forças descentralizadoras e regionalistas eram muito fortes e as elites locais desconfiam demais do poder federal, preferindo organizar-se nos próprios estados a fim de alcançar seus objetivos". Desse modo, o regionalismo partidário se explica em razão da concepção federalista que deu forma à República. Nessa mesma vertente, Afonso Arinos afirma que o sistema partidário republicano "era uma nebulosa", na qual "cada grupo regional surgia ao sabor das possibilidades e interesses locais. Sobre a estruturação dos partidos na Primeira República, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, pp. 42-43; FRANCO, Afonso Arinos de M. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 57.

fazer do PRF um instrumento de sustentação de seu governo no Congresso Nacional. A intenção era "inibir os conflitos políticos que dividiam a nação" e "reunir os principais grupos dissidentes, no jogo político oligárquico"<sup>237</sup>. A figura de destaque nesse processo foi a de outro paulista, Francisco Glycério. Líder do partido, pessoa próxima ao Presidente e encarregada por ele de mediar o diálogo entre o Executivo e o Legislativo, tornou-se a figura chave do governo: um contestável da política nacional, segundo a definição Edgard Carone.<sup>238</sup>

Todavia, a forma como o Presidente tentou conduzir o governo contribuiu para que, gradativamente, a sensação geral de incerteza quanto aos rumos da República no Brasil aumentasse. Entre as questões mais candentes, destacam-se: 1) as pressões dos grupos opositores, especialmente jacobinos<sup>239</sup> e monarquistas - os quais, através da imprensa e de *meetings*, tentavam abalar o governo de Prudente de Moraes; 2) a negociação dos termos do fim da Revolução Federalista, questão que mobilizava a opinião pública em torno das penas que seriam aplicadas aos "revoltosos" e 3) as sucessivas derrotas impostas às tropas legalistas e o conseguinte desfecho trágico na Guerra de Canudos.

Além ser acusado de fraco por parte da imprensa e demais grupos de pressão, o tipo de articulação entre Executivo e Legislativo empregado por Prudente de Moraes se mostrou insuficiente para aplacar as pressões que o Legislativo exercia sobre o governo. Como bem observaram os analistas do período, "aos poucos, o PRF foi ficando maior do que o Catete"<sup>240</sup>. Somada a isso, a agitação nas ruas - provocada pelo confronto entre militares e civis, militares jacobinos e legalistas, exército e marinha, federalista e hiperfederalistas<sup>241</sup>, deixou Prudente de Moraes em posição vulnerável. Para além da instabilidade política, o país enfrentava uma crise econômica que beirava ao "calote". Tamanhas eram as dificuldades naquela conjuntura

---

<sup>237</sup> VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 78.

<sup>238</sup> Segundo esse autor, as boas relações entre o Presidente e seu líder no congresso remontam ao tempo da propaganda republicana. Além da relação de longa data, nota-se também o fato de ter sido Glycério um dos apoiadores da candidatura de Prudente de Moraes à Presidência da República. Cf: CARONE, Edgard. *A república velha* (Evolução Política). 4ª ed. São Paulo: Difel, 1983. (Col. Corpo e Alma), p. 171 et. seq.

<sup>239</sup> Com fortes raízes nas camadas médias urbanas eles ocuparam um grande espaço político, o qual não queriam perder na nova Presidência. Rodrigo Otávio, relembando o clima encontrado por Prudente de Moraes na Capital Federal, descrevia o prestígio jacobinista: "Dominando todas as posições políticas, ocupando todos os cargos superiores da administração, introduziu-se e conquistou também o funcionalismo". Cf: JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 87.

<sup>240</sup> VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 78.

<sup>241</sup> LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 69.



que, em carta ao amigo e diplomata Manoel de Oliveira Lima, o escritor José Veríssimo<sup>242</sup> escreveu:

(...) a situação é precária, o câmbio a pouco menos de 8, quebras, mau estar político e financeiro, incapacidade governamental, baixa de fundos e diminuição de receitas, etc. Não sei como sairemos de mau passo, em todo o caso creio piamente que não será pela restauração, coisa que para mim não entra nos limites do possível.<sup>243</sup>

Entre novembro de 1896 e março de 1897, em razão do afastamento de Prudente por motivo de saúde, o Vice-Presidente Manuel Vitorino assumiu o governo. Apoiado por Glicério, o então Presidente tentou articular junto ao Senado a renúncia de Prudente de Moraes. Naquele contexto, os paulistas Bernardino de Campos e Campos Salles saíram em defesa do governo. À época, "os florianistas, reunidos sob a batuta de Glicério, formavam (...) um eixo alternativo ao poder da oligarquia civil paulista"<sup>244</sup>.

A articulação entabulada pelo grupo capitaneado por Glicério, Manoel Vitorino e Bernardino de Campos – aliado do Presidente afastado – buscou como solução provisória para a crise a substituição de parte dos ministros. Para compor o *staff* ministerial foram indicados: o próprio Bernardino de Campos na pasta da Fazenda; Alberto Tôrres, que depois foi substituído por Amaro Cavalcanti na pasta da Justiça e Negócios do Interior; Joaquim Murtinho na pasta da Indústria Viação e Obras Públicas; o General Francisco de Paula Argolo, em substituição a Dionísio E. de Castro Cerqueira, no Ministério da Guerra, e Elisiário José Barbosa na pasta da Marinha.<sup>245</sup>

A indicação de Joaquim Murtinho simbolizava a projeção que o médico, empresário e Senador mato-grossense alcançou junto aos republicanos na Capital Federal. É importante

<sup>242</sup> O literato José Veríssimo Dias de Matos conheceu Oliveira Lima em 1880, antes mesmo de seu ingresso na carreira diplomática, "num congresso literário internacional em Lisboa e permaneceram amigos por longos anos." Ao longo dessa amizade estreitada pela dedicação de ambos às letras, estabeleceu-se uma troca intensa de correspondência, sobretudo, em razão do distanciamento físico entre os dois, provocado pela atividade profissional de Oliveira Lima. Embora a correspondência de José Veríssimo fosse motivada especialmente pela questão literária, o escritor não se furtava a tecer comentários sobre a vida política brasileira. Sobre a vinculação entre José Veríssimo e Oliveira Lima, ver: MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2001, p. 56 e ss.

<sup>243</sup> OLL. Carta enviada por José Veríssimo em 28 de out. de 1896.

<sup>244</sup> VISCARDI, C.M. R. op. cit., p. 218.

<sup>245</sup> Francisco Glicério (SP) e Manoel Vitorino (BA) lideravam a fração da bancada congressista denominada "concentrados", cujo poder era reforçado por figuras de peso da política nacional como Lauro Sodré, (RJ) e Antônio Olinto (MG) – o qual, à época, era líder da maior fração da bancada mineira na Câmara Federal. Em um momento no qual os grupos articulavam-se para concorrer à Presidência da República, ficou patente a estratégia desse grupo para enfraquecer o Presidente Prudente de Moraes e conquistar o poder. Sobre a formação da equipe ministerial sob o governo Manoel Vitorino, ver, respectivamente: CARONE, Edgard. *A república velha* (Evolução Política). 4ª ed. São Paulo: Difel, 1983. (Col. Corpo e Alma), p. 166; VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, pp. 78/79.

notar, no jogo de poderes, onde as alianças eram fluídas e os espaços de poder em permanente disputa, que a intenção de Francisco Glycério e Manuel Vitorino era aproximar figuras reconhecidas no cenário político republicano como Lauro Sodré (RJ) e Antônio Olinto (MG) e o próprio Murtinho, a fim de galvanizar um grupo suficientemente forte para contrapor a influência da ala paulista que tinha como principais expoentes Prudente de Moraes, Campos Sales e o próprio Ministro da Fazenda, Bernardino de Campos.<sup>246</sup>

Malgrado as articulações de Glycério, face ao "repentino" retorno de Prudente de Moraes ao cargo, a ação para desarticular o grupo glicerista, efetivada com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha<sup>247</sup> e com as articulações no Congresso que resultaram na Moção Seabra<sup>248</sup>, a influência e o prestígio alcançado por Murtinho não foram ofuscados.<sup>249</sup>

Embora tenha permanecido um curto espaço de tempo à frente da pasta de Viação e Obras Públicas, - entre março e novembro de 1897, o texto produzido por Joaquim Murtinho,

---

<sup>246</sup> Conforme análise de Cláudia Viscardi, os trabalhos produzidos acerca da Primeira República resultaram no que a autora chama de "tendências recorrentes". Entre elas estão a divisão das oligarquias estaduais em três classes ou grandezas: aquela que atribui ao Rio Grande do Sul o papel de salvaguarda da aliança Minas-São Paulo em ocasiões de crise; a parceria entre políticos gaúchos e militares e a terceira tendência procurou maximizar o papel dos estados-atores em detrimento do papel desempenhado pelo Exército e pelo próprio Estado-Nação ao longo da Primeira República. Embora a autora reconheça que trata-se de um tipo de cultura política que hierarquizou a posição dos Estados no "teatro das oligarquias" – posição com a qual comungamos - isso não inviabiliza a investigação do papel que Estados "menores" tiveram na formação dos grupos que atuaram hegemonicamente no período em questão. Nesse sentido, embora não seja o objeto de estudo desta tese, cabem indagações sobre o papel do grupo capitaneado por Francisco Glycério no contexto das disputas que marcaram a primeira década republicana. Cf: VISCARDI, C. M. R. op. cit. pp. 27/72.

<sup>247</sup> A Escola Militar era o berço histórico da agitação política dos militares. Naquele momento, embalada pelo culto florianista, desferia críticas agudas ao governo do civil Prudente de Moraes. O estopim da oposição ocorreu quando os alunos se recusavam atender a determinação do então Ministro da Guerra, Marechal Carlos M. Bittencourt, que solicitou uma remessa de munição para ser enviada ao Rio Grande do Sul. Diante da recusa, o governo reagiu energeticamente fechando a Escola, desligando os alunos insubordinados e afastando os oficiais que apoiaram a ação do alunado. Para uma análise mais pormenorizada do governo Prudente de Moraes, ver: QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1987. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986; JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e ALMEIDA, Moisés Diniz de. Canudos e a derrota dos Jacobinos. *Perspectivas Latino Americanas*. Vol. 1, nº 3, 2006, pp. 145-160. Disponível em: <http://www.ic.nanzan-u.ac.jp/LATIN/kanko/documents/09DinizAlmeida.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2012.

<sup>248</sup> Em maio de 1897, o deputado José Joaquim Seabra apresentou uma moção de apoio ao Presidente da República ao plenário do Congresso Nacional. A moção era uma "resposta" ao silêncio do líder do governo Francisco Glycério em face aos últimos acontecimentos na Escola Militar. O requerimento foi reprovado. Entre os que votaram contra a moção estava o próprio Glycério. A desaprovação provocou a renúncia do Presidente da Casa, Arthur Rios. Aproveitando-se do "racha" no Congresso, o Presidente se articulou com o próprio Arthur Rios que reuniu em torno de si o apoio de antigos aliados de Glycério e, na votação para a Presidência da Câmara, Arthur Rios foi reconduzido ao cargo, derrotando o "general das 21 brigadas" que também concorria ao cargo. Dalí em diante, o poder de Glycério reduziu drasticamente em razão de sucessivas derrotas em articulação mal feitas e defecções de seus principais correligionários. Cf: ALMEIDA, Moisés Diniz de. Canudos e a derrota dos Jacobinos. *Perspectivas Latino Americanas*. Vol. 1, nº 3, 2006, pp. 145-160. Disponível em: <http://www.ic.nanzan-u.ac.jp/LATIN/kanko/documents/09DinizAlmeida.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2012.

<sup>249</sup> Na sucessão de Prudente de Moraes, o PRF lançou o nome de Lauro Sodré. Todavia a campanha do PRF foi comprometida por divisões internas e pelos reflexos do atentado contra o Presidente ocorrido um mês após o término do conflito em Canudos. Para detalhes sobre o atentado sofrido por Prudente de Moraes, ver: CARVALHO, Vicente Saraiva de. *Atentado de cinco de Novembro*. Relatório do Dr. Vicente Neiva 1º Delegado Auxiliar e diversas peças do inquérito. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

cujo título é "Introdução ao Relatório", apresentado ao Presidente da República com os resultados de seu trabalho à frente do Ministério, causou impacto no meio político. As observações continham os pressupostos de sua concepção sobre o desenvolvimento industrial e a economia do país como um todo. O documento notabilizou Joaquim Murinho e contribuiu para aproximá-lo de Prudente de Moraes e do futuro Presidente, Campos Salles.<sup>250</sup>

Da maneira como consolidaram seu capital político, tanto Generoso Ponce quanto Joaquim Murinho foram ser descritos como políticos personalistas. O primeiro firmou seu prestígio, reconhecimento e legitimidade a partir de um conjunto de valores ligados ao universo coronelístico. Consagrou seu prestígio liderando homens em armas e continuou exercendo um relacionamento estreito com lideranças estabelecidas nos mais diversos municípios mato-grossenses. O segundo tinha sua força consagrada pela cultura que pautava a urbe carioca que se aburguesava em fins de *siècle*, e, juntamente com seu irmão, Manoel Murinho, era uma personagem que se tornou influente nas altas esferas republicanas. Com isso, passou a ser o controlador de um feixe de poderes que o tornava mais importante que seu próprio partido.

A força política que caracterizava a ambos como personalistas emerge da crença e do reconhecimento conferidos a eles e da convicção geral de que era a partir das orientações por eles emanadas que a roda da política em Mato Grosso girava. O personalismo não foi um fenômeno exclusivamente mato-grossense, ao contrário, tornou-se traço característico da cultura política brasileira.

No período em que Ponce e os Murinho consolidavam politicamente suas posições, contexto em que a situação nacional era bastante instável, a política em Mato Grosso experienciava uma fase de acomodação e desenvolvimento econômico. Como apontamos acima, Manoel Murinho incumbiu-se de organizar parte da estrutura administrativa estadual. Nesse período, o equilíbrio de poder se manteve inalterado no interior da oligarquia mato-grossense. De comum acordo, as lideranças do PR mato-grossense indicaram a chapa encabeçada por Antônio Corrêa da Costa para "concorrer" ao quadriênio presidencial que se iniciaria em 1895. Sem adversários à altura, a eleição de Antônio Corrêa da Costa, membro de uma das mais tradicionais famílias do Estado e amigo dos "prestigiosos" líderes Joaquim Murinho e Generoso Ponce, transcorreu sem sobressaltos.

À frente do governo, Antônio Corrêa da Costa conduziu o desenvolvimento de Mato Grosso sob os pressupostos firmados por Manoel Murinho e avançou nas questões que seu

---

<sup>250</sup> Cf. LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978, pp.143/174.

antecessor se mostrou "inábil" para tratar, como educação, saneamento e assistência social, por exemplo.<sup>251</sup> Durante os primeiros dois anos de governo, reorganizou o sistema de instrução pública do Estado, transferiu para um prédio próprio as instalações da Tipografia Oficial, melhorou o abastecimento de água e o sistema de energia elétrica da capital, concedeu uma dotação orçamentária para uma sociedade denominada Amor à Arte, a fim de que esta promovesse ações culturais, concedeu auxílios aos municípios e favoreceu a vinda de imigrantes para colonizar as áreas "vazias" do Estado.<sup>252</sup>

Na Tabela abaixo, é possível constatar que, às vésperas do primeiro decênio da Era Republicana, Mato Grosso apresentava um aumento crescente na arrecadação fiscal. O quadro, é claro, fora favorecido pela "paz e tranquilidade" asseguradas pelo acordo que dava sustentação à política estadual.

Tabela 1  
Receita e despesa de Mato Grosso - 1889/1897

ANO	RECEITA	DESPESA
1889	215:905\$143	204:125\$563
1890	272:751\$341	268:717\$070
1891	293:188\$285	280:787\$366
1892	364:611\$560	330:046\$593
1893	699:147\$723	626:731\$624
1894	905:500\$850	783:270\$066
1895	824:751\$240	762:797\$205
1896	1.135:797\$878	937:098\$538
1897	1.105:787\$283	925:815\$203

Fonte: CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, p. 42.

<sup>251</sup> Cf: IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, pp. 37/40.

<sup>252</sup> Ao retornar do Rio de Janeiro para Mato Grosso, no início da década de 1880, Antônio Corrêa da Costa atuou como professor de matemática no Lyceu Cuiabano. Em 1882, junto com dois outros colegas, fundou o Externato Matto-Grossense. Desde antes da Proclamação da República, prestava serviços ao governo do Estado, mas foi depois da mudança do regime que se firmou no cenário político. Durante o primeiro governo republicano Antônio Corrêa foi um dos principais secretários do General Antônio Maria Coelho junto ao qual permaneceu até a prisão de Manoel Murinho e de outros membros do Partido Republicano em 1890. A partir de então, vinculou-se ao PR mato-grossense, tendo sido eleito para a Assembleia Constituinte de 28 de maio de 1891 e depois para o governo do Estado. Para maiores detalhes sobre sua biografia, ver: MESQUITA, José Barnabé de. *Elogio histórico do Dr. Antônio Corrêa da Costa*, proferido em 15 de dezembro de 1920. Cuiabá: Tipografia Oficial, MCMXXI, pp. 1/6. Disponível em: [http://www.jmesquita.brtdata.com.br/1920\\_Antonio%20Correa%20da%20Costa.pdf](http://www.jmesquita.brtdata.com.br/1920_Antonio%20Correa%20da%20Costa.pdf). Acesso em 02 de dez. de 2012.

O aumento na arrecadação das receitas resultou em um discreto, mas importante *superávit*, colocando as finanças de Mato Grosso em uma situação bastante diferente daquela verificada em fins do período imperial - ocasião na qual as rendas provenientes dos impostos eram insuficientes até mesmo para pagar a dívida flutuante da então província - forçando, por conseguinte, a solicitação constante de socorro financeiro aos cofres do Império<sup>253</sup>. A situação financeira do Estado, no início da República, também contrastava com a penúria da economia federal observada durante o governo de Floriano Peixoto e agravada sob o governo de Prudente de Moraes.

Ainda no que tange às medidas empreendidas por Antônio Corrêa da Costa, cabe pontuar o fomento à ocupação sul do Estado, em áreas adjacentes às exploradas pela CML. Com o incentivo ao estabelecimento de migrantes, muitos deles oriundos das lutas travadas no Rio Grande do Sul, ocorreram os primeiros conflitos pela posse de terras na região. Tais embates, entretanto, tinham uma interface com lutas político-partidárias dessas regiões. Como analisa Valmir Batista Corrêa,

(...) na região da comarca de Nioaque, a luta pela posse da terra provocou uma crise coronelista e uma cisão no Partido Republicano local originando o Partido Autonomista, liderado pelo *capitão* Muzzi, e o Partido Republicano Popular pelo *coronel* Jango Mascarenhas.

O ensaio inicial de conflito e de demonstração de poder começou com "uma força de cerca de 100 homens, montados e armados, a qual, segundo consta, fora depositar uma bandeira no estabelecimento comercial do Cidadão Coronel da guarda nacional João Ferreira Mascarenhas, que também era proprietário de terra e partidário de Generoso Ponce. No entanto, essa situação de confronto teve seu desfecho final nos meses e (*sic*) maio a julho do ano seguinte, quando as duas dissidências do PR passaram para a ação armada."<sup>254</sup>

Ainda segundo esse autor:

Saindo-se derrotadas, as forças autonomistas lideradas pelo *capitão* Muzzi, (cujas fazendas Santa Rosa ficou destruída), exilaram-se em sua maioria na fronteira paraguaia, desaparecendo desse modo o Partido Autonomista. Por outro lado, o *coronel* Mascarenhas, livre de seu principal concorrente

<sup>253</sup> Conforme demonstra Borges (2001), a situação financeira da província de Mato Grosso, notadamente do fim da Guerra contra o Paraguai (1870) até a Proclamação da República (1889), foi invariavelmente deficitária, forçando os Presidentes da Província a solicitar ao erário imperial recursos para saldar despesas correntes. Cf EXPOSIÇÃO com que o Exmo. Sr. Presidente da Província de Matto Grosso, Dr. Francisco Raphael de Mello Rego abriu a Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso. Cuiabá: Tip. da "Situação", 14 de fev. de 1888, p. 8; BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870-1930*. São Paulo: Scortecci, 2001, p. 131 et seq.

<sup>254</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, pp. 106/107.

político-comercial, consolidou de fato o seu poder na região sul do estado mato-grossense.<sup>255</sup>

Depois do enfrentamento armado ocorrido nos momentos iniciais do período republicano, embora tenha havido conflitos pontuais do sul do Estado, a harmonia entre as lideranças que formavam a oligarquia em Mato Grosso, cuja face aparente era representada pelos irmãos Manoel e Joaquim Murtinho e por Generoso Ponce, permitiu ao Estado ter contato "apenas" pela imprensa com as tensões, disputas e revoluções que causavam apreensão e geravam as incertezas que marcaram a consolidação do novo regime na Capital Federal e em diversas regiões no Brasil.

O quadro de acomodação política verificado em Mato Grosso desde 1892 - ano em que ocorreu o enfrentamento armado no Estado - começou a ser alterado na segunda metade do governo de Antônio Corrêa da Costa, quando a sucessão presidencial do Estado entrou em discussão. Naquele momento, com núcleos bem estruturados de poder, Generoso Ponce e os Murtinho não chegaram a um acordo sobre o nome indicado à sucessão estadual. A divergência e, posteriormente, a cisão intraoligárquica, ocasionou o choque de um feixe de aspectos que conformavam a cultura política republicana, tanto no que concerne aos limites do relacionamento entre as esferas estadual e federal quanto ao universo de valores que pautavam a ação dos principais políticos mato-grossenses.

Como já dissemos, o que estava em disputa no contexto da eleição estadual de 1899 era o controle sobre "a primazia do mando" em Mato Grosso.

No que tange ao interesse dos Murtinho sobre os rumos da política mato-grossense, não é demais lembrar que, mesmo com grande influência no cenário federal, os laços com a política estadual eram essenciais para a família Murtinho. Além de colégio eleitoral, no torrão natal de Joaquim Murtinho estavam dois dos empreendimentos que afetavam de perto o patrimônio financeiro de sua família, quais sejam, o Banco Rio e Mato Grosso e a Companhia Mate Larangeira. Como escreve Zephyr L. Frank "*residence in the capital rather than Mato Grosso meant that the Murtinhos' control over state-level was almost always indirect - but*

---

<sup>255</sup> Segundo Valmir Batista Corrêa, as disputas coronelistas iniciadas no sul de Mato Grosso no fim do século XIX marcam a origem do movimento divisionista que, segundo crê parte da historiografia local, culminou com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1977. De acordo com esse autor, "**a significação maior desse conflito foi realmente o aparecimento, em forma embrionária, de conotações separatistas e ressentimentos contra os nortistas que, por sua vez, passaram a ser acusados de estimular, maquiavelicamente, as dissensões políticas na região sul, como estratégia de abafar as tendências separatistas sulinas**". Todavia, essa seara de debates não está contemplada nos horizontes de nossa pesquisa, de maneira que, em nossa análise, não nos prenderemos a tais discussões. Para maiores detalhes sobre o movimento divisionista em Mato Grosso, ver: CORRÊA, V. B. op. cit., p. 108; QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). *Diálogos*. Vol. 10 nº 2, 2006, pp. 149-184.

*nonetheless effective*"<sup>256</sup>; em outras palavras, isso significa dizer que, para não perder o controle sobre o poder em Mato Grosso, os Murtinho precisavam contar com "gente de confiança". Isso posto, está claro que a escolha do nome do Presidente do Estado, ou, no mínimo, a anuência sobre o nome indicado, era vital para que eles pudessem, a partir do Rio de Janeiro, permanecer influenciando os rumos da política em Mato Grosso.

Quanto a Generoso Ponce, embora não fosse um letrado, e com alianças mais limitadas do que aquelas que os Murtinho possuíam na esfera federal, era incontestavelmente o "chefe" da política em Mato Grosso. Graças a sua capacidade de articulação e liderança, amparadas pelo *status* de Senador da República e Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, aglutinava ao seu redor grande parte dos políticos do Estado. Para Ponce, aquela era, certamente, a ocasião de usar sua influência e seu potencial bélico para afastar os inimigos e aumentar seu espectro de poder em âmbito federal.

No momento em que Joaquim Murtinho e Generoso Ponce alcançaram considerável projeção no interior da esfera de poder da República, cada um, a seu modo, quis fazer predominar sua força, traduzida em vontade de definir e/ou comandar os rumos da política mato-grossense. Esse processo mobilizou os respectivos arcos de alianças, tanto de modo vertical como horizontal, construídos por Ponce e por Joaquim Murtinho ao longo da década de 1890. Desde então, passaram a lutar entre si pelo controle do mando em Mato Grosso. Para tanto não hesitaram em mobilizar suas redes de apoio e travar renhido confronto entre si.

O primeiro indício de mudança na relação de poder até então vigente entre as figuras mais proeminentes da oligarquia mato-grossense pode ser verificado em um pequeno incidente: o caso do bonde, que culminou com a saída de Antônio Corrêa da Costa da presidência do Estado.

Em janeiro de 1898, os jornais anunciavam, para breve, a chegada de Generoso Ponce a Cuiabá, o qual aportou na capital do Estado em 23 de junho de 1898. O trajeto entre o cais do porto e o centro da cidade era feito pela *Companhia de Bondes* e, como de costume, havia um bonde especial para o transporte de autoridades. Curiosamente, naquele dia, havia uma ordem para que a frota de bondes, incluindo o bonde das autoridades, fosse retirada de circulação para manutenção. Os veículos encontravam-se nas dependências do Arsenal de Guerra, prédio que fica a meio caminho entre o porto e o centro da cidade.

---

<sup>256</sup> Em tradução livre, o trecho da obra de Zephir, aqui mencionado, significa: "residir na Capital ao invés de em Mato Grosso significa que o controle que os Murtinho exerciam sobre a política estadual era quase sempre indireto, mas ainda assim efetivo". Cf: FRANK, Zephy Lake. *The brazilian far west: frontier development in Mato Grosso, 1870-1937*. 1999. 465 fls. Tese. (Doutorado de filosofia em História). Graduate College of University of Illinois. Urbana, Illinois. 1999, p. 368.

Por não haver condução à sua espera, Generoso Ponce e os correligionários que o receberam no portinho de Cuiabá seguiram a pé para o centro da cidade. Ao avistar a condução parada no Arsenal de Guerra, Ponce e seus amigos tomaram assento no bonde e aguardaram a condução seguir seu trajeto. Ao perceber a demora, o Senador teria indagado ao funcionário que se encontrava no local sobre a demora da partida da condução. O funcionário, então, respondera que os passageiros deveriam descer, pois a ordem do chefe de polícia era a de que os bondes deveriam permanecer fora de circulação naquele dia. Diante do exposto, Generoso Ponce deu uma contraordem: *siga o bonde!* Assim, "em face da autoridade presente na voz do viajante", o bonde seguiu seu trajeto costumeiro até a estação final.

O incidente casual transformou-se em uma celeuma política. Ao tomar ciência de que a ordem que havia sido dada fora contrariada, o então chefe de polícia, major Frederico Adolpho Joseti - detentor de um cargo de indicação política e, portanto, subordinado na hierarquia do mando ao Presidente do Estado, que por sua vez havia sido eleito com o apoio de Ponce - pediu demissão. Na justificativa do pedido de exoneração, o chefe de polícia afirmou que se sentiu desautorizado e, "para não prender um senador da República, preferiu se demitir do cargo".<sup>257</sup>

Partilhando o mesmo "sentimento", o Presidente do Estado, Antônio Corrêa da Costa, até então aliado de Ponce, também deixou o cargo e se mudou com a família para Porto Murinho, uma das sedes da CML, onde seguiu trabalhando como superintendente do BRMT.<sup>258</sup> Não nos foi possível encontrar os "reais" motivos que justificaram a paralisação do serviço de bonde justamente na data da chegada de Ponce, tão pouco há uma explicação plausível à reação do chefe de polícia e do Presidente do Estado.

Quanto ao "inusitado" da reação do Presidente do Estado - exonerar-se em razão de um mal entendido envolvendo um Senador da República, "chefe" do partido que o elegera - João Edson de Arruda Fanaia cita uma carta de Antônio Corrêa da Costa ao Presidente da República, Prudente de Moraes, dizendo ser "difícil governar" colocando o "direito acima das conveniências particulares"<sup>259</sup>. A carta, porém, não deixa claro quais seriam as "conveniências

---

<sup>257</sup> IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, passim.

<sup>258</sup> Esse período da vida de Antônio Corrêa da Costa é repleto de questões não respondidas. Até onde nos foi possível verificar, não descobrimos quais seriam os motivos para sua saída do governo, permanecendo ao lado dos Murinho, como funcionário da CML. Sem explicação, também é o contexto em ele recompõe a aliança com Ponce, em 1902. Na ocasião, diante dos conflitos políticos oriundos da eleição de 1899, Antônio Corrêa seguiu com Generoso Ponce para o Paraguai, onde lançaram um jornal panfletário a fim de combater o novo governador de Mato Grosso, guindado ao poder por Joaquim Murinho.

<sup>259</sup>FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006, pp. 136/137.



particulares". Para Fanaia, a renúncia do Presidente do Estado representava a "forma extremamente personalista de condução dos problemas políticos" por parte de Generoso Ponce. Esse traço de comportamento do "chefe" do PR, acrescido da questão da sucessão presidencial ao governo de Mato Grosso foram as prováveis causas da renúncia de Corrêa da Costa. Acreditamos que esses acontecimentos tenham sido indícios das tensões no interior da oligarquia que comandava o Estado.

Ora, o que nos parece claro é que, por trás do "episódio banal", para além do personalismo de Generoso Ponce, (uma vez que personalistas também eram os irmãos Murtinho), estão delineadas as vertentes em disputas no interior da oligarquia mato-grossense. De um lado, Antônio Corrêa e o chefe de polícia enviam, subliminarmente, a Ponce uma mensagem de contestação e descontentamento dos Murtinho, a quem estavam ligados. Generoso Ponce, por sua vez, investido de uma couraça de poderes, manifesta através da ordem "siga o bonde," que ele era, por outro lado, o detentor do controle da situação política local.

Com a saída de Antônio Corrêa, o Coronel Antônio Cesário de Figueiredo, 1º Vice-Presidente do Estado e aliado de Ponce, assumiu o governo do Estado. Já nos bastidores, crescia a tensão entre Ponce e os Murtinho. Conforme se pode depreender de artigos e colunas publicadas em *O Republicano*, jornal vinculado a Ponce, os próceres da política mato-grossense não mostravam mais a mesma afinidade dos tempos iniciais da República.

Outro indício de divergência entre o "chefe" do PR mato-grossense e os Murtinho estava no questionamento desses à escolha dos candidatos a Deputado Federal, ainda nas eleições para o biênio 1897-1899. Ponce indicou o nome do General Francisco Raphael de Mello Rego para concorrer a uma vaga à Câmara Federal por Mato Grosso. Manoel Murtinho tentou vetar o nome de Mello Rego, alegando que ele não figurava nas hostes do PRF, comandado por Francisco Glycério, facção à qual tanto ele quanto seu irmão Joaquim Murtinho estavam vinculados. A escolha de Manoel Murtinho recaía sobre o nome de João de Moraes Mattos, partidário de Glycério. Porém, a candidatura de João de Moraes Mattos foi vetada por Ponce, gerando um visível mal estar entre este e Manoel Murtinho.<sup>260</sup> É importante

---

<sup>260</sup> ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso Pronunciado por Generoso Ponce em 03 de set. 1901, p. 18. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=18](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=18). Acesso em: 20 de nov. de 2012. Ainda sobre a possível divergência entre Ponce e Murtinho, uma matéria de *O Republicano* que aludia a respeito da eleição para o Congresso Federal traz, nas entrelinhas, o recado de Ponce sobre a escolha dos candidatos. Segundo o texto, para o escrutínio que aconteceria por aqueles dias, Ponce resolveu "recomendar, por ele próprio, ao eleitorado republicano (...) os candidatos **que tem de ser votados** nas próximas eleições". Junto ao texto, havia uma carta com os nomes indicados por Ponce, entre os quais figura o de Mello Rego. Cf: APMT. *O Republicano*. Cuiabá, 01 de out. 1896, p. 1.

lembrar que a formação da bancada federal era fundamental para a articulação da eleição presidencial que ocorreria no ano seguinte - oportunidade que tanto Ponce quanto Murtinho poderiam valer-se de seu poder e capacidade de liderança para conquistar espaços junto ao núcleo central do governo republicano.

### **3.2 Dimensões da instabilidade política em Mato Grosso**

#### **3.2.1 Em nome dos "elevados intuitos do nosso partido": a ruptura entre Generoso Ponce e os irmãos Murtinho no contexto da política dos Governadores**

Além do fato de Ponce e Murtinho tentarem ampliar sua capacidade de influenciar a formação da bancada mato-grossense na Câmara Federal, como mencionamos anteriormente, outro momento em que Ponce e os Murtinho confrontaram sua aptidão para liderar os rumos da política mato-grossense ocorreu durante o processo de sucessão do Presidente do Estado, em 1898. Naquela ocasião, as divergências entre as principais lideranças intraoligárquicas, perceptíveis há algum tempo, se tornaram explícitas.

Na condição de "chefe" partidário, Ponce enviou cartas a seus principais correligionários no Estado a fim de consultá-los acerca de um nome para a sucessão estadual. Em resposta, todos, sem exceção, apontavam o próprio Ponce como a figura mais indicada para ascender ao cargo. Em discurso na tribuna do Senado, Ponce leu trechos de cartas de lideranças provenientes de Cuiabá e das localidades de Rosário, Diamantino, Chapada, Guia, Brotas, Cáceres, Corumbá, Poconé, Sant'Ana do Paranaíba e Nioaque, para expressar a legitimidade que os representantes da política estadual lhe conferiam para decidir a questão.<sup>261</sup>

Ponce declinou da indicação de seu nome. Em tom evasivo, justificou sua decisão com uma frase sintética: "no Senado poderei prestar melhores e mais relevantes serviços à nossa terra e ao nosso partido".<sup>262</sup>

Tendo sua candidatura afastada, o Senador valeu-se, então, da "autorização" que seus partidários lhe conferiram para escolher "a pessoa que julgasse mais adequada" para o cargo

---

<sup>261</sup> Da tribuna do Senado, nos dias 03 e 04 de setembro de 1901, Generoso Ponce proferiu discurso apresentando sua versão dos fatos que culminaram com a ruptura da aliança política que o unia aos Murtinho desde 1892. Ponce leu trecho das cartas recebidas com a intenção de legitimar as decisões que tomou e também objetivando esclarecer, perante o Senado, "a verdade dos fatos" contra aqueles que o acusavam de ser responsável pela situação de violências que, ainda em 1901, se desenrolava em Mato Grosso. Cf: ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Generoso Ponce nos dias 03 e 04 de setembro de 1901. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Resultado.asp](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Resultado.asp). Acesso em: 20 de nov. 2012.

<sup>262</sup> Trecho da carta enviada por Generoso Ponce aos seus correligionários e lida, posteriormente, em discurso no Senado. ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Generoso Ponce em 03 de set. de 1901, p. 13. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Edita.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=13](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Edita.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=13). Acesso em: 20 de nov. de 2012.

de Presidente do Estado. No caso, Ponce indicou João Felix Peixoto de Azevedo, filho de um velho amigo e aliado, o então Deputado Federal Joaquim Caraciolo Peixoto de Azevedo. Em carta aos interessados na questão, justificou a escolha nos seguintes termos:

Entre os muitos conterrâneos nossos que se acham em condições de serem elevados àquele honroso posto de confiança política, **lembrei o nome do Dr. João Felix Peixoto de Azevedo, que, a meu ver, satisfará plenamente os nobres e elevados intuitos de nosso partido, que não podem ser outros senão (sic) elevar a suprema administração estadual quem melhor e mais seguras garantias de honestidade e justiça possa oferecer na gerência dos negócios públicos** (Grifo nosso).<sup>263</sup>

Usando sua verve de político experiente, justificou a escolha exaltando as capacidades do candidato escolhido. Marcando nas entrelinhas o traço que o "distinguia" de outras possíveis alternativas, assinalou que sua opção tinha como objetivo "elevar à suprema administração estadual quem melhor e mais seguras garantias de honestidade e justiça possa oferecer na gerência dos negócios públicos", conforme apontado na citação acima.

Pela forma como Ponce procurou encaminhar a sucessão estadual, parece claro que, naquele momento, a alternativa de aceitar a candidatura teria duas consequências que lhe seriam indesejáveis: a primeira era ficar longe do Rio de Janeiro e do cargo de Senador, que conferia distinção e prestígio frente aos demais políticos mato-grossenses; e a outra era a consciência de que aceitar o encargo de Presidente do Estado significava estar à mercê das pressões que recaiam sobre o posto, inclusive, as que, previsivelmente, seriam provenientes dos Murtinho, por conta dos interesses econômicos de suas empresas em Mato Grosso.<sup>264</sup>

Em meio a um cenário no qual já existiam desconfianças e desentendimentos entre os chefes oligárquicos, a eleição de João Felix, filho de Deputado Federal Joaquim Caraciolo Peixoto de Azevedo - um dos amigos mais íntimos de Ponce - passou a representar uma ameaça para a sobrevivência política dos Murtinho. Como eles viviam no Rio de Janeiro, era imprescindível ter alguém de sua confiança à frente do governo do Estado, pois seria essa a pessoa que representaria os seus interesses perante as instâncias do poder local. Desse modo, a eleição de alguém do círculo íntimo de Generoso Ponce daria a este o controle absoluto sobre

<sup>263</sup> ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Generoso Ponce em 03 de set. de 1901, p. 13. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=13](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=13). Acesso em: 20 de nov. de 2012.

<sup>264</sup> Na virada do século XIX para o século XX, o crescente fluxo de migrantes, sobretudo sul-rio-grandenses para Mato Grosso, atraídos pela possibilidade de adquirir posses de terras na região sul do Estado, mesma área explorada pela Matte Laranjeira, começava a incomodar a empresa, que procurava sempre fazer uso dos favores do poder público para garantir seus privilégios. Cf: ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997, pp. 47/61.

a política estadual, comprometendo, desse modo, a base eleitoral de Joaquim Murtinho nas eleições futuras, bem como os interesses econômicos vinculados à exploração dos ervais pela Cia Matte Larangeira.

Por outro lado, a tentativa de Generoso Ponce em minar o poder dos Murtinho em Mato Grosso estava ligada à sua ambição pessoal em ascender politicamente aos mais altos cargos da República, ou seja, com o controle da máquina política estadual em suas mãos, e com o respaldo de que já possuía sobre a maior parte dos Deputados Federais e Senadores mato-grossenses, seria ainda mais fácil ampliar seu espectro de poder junto à cúpula republicana no Rio de Janeiro.

Quando o anúncio da chapa formulada por Ponce se tornou público, Manoel Murtinho deflagrou a dissidência. Através de um comunicado de Manoel Murtinho publicado no *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro, onde morava, afirmando que "não tinha mais interferência alguma na direção política de Mato Grosso" em razão de "**profunda divergência sobre assuntos locais**"<sup>265</sup>, a ruptura no seio do Partido Republicano tornou-se oficial. Ao mesmo tempo em que tornava pública a dissensão partidária, Murtinho enviou um telegrama aos correligionários em Cuiabá, com a seguinte mensagem: "rotas relações Ponce. Abra dissidência, apresentando Metello."<sup>266</sup>

Desse modo, para fazer frente às pretensões de Generoso Ponce, Manoel Murtinho reuniu seus partidários em torno de uma nova agremiação: o Partido Republicano Constitucional<sup>267</sup>, e lançou o nome de José Maria Metello, Juiz de Direito em Cuiabá e, acima de tudo, seu aliado.

A disputa para a Presidência do Estado polarizou-se, então, em torno de dois candidatos: José Maria Metello, (apoiado pelos Murtinho), e João Félix Peixoto de Azevedo,

<sup>265</sup> O mencionado telegrama foi reproduzido em um periódico do Partido Republicano mato-grossense, poucos dias depois de ter sido publicado no Rio de Janeiro. Cf: APMT: Política do Estado. *O Republicano*. Cuiabá, 12 de jan. de 1899.

<sup>266</sup> ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Generoso Ponce em 04 set de 1901, p. 20. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=20](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=20). Acesso em 20 de nov. de 2012.

<sup>267</sup> Valmir Batista Corrêa menciona em seu livro *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso* que a candidatura de Metello teria sido articulada pelo Partido Democrata. No entanto, segundo o próprio José Maria Metello, em discurso no Senado, no arranjo partidário oriundo da cisão do PR em 1889, "teve origem o (...) partido constitucional formado pela dissidência, a que se ligou o pessoal irreduzível do antigo partido democrata". Esses últimos "irreduzíveis" eram os membros do antigo Partido Nacional Republicano, de Antônio Maria Coelho, que não tinham se filiado ao PR de Generoso Ponce. Cf: CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p.111. A referência à criação do Partido Constitucional está em: ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por José Maria Metello em 19 de out. de 1901, p. 412/413. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=412](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1901&Livro=3&Tipo=9&Pagina=412). Acesso em 03 de dez. de 2012.

(apoiado por Ponce). Desse modo, o que a eleição de 1899 revela é a disputa entre Ponce e os Murinho pelo "direito" de exercer a "primazia do mando" em Mato Grosso.

No período em que a disputa eleitoral se acirrava em Mato Grosso, ocorreu a posse de Campos Salles na Presidência da República. Nos jornais mato-grossenses, a nova fase era saudada com entusiasmo. Na edição de 15 de Novembro de 1898, *O Republicano* publicou uma edição inteiramente dedicada a rememorar e a exaltar os "heróis" da jovem República. Além de sintetizar a gestão dos três primeiros governos, o periódico exaltava também o papel de Benjamin Constant, consagrando-o como "apóstolo da liberdade" que, juntamente com seus "discípulos", contribuiu para superar os tempos do "absolutismo monarquista". Quanto a Campos Salles, o texto recordava sua atuação como propagandista da República e exaltava suas capacidades:

Inteligência robusta, ilustração fecunda, caráter (...) são características que [moldam] sua personalidade de ínclito sucessor do Dr. Prudente de Moraes, características que em si [constituem] os requisitos de todo (...) governo prestigioso e forte.<sup>268</sup>

Ponce talvez não contasse, àquela altura, que Joaquim Murinho seria nomeado para o Ministério da Fazenda, uma das pastas mais importantes do governo que acabava de ser empossado. Na edição seguinte, de 20 de novembro de 1898, *O Republicano*, jornal controlado por Generoso Ponce, trouxe, em uma discreta nota de primeira página, o nome dos Ministros de Campos Salles. Além de Joaquim Murinho, a nota trazia os nomes de Severino Vieira (Viação e Obras Públicas), Epitácio Pessoa (Interior), Olyntho de Magalhães (Relações Exteriores), e o General João Nepomuceno Medeiros Mallet e Baltazar da Silveira, respectivamente, para os Ministérios do Exército e da Marinha.<sup>269</sup> Bem provavelmente, Generoso Ponce, descontente com a nomeação de seu novo inimigo, não teve como se furtar a publicar a relação dos nomeados. Todavia, Ponce não tardou a criticar o oponente. Desta vez, em tom de ironia, ao tratar da nomeação de Joaquim Murinho para o Ministério da Fazenda, escreveu:

(...) um homem que consegue depois de inúmeros triunfos em sua Pátria, o respeito e a consideração do velho continente, com um simples *preâmbulo* no seu célebre relatório de Ministro da Viação - não é para ser (reverenciado) em prosa chata de *Cartas do Rio*, mas em verso heroico, em poemas épicos. Imaginem o que será ele, depois de realizadas todas as

<sup>268</sup> APMT. *O Republicano*. Cuiabá, 15 de nov. de 1898, p. 2.

<sup>269</sup> APMT. *O Republicano*. Cuiabá, 20 de nov. de 1898, p. 1.

reformas já planejadas, e que são a segurança de êxito do *acordo financeiro* ... Os Rothchilds são capazes de mandar erigir-lhe uma estátua em Londres (...) (Destaques do original).<sup>270</sup>

No momento em que Campos Salles assumiu a presidência, o Brasil vivia uma séria crise econômica. O artigo, ironizando Joaquim Murinho, que também era banqueiro, refere-se ao empréstimo contraído pelo governo brasileiro para sanar tal crise. Junto ao recém-empossado governo Campos Salles, Joaquim Murinho teve como primeiro e central desafio mudar as diretrizes da economia brasileira que remontavam ao tempo de Rui Barbosa. Além de dar os primeiros passos nessa direção, o Ministro da Fazenda também cuidava de perto dos rumos da política de seu Estado natal.

A disputa entre Ponce e os Murinho ocorreu no momento em que o então Presidente Campos Salles, em diálogo com o passado recente da República, permeado de dúvidas e incertezas, colocou em ação uma fórmula extraconstitucional e extralegal de poder que tinha por objetivo equilibrar as disputas entre o Legislativo e o Executivo, como também a efervescência política que vinculava reciprocamente os embates no centro do poder e os Estados, a chamada "política dos governadores".

A ação de Campos Salles foi descrita por ele próprio como a tentativa de composição de uma aliança com as forças políticas proeminentes, sobretudo com os Estados de maior bancada no Legislativo Federal, para garantir a governabilidade naquele momento especialmente delicado da República. Diminuindo, assim, as instabilidades que pautavam a vida do país desde o 15 de Novembro de 1889. Para o então Presidente:

**A política dos Estados**, isto é, a política que fortificava os vínculos entre os Estados e a União, é, pois, na sua essência, a **política nacional**. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União<sup>271</sup> (Grifos do autor).

Desse modo, como membro do *staff* de Campos Salles, e gozando da autoridade e do poder de Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho usou toda sua força e prestígio a fim de

<sup>270</sup> APMT. U.(?) Rodrigues. Cartas do Rio. *O Republicano*. Cuiabá, 24 de nov. de 1898, p. 2.

<sup>271</sup> SALLES, Manoel Ferraz de C. *Da propaganda a Presidência*. Lisboa: Tipografia A Editora, 1908, p. 252. Ao avaliar a situação experienciada por Prudente de Moraes, Campos Salles procurou alijar os partidos políticos, notadamente o PRF, da influência que exerceram junto ao Legislativo e ao Executivo no mandato de seu antecessor. A ideia era formar alianças, não com partidos, mas com os "chefes" políticos que influenciavam os rumos dos partidos nas esferas estaduais. Em outras palavras, a intenção de Campos Salles era "desnaturalizar" os partidos, esvaziar seus poderes e transferir a influência da decisão para as mãos das lideranças estaduais. Essa medida resultaria no afastamento dos conflitos instalados na capital da República para o interior dos estados.

neutralizar seu adversário, Generoso Ponce, e construir uma base de apoio ao Presidente em Mato Grosso que estivesse vinculada a ele, Murtinho.

Para impedir que a candidatura de João Félix Peixoto de Azevedo fosse adiante, o Ministro tentou, inicialmente, esvaziar os espaços de poder que garantiriam a articulação dos resultados eleitorais pelos adversários. Desse modo, influenciou para que fossem exonerados e/ou removidos os encarregados de postos importantes em Mato Grosso, sobretudo dos regimentos militares. Antônio Azeredo, aliado de Ponce, em discurso no Senado descreveu a ação de Joaquim Murtinho nos seguintes termos:

Rompido o acordo [entre Ponce e os Murtinho] (...) pode-se dizer que nas repartições federais, quer civis, quer militares, não [existia] mais um chefe que não tenha sido removido. Assim foram substituídos o comandante da flotinha e o inspetor do Arsenal da Marinha. (...) O inspetor da Alfândega de Corumbá, (...) foi removido (...) para o Rio de Janeiro. (...). O delegado do Tesouro em Cuiabá (...) foi removido (...) para um lugar secundário, de 2º escriturário na Delegacia Fiscal do Paraná.<sup>272</sup>

A crescente pressão ocasionada pelas demissões e/ou remoções dos funcionários subordinados à esfera federal em Mato Grosso no decorrer do processo eleitoral, gerava preocupação no então Presidente do Estado, Coronel Antônio Cesário de Figueiredo, aliado de Ponce. O clima de tensão se agravou também porque o Presidente tinha ciência de que em um eventual enfrentamento armado, não poderia contar com a força pública disponível em Cuiabá, uma vez que o efetivo era bastante reduzido. Em mensagem lida à Assembleia estadual, em 01 de fevereiro de 1899, a pouco menos de um mês das eleições, Antônio Cesário chamou a atenção para as condições das forças de segurança disponíveis:

Continua a força pública estadual reduzida a ponto tal, que a que existe aquartelada não chega senão para o serviço da guarda do próprio quartel e da cadeia pública desta capital; estando a maior parte da força existente disseminada em destacamentos, não só nas localidades do interior, como também nos pontos fiscais do Madeira e do Tapajós.<sup>273</sup>

<sup>272</sup> ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Antônio Azeredo em 25 de mai. de 1899, p. 79. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anaís/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1899&Livro=1&Tipo=9&Pagina=79](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anaís/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1899&Livro=1&Tipo=9&Pagina=79). Acesso em: 20 de nov. de 2012.

<sup>273</sup> Mensagem do segundo Vice-Presidente do Estado de Mato Grosso, coronel Antônio Cesário de Figueiredo, dirigida à Assembleia Legislativa. Cuiabá, 01 de fev. de 1899, p. 5. Embora não mencione o contingente da força que servia em Cuiabá, o Presidente em exercício cita um total de 133 homens distribuídos por todo o Estado.

Apesar de saber que dispunha de um contingente policial insuficiente em caso de alguma violência durante o pleito, o trunfo de Generoso Ponce contra uma possível ação de seus oponentes era ter, em seu arco vertical de relações políticas, o apoio da maior parte da bancada federal e dos colegas no Senado, Antônio Francisco Azeredo e Aquilino do Amaral e do Vice-Presidente da República, Rosa e Silva. No plano estadual, contava o fato de que, além de Senador da República, Ponce era o Presidente da Assembleia Legislativa em Mato Grosso e gozava do apoio de mais de dois terços de seus pares.<sup>274</sup> Por fim, mas não menos importante, sabia que exercia controle sobre a maioria das mesas eleitorais, locais onde efetivamente o pleito se resolvia, quer fosse pela vontade do eleitor, quer pela precisão da pena que elaborava a ata final do pleito.

Durante todo mês de fevereiro, os partidários de lado a lado defenderam, através dos jornais, seus respectivos candidatos. *O Republicano* lembrava em todas as edições que a posição do Partido e do "chefe" Generoso Ponce era em prol de João Félix de Azevedo Peixoto. *O Estado*, jornal vinculado ao recém-criado Partido Republicano Constitucional (organizado por Murtinho), por sua vez, advogava a candidatura de José Maria Metello.

Em meio a esse quadro adverso, procedeu-se o pleito e o resultado da eleição confirmou a vitória de João Félix Peixoto de Azevedo, que recebeu 5.647 votos contra os 959 de José Maria Metello<sup>275</sup>.

Ao saber o resultado da apuração, os partidários de Murtinho alegaram fraude no processo eleitoral e passaram a questionar a validade do resultado das eleições. Diante da ineficácia do questionamento legal do pleito, a oposição desferiu um duro golpe contra Ponce: através da influência junto à esfera federal, conseguiram destituir Ponce do comando da Guarda Nacional em Mato Grosso e nomear para o seu lugar Antônio Paes de Barros. A demissão era uma forma de pressionar ainda mais Ponce, além de deixar vulneráveis as posições do efetivo militar do Estado.<sup>276</sup> Esse gesto, segundo discurso proferido por Antônio

---

<sup>274</sup> IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, p. 49.

<sup>275</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 111.

<sup>276</sup> Segundo Lauro Virgínio Portela, o posto de comandante da Guarda Nacional era determinante para o resultado dos enfrentamentos armados que ocorreram em Mato Grosso. Para este autor, a Guarda Nacional tinha papel de destaque em Mato Grosso desde a guerra entre Brasil e Paraguai e, sobretudo, após a República, quando ocorre a descentralização do comando dessa força de linha, "o posto de comandante superior representava a chefia política reconhecida e legitimada em todo o estado (...)". Para corroborar sua hipótese, ele argumenta que, após ter perdido a "revolução de 1899", Generoso Ponce perdeu também o posto de comandante superior da Guarda em Mato Grosso. Ocorre, porém, que Ponce perdeu o cargo antes das eleições de 01 de março de 1899 e, ainda assim, conseguiu a vitória. Mesmo depois, com o revés que garantiu vitória à força ao grupo murtinhista, Ponce continuou atuando politicamente e, em 1906, alçou a chefia do executivo estadual - como veremos adiante -, apesar de não ser mais comandante da referida força. Nesse sentido, o que queremos argumentar é



Azeredo na tribuna do Senado, "parecia ser a *deixa* para a dissidência de Mato Grosso". Preparou-se então o cerco à capital.<sup>277</sup>

Nesse segundo momento de disputas pelo controle político de Mato Grosso, ao respaldar a violência como forma de obtenção do poder, Joaquim Murtinho e seu irmão Manoel deixam de lado os referenciais que pautavam o *modus vivendi* burguês e adotaram a linguagem do universo coronelístico para fazer valer sua intenção de poder: autorizam seus correligionários a utilizarem a violência para conseguir reverter o resultado das urnas. Nesse sentido, a adesão de Joaquim Murtinho aos postulados do darwinismo social que, grosso modo, pressupõe competição e a sobrevivência do mais apto, parece ter amparado sua atitude.

O avanço sobre Cuiabá foi perpetrado por Antônio Paes de Barros, aliado de Murtinho e recém nomeado para o comando da Guarda Nacional. Depois de arregimentar homens e armas<sup>278</sup> na região do Santo Antônio do Rio Abaixo, onde se localizava a Usina de Totó Paes, formou-se a *Divisão Campos Salles*. Em 10 de abril de 1899, com um contingente aproximado de 3.000 homens<sup>279</sup>, entre os quais havia lavradores e seringueiros, a tropa tomou a cidade e cercou a Assembleia Legislativa, onde os deputados se encontram reunidos para a verificação das Atas da eleição. O cerco se estendeu por cinco dias. Durante o tempo em que estiveram confinados no interior da Assembleia Legislativa, os deputados tentavam resistir trocando tiros com as tropas da *Divisão Campos Sales*.

Para ter certeza de que nenhum correligionário de Ponce localizado nas cercanias de Cuiabá pudesse mobilizar homens e armas e investir contra as forças da *Divisão Campos*

que, embora reconhecendo o papel que o controle da força tinha no cenário das disputas políticas em Mato Grosso, nos parece que as condições de liderança política dependiam não só do controle de "homens armados". A liderança era fruto do capital político, de uma teia de relações que conferia prestígio e legitimidade àqueles que estavam à frente da política mato-grossense e às alianças, que conferiam peso político a determinados atores em detrimento de outros. Cf: PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009. 152 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2009, pp. 60.

<sup>277</sup> Há uma dúvida quanto à data exata da exoneração de Ponce da Guarda Nacional. Generoso Ponce Filho menciona esse fato como tendo sido anterior às eleições. Em discurso do Senado, Azeredo não cita a data, mas deixa claro que foi após a eleição e antes do cerco a Cuiabá, O fato, portanto, teria acontecido entre 01 de março de 1899 e 10 de abril de 1899. Já Lauro Virgínio Portela afirma que a destituição do "chefe" do PR mato-grossense teria ocorrido em consequência da derrota política sofrida após o embate com as forças de Totó Paes. Para verificar as versões para a demissão de Generoso Ponce da Guarda Nacional, ver: IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 173; ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Antônio Azeredo em 25 de mai. de 1899, p. 79. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Edita.asp?Periodo=1&Ano=1899&Livro=1&Tipo=9&Pagina=76](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Edita.asp?Periodo=1&Ano=1899&Livro=1&Tipo=9&Pagina=76). Acesso em: 20 de nov. de 2012; PORTELA, L. V. de S. op. cit. p. 71.

<sup>278</sup> As armas para as forças da *Divisão Campos Sales* eram provenientes dos quartéis de Corumbá, que apoiavam a dissidência, e do Rio de Janeiro, enviadas pelo próprio Manoel Murtinho. Cf: IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. *A República em Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933; APMT. João Paes de Barros. Coronel João Paes. *A Reação*. Assunção, 30 de jul. 1902, p. 5.

<sup>279</sup> Cf: IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 191.

*Sales*, o comandante Antônio Paes de Barros cuidou de impedir que qualquer embarcação desautorizada chegasse ao porto de Cuiabá, uma vez que o meio mais rápido de ser chegar à cidade seria pelo curso dos rios.

Segundo Corrêa Filho<sup>280</sup>, a única embarcação que chegou à capital mato-grossense foi o Paquete Coxipó, pertencente à Companhia de Navegação *Loyd*, que trouxe o novo comandante do Distrito Militar, General Câmara, enviado diretamente do Rio de Janeiro para acompanhar os acontecimentos e, se necessário, dar respaldo às forças dissidentes. Em outras palavras, o envio do comandante militar era resultado das articulações dos irmãos Murinho junto ao governo federal para assegurar que as eleições em Mato Grosso fossem anuladas e um novo pleito se realizasse.

O General, nomeado comandante do Distrito Militar, chegou a Cuiabá na noite de 09 de abril e conversou com os aliados de Murinho, Benedito de Souza, Desembargador e genro de Manoel Murinho, e José Maria Metello. O General tinha, de ora em diante, o comando das forças federais destacadas no Estado. Caso seguisse os pressupostos legais de manutenção da ordem, deveria chamar para si o controle da segurança, mas isso significaria, na prática, uma ação com respaldo federal. Permaneceu, porém, neutro.

A neutralidade da força federal "não feria a autonomia federativa", mas, na prática, o governo federal, escudado no pressuposto federativo, agia como lhe conviesse, colocando alguém de sua confiança à frente das tropas federais no Estado – dificultando, assim, qualquer tentativa de reação de Generoso Ponce e seus aliados. Dessa maneira, a "neutralidade" do General Câmara facilitou a ação das tropas capitaneadas por Totó Paes para que minassem a resistência dos parlamentares sitiados no interior da Assembleia Legislativa para, só depois, agirem.

Ao longo dos cinco dias de cerco, como parte da estratégia da ação para conseguir que os deputados cedessem e anulassem o resultado das eleições, a linha telegráfica que permitia contato entre Cuiabá e a capital federal foi cortada para evitar que os poncistas pudessem relatar aos correligionários no Rio de Janeiro o que se passava em Mato Grosso; a distribuição de víveres para os deputados foi impedida e, finalmente, o sistema de distribuição de água foi interrompido.

No Rio de Janeiro, as notícias da situação em Cuiabá, que chegaram pouco antes do cerco à cidade e da interrupção dos serviços telegráficos, contribuíram para mobilizar os esforços do senador Antônio Azeredo e do Deputado Federal Luiz Adolpho Corrêa em prol de

---

<sup>280</sup> IHGMT. CORRÊA FILHO, V. op. cit. p.53.

Ponce. Ambos procuraram o Presidente Campos Salles para relatar o acontecido em Mato Grosso, mas, além de respostas evasivas, tudo o que conseguiram foi que o Presidente fechasse seus olhos diante da crescente atmosfera de beligerância que se instalava em terras mato-grossenses. Na verdade, a omissão do Presidente da República era, de fato, a ação do governo federal no intuito de alijar o grupo poncista do poder, colocando, em seu lugar, os correligionários de seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho.

Diante do agravamento das condições do interior do prédio da Assembleia Legislativa e da falta de ajuda vinda do exterior, os deputados sitiados no interior da Assembleia cederam às exigências impostas pela pressão exercida pelas tropas de Totó Paes: concordaram em anular o pleito que elegeu o representado do PR, João Félix Peixoto de Azevedo, para o governo do Estado.

A assembleia cedeu pela coação da força armada; o presidente da assembleia que era [o próprio] Senador Ponce, não dispunha mais de meios para resistir; as suas munições tinham se acabado, os víveres estavam reduzidos, a água cortada; sem meios, portanto, de resistência, tinha que ceder a importância dos vencedores.<sup>281</sup>

O fim do cerco, condicionado ao acatamento das condições impostas pelos sitiados, previa a anulação das eleições, a renúncia de Ponce ao cargo de Deputado Estadual e a definição de data para uma nova eleição. Somente depois de estabelecidas as bases do acordo, a linha telegráfica foi restaurada. Com o restabelecimento das comunicações entre Cuiabá e o Rio de Janeiro, as notícias da anulação da eleição de João Félix Peixoto, o candidato de Ponce, chegaram ao Rio de Janeiro. Sabendo das circunstâncias do ocorrido, os aliados de Ponce na Câmara Federal e no Senado, respectivamente Luís Adolpho Corrêa e Antônio Azeredo, ocuparam a tribuna para expor o que acontecia no Estado e atacar, de maneira mais ou menos ostensiva, a política do recém-empossado Campos Salles, que, segundo os parlamentares, avalizava as pretensões "funestas" de seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho.

Mesmo tendo conseguido anular as eleições, Joaquim Murinho tentou entrar em acordo com Generoso Ponce. Afinal, este era Senador da República e tinha entre seus aliados o também Senador Antônio Azeredo, além de três dos quatro Deputados Federais da bancada mato-grossense. Na primeira tentativa, Murinho sugeriu o nome de Antônio Azeredo para

---

<sup>281</sup> ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Antônio Azeredo em 25 de mai. de 1899, p. 77. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1899&Livro=1&Tipo=9&Pagina=77](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1899&Livro=1&Tipo=9&Pagina=77). Acesso em: 20 de nov. de 2012.

encabeçar a chapa a ser sufragada em novo pleito. Todavia, o Senador entendeu que não poderia aceitar o encargo e decidiu "abrir mão dessa honra". Diante do impasse, Ponce enviou uma lista com 10 nomes para o Rio, com a seguinte proposta: Joaquim Murinho indicaria os nomes do Presidente e primeiro Vice-Presidente, restando para Ponce a segunda e a terceira Vice-Presidência. Essa tentativa de acordo também não prosperou.

Depois de muitas idas e vindas em torno de um possível entendimento sobre os nomes que comporiam a chapa eleitoral, Joaquim Murinho resolveu o imbróglio a seu modo. Dos quatro nomes possíveis na composição da chapa que seria sufragada pelas urnas, a saber: um Presidente e três Vice-Presidentes, reservou apenas o lugar de segundo Vice-Presidente aos poncistas. O nome acolhido por Joaquim Murinho para a vaga era o de João Ferreira Mascarenhas, fazendeiro do sul do Estado.<sup>282</sup> Assim,

(...) fracassadas as tentativas de acordo, Generoso Ponce e seu Partido decidem absterem-se do pleito. Os "dissidentes" [partidários de Murinho] lançam como candidato o Oficial da Marinha Antônio Pedro Alves de Barros (Capitão de Mar e Guerra), o "Coronel Barros", como era mais conhecido. Seu irmão, o Comandante José Pedro de Barros, era Chefe da Casa Militar de Campos Sales.<sup>283</sup>

O contexto da "eleição" do Capitão de Mar e Guerra Antônio Pedro Alves de Barros, (que não tinha qualquer parentesco com Antônio Paes de Barros, comandante da *Divisão Campos Salles*), marcou um período de instabilidade pautado pela mobilização do arco de influências horizontal e vertical realizada, respectivamente, por Generoso Ponce e pelos irmãos Murinho.

A vitória de Joaquim Murinho é resultado dos esforços empreendidos pelo governo federal e pelo uso da força empregado pelas tropas comandadas por Antônio Paes de Barros que atuaram com o respaldo de Joaquim Murinho. Este, por sua vez, ao avalizar o uso da violência para a conquista do poder, deixava de lado os referenciais do mundo burguês e valia-se de um dos instrumentos que regulavam a ação política no mundo coronelístico: a força.

A interferência de Campos Salles no cenário mato-grossense, amparado pelo pressuposto da *Política dos Estados*, pode ser entendida, à primeira vista, como um contrassenso, uma vez que Ponce conseguiu eleger seu candidato a Presidente do Estado, João

<sup>282</sup> ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Antônio Azeredo em 25 de mai. de 1899, p. 77. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1899&Livro=1&Tipo=9&Pagina=77](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1899&Livro=1&Tipo=9&Pagina=77). Acesso em: 20 de nov. de 2012.

<sup>283</sup> PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso*. Cuiabá; São Paulo: Resenha Ltda, 1995, Vol. II, p. 148.

Félix Peixoto de Azevedo, constituindo, assim, a situação em Mato Grosso. Todavia, seguindo a lógica de Campos Salles, a força política em Mato Grosso era representada por Joaquim Murinho e não por seu oponente. Daí o empenho em formar uma nova situação, que culminou com a eleição do Capitão Antônio Pedro Alves de Barros.

É preciso considerar, ainda, que a "política dos governadores", pelo menos no que diz respeito a Mato Grosso, não representou "eternização" ou "congelamento" de uma facção oligárquica no poder, como afirma Renato Lessa<sup>284</sup>. Ao contrário, a construção de uma "outra" situação, dada através da interferência direta do Catete, contribuiu para dar continuidade à violência e à instabilidade que pautaram, nesse período, a vida política do Estado.

Durante o governo do Capitão de Mar e Guerra, Antônio Pedro Alves de Barros (1899-1902), iniciado sob uma atmosfera de tensão crescente, as forças oriundas da cisão que havia se processado passaram a lutar, entre si, com todas as armas disponíveis. Da parte dos Murinho, a intenção era confirmar o "controle do mando". Para Generoso Ponce, por outro lado, aquele era o momento de recuperar, a qualquer custo, o terreno perdido.

### **3.2.2 O governo de Antônio Pedro Alves de Barros e o recrudescimento da violência entre as facções em conflito**

A tensão existente no período da eleição de Antônio Pedro Alves de Barros não arrefeceu um milímetro sequer, após 15 de agosto de 1899, data de sua posse. Pelas ruas de Cuiabá e nas cidades do interior do Estado, os desdobramentos da queda do PR ainda era o assunto que tomava conta das rodas de conversa e o eco dos tiros disparados contra a Assembleia em Cuiabá ainda produzia efeitos por toda parte.

Em meio a essa atmosfera tensa, o assassinato de um partidário de Antônio Paes de Barros, comandante das tropas da *Divisão Campos Salles*, o agrimensor Ramon Jackwiskc, ocorrido em 31 de agosto de 1899, por partidários de Generoso Ponce, duas semanas apenas após a sua posse como Presidente do Estado, desencadeou o processo de violência e

---

<sup>284</sup>Cf: LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 199. Embora reconheçamos que a análise de Lessa seja fundamental para a compreensão da primeira década da história republicana, aos olharmos para a Primeira República como um todo, especialmente sob o prisma de Cláudia Viscardi, concordamos com a análise da autora ao afirmar que "o grau de estabilidade conferido pela "política dos estados" à ordem institucional brasileira precisa, no mínimo, ser relativizado", uma vez que as alianças firmadas para encaminhar as sucessões foram sempre provisórias assim como a permanência das facções oligárquicas à frente do controle político nos estados, como no caso de Mato Grosso. Cf: VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, pp. 33/34 et seq.

instabilidade que perdurou por todo o mandato do Capitão Antônio Pedro Alves de Barros, 1899-1903.

Segundo relatos sobre o episódio que culminou com a morte do agrimensor, no dia dos fatos, Generoso Ponce caminhava pela Rua Voluntários da Pátria – no centro de Cuiabá – quando discutiu com Ramon Jackwisc, um polonês naturalizado brasileiro, ao cruzar com ele pela rua. Ramon trocou insultos com Ponce e desferiu-lhe uma bengalada.

Depois do entrevero, o Senador seguiu para sua residência, situada a poucos metros do local, onde relatou o ocorrido às pessoas que ali estavam. A reação não demorou: os correligionários de Ponce perseguiram Ramon e, ao encontrá-lo, assassinaram o homem no meio da rua, em plena luz do dia.

A cena logo se transformou em notícia passada de boca em boca, percorrendo a cidade como rastilho de pólvora. A força pública, auxiliada pelo comandante do distrito militar, foi mobilizada para atender a ocorrência e, no desenrolar dos acontecimentos, a casa de Generoso Ponce foi cercada. O linchamento de Ramon foi a oportunidade que faltava para os opositores do Senador deflagrarem o golpe de misericórdia no núcleo duro do Partido Republicano.

Todos os que estavam no interior da residência foram presos e acusados de homicídio. Além de Generoso Ponce, figuravam entre os presos o ex-Presidente do Estado, Coronel Antônio Cesário de Figueiredo<sup>285</sup>, João Felix Peixoto de Azevedo, candidato que teve a eleição anulada, o Capitão Pedro Ponce, Deputado Estadual, o Tenente-Coronel Flávio Crescêncio de Matos, membro do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e responsável pelo lançamento da candidatura de Ponce ao Senado em 1893, o Major Manoel Pereira Mendes, que há pouco tinha sido afastado da chefia do Tesouro Nacional em Cuiabá, e o Capitão Américo Caldas, sócio de Generoso Ponce, entre outros.<sup>286</sup>

Conforme narra Corrêa Filho, os presos foram conduzidos para o Arsenal de Guerra. No caminho, "desfilaram" pelas principais ruas de Cuiabá e, dali, em poucos dias, foram levados para o Rio de Janeiro, para serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal, instância supostamente "isenta das paixões partidárias" que tomavam conta da justiça mato-grossense. Ponce permaneceu em Mato Grosso em prisão domiciliar, até que o julgamento do *habeas corpus*, no Rio, colocasse ele e os outros em liberdade.<sup>287</sup>

---

<sup>285</sup> Depois de ter sido enviado para o Rio de Janeiro, a fazenda de Antônio Cesário, foi invadida e seu gado, cerca de 16.000 reses, foi levado para a fazenda de Henrique Paes de Barros. Cf: APMT. Que tempo! *A Reação*. Assunção PY, 20 de ago. de 1902, p.2.

<sup>286</sup> Sobre os detalhes do episódio chamado "ramonada", ver: IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, p. 70.

<sup>287</sup>Ibidem. Passim

O episódio, conhecido como *ramonada*, foi um duro revés para Generoso Ponce e seus correligionários, mas não foi o último daquele ano. Em dezembro, por ocasião das eleições para a renovação de 1/3 do Senado e para toda a bancada da Câmara Federal, os candidatos do PR foram derrotados graças à força dos Murtinho junto à Comissão de Verificação de Poderes.

Depois de perder as eleições para o governo estadual e, diante da perda gradativa de controle político, o Senador Generoso Ponce procurou uma alternativa para recuperar o *status* de "chefe". Era preciso recuperar a "primazia do mando". Uma das atitudes engendradas foi arregimentar aliados para que pudessem fazer frente às forças que atuavam a favor do governo do Estado. Ainda em 1900, o então 1º Vice-Presidente do Estado, João Paes de Barros, (irmão de Totó Paes), se aliou a Ponce.<sup>288</sup>

Depois de aproximar-se de Generoso Ponce, João Paes de Barros assumiu o governo provisoriamente, por quatro meses, entre abril e agosto de 1900, em face do afastamento do Presidente para tratamento de saúde. Enquanto esteve à frente do governo, João Paes tentou a reorganização das forças do PR em algumas localidades. Os atos de João Paes no governo de Mato Grosso - descritos por Virgílio Corrêa Filho como "atos de simples conveniência administrativa"<sup>289</sup> – despertaram desconfianças do titular do cargo e aliado dos Murtinho, Antônio Pedro Alves de Barros, forçando-o a reassumir a Presidência de Mato Grosso.

De volta ao cargo, o Presidente interpretou as atitudes de seu substituto como "reacionárias" e anulou todos os atos de João Paes. Deixando claro, com isso, a existência de uma divisão de forças no interior do executivo estadual. De um lado, estava o Presidente João Pedro Alves de Barros, (aliado dos Murtinho), que, em um eventual confronto armado, contava com contingente da força pública estadual e com o exército particular de Antônio Paes de Barros; de outro, o 1º e 2º Vice-Presidentes do Estado, respectivamente João Paes de Barros e João Ferreira Mascarenhas, (aliados de Ponce), que, juntamente com o ex-Presidente do Estado, Coronel Antônio Cesário de Figueiredo e lideranças de diversos municípios do interior, engrossavam as fileiras pró-Ponce.

Em meio a esse cenário polarizado de forças, em 1901, Ponce tentou uma reação para tomar o poder: a estratégia foi articular um levante de tropas em várias localidades do Estado para avançarem contra a capital, Cuiabá. Entre as forças arregimentadas, duas frentes foram

<sup>288</sup> João Paes de Barros e o irmão Antônio Paes de Barros (Totó Paes), comandante das tropas responsável pelo cerco à Assembleia Legislativa, que resultou na anulação da eleição que tinha dado vitória ao candidato apoiado por Ponce, se desentenderam por motivos ligados à partilha da herança paterna. A querela resultou no afastamento dos irmãos que passaram a lutar, politicamente, em lados opostos.

<sup>289</sup> IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, p. 75.

formadas no sul do Estado: a primeira, organizada pelo 2º Vice-Presidente João Ferreira Mascarenhas, conhecido como Jango Mascarenhas, saiu da fronteira com o Paraguai e, a outra, também organizada no sul de Mato Grosso, por Dionísio Benites, partiu da localidade de Sant'Ana do Paranaíba. Segundo Valmir Batista Corrêa,

Em abril de 1901, Benites [invadiu] Sant'Ana do Paranaíba, saqueando propriedades e matando seus opositores. (...) a maioria dos fazendeiros do município abandonou a região temporariamente, temendo represálias e mais violências e, desse modo, permitindo a Benites conduzir para São Paulo o gado apreendido, sem maiores dificuldades. E, após quase um ano dominando Sant'Ana do Paranaíba, Dionísio Benites retirou-se definitivamente para Rio Preto (SP) onde, posteriormente, foi assassinado.<sup>290</sup>

A frente organizada por Jango Mascarenhas foi arregimentada como um exército mercenário, na região de Corrientes, na Argentina e no Paraguai. Ao chegarem a Mato Grosso, "inici[aram] um movimento armado desde Porto Murtinho, alastrando-se por toda a região sul do estado"<sup>291</sup>.<sup>292</sup>

A reação do governo foi montada com forças oficiais e particulares. Dentre as oficiais, "a guarda aduaneira criada pelo Ministério da Fazenda e o Estado de Mato Grosso para combater o contrabando" atuou na prática como "instrumento de repressão aos inimigos dos Murtinhos e de sua empresa"<sup>293</sup>.

Os primeiros enfrentamentos ocorreram entre os meses de setembro e outubro de 1901, e envolveram as tropas de Jango e as forças que atuavam em favor do governo do Estado, na região de Ponta Porã. Ali, "num primeiro choque, as forças de Mascarenhas foram derrotadas pelas tropas comandadas pelos gaúchos Felipe de Brum, Matias Ferreira Dias e Firmino

---

<sup>290</sup>CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 115/116. O plano para tomar Cuiabá em 1901 foi relevado por José Maria Metello na tribuna do Senado em uma discussão antológica, entre ele e os também Senadores Antônio Azeredo e Generoso Ponce. Nessa discussão, Ponce confirma a intenção de promover o ataque e não desmente os detalhes apresentados pelo seu rival. Cf: ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por José Maria Metello em 30 de out. de 1902, p. 881. O levante foi confirmado em resposta a Metello nesse mesmo dia. Cf: ANAIS DO SENADO. Discurso pronunciado por Generoso Ponce em 30 de ou. de 1902, p. 888. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1902&Livro=2&Tipo=9&Pagina=888](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1902&Livro=2&Tipo=9&Pagina=888). Acesso em 15 de dez. de 2012. Segundo argumenta José Maria Metello, ao invés de avançar com seus homens, como combinado, Benites teria perdido tempo juntando gado das fazendas invadidas para levar para São Paulo, motivo pelo qual teria sido assassinado meses depois naquele Estado. Para Ponce, ele também foi um dos perseguidos, tendo sido o responsável direto por sua morte o próprio Manoel Murtinho.

<sup>291</sup>CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 116.

<sup>292</sup> De um modo geral, a historiografia não trata os episódios em seu conjunto, como podemos ver nos trabalhos de Virgílio Corrêa Filho (1969), Lenine Póvoas (1995), que passam ao largo da questão. Ponce Filho (1952), de outro modo, aglutina desde o episódio do Jango Mascarenhas até o ataque à Usina Conceição, Diamantino, Barra do Bugres e São Manoel no Capítulo às tragédias políticas 1901. Embora não coloque as datas dos 03 últimos, elas são aparentemente simultâneas

<sup>293</sup>ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997, p.49.



Rodrigues." Em seguida, Jango Mascarenhas seguiu para Nioaque, "num novo confronto com as forças do *coronel* Brum, (acrescidas de uma coluna de Bela Vista e sob o comando do *coronel* Bento Xavier), as forças rebeldes foram definitivamente derrotadas e Mascarenhas morto"<sup>294</sup>.

O temor diante dos levantes motivou o reforço das tropas oficiais. Ainda no mês de outubro de 1901, o Presidente Antônio Pedro Alves de Barros baixou um decreto recriando a antiga Divisão Campos Salles, agora com o nome de *Divisão de Forças Patrióticas*. As tropas, mais uma vez sob o comando de Antônio Paes de Barros, tinham como objetivo combater os levantes que estavam sendo organizados em Cuiabá e adjacências.

Os levantes no norte do Estado ocorreram em Diamantino, em Rosário Oeste, em um lugarejo chamado Chiqueirinho; na Barra do Rio Bugres; na região de Chapada dos Guimarães, localidade de São Manoel e na própria capital, Cuiabá, na Usina Conceição, situada a oito léguas da capital, que era de propriedade do ex-1º Vice-Presidente, João Paes de Barros, que havia se aliado a Ponce.

Entre as sublevações ocorridas no norte de Mato Grosso, o caso mais notório foi o da Usina Conceição que sequer chegou a acontecer. Diante dos rumores de uma ação organizada pelo ex-1º Vice-Presidente do Estado, João Paes de Barros, reunindo cerca de 300 homens, entre os quais estavam lideranças proeminentes do PR, os aliados de Manoel Murтинho organizaram uma ação para impedir o levante.

A invasão à fazenda teve a anuência do próprio Manoel Murтинho. Ao ser consultado, teria dado a ordem, através de seu genro Benedito C. Souza, para que os aliados em Mato Grosso investissem contra os adversários reunidos na Usina Conceição. O telegrama, enviado do Rio de Janeiro para Cuiabá, não deixava dúvidas quanto à necessidade de agir:

Manoel pensa devem assegurar vitória atacar quanto antes João Paes impedindo armamento. **Sem requisição** (*sic*) empreguem elementos federais aí conseguirem **salvando aparências** pois será tacitamente aprovado. Amigos militares auxiliarem, nada sucederá.

**Façam quanto convier garantir vitória** mandando explicações. **Salvem aparências**<sup>295</sup> (Grifos do original).

<sup>294</sup>CORRÊA, V. B. op. cit. p. 118. Nesta mesma página o autor faz referências ao "agradecimento de José Alves Ribeiro, comandante das forças das forças legais no sul do Estado, à Câmara Municipal de Corumbá, Vila de Miranda, datado de 09 de dezembro de 1901", enviado em razão do sucesso da ação que culminou com a morte de Jango Mascarenhas. Pela data do ofício e pelas referências ao episódio feito no periódico *A Reação*, podemos inferir a data dos combates.

<sup>295</sup> APMT. Coronel João Paes de Barros. *A Reação*. Assunção PY, 20 de jul. de 1902, p. 5/6.

A ação do governo foi organizada sob a chefia de João Aquino Ribeiro, chefe de polícia e genro de Totó Paes. Armados, espalharam uma nota dissuasória a fim de serem notados, e seguiram para a Usina Conceição, propriedade de João Paes de Barros (irmão de Totó Paes), onde se concentrava o grupo pró-Ponce.

Na noite de 03 de novembro, a Usina Conceição foi cercada e todos os que estavam ali foram rendidos. A *Reação* não aponta o número de presos, todavia, de acordo com Antônio Fernando de Souza, biógrafo de Totó Paes, seriam cerca de 300 pessoas.

Na madrugada seguinte, os presos foram divididos em três colunas: uma delas formada, entre outras pessoas, pelo proprietário da fazenda e irmão de Totó Paes, João Paes de Barros<sup>296</sup>, pelo "Juiz de Direito da Comarca Pereira Leite, [que] depois de forçado a assinar o seu pedido de demissão, seguiram em lancha até a Capital"; a segunda, composta por trabalhadores, camaradas e agregados, foi conduzida até a fazenda de um dos irmãos de Totó Paes, para servirem ali como trabalhadores.

A última coluna tinha entre os presos, Flávio Crescêncio de Matos, antigo correligionário do PR e amigo de Generoso Ponce; José Augusto Pompeu de Barros, tabelião; o advogado Manoel Teixeira Coelho, Intendente da Vila de Santo Antônio; Manoel Franco da Fonseca, do PR de Brotas; Antônio Gomes Xavier Moreira, membro do diretório do PR; major Feliciano do Nascimento e Eugênio Costa Vidal, todos figuras de destaque do PR mato-grossense. Na madrugada de 04 de novembro, esse grupo seguiu a pé em direção a Cuiabá; estavam descalços e com as mãos amarradas para trás. No lugar chamado Baía dos Garcez, os 17 prisioneiros foram assassinados.<sup>297</sup> Na versão oficial, consta que foram mortos em combate. Porém, para *A Reação*, o que ocorreu foi um massacre, sendo os corpos atirados na Baía para serem devorados pelas piranhas.

Explica-se: ao que tudo indica, os prisioneiros foram assassinados sem defesa, uma vez que estavam presos e sendo conduzidos para a capital; todavia, os 17 que foram mortos, como dissemos, eram figuras de destaque do PR mato-grossense e mais, eram pessoas do círculo pessoal de Generoso Ponce. Como naquele momento levantes estavam ocorrendo em várias regiões do Estado, a justificativa de que haviam sido mortos em combate aplacou os ânimos da opinião pública e calou amigos e parentes das vítimas.

---

<sup>296</sup> Depois do massacre da Baía do Garcez, João Paes de Barros deixou a usina da Conceição sob os cuidados de um cunhado e se refugiou no Paraguai. O então 1º Vice-Governador só voltou ao Estado em agosto de 1902 por conta do falecimento do administrador de sua propriedade. Cf: APMT. Coronel João Paes de Barros. *A Reação*. Assunção PY, 20 de jul. de 1902, p. 5/6.

<sup>297</sup> APMT. Aere Perenius. *A Reação*. Assunção PY, 30 de ago. de 1902, p. 2.

Outro choque entre as forças "legalistas" e os poncistas ocorreu após o cerco da Usina da Conceição, na fazenda São Manuel, situada a cerca de 60 léguas de Cuiabá. Nesse local, as forças arregimentadas pelo ex-Presidente Antônio Cesário de Figueiredo foram abatidas pelas tropas do governo.

Terminada essa horrível carnificina, foi enviado o bandido Jeronymo Perez ao encalço do coronel Antônio Cesário, ex-presidente do Estado (...), que com alguns amigos, se haviam refugiado nos sertões do São Manoel (...). Resultou dessa diligência a perpetração de outros horrendos assassinatos, sendo sacrificados o Major João Antônio Pimenta e um filho menor, Antônio Pimenta, Nuno Monteiro de Mendonça sobrinho, Theodoro Montenegro e outros, tendo escapado (...) o coronel Antônio Cesário e alguns companheiros que ali se achavam e se empenharam nas matas.<sup>298</sup>

Descoberto, "o Coronel Cesário teve que se internar pelas matas onde passou dezoito dias sem alimentar-se, salvando-se, porém"<sup>299</sup>. Em Diamantino, a vila foi completamente arrasada: depois de saques e perseguições, as casas foram incendiadas.<sup>300</sup>

Os resultados dos enfrentamentos, violências, mortes e perseguições obrigaram Generoso Ponce e alguns aliados a buscarem refúgio no Paraguai. Entre os que seguiram com Ponce rumo ao país vizinho estavam o ex-Presidente Antônio Corrêa da Costa (1895-1898) que, em um primeiro momento, havia ficado ao lado dos Murtinho; o ex-Presidente, Antônio Cesário Figueiredo (1898-1899) que, após quase ter sido capturado em São Manoel, (nas cercanias de Cuiabá), dirigiu-se para o Rio de Janeiro e, dali, rumou para o Paraguai. No país vizinho, rearticulou-se uma nova frente de resistência que passou a publicar o jornal *A Reação*. Outros aliados de Ponce refugiaram-se no Estado de Minas Gerais.

O processo de conflagração entre as duas facções, que se arrastou desde 1898, chegava ao novo século com saldo trágico: perseguições e dezenas de mortes, além de um quadro geral de desordem político-econômica que exauriu os cofres públicos.

O governo custeou as despesas com o conflito, contraindo empréstimos junto ao Banco Rio e Mato Grosso<sup>301</sup>, instituição que tinha entre seus maiores acionistas os membros da

<sup>298</sup> APMT. Aere Perenius. *A Reação*. Assunção PY, 30 de ago. de 1902, pp. 2-3.

<sup>299</sup> BARROS, João Moreira de. *Períodos conturbados da política matogrossense* (o coronel Generoso Ponce). Cuiabá: s/n. 1985, p. 65.

<sup>300</sup> Sobre o episódio do ataque a Diamantino, Generoso Ponce em discurso no Senado, em 18 de outubro de 1902 e por José Maria Metello, também em discurso no Senado em 19 de outubro de 1901. Todavia, excetuando Metello, que procurou legitimar a ação do governo, mencionando a data do assassinato do subdelegado, os outros não mencionam a data da invasão a cidade.

<sup>301</sup> Na Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1902, consta que foram contraídos dois empréstimos junto ao Banco Rio e Matto Grosso; um de 150.000\$000, em outubro de 1901 e outro no valor de 250.000\$000,

família Murtinho, emitindo apólices<sup>302</sup> num total de 3.600 contos de réis. Segundo *A Reação*, "foi tal a derrama de apólices, que deu em resultado elas sendo vendidas aqui no comércio pela metade do seu valor oficial"<sup>303</sup>. Para os coronéis mais destacados na repressão às forças poncistas, como Felipe de Brum, Manoel Antônio de Barros, Luis Generoso da Silva e Albuquerque, Pio Rufino, José Alves Ribeiro e Totó Paes, o tesouro fez o "reembolso" das despesas em espécie, tendo este último recebido cerca de 860 contos de réis.<sup>304</sup>

A instrumentalização da violência para a manutenção do poder em Mato Grosso, desde a eleição de 1899, serviu tanto para alijar Generoso Ponce do poder e diminuir sua esfera de influência junto às forças políticas locais quanto para reduzir efetivamente o núcleo central de apoio vinculado diretamente a ele e ao Partido Republicano, através das perseguições e assassinatos ocorridos nos embates entre as forças a serviço do Estado e os partidos pró-Ponce.

O poder dos Murtinho, consolidado ao longo da primeira década republicana, viabilizou a formação de laços políticos, tanto com atores influentes no cenário federal como o Presidente Campos Salles, de quem Joaquim Murtinho foi Ministro, como também em Mato Grosso, com membros da ala dissidente do PR, cuja figura mais expressiva era Totó Paes. No momento em que a política dos governadores era instrumentalizada, o respaldo presidencial dado a Joaquim Murtinho lhe permitiu bater a influência de Generoso Ponce em Mato Grosso, mas não representou o fim deste como político.

O período que compreende o mandato de Antônio Pedro Alves de Barros, 1899-1903, eleito com o apoio dos Murtinho, foi marcado por instabilidades decorrentes dos enfrentamentos armados travados entre as forças do Estado e as tropas arregimentadas por Ponce e seus partidários. Nos embates, muitos correligionários de Generoso Ponce foram assassinados, outros, incluindo o próprio Ponce, foram obrigados a se afastar de Mato Grosso. Nesse contexto, embora tendo o respaldo de Joaquim Murtinho, a figura que mais sobressaiu foi a de Totó Paes. Era através de sua capacidade de arregimentar homens e armas que a situação política imposta pelos irmãos Murtinho em Mato Grosso se sustentava.

---

em fevereiro de 1902. Cf: IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE ANTÔNIO PEDRO ALVES DE BARROS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1902, p. 46.

<sup>302</sup> O valor das apólices emitidas pelo governo, conforme consta da Mensagem de 1902, é de 600.000\$000. Quanto aos empréstimos e emissão de apólices que teriam impacto direto no montante da dívida do Estado, o Presidente justificou afirmando que "essa dívida é insignificante para um Estado que (...) possui um patrimônio territorial da riqueza do nosso e dentro de pouco tempo poderá estar solvida (...)". Cf: IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE ANTÔNIO PEDRO ALVES DE BARROS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1902, p. 46.

<sup>303</sup> APMT. De Cuyabá. *A Reação*. Assunção PY, 08 de jul. de 1902, p. 3

<sup>304</sup> Os valores foram divulgados pelo jornal *A Reação* com base nas publicações feitas pela Gazeta Oficial do Estado. Cf: APMT. O Rombo do Tesouro. *A Reação*. Assunção PY, 10 de set. 1902.

#### Capítulo 4

### **A Ordem e o Progresso que incomodam: o governo de Antônio Paes de Barros, uma ameaça às tradicionais forças políticas mato-grossenses**

*A revolta pensada projetada sobre as condições vividas, sobre a experiência cotidiana, uma totalidade de significados. Às dúvidas e às confusões, o discurso denunciador opõe a clareza de uma interpretação sintética, onde se rompem todos os significados que legitimavam a ordem antiga e onde emerge uma rede universal de sentidos que se estende a todos os atores sociais e a todos os elementos da experiência.<sup>305</sup>*

Em meio às divergências que colocaram Generoso Ponce e os irmãos Manoel e Joaquim Murtinho em posições opostas nas disputas pelo controle do mando, em 1899, a força de Antônio Paes de Barros à frente da *Divisão Patriótica Campos Salles* foi decisiva para que Generoso Ponce, depois de derrotado, fosse alijado da política mato-grossense naquele momento.

A vitória das tropas capitaneadas por Antônio Paes de Barros fez dele peça importante no jogo político local. Ao revelar-se capaz de neutralizar seus adversários, tornou-se o principal aliado dos Murtinho no Estado. Desde então, à sua face de homem de negócios arrojado e sagaz, proprietário da moderna Usina de Itaici, somou-se a de "coronel guerreiro". Em pouco tempo, ele deixou de ser uma personagem secundária na política mato-grossense para tornar-se Presidente do Estado.

A aliança entre Antônio Paes de Barros e os Murtinho, todavia, foi efêmera. Sob a falsa certeza de que Generoso Ponce havia sido afastado completa e definitivamente do cenário político estadual e, a partir da presunção de que os Murtinho não gozavam mais do prestígio dos tempos de Campos Salles, o comandante da *Divisão Campos Salles* planejou tornar-se o grande senhor da política mato-grossense, fiando-se, para tanto, em seu prestígio pessoal e em sua capacidade de mobilizar homens e armas. Sob esse arco de supostas certezas, desafiou os tradicionais "donos do poder" em Mato Grosso. Por tal postura pagou um preço alto: perdeu a própria vida.

---

<sup>305</sup>ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.113.

Desse modo, acompanhando as pistas da "ascensão e queda" de Antônio Paes de Barros, o presente Capítulo analisa o contexto que permitiu sua chegada ao governo de Mato Grosso. Em seguida, perscrutamos as ações, acordos e estratégias que o então Presidente de Mato Grosso utilizou para tentar se firmar no poder e afastar a influência dos Murtinho.

Buscamos também compreender os porquês do reordenamento das tradicionais forças políticas do Estado - os Murtinho, Antônio Azeredo, Generoso Ponce e os Corrêa da Costa – que, em 1899, romperam sua aliança, e, em 1906, reuniram-se novamente para organizar e deflagrar o conflito contra Antônio Paes de Barros, alcunhado Totó Paes.

A hipótese aqui aventada é que, por adotar uma política progressista, conquistar o apoio do então presidente da República, Rodrigues Alves, na tentativa de constituir um núcleo autônomo de poder e, ao mesmo tempo, ser reconhecidamente capaz de mobilizar um grande contingente de homens e armas, Totó Paes passou a ser visto como uma ameaça aos tradicionais políticos mato-grossenses.

O assassinato do Presidente do Estado, resultado dos enfrentamentos armados de 1906, é entendido aqui como fruto do ódio e da vingança de seus adversários e apresenta um duplo efeito. O primeiro deles é que sua figura, associada ao período mais violento de lutas em Mato Grosso, passou a ser demonizada. Em outras palavras, compreendemos que o ódio e a vingança transportaram-se do cenário das disputas pelo poder para as narrativas produzidas após a sua morte. Nessas narrativas, Antônio Paes de Barros passou a ser qualificado como "assassino, tirano e rústico" e como "traidor do povo mato-grossense". O segundo efeito é que a eliminação física do então Presidente de Mato Grosso e o conseqüente rearranjo político verificado naquele momento permitiram a reacomodação entre as antigas facções da elite local e o estabelecimento de uma vivência que possibilitou a estabilização das práticas e do fazer político-partidário no Estado.

#### **4.1 A ascensão: o jornal *A Reação* e os bastidores da campanha que consagrou a "força" política de Antônio Paes de Barros**

O esfacelamento do núcleo político chefiado por Generoso Ponce fortaleceu o papel político de Antônio Paes de Barros. Ainda durante o governo de Antônio Pedro Alves de Barros (1899-1903), o dono da Usina Itaici se firmou como liderança no Estado e – o graças a sua capacidade de arregimentar homens e armas, tornou-se uma "força" imbatível. O processo de ascensão política de Totó Paes culminou com sua eleição para o governo de Mato Grosso, em 1903.

O período que antecedeu a eleição foi marcado pela propaganda contrária ao grupo que então comandava a política no Estado, feita através do jornal *A Reação*. A criação do periódico foi uma tentativa de frear as intenções políticas de Antônio Paes de Barros.

A *calle* Estrela, em Assunção, capital do Paraguai, foi o lugar escolhido por Ponce e Antônio Corrêa da Costa como refúgio. Após sucessivas derrotas sofridas ao longo dos 1899 a 1901, eles se dirigiram ao país vizinho na tentativa de reorganizar as bases do Partido Republicano para combater a situação em Mato Grosso. A alternativa encontrada foi a criação do periódico *A Reação*.

A escolha da capital paraguaia como sede da "resistência" organizada por Ponce e Antônio Corrêa não foi sem propósito. Situada a meia distância entre o Rio de Janeiro, a capital federal, e Cuiabá, capital de Mato Grosso, Assunção era lugar de passagem obrigatória às embarcações que ligavam esses dois extremos. Era, portanto, um espaço que garantia o fluxo de informações. Ali também eles estavam a salvo das forças leais ao governo de Mato Grosso. Por esses motivos a cidade foi escolhida como local em que as forças de Generoso Ponce poderiam se recompor.

No Paraguai, Ponce e o amigo Antônio Corrêa da Costa, que deixou o emprego da CML e a proteção dos Murtinho, tornaram-se os principais articulistas do jornal *A Reação*. O periódico, escrito em linguagem panfletária e voltado exclusivamente para o público matogrossense, tornou-se uma espécie de porta-voz do grupo que passou a combater a situação política em Mato Grosso.

O primeiro número do jornal circulou em junho de 1902. Tinha formato simples para os padrões editoriais da época: duas colunas e oito páginas. Ao longo de um ano *A Reação* procurou expor, através de ataques diários ao grupo comando por Antônio Paes de Barros e pelos irmãos Murtinho, aquilo que nomeavam de "mazelas" do governo que estava à frente do poder em Mato Grosso desde os enfrentamentos armados de 1899.

Um traço peculiar de *A Reação* era a expressão: "Publica-se no Paraguay por falta de garantias no Estado", grafada em todas as edições, logo abaixo do título, na primeira página. A frase, repetida em diversos livros que versam sobre a história de Mato Grosso foi, praticamente, um clichê historiográfico utilizado para fazer referência ao clima político do Estado, naquele período.

Além da frase autoexplicativa, os redatores justificavam a publicação do periódico em terras paraguaias nos seguintes termos:

A atitude que assumimos, nós os emigrados matogrossenses (*sic*), perseguidos, por termos um ideal político, criando aqui na República do Paraguai este órgão de publicidade, está plenamente justificada pela absoluta falta de garantia do direito de crítica e análise, a liberdade de imprensa em nossa terra.<sup>306</sup>

Mais do que traduzir um certo momento da política mato-grossense, o fato é que a publicação do jornal *A Reação*, como o próprio nome do periódico diz, foi uma tentativa de fazer frente à crescente influência de Totó Paes, em um momento em que estavam em jogo as eleições dos representantes ao Congresso Nacional e à presidência do Estado.

A estratégia discursiva mais evidente em *A Reação* apresentou os aliados de Generoso Ponce, mortos ou obrigados a sair de Mato Grosso, em razão da derrota nos enfrentamentos armados ocorridos nos anos anteriores, como vítimas de uma trama orquestrada por Manuel Murtinho e por seu irmão, o então Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, e executada pelas forças comandadas por Totó Paes: um contínuo de ações que começaram com a anulação das eleições em 1899 e que se desdobraram em "perseguições" que duravam até aquele momento.

O jornal não tratou os enfrentamentos armados ocorridos em 1901, expostos no Capítulo anterior, como uma tentativa de levante planejado por Generoso Ponce e seus partidários. Com tintas bastante carregadas, *A Reação* procurou conferir à narrativa dos acontecimentos o tom de uma tragédia perpetrada, pura e simplesmente, para afastar Generoso Ponce e o PR da arena política mato-grossense.

Ao abordar as mortes ocorridas meses antes de sua criação, o periódico procurou rememorar esse passado recente, colocando os que morreram na condição de "vítimas" que "lutavam para libertar o Estado de Mato Grosso do jugo imposto pela política situacionista" de Totó Paes. Os artigos não deixavam de apontar a aliança entre os Murtinho e Totó Paes como responsável pelas mortes. Segundo *A Reação*,

(...) **o Dr. Manoel Murtinho**, de conluio com o seu genro, o celeberrimo bacharel Bené [Benedito Chrispiano de Souza], tipo reles de especulador político e ambicioso intrigante, emigrado da Bahia em busca de emprego em Mato Grosso **foi quem autorizou o infame morticínio praticado pelo chefe de polícia João Aquino Ribeiro [genro de Totó Paes]**, (...) [que] se julgava senhor absoluto para dispor como coisa conquistada da vida de matogrossenses (*sic*) cheios de serviços, de pais de família que militavam já na política de sua terra quando talvez (*sic*) nem em sonhos cogitasse o

---

<sup>306</sup> APMT. *A Reação*. *A Reação*. Assunção PY, 30 de jun. de 1902, p. 1.



bacharel Aquino do inverossímil domínio com que agora a profanava (...) (Grifo nosso).<sup>307</sup>

Para corroborar a tese de "perseguição e morticínio" perpetrada contra "pais de família" por meio da (re)apresentação de uma memória recente e, ao mesmo, tempo imputar responsabilidade aos seus desafetos, *A Reação* enfatizou, veementemente, a aliança entre os Murinho, o Presidente do Estado Antônio Pedro Alves de Barros e Totó Paes.

Nesse sentido, como escreve Jacy Alves Seixas, a memória dos fatos, trazida à tona por meios dos muitos artigos veiculados pelo jornal, tentava ligar as mortes ocorridas nos enfrentamentos armados de 1899 e 1901 ao grupo que estava no poder. Essa estratégia discursiva tinha por objetivo recorrer "ao caráter *atualizador* da memória e seu vínculo institutivo com a *ação*"<sup>308</sup>, ação essa que tinha como resultado a situação política posta no presente. Através da rememoração de passado, sobretudo um passado recente, vivo na memória dos possíveis leitores/eleitores, que conheciam os mortos e reconheciam os fatos, procuram interferir no presente. E que presente era esse?

Um presente que impossibilitava Generoso Ponce de agir com a mesma liberdade de outrora, em que ele contava com um núcleo reduzido de partidários e, acima de tudo, um presente em que se aproximavam novas eleições. Assim, ao mesmo tempo em que buscavam manter viva a memória daquilo que os articulistas tratavam como "perseguição" e "morticínios", objetivavam transformar seu discurso em arma capaz de minar as candidaturas da chapa lançada pelos adversários.

Na disputa para Câmara Federal, o Partido Constitucional lançou os nomes de Benedito C. de Souza e João Aquino Ribeiro, (respectivamente genros de Manoel Murinho e Totó Paes), e do Major Lindolfo Serra e José da Costa Neto. Para o Senado o nome indicado foi o de Joaquim Murinho.<sup>309</sup>

Quanto à indicação do nome que concorreria à presidência do Estado, embora alguns tenham sido aventados por Manoel Murinho, o prestígio conquistado por Totó Paes contribuiu para que ele próprio impusesse sua candidatura.<sup>310</sup> De acordo com Generoso Ponce,

<sup>307</sup> APMT. 4 de Novembro de 1901 a tragédia da Bahia dos Garcez . *A Reação*. Assunção PY, 10 de nov. de 1902, p. 1/2.

<sup>308</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)sentimento* Indagações sobre uma questão sensível. Campinas - SP: Unicamp, 2004, p 53. Os grifos presentes na citação estão em conformidade com o original.

<sup>309</sup> APMT. Eleições Federais. *A Reação*. Assunção PY, 20 de jan. de 1903, p. 1.

<sup>310</sup> Os nomes inicialmente cotados para o cargo de Presidente de Estado foram os do genro de Manoel Murinho, Benedito C. de Souza, e, depois, o do genro de Antônio Paes de Barros, João Aquino. Segundo *A Reação*, era "a disputa dos genros". Todavia, na decisão prevaleceu o nome do próprio Antônio Paes de Barros. A matéria que

o Sr. coronel Antônio Paes, percebendo a manobra de S. Ex. (...) apresentou-se para o lugar dizendo: "Eu sou quem estou nos casos de governar Mato Grosso. Ninguém pode me disputar essa posição. Neste regime de terror que V. Ex. (M. Murtinho) me ajudou a implantar no Estado, não há outro que leva-me vantagens. O candidato sou eu."<sup>311</sup>

Para fazer frente às pretensões dos adversários, desde a edição de 30 de outubro de 1902 até a realização das eleições, *A Reação* anunciou os nomes dos candidatos do Partido Republicano à eleição Federal. Para o Senado, o indicado era o próprio Generoso Ponce, cujo mandato expirava naquele ano; e, para a Câmara Federal os indicados eram: Luiz Adolfo Corrêa da Costa, Joaquim Augusto da Costa Marques, o Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes e Arnaldo Novis.<sup>312</sup> Para a presidência do Estado, o nome escolhido pelo PR foi o de Manoel Espiridião da Costa Marques.

As matérias publicadas em *A Reação* após as eleições tendem a fazer o leitor crer que, mesmo estando diante de um quadro adverso, ou seja, não dispondo do controle político do Estado, e articulando-se a partir do Paraguai, a influência de Generoso Ponce e seus principais aliados não tinha sido anulada junto à população mato-grossense. Os resultados parciais da apuração dos votos ao Legislativo federal, publicados por *A Reação*, indicavam a vitória do PR. Ainda segundo as notícias, ele próprio, Generoso Ponce, estaria à frente de Joaquim Murtinho na contagem dos votos para o Senado.<sup>313</sup>

Todavia, quando confrontadas as publicações de *A Reação* com o processo de oficialização do pleito, publicado pelo Diário Oficial da União, que confirma o diploma dos eleitos na Comissão de Verificação de Poderes, constata-se que a condução da eleição consagrou a força da facção liderada pelos irmãos Murtinho e por Antônio Paes de Barros. Todos os candidatos por eles indicados, tanto para a Câmara Federal como para o Senado, foram eleitos.

Até onde nos foi possível verificar, houve contestação ao resultado das urnas apenas por parte dos candidatos que concorrem ao cargo Deputado Federal pelo PR: Luiz Adolpho C. da Costa, Joaquim Augusto da C. Marques e Arnaldo Novis. Generoso Ponce, candidato

---

menciona tanto a intensão de Manoel Murtinho como de Antônio Paes de Barros em lançar seus respectivos genros esta em: APMT. O primeiro golpe. *A Reação*. Assunção PY, 30 de ago. de 1902, p. 1.

<sup>311</sup> ANAIS DO SENADO FEDERAL. Discurso pronunciado por Generoso Ponce em 30 de outubro de 1902, p. 897. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1902&Livro=2&Tipo=9&Pagina=897](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=1&Ano=1902&Livro=2&Tipo=9&Pagina=897). Acesso em 15 de dez. de 2012.

<sup>312</sup> APMT. Eleições Federais. *A Reação*. Assunção PY, 30 de out. de 1902, p. 1.

<sup>313</sup> Cf. APMT. Notícias várias. *A Reação*. Assunção PY, 10 de abr. de 1904, p.7.

derrotado ao Senado, sequer contestou os votos obtidos pelo seu adversário, Joaquim Murtinho.<sup>314</sup>

Enquanto se mantiveram em compasso de espera, aguardando o julgamento dos diplomas dos candidatos a Deputado Federal por parte da Comissão de Verificação de Poderes, Ponce e seus partidários assistiram à vitória de Antônio Paes de Barros à presidência de Mato Grosso. Conforme matéria de *A Reação*, publicada nos primeiros dias de maio de 1903, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso,

reconheceu e proclamou (...) presidente e vice-presidentes de Mato Grosso para o período de 1903 a 1907 os Srs. Coronéis Antônio Alves de Barros, Pedro Leite Ozório, Antônio Leite de Figueredo e João Batista de Almeida.<sup>315</sup>

Em pouco tempo, o grupo de Generoso Ponce obteve a confirmação de sua derrota. A verificação das atas de eleição e a confirmação dos diplomas pela Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional garantiram vitória aos candidatos apoiados pelo grupo dos Murtinho.

Assim, a tentativa de tornar a memória instrumento de ação política, ou seja, de "servir-se" da rememoração dos enfrentamentos armados, criando uma aparente ideia de unilateralidade da violência, transformando correligionários mortos em "vítimas", para assim realizar uma "síntese do passado e do presente, visando ao futuro", não produziu o efeito esperado por Generoso Ponce.<sup>316</sup>

Diante da confirmação do quadro político estabelecido no Estado, ou seja, a vitória da aliança firmada entre Antônio Paes de Barros e os Murtinho, a "voz" dos membros do Partido Republicano mato-grossense, materializada por meio o jornal *A Reação*, emudeceu. Um ano após a veiculação do primeiro número, o jornal saiu de circulação.

O resultado das eleições confirmou também o declínio do Partido Republicano, grupo chefiado por Generoso Ponce, e a ascensão de Antônio Paes de Barros na arena política local.

---

<sup>314</sup> O pedido de impugnação aos candidatos eleitos pelo Partido Constitucional (vinculado aos irmãos Murtinho e a Antônio Paes de Barros) consta na edição do DOU de 21 de abril de 1903. Quanto ao resultado para a vaga do Senado, o que encontramos foi apenas a referência ao telegrama enviado pelo 2º e 3º tabeliões de Mato Grosso ao Congresso Nacional informando a vitória dos candidatos do PC em Mato Grosso, entre os quais, Joaquim Murtinho, eleito para a vaga de Senador. Cf: DOU de 21 de abr de 1903, p. 14 e 19. Disponível, respectivamente em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1630010/pg-19-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-04-1903/pdfView> e <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1630005/pg-14-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-04-1903/pdfView>. Acesso em 22 de mai de 2014.

<sup>315</sup> APMT. Obsecados! *A Reação*. Assunção PY, 10 de mai. de 1903, p. 1.

<sup>316</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)sentimento* Indagações sobre uma questão sensível. Campinas - SP: Unicamp, 2004, p. 53.

Apoiado pelos irmãos Murtinho, o empresário, dono da Usina Itaiçi, a mais moderna da região, tornou-se, também, uma das figuras políticas de maior expressão em Mato Grosso.

#### **4.2 A constituição da ameaça: a política "progressista" de Antônio Paes de Barros como desafio à permanência dos tradicionais políticos mato-grossenses**

Antônio Paes de Barros foi eleito Presidente de Mato Grosso para o quadriênio 1903-1907. Como apontamos anteriormente, sua vitória se deu graças a um rearranjo oligárquico que foi estabelecido por meio do uso da força campeada por ele próprio, com respaldo político-econômico dos Murtinho. Ao assumir o mando local, entretanto, a aliança que havia garantido a derrota de Generoso Ponce e a instalação de "ordem" sob o imperativo das armas mostrou-se frágil. Os posicionamentos assumidos por Antônio Paes de Barros afastaram-no, gradativamente, do grupo que havia assegurado sua ascensão ao poder. Ao que parece, o objetivo do então Presidente do Estado passou a ser a constituição de outro núcleo de poder que tivesse ele próprio como centro.

Entre os posicionamentos que denotam o afastamento de Totó Paes em relação aos seus aliados, estão: 1) o apoio à assinatura do Tratado de Petrópolis (1903); 2) a implementação de medidas que visavam aumentar a fiscalização e a arrecadação de impostos sobre os principais produtos explorados no Estado: a borracha e a erva-mate; 3) a tentativa de conseguir empréstimo no exterior para financiar o *déficit* das contas públicas do Estado; 4) a tentativa de reformar a Constituição estadual para assegurar sua própria reeleição. Todas essas medidas contrariavam a orientação do grupo que havia promovido sua eleição. Desse modo, de aliado, Antônio Paes de Barros passou, em pouco tempo, a ser visto como ameaça.

Para compreendermos como seu deu a primeira sinalização de Totó Paes no sentido de se tornar autônomo em relação a seus pares é preciso discorrer, mesmo que em linhas gerais, sobre o contexto da política externa brasileira que culminou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, acordo que colocou fim aos litígios fronteiriços entre Bolívia e Brasil.

Na segunda metade do ano de 1903, pouco depois de Totó Paes ter assumido a Presidência de Mato Grosso, o Presidente da República, Rodrigues Alves (1902-1906), buscava apoio para resolver, definitivamente, a questão de limites entre Brasil e Bolívia, na região Norte do país. As tratativas para a assinatura de um acordo estavam praticamente concluídas, mas os termos propostos pelo Tratado enfrentavam críticas.

Os debates envolvendo a chamada Questão do Acre, na região norte no Brasil, e que culminaram com a elaboração do Tratado de Petrópolis, dominavam a agenda do Ministério

das Relações Exteriores, mesmo antes da nomeação do Barão do Rio Branco<sup>317</sup> para aquela pasta, em dezembro de 1902. Para além das questões geográficas propriamente ditas, as negociações eram intrincadas porque envolviam interesses nacionais sobre a exploração de seringais, na área que correspondem ao atual Estado do Acre.<sup>318</sup>

Por se tratar de questão delicada, onde já existia um posicionamento do Estado brasileiro reconhecendo que as terras em litígio eram de fato bolivianas, a proposta do Barão do Rio Branco era dispensar o arbitramento, solução adotada em negociações anteriores, e apelar para a permuta de territórios; saída que, na visão do então Ministro das Relações Exteriores, seria mais célere e benéfica às pretensões do governo brasileiro.

O assunto era controverso; "ainda durante as negociações o próprio plenipotenciário brasileiro, Ruy Barbosa, já havia se demitido por discordar [da forma como o assunto estava sendo encaminhado]. Ruy defendia a solução da questão mediante arbitramento, enquanto Rio Branco permanecia insistindo no acordo direto com a Bolívia"<sup>319</sup>

Depois de intenso debate, o texto que deu forma ao Tratado de Petrópolis foi assinado em 17 de novembro de 1903. O acordo colocou fim ao litígio de fronteira entre Brasil e Bolívia e impôs, como cláusulas de solução, a permuta de territórios e o pagamento de dois milhões de libras esterlinas ao governo boliviano como forma de compensação pela desigualdade da extensão territorial que coube ao Brasil.

A Bolívia cedeu o território que corresponde ao atual Estado do Acre. Em troca o Brasil abriu mão de uma faixa de terra que pertencia a Mato Grosso, localizada à margem direita do Rio Paraguai, na divisa com a Bolívia, denominada Baía Negra e de outra faixa de terras localizada na divisa entre os Estados de Mato Grosso, Amazônica e a Bolívia, além de uma compensação financeira. Restou ainda ao governo brasileiro a obrigação de construir

---

<sup>317</sup> Rio Branco, mesmo antes de assumir o Ministério, já havia trabalhado para o governo republicano na resolução dos litígios de fronteira, nos casos envolvendo os limites do Brasil na região do Amapá com a Guiana Francesa e de Palmas com a Argentina. Após assumir o cargo, o então chanceler, atuou decisivamente no sentido de resolver as questões fronteiriças brasileiras, muitas delas, pendentes desde o período colonial. Entre elas a questão do estabelecimento dos limites fronteiriços do Brasil com as Repúblicas da Bolívia e Peru, por conta da chamada "Questão do Acre", que, após um longo e complexo processo de discussão diplomática, culminou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903. Sobre o assunto ver: FOSTER, Maria Thereza Diniz. *Oliveira Lima e as relações exteriores no Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância para a diplomacia brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p. 73. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/544.pdf>. Acesso em 02 de abr. de 2013.

<sup>318</sup> Diante dos conflitos envolvendo brasileiros que ocupavam a área – ameaçando insurgir contra o Brasil e a Bolívia - e a necessidade de preservação da segurança de áreas de fronteira e da soberania nacional frente à atuação do *Bolivian Syndicate*, um sindicato formado por estadunidenses e europeus estabelecidos na região, nos primeiros anos do período republicano, era imprescindível que o Brasil adotasse um firme posicionamento para a resolução do assunto. Cf: GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e negócios na "Era dos Impérios": os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: Fund. Alexandre Gusmão, 2009, p. 193 et seq.

<sup>319</sup> Cf: QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande/MS: UFMS, 1997, p. 115.

uma ferrovia ligando o porto de Santo Antônio, no Rio Madeira (região de Porto Velho, atual Estado de Rondônia) à Guajará-Mirim, no Rio Mamoré (divisa entre Brasil e Bolívia), com um ramal que deveria chegar até a Vila de Murtinho, localizada na região norte de Mato Grosso, acima da antiga capital do Estado, Vila Bela da Santíssima Trindade.

No que diz respeito à permuta de terras feita pelo governo brasileiro, o Tratado previa que:

Pelos novos limites, ficou pertencendo ao Brasil todo o chamado território do Acre, compreendendo 142.900 quilômetros quadrados da área litigiosa e 48.100 de terra (*sic*) que era reconhecidamente boliviana; e a Bolívia obteve uma área de 2.296 quilômetros quadrados, entre os rios Madeira e Abunan, e mais as seguintes concessões neste Estado: 723 quilômetros quadrados sobre a margem direita do rio Paraguai, dentro dos terrenos alagados conhecidos por Baía Negra; 116 quilômetros quadrados sobre a lagoa de Cáceres compreendendo uma nesga de terra firme (49,6 quilômetros quadrados); 20,3 Quilômetros quadrados nas mesmas condições sobre a lagoa Mandioré; 8,2 quilômetros quadrados sobre a margem meridional da lagoa Guaíba;<sup>320</sup>

Mesmo depois de firmados os termos do Tratado, no espaço de tempo entre o ato de assinatura (novembro de 1903) e a votação no Congresso Nacional (fevereiro de 1904), houve uma troca de acusações entre os que se colocaram contrários às condições sob as quais se firmou o Tratado e os que as defendiam. A perda de uma parte do território mato-grossense motivou protestos por parte de seus representantes na Câmara Federal e no Senado. Contrário não só à perda sofrida pelo seu Estado natal, mas à totalidade dos termos do Tratado de Petrópolis, Joaquim Murtinho acusou o governo brasileiro de adotar, em relação à Bolívia, o mesmo comportamento expansionista que os Estados Unidos vinham empregando em relação ao continente americano como um todo. Segundo ele,

(...) o governo penetrou no caminho perigoso do que hoje se chama imperialismo ou a política de expansão. Foi o próprio Sr. Ministro das Relações Exteriores quem se jactou na sua exposição de motivos de que o Tratado representava a primeira aquisição territorial realiada pelo Brasil. (...) O que fizemos foi entrar nessa via tortuosa da expansão territorial por processo semelhante ao que os Estados Unidos vão pondo em prática.<sup>321</sup>

Para o Senador mato-grossense a posição adotada pelo Brasil não era "auspiciosa". Em suas manifestações, ao afirmar que adotando tal diretriz, o governo brasileiro enveredava por

<sup>320</sup> IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DE MATTO GROSSO, Coronel Antônio Paes de Barros à Assembleia Legislativa na segunda sessão ordinária de sua legislatura instalada a 3 de Março de 1904. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1904, p.5.

<sup>321</sup> OLL. Varias Notícias. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 de fev de 1904, s/p.

uma "via tortuosa da expansão territorial por processos semelhantes aos que os Estados Unidos [colocaram] em prática", Joaquim Murtinho não se reportava a cessão de terras mato-grossenses, prevista no acordo, mas a política externa como um todo, tido por ele como expansionista.<sup>322</sup>

Outro que manifestou-se contrariamente ao Tratado foi o Senador Antônio Azeredo. Em 03 de fevereiro de 1904, em uma das sessões extraordinárias do Congresso Nacional, marcada para votar o texto do Tratado de Petrópolis, por meio de voto em separado, ele afirmou que:

(...) se a certeza não me esmorece tanto como o desgosto, que experimento, de me opor a um ato do glorioso vencedor do Amapá, é por ser a consciência o meu guia único, nesta cruzada de defender os interesses de minha Pátria e, particularmente, os direitos do Estado de Mato Grosso.<sup>323</sup>

Contrariando a posição de Murtinho e Azeredo, o recém-empossado Presidente de Mato Grosso, Antônio Paes de Barros, foi favorável aos termos do Tratado de Petrópolis.<sup>324</sup> Na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa estadual, Totó Paes afirmou: "desde que tive ciência das cláusulas do novo tratado, convenci-me de que ele satisfazia os elevados interesses nacionais".<sup>325</sup>

O posicionamento do Presidente de Mato Grosso era um importante gesto político. Em outras palavras, seu ato, endossando a cessão de terras mato-grossenses, realizado no momento em que as negociações para a assinatura do Tratado já estavam em fase conclusiva, o colocava ao lado do Governo Federal, garantindo para si prestígio junto a Rodrigues Alves. Ao mesmo tempo, ao apoiar o Presidente da República contrariando seus aliados, Antônio

<sup>322</sup> Ao mencionar que o Brasil adotava uma postura expansionista aos moldes dos Estados Unidos, Joaquim Murtinho fazia alusão à Doutrina Monroe. OLL. Varias Notícias. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 de fev. de 1904, s/p.

<sup>323</sup> SENADO FEDERAL, Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior. *O Tratado de Petrópolis e o Congresso Nacional*. Brasília: s/ ed. Coleção documentos para a história do Acre, 2003, p. 211. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/geraldomesquita/Textos/trat.pdf>. Acesso em 13 de abr. de 2013.

<sup>324</sup> Na tentativa de tornar claros os motivos de sua anuência em relação ao Tratado de Petrópolis, Antônio Paes de Barros citou os estudos feitos por Augusto Leverger - político mato-grossense do período imperial - demonstrando que a cessão daquelas terras não traria maiores prejuízos para Mato Grosso. Na mensagem lida à Assembleia Legislativa o então presidente apresenta transcrição de trechos do documento produzidos por Leverger que recomenda um acordo favorável com a Bolívia, na região da Baía Negra. Cf: IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DE MATTO GROSSO, Coronel Antônio Paes de Barros à Assembleia Legislativa na segunda sessão ordinária de sua legislatura instalada a 3 de Março de 1904. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1904, pp.5/6.

<sup>325</sup> IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DE MATTO GROSSO, Coronel Antônio Paes de Barros à Assembleia Legislativa na segunda sessão ordinária de sua legislatura instalada a 3 de Março de 1904. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1904, p. 5.

Paes de Barros deu o primeiro sinal de independência em relação aos seus pares, destoando, portanto, da cúpula de seu partido.

Muito mais do que a aproximação com o governo federal, as obrigações contraídas pelo Estado brasileiro para com a Bolívia confirmavam um cenário futuro benéfico para Mato Grosso. Se por um lado o Estado perdeu uma pequena área de terras, como mencionamos anteriormente, por outro, ganhou com o anúncio da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, na região do atual Estado de Rondônia. A via férrea potencializaria o comércio da borracha e de outros produtos oriundos daquela região que até então tinham competitividade limitada em razão das dificuldades de vias de comunicações rápidas e eficientes. A ferrovia também potencializaria a ocupação da região, por parte de populações não indígenas.

Outro dividendo político que Totó Paes conseguiu junto ao Presidente Rodrigues Alves foi a garantia da construção de uma ferrovia, a Noroeste do Brasil que ligaria os Estados de São Paulo e Mato Grosso. O início "d[os] trabalhos de construção tiveram início em julho de 1905, em Bauru, com a presença do próprio Ministro da Viação, Lauro Müller."<sup>326</sup>

O segundo momento que marcou o processo de afastamento entre Totó Paes e seus antigos aliados verificou-se no período em que o Presidente do Estado aguardava o início dos trabalhos para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Na ocasião, Totó Paes anunciou medidas para reorganizar a administração pública e judiciária em Mato Grosso.<sup>327</sup> Entre estas, destaca-se a criação, em parceria com o Amazonas, de uma Recebedoria de Rendas, que seria instalada na capital daquele Estado, para onde era deslocada grande parte da produção de borracha de Mato Grosso.

**Em virtude do acordo, o imposto de arrecadação da borracha mato-grossense seria arrecadado pela Recebedoria de Rendas de Manaus, à qual caberia fazer a respectiva cobrança, para cuja fiscalização deveria Mato Grosso manter ali um representante oficial (Grifo nosso).<sup>328</sup>**

Ainda no que diz respeito à reforma da administração do Estado, Totó Paes sugeriu a criação de uma 2ª Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização. A medida tinha como objetivo garantir que essa repartição tomasse "a seu cargo os serviços relativos aos

---

<sup>326</sup> QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande/MS:UFMS, 1997, p. 119.

<sup>327</sup> IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DE MATTO GROSSO, Coronel Antônio Paes de Barros à Assembleia Legislativa na segunda sessão ordinária de sua legislatura instalada a 4 de Março de 1905. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1905, p.4.

<sup>328</sup> SOUZA, Antônio Fernando. *Antônio Paes e Barros e a política de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 62.



municípios de Miranda, Nioaque, Campo Grande, Coxim e Sant'Ana do Paranaíba"<sup>329</sup>, a fim de estabelecer um maior controle da arrecadação de impostos e supervisão sobre a ocupação das terras do sul do Estado (no atual Mato Grosso do Sul), região onde crescia o conflito pela posse de terras entre os migrantes oriundos principalmente do sul do país e a Cia. Matte Larangeira.

Além da intenção de aumentar a arrecadação de impostos, Totó Paes declarou que a instalação da 2ª Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização tinha como objetivo "(...) **satisfazer aos justos interesses dos habitantes dos municípios e regiões mencionadas, facilitando-lhes a aquisição de terras devolutas, a legitimação das suas posses, a apresentação das suas reclamações e a defesa dos seus direitos (...)**"<sup>330</sup>. A intenção do Presidente era, sem sombra de dúvidas, uma afronta aos interesses da Cia. Matte Larangeira na região, uma vez que a empresa era a detentora do monopólio de exploração de extensa área de ervais existentes naquela área e controlava, por mecanismos diversos, a atividade dos pequenos posseiros que também trabalhavam na exploração do mate.<sup>331</sup>

Dentre as ações e intenções político-administrativas anunciadas por Totó Paes que demonstravam seu intuito de autonomia, aquela que possivelmente causou maior ira em seus adversários foi a tentativa de alterar a Constituição do Estado para garantir sua reeleição ao cargo de Presidente.<sup>332</sup>

Além da intenção de reformar a Constituição, outra aposta ambiciosa de Totó Paes para conseguir se consolidar no poder foi a tentativa de fazer um empréstimo no exterior para sanear as dívidas do Estado. Desde que assumiu a presidência, as finanças públicas enfrentavam séria crise. Parte da dívida, não custa lembrar, era o resultado de empréstimos contraídos junto ao Banco Rio e Mato Grosso (BRMT) para financiar os enfrentamentos armados, dos quais o próprio Presidente tomara parte, a fim de alijar as forças de Generoso

<sup>329</sup> IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DE MATTO GROSSO, Coronel Antônio Paes de Barros à Assembleia Legislativa na segunda sessão ordinária de sua legislatura instalada a 4 de Março de 1905. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1905, p.4.

<sup>330</sup> IA.MENSAGEM DO PRESIDENTE DE MATTO GROSSO, Coronel Antônio Paes de Barros à Assembleia Legislativa na segunda sessão ordinária de sua legislatura instalada a 4 de Março de 1905. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1905, p.4. O destaque na citação acima é nosso.

<sup>331</sup> Muitos dos imigrantes gaúchos que se estabeleceram na região sul de Mato Grosso, especialmente aqueles que chegaram na década de 1890, dedicaram-se à exploração do mate em áreas adjacentes àqueles arrendadas pela Cia. Matte Larangeira. Alguns trabalhavam em parceria com a empresa, outros eram autônomos. A Cia. Matte exercia severo controle sobre as terras, quer seja fazendo uso de recursos legais para contestar a legalidade da posse de terras dos "intrusos", quer seja através da ação de sua guarda aduaneira ou dos comitiveros. Segundo levantamento realizado durante o governo de Totó Paes, em 1905, havia cerca de 5.000 migrantes na região e, mesmo com essa vigilância, não tardaram os conflitos pela posse da terra. Desse modo, era imprescindível para a empresa impedir que as medidas anunciadas pelo então presidente do Estado ameaçassem seus interesses. Sobre a relação entre os imigrantes sul-rio-grandenses e a Cia. Matte Larangeira, ver: ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997, pp. 47/60.

<sup>332</sup> Cf: APMT. Projeto de reforma da Constituição política do Estado. *O Estado*. Cuiabá: 03 de set. de 1905, p. 2.

Ponce. Mesmo diante dessa situação adversa, o Presidente conseguiu se posicionar de maneira a sensibilizar a Assembleia Legislativa a endossar o pedido e, com isso, angariar dividendos políticos com a crise financeira.

No texto da Mensagem à Assembleia Legislativa, apresentada em março de 1904, Antônio Paes de Barros disse aos deputados: "não ignorais que o Estado atravessa atualmente uma crise financeira que urge ser [debelada]"<sup>333</sup>. Após explicar detalhadamente as variáveis da dívida, apresentou um plano para aumentar a arrecadação de impostos que pudesse mitigar a solução de curto prazo. Além disso, pediu à Assembleia autorização para tomar empréstimos externos, como faziam os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, conseguindo, dessa maneira, a soma necessária para sanear as dívidas do Estado.

A ideia de recorrer às instituições estrangeiras era a alternativa que se apresentava, uma vez que o banco que costumeiramente financiava os *déficits* do Estado, o BRMT, que tinha entre seus acionistas membros da família Murinho, havia entrado em processo de liquidação no ano 1902.<sup>334</sup> Era também uma atitude que simbolizava a capacidade de articulação e autonomia de Totó Paes.

Com a ajuda do Governo Federal, em menos de dois anos Totó Paes deixava para trás a face sanguinária, com a qual ficou identificado desde os enfrentamentos armados de 1899, e revestiu-se de uma roupagem que deixou em evidência o caráter de empreendedor arrojado que marcou o início de sua carreira política, por ocasião da inauguração da Usina Itaicí.

A faceta progressista de Totó Paes, reforçada tanto pelo anúncio de obras e ações administrativas quanto pela propaganda veiculada pelo jornal *O Estado*, que diariamente tecia loas aos atos do Presidente do Estado, não deixou de ser menos assustadora do que sua face sanguinária. Explica-se: a chegada das ferrovias como também a chegada de novas pessoas, negócios e interesses e a tentativa de organização administrativa do Estado representavam um surto de progresso. Mas o progresso, nos moldes propostos por Totó Paes, incomodava, na

---

<sup>333</sup> IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DE MATTO GROSSO, Coronel Antônio Paes de Barros à Assembleia Legislativa na segunda sessão ordinária de sua legislatura instalada a 3 de Março de 1904. Cuyabá: Tipografia Oficial, 1904, p. 14.

<sup>334</sup> Em artigo que tem como objeto a trajetória do BRMT, Paulo R. C. Queiróz observa que a versão adotada pela historiografia oficial acerca do processo de liquidação do banco aponta que esta foi "fraudulenta". Os historiadores que defendem essa tese, entre os quais Virgílio Corrêa Filho e Fernando Antônio Faria, basearam-se, segundo Queiróz, em testemunhos de Antônio Corrêa da Costa – funcionário do Banco até 1899, mas que após os conflitos armados ocorridos nesse mesmo ano, rompeu com os Murinho e manteve-se ao lado de Generoso Ponce. Para Queiróz a outra possibilidade de interpretação para a ruína do Banco pode estar relacionada a questões fiscais do Estado de Mato Grosso: expectativas frustradas com relação aos investimentos que a empresa havia feito na exploração de látex e na redução ocasional dos lucros advindos da exploração do mate. Sobre o BRMT, ver: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891 - 1892). *Estudos Históricos*. Vol 23, nº 45. Rio de Janeiro: jan/jun 2010, pp. 125-146. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100006&script=sci_arttext). Acesso 22/11/2012.

medida em que poderia colocar em risco os interesses já estabelecidos, como os da Cia. Matte Larangeira, de empresas que exploravam a extração da borracha no norte do Estado.<sup>335</sup>

É preciso considerar também que, ao construir uma imagem de independência e arrojo, parece ter ficado evidente aos tradicionais políticos de Mato Grosso que o horizonte apontava possibilidades de profundas mudanças no cenário do Estado como um todo.

Assim, na medida em que tentou constituir em torno de si um núcleo autônomo de poder, Antônio Paes de Barros despertou, igualmente, a ira tanto daqueles que inicialmente tinham lhe hipotecado apoio, como os Murtinho, como a de seus antigos adversários: Generoso Ponce e seus partidários e Antônio Azeredo, que passaram a vê-lo como uma ameaça efetiva. Desse modo, "o ódio comum possibilit[ou] o esquecimento das querelas internas e assegur[ou] a união em uma mesma comunhão de ódio"<sup>336</sup> de antigos adversários, os Murtinho e Generoso Ponce, que se reuniram na tentativa de frear as ambições de Totó Paes.<sup>337</sup>

#### 4.3 A articulação política contra Antônio Paes de Barros: a Coligação em Mato Grosso

A reunião de forças contrárias a Antônio Paes de Barros se deu no contexto dos debates que ocorriam em âmbito nacional, visando articular o nome do sucessor do então Presidente da República, Rodrigues Alves.<sup>338</sup> A oposição ao Presidente da República que, não

---

<sup>335</sup> Como dito anteriormente, desde a década de 1870, a exploração do látex era praticada em áreas do norte do Estado. Nesse período, destaca-se a atuação da empresa Maciel & Cia nesta atividade. Havia outras empresas atuando na região, como a Ponce, Azevedo & C., a Almeida & C. etc. Na virada para o século XX, na medida em que o comércio da borracha ganha força no mundo todo, empresas estrangeiras, sobretudo belgas, se estabeleceram na região, entre as quais, destacam-se a *Compagnie des Caoutchoucs*, o *Syndicate Banque Africaine* e a *Société Anonyme L'Abuna*. Em 1904 o Presidente Antônio Paes de Barros passou a concessão de uma área de 93276 hectares, anteriormente explorada pela *Compagnie des Produits Cíbils*, para as mãos de Balbino Antunes Maciel, então responsável pelas atividades da Maciel & Cia. A medida era um sinal claro para os detentores de concessões, como a Cia. Matte Larangeira, de que seus interesses estavam em jogo naquele momento. Sobre a presença belga em Mato Grosso ver, GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e negócios na "Era dos Impérios": os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: Fund. Alexandre Gusmão, 2009, pp. 136-168; Para maiores dados sobre a exploração da borracha, ver: BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870-1930*. São Paulo: Scortecci, 2001, pp.65/75.

<sup>336</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)sentimento* Indagações sobre uma questão sensível. Campinas - SP: Unicamp, 2004, p. 22.

<sup>337</sup> IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 356.

<sup>338</sup> No segundo ano do governo de Rodrigues Alves, 1904, começaram as tratativas para a sucessão presidencial. O processo de escolha dos nomes que concorreriam ao cargo colocou em questão a hegemonia até então exercida por São Paulo, uma vez que Estados como Minas e Rio Grande do Sul pleiteavam maior participação na condução política do país, revelando a provisoriedade dos arranjos políticos, aspecto comum na política republicana, bem como os limites da "política dos governadores" em garantir a continuidade do poder nas mãos de um único grupo/partido. Em torno do núcleo formado pelos Senadores Pinheiro Machado, Rui Barbosa, Antônio Azeredo, Joaquim Murtinho, articularam-se aqueles contrários à indicação do paulista Bernardino de

custa lembrar, era aliado do Presidente de Mato Grosso, reuniu-se em torno de uma agremiação suprapartidária denominada Coligação.

Ao mesmo tempo em que se colocaram contra Rodrigues Alves, reunindo esforços em âmbito nacional para articular a candidatura do mineiro Afonso Pena ao Catete, lideranças políticas mato-grossenses baseadas no Rio de Janeiro (leia-se Antônio Azeredo, José Maria Metello e os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho) reuniam forças para, também, combater Totó Paes, em Mato Grosso.

Dentre as primeiras medidas tomadas para fazer frente à atuação de Antônio Paes de Barros em Mato Grosso destaca-se a criação do periódico *A Coligação*. O jornal começou a circular em outubro de 1905 anunciando que a Coligação em Mato Grosso "deixa de ser representante de um dos partidos existentes no Estado, para ser (...) órgão de uma vasta agremiação política".<sup>339</sup> Em outras palavras, diferentemente do que ocorreu em âmbito federal, a Coligação em Mato Grosso tornou-se uma agremiação partidária, cujo objetivo central era esvaziar o Partido Republicano Constitucional, que tinha em Totó Paes sua maior liderança, para, com isso, isolá-lo politicamente.

Nesse sentido, o caminho apontado pelas lideranças mato-grossenses vinculadas nacionalmente à Coligação para se contrapor ao que chamavam de "desmandos" de Antônio Paes de Barros em Mato Grosso, foi o da recomposição da aliança entre os Murtinho e Generoso Ponce, desfeita em 1899, como apontado no Capítulo anterior.

O encontro entre Manoel Murtinho e Generoso Ponce ocorreu em Corumbá, cidade onde Ponce residia desde que retornou do Paraguai, em 1903, tendo sido mediado pelo Cel. Serzedêlo Corrêa, que logo em seguida, se tornaria Deputado Federal por Mato Grosso (1906-1908)<sup>340</sup>. A reunião selou um novo pacto político.

O pensamento de Nietzsche analisado por Pierre Ansart explicita a ideia de que o "ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a

Campos, feita por Rodrigues Alves, ao cargo de presidente da República, dando origem ao chamado Bloco ou Coligação. A atuação desse grupo constituído como um movimento suprapartidário tinha como finalidade precípua a defesa da candidatura do mineiro Afonso Pena para a presidência da República. Sobre o assunto, ver: VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

<sup>339</sup> APMT. *A Coligação*. *A Coligação*. Cuiabá, 05 de out. de 1905, p. 1.

<sup>340</sup> Serzedelo Corrêa foi destacado para servir em Mato Grosso como punição por ter participado das revoltas militares que ocorreram no Rio de Janeiro em 1904. Graças à aproximação com Generoso Ponce e sua atuação junto à Coligação mato-grossense foi eleito Deputado Federal pelo Estado. Tanto ele como outros militares de alta e baixa patente tomaram a defesa dos coligados e participaram ativamente dos enfrentamentos armados de 1906. Cf: PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009. 152 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2009, p. 96.

humilhação experimentada"<sup>341</sup> pode (re)direcionar a ação dos sujeitos. Essa condição de sentimento, explica, em nossa opinião, a atitude de Generoso Ponce de decidir superar as divergências para com os Murtinho e engajar-se no movimento cujo objetivo central era tirar Totó Paes do poder.

Como os Murtinho se mantinham dependentes de uma liderança que articulasse seus interesses no Estado, a proposta era que, em troca de suporte político, Ponce reunisse seus correligionários no Estado em torno da nova agremiação partidária, a Coligação, e somasse os esforços necessários para tirar Totó Paes do poder. Conhecedor da extensa teia de relações de Ponce, que contava ainda com o apoio vigoroso das famílias Corrêa da Costa, Costa Marques e Peixoto de Azevedo, Manoel Murtinho propôs a recomposição da aliança que havia sido vitoriosa no raiar da República. A soma de todas essas forças constituiu o pilar de sustentação das ações da Coligação em Mato Grosso.

Além disso, a busca pelo apoio de Generoso Ponce se justificou também pelo fato de que ele, mesmo sem exercer nenhum cargo político desde 1902, ano em que terminou seu mandato como Senador, não perdera totalmente a influência que possuía junto aos mato-grossenses nas mais diversas localidades do Estado. Proprietário, à época, de três casas comerciais: uma em Corumbá e as outras em Cuiabá e Diamantino, ao mesmo tempo que movimentava seu comércio, aproveitava o contato com pessoas nas mais diversas regiões a fim de manter ativas suas posições políticas.

A notícia da reaproximação de Generoso Ponce e os Murtinho foi tratada em tom de galhofa pelo jornal *O Estado* (ligado a Totó Paes). Em um dos trechos do artigo que discorreu longamente sobre o tema, o articulista faz referência ao reestabelecimento da aliança nos seguintes termos:

O Dr. Manoel Murtinho veio a Mato Grosso e o que aconteceu todos nós o sabemos. O homem que chamou-o de sedicioso, ladrão, cínico, assassino, e mais epítetos próprios d'A *Reação* (...) recebeu-o de braços abertos, apresentou-o ao eleitorado, beijando-o na face... Deus me perdoe a comparação que ia fazer.

O Dr. Manoel Murtinho, ao voltar para o Rio deixou tudo arrumado.

O Dr. Joaquim Murtinho exultou:

\_\_ Abraçaste o Ponce?

\_\_ E então?!

\_\_ E ele ... abraçou-te?

\_\_ É verdade!!! A deshonra além de minha expectativa (*sic*), mas, como é para o nosso benefício...<sup>342</sup>

<sup>341</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)sentimento* Indagações sobre uma questão sensível. Campinas - SP: Unicamp, 2004, p. 19.

<sup>342</sup> APMT. Hosannahs. *O Estado*. Cuiabá, 17 de set. de 1905, p. 3.

Apesar do tom de deboche, o fato é que a rearticulação da aliança Ponce/Murtinho colocou em xeque a permanência de Totó Paes no poder. À força do arco de alianças, montado a partir do prestígio que figuras como Antônio Azeredo e Joaquim Murtinho gozavam na esfera federal, e à capacidade de articulação de Generoso Ponce em âmbito regional, (re)formou uma aliança que se tornaria um desafio para Totó Paes. A vinda de Manoel Murtinho a Mato Grosso, todavia, não restringiu-se, somente, ao restabelecimento da aliança com Generoso Ponce.

O trabalho de articulação da Coligação mato-grossense, coordenado por Manoel Murtinho, também conquistou o apoio do 1º Vice-Presidente do Estado, Pedro Leite Osório e de João Batista de Almeida Filho, 3º Vice-Presidente e credor de Totó Paes na montagem da Usina Itaiçi. A adesão do 1º Vice-Presidente do Estado era fundamental aos coligados, pois, caso o Presidente fosse alijado do poder, ele seria o sucessor natural.

Em outra frente de ação, Manoel Murtinho propôs, através do intermédio do Senador José Maria Metello, um acordo a Totó Paes. As condições eram as seguintes: nas eleições para a Câmara Federal, que ocorreriam nos próximos meses, seriam eleitos dois nomes indicados pela Coligação e dois pelo Partido Republicano Constitucional; para o Senado seria assegurada a reeleição de Antônio Azeredo; para a Assembleia Legislativa estadual caberiam aos coligados dois terços das vagas e um terço aos correligionários de Totó Paes.

Segundo o relato de João Francisco Novaes Barreto (aliado de Totó Paes), a proposta apresentada tinha como premissa uma divisão desigual de poder, que privilegiava a formação de bancada maior para a Coligação tanto para o Congresso Nacional como para a Assembleia Legislativa estadual. Sobre o assunto fica a interrogação: seria essa a condição para assegurar que Antônio Paes de Barros pudesse completar os quatro anos de seu mandato como Presidente do Estado?

Ao que tudo indica, sim, pois, à primeira vista Totó Paes aceitou os termos do acordo. Um indício de que o Presidente do Estado cedeu aos termos do acordo proposto por seus adversários pode ser confirmado através da propaganda eleitoral veiculada pelo periódico *A Coligação*. Nos anúncios que tratavam da eleição para a Assembleia Legislativa, o jornal indicava aos leitores/eleitores apenas os nomes de dezesseis candidatos a Deputado Estadual, ao invés de vinte quatro, que seria o número total de eleitos.

Quando a apuração das eleições ao Congresso Nacional foi oficializada, a vitória da Coligação mato-grossense deu-se de maneira distinta do acordo feito anteriormente: ao invés

de dois Deputados Federais, o Partido de Totó Paes conseguiu eleger apenas um, João Francisco N. B. Barreto<sup>343</sup>.

Depois das eleições, Generoso Ponce, em uma demonstração de poder e destemor frente a seu adversário de longa data, Antônio Paes de Barros, viajou de Corumbá, onde vivia desde 1903, para Cuiabá, entre outros motivos, para acompanhar a conferência das atas da eleição estadual.<sup>344</sup> A recepção foi festiva, houve disparos de rojões e muitos correligionários estavam a sua espera no porto da Prainha. Situação bastante diversa daquela vivida pelo então chefe do PR mato-grossense em 1898, que culminou com o "caso dos bondes". Do porto, o viajante recém-chegado e os que lhe fizeram a festiva recepção foram para a casa de Pedro Celestino, um de seus principais aliados em Cuiabá, onde mais pessoas o aguardavam. Nas eleições estaduais os termos do suposto acordo firmado entre Totó Paes e o representante de Manoel Murinho aparentemente foram mantidos, tendo sido eleitos pela Coligação apenas dezesseis dos vinte e quatro deputados estaduais.<sup>345</sup>

Mesmo tendo mantido parte do acordo entre as facções que disputavam o mando em Mato Grosso, quando a Comissão de Verificação de Poderes confirmou o resultado da eleição, que dava vitória aos três Deputados Federais da Coligação, o horizonte de expectativas de Antônio Paes de Barros foi transformado. Nesse mesmo intervalo de tempo, enquanto os deputados estaduais estavam reunidos para também realizarem a confirmação da eleição no Estado, ele tentou, em vão, interferir no processo de validação das atas com a intenção de impedir que alguns dos candidatos eleitos pela Coligação para a Assembleia Legislativa tivessem seus nomes reconhecidos.<sup>346</sup>

---

<sup>343</sup>Pela Coligação foram eleitos: Antônio Francisco Azeredo, para Senador e Benedito C. de Souza (genro de Manoel Murinho), Serzedelo Corrêa e José Antônio Murinho (irmão de Manoel e Joaquim) para a Câmara Federal. João Francisco N. B. Barreto foi o único aliado de Totó Paes a conseguir eleger-se para o cargo de Deputado Federal. APMT. Sessão de Notícias (Eleições). *A Coligação*. Cuiabá, 04 de fev. de 1906, p.2.

<sup>344</sup> A viagem de Generoso Ponce a Cuiabá foi motivada pelo falecimento de sua mãe, ocorrido em 20 de fevereiro daquele ano e por ser aquela a ocasião de conferência dos resultados dos votos para os cargos federais e para as Intendências municipais. O objetivo seria acompanhar de perto a conferência das Atas Eleitorais. Na mesma embarcação, além de Ponce, seguiam também Aguiar Corrêa, comandante da região Militar, Serzedelo Corrêa, Deputado Federal, responsável pela reaproximação entre Generoso Ponce e Manoel Murinho, e os presidentes das Câmaras Municipais, responsáveis pela conferência das Atas. Cf: IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 379 e 382.

<sup>345</sup> Conforme noticiado por *A Coligação*, a agremiação indicou aos eleitores os nomes de Generoso Paes Lemes de Souza Ponce, Salvador Augusto Moreira, Virgílio Alves Corrêa, Pio Rufino, João Pinto de Almeida, José Teodoro de Paula, Antônio T. de Arruda, Joaquim Caracciolo P. de Azevedo, Amarílio de Almeida, Antero A. G. de Mattos, Candido Teixeira Cardoso, Manoel E. da Costa Marques, Arnaldo Novis, Joaquim Pereira F. Mendes, José Murinho Sobrinho e Pedro Celestino Corrêa da Costa. Todos os dezesseis constam na lista dos eleitos, publicados pelo mesmo jornal, conforme as respectivas publicações: APMT. *A Coligação*. *A Coligação*. Cuiabá, 20 de out. de 1905, p. 1, e *A Apuração*. *A Coligação*. Cuiabá, 31 de dez. de 1905, p. 1

<sup>346</sup> APMT. Assembleia Espúria. *A Coligação*. Cuiabá, 11 de mar. de 1906, p. 1.

Ao conquistar a maioria na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa Estadual, a Coligação, que também tinha apoio do Presidente eleito, Afonso Pena<sup>347</sup>, colocou, efetivamente, o poder de Totó Paes em xeque.

O que este processo nos permite verificar é que a articulação feita por Manoel Murinho para formar a Coligação em Mato Grosso foi montada em duas frentes de ação: a primeira era de formação das bases de sustentação do partido. Para isso procurou recompor a aliança com Generoso Ponce e arregimentar o maior número possível de lideranças políticas do Estado para a Coligação; a segunda, barganhar um acordo que garantisse a conquista efetiva de poder, o que se verificou com o resultado das eleições para o Legislativo estadual e federal, no começo de 1906. Com isso, contando ainda com o apoio do Presidente eleito, Afonso Pena, a Coligação detinha plenas condições de retomar o controle do Estado, sob quaisquer que fossem as condições. Bastava, então, preparar o combate.

#### **4.4 O confronto: "da sua Usina do Itaiçi às chamas do inferno político", o enfrentamento armado de 1906 e o assassinato de Antônio Paes de Barros**

Com vitória da Coligação, o jornal *O Estado*, ligado a Totó Paes, dava como certo que estava em curso o processo de arregimentação de forças para um levante contra ele. A certeza do enfrentamento fez com que líderes de ambas as facções, uma, aliada a Totó Paes, e outra, à Coligação, começassem a se preparar para o combate.

Uma tentativa de levante ocorreu em março de 1906. Na ocasião, as forças reunidas na Usina Aricá foram debeladas e o armamento que ali encontrado foi apreendido. A usina, situada na região de Cáceres, era de propriedade da família de Joaquim Augusto da Costa Marques, um dos Deputados Federais eleitos pela Coligação. A tentativa de levante confirma a hipótese de que a intenção da Coligação era, inicialmente, conseguir respaldo político para, em seguida, investir com o governo do Estado, como se verificou no caso do levante frustrado ocorrido logo após a apuração das eleições federais.<sup>348</sup>

A conflagração geral ocorreu meses depois, em junho. A arregimentação de homens e armas por parte da Coligação coube a Generoso Ponce, Pedro Celestino Corrêa da Costa e Joaquim Augusto da Costa Marques. A articulação dessas forças se deu a partir das cidades de Cuiabá (a Capital), Corumbá (principal porto do Estado) e Cáceres.

---

<sup>347</sup> É preciso salientar que Afonso Pena tinha sido eleito Presidente da República, mas ainda não havia tomado posse no cargo. Desse modo, Totó Paes ainda contava com o apoio de Rodrigues Alves, chefe do Executivo Federal, que deixaria o posto apenas em Novembro de 1906.

<sup>348</sup> APMT. O saque da usina do Aricá. *A Coligação*. Cuiabá, 04 de mar. de 1906, p. 2.



Coube a Pedro Celestino coordenar a formação de parte das tropas que investiram contra o Presidente do Estado. Com essa finalidade seguiu para o norte de Mato Grosso, onde se localizam as cidades de Rosário, Diamantino e Livramento. Ali, juntamente com o coronel Virgílio Corrêa, que já havia se deslocado para Poconé, arregimentaram homens e armas para o confronto. O mesmo fez Joaquim Augusto da Costa Marques nas imediações de Cáceres. A reunião dessas tropas formou a Coluna do Norte.<sup>349</sup>

A outra frente de forças da Coligação partiu de Corumbá, cidade situada a cerca de 800 km a Sudoeste de Cuiabá. Sob o comando de Generoso Ponce, cerca de trinta lanchas e vapores formaram a *Divisão Naval Libertadora*. Enquanto navegava nos rios da região em direção a Cuiabá, uma das lanchas que vinha em expedição comandada por Ponce seguiu até Cáceres e ali, juntamente com as forças de Joaquim Augusto da Costa Marques, tomou de assalto o Quartel do 19º Batalhão de Infantaria, em busca de armas e munições. Antes de chegar a Cuiabá, também invadiram a fazenda de Henrique Paes de Barros, irmão do Presidente do Estado, e a própria Usina de Itaicí, propriedade de Totó Paes, a fim de conseguir armas e garantir que seus homens não tivessem condições de se juntar às forças do governo.<sup>350</sup>

Totó Paes, por sua vez, teve apoio da Força Pública de Cuiabá, de homens oriundos da Escola de Aprendizes Marinheiros e dos Batalhões do Exército localizados na Capital. Outra parte da força mobilizada pelo Presidente do Estado era de seu "exército"<sup>351</sup> e de seus aliados. Para além desses homens, o Governo Federal, na pessoa do Presidente Rodrigues Alves, que ainda não havia deixado o cargo, confirmou o envio de tropas federais, comandadas pelo General Dantas Barreto, para socorrer o governo de Mato Grosso.

Enquanto as tropas se formavam de lado a lado, homens leais a Generoso Ponce tomaram o controle do posto telegráfico em Corumbá e passaram a controlar o fluxo de informações entre o Rio de Janeiro e Cuiabá. Com isso, os opositores de Totó Paes podiam tomar conhecimento das notícias que vinham do Rio de Janeiro e se antecipar às medidas que o Governo Federal planejava pôr em ação para salvá-lo.

Em telegrama vindo do Rio de Janeiro, assinado em conjunto por Joaquim Murtinho, José Maria Metello e Antônio Azeredo, estava a seguinte informação: "por intermédio Metelo

<sup>349</sup> Cf: BUCDB. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1945, p. 59 et. seq.

<sup>350</sup> IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do IHGMT*, Ano XVII, Tomos XXXIII e XXXIV, 1935, pp. 41/42. A cidade de Cáceres era reduto político de Joaquim Augusto da Costa Marques. Embora não seja possível afirmar efetivamente como se deu o ataque ao 19º Batalhão de Infantaria, localizado naquela cidade, é possível inferir que homens de Costa Marques tenham ajudado nessa empreitada.

<sup>351</sup> O "exército" de Totó Paes era composto por homens - funcionários, camaradas, agregados - que trabalhavam em sua propriedade, a usina Itaci, e nas fazendas de seus correligionários.

conferenciamos Presidente [Rodrigues Alves], que prometeu providenciar. Procurem evitar tanto quanto possível luta material, que pode diminuir e efeito nossa vitória alcançada Congresso"<sup>352</sup>. Embora na transcrição feita por Virgílio Corrêa Filho não apareça o que o Presidente iria providenciar, é óbvio que qualquer ajuda enviada por Rodrigues Alves a Mato Grosso representaria, primeiramente, a interferência federal em um conflito estadual. Depois, como Totó Paes era aliado de Rodrigues Alves, caso fosse seguida a lógica da "política dos governadores", a ajuda implicaria a permanência do poder nas mãos dos adversários da Coligação.

Embora não esteja dito no telegrama, é possível inferir que a ajuda mencionada fosse o envio da expedição militar chefiada pelo General Dantas Barreto, que se descolaria do Rio Grande do Sul para Mato Grosso.<sup>353</sup> E, não obstante a mensagem tenha consignado: "**procurem evitar tanto quanto possível luta material**", o que nos parece é exatamente o contrário, ou seja, ao mencionar que o Presidente da República estava enviando socorro ao governo do Estado, a mensagem enviada pela cúpula da Coligação mato-grossense no Rio de Janeiro indicava subliminarmente aos correligionários em Mato Grosso que, para preservar os interesses do grupo, eles deveriam investir contra Totó Paes antes que apoio federal chegasse.

Diante da confirmação do envio de tropas federais, em meados de junho de 1906, as forças campeadas por Pedro Celestino e Virgílio Corrêa da Costa, no Norte do Estado, transpuseram o Rio Cuiabá estacionando próximo à capital, Cuiabá, onde a defesa organizada por Totó Paes estava posicionada para impedir o avanço das forças adversárias. Em seguida, chegaram os homens arregimentados por Generoso Ponce em Corumbá.

As forças da Coligação se reuniram nos limites do perímetro urbano de Cuiabá, em 19 de junho. Ao todo, aproximadamente 4.000 homens, divididos em duas brigadas, cercaram os principais pontos de acesso à capital mato-grossense, em uma espécie de círculo. As tropas do governo, na defensiva, tentaram impedir que o avanço dos homens de Generoso Ponce e Pedro Celestino tomasse a cidade. Logo, começaram as trocas de tiros que, além das tropas, atingiram também a população civil, que ficava à mercê da ação dos soldados em combate.

---

<sup>352</sup> Cf: BUCDB. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1945, p.69

<sup>353</sup> A ordem do presidente Rodrigues Alves para que a Expedição Dantas Barreto fosse enviada a Mato Grosso foi dada em 23 de maio de 1906, data muito próxima ao início daquela em que começou os preparativos dos coligados para o levante armado. Por isso, ao confrontar as datas é possível inferir que os líderes da coligação mato-grossense no Rio de Janeiro, tenham, através do telegrama acima mencionado, alertado seus correligionários sobre os acontecimentos em curso, para que eles pudessem evitar que o socorro oficial chegasse a Mato Grosso e atuasse na manutenção de Totó Paes no poder. Cf. BUCDB. BARRETO, Emídio Dantas. *Expedição a Matto Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907, p. 70.

Aos poucos, as forças da Coligação conseguiram avançar para a região central de Cuiabá. Na ação, as tropas de Totó Paes ficaram divididas em dois grupos isolados um do outro. No início de julho, os coligados se aproximaram do Morro da Prainha, onde estava o Presidente do Estado. Para tentar escapar do cerco, em uma tentativa desesperada, ele fugiu. Juntamente com um pequeno grupo, encontrou uma brecha no cerco imposto pelas forças que sitiavam a área, indo em direção à Fábrica de Pólvora, situada mais ou menos a cinco léguas de Cuiabá. A ideia era encontrar refúgio até que o socorro federal chegasse.

Com a notícia da fuga, os coligados foram atrás de pistas que levassem ao paradeiro de Totó Paes. Depois de apreenderem um mensageiro que indicou o local onde o Presidente do Estado estava, um grupo chefiado pelo Coronel Joaquim Sulpício Caldas seguiu no encalço de Totó Paes. Os "fugitivos" foram localizados no raiar do dia 06 de julho de 1906, escondidos em um capão de mato, nos arredores da Fábrica de Pólvora.

Segundo Corrêa Filho, quando os "fugitivos" perceberam que um grupo se aproximava, houve um disparo "imprudently desfechado no interior do capão [que] provocou a descarga cerrada dos atacantes e a dispersão da comitiva presidencial."<sup>354</sup> Do combate, restou apenas um morto: Totó Paes, alvejado por dois disparos.

O corpo de Antônio Paes de Barros permaneceu no local em que foi abatido. Somente mais tarde, por volta do meio dia, é que as autoridades, incumbidas por Pedro Leite Osório, já investido de chefe do Executivo estadual, retornaram ao local para tomar as providências legais que a situação requeria.

No mesmo dia de sua morte, foi enviado ao local pelo presidente em exercício, coronel Pedro Leite Osório, o chefe de polícia interino, Alfredo Otávio de Mavigner [genro de Generoso Ponce], acompanhado de dois peritos e três testemunhas para o reconhecimento cadavérico e para o exame de corpo de delito. O auto do exame foi redigido por Flaviano Gomes de Barros. Testemunharam os trabalhos os coronéis Severo José da Costa e Silva, Virgílio Alves Corrêa e Manuel Escolástico Virgínio (com exceção do primeiro, todos opositores de Totó Paes). Os peritos Dr. Estevão Alves Corrêa e o farmacêutico Luiz da Costa Ribeiro Filho, que efetuaram o exame de corpo de delito, apontaram como causa *mortis* "dois ferimentos por bala, sendo um próximo ao mamelão direito e outro abaixo do conduto auditivo esquerdo"<sup>355</sup> (Destaques do autor)

Embora a narrativa feita por Virgílio Corrêa Filho afirme que "o disparo desfechado no interior do capão" tenha precipitado os tiros que mataram Totó Paes - sugerindo, portanto, que

<sup>354</sup> IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do IHGMT*, Ano XVII, Tomos XXXIII e XXXIV, 1935, p. 57.

<sup>355</sup> PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009. 152 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2009, pp. 87/88.

foi a atitude de alguém dentre os que estavam com Totó Paes que desencadeou o tiroteio, resultando no que ocorreu na sequência - há uma contradição na descrição do laudo cadavérico, sobretudo no que tocante ao tiro desferido abaixo do "conduto auditivo esquerdo". Isso porque esse tipo de ferimento se parece com a descrição de uma execução.

Assim, faz sentido a ideia de que o que houve nos arredores da Fábrica de Pólvora foi um assassinato. Essa tese ganha ainda mais reforço se dermos crédito aos testemunhos recolhidos pelo General Dantas Barreto que relataram ao militar que o corpo de Totó Paes apresentava vários sinais de violência.<sup>356</sup>

De todo modo, é inegável que a ameaça e, ao mesmo tempo, o ódio que Totó Paes despertou nos tradicionais políticos mato-grossenses motivaram a sua morte. As lideranças reunidas em torno da Coligação mato-grossense – partilhando das mesmas convicções e afetos em relação a Totó Paes – mobilizaram homens e armas e investiram contra seu adversário. Para impedir que qualquer auxílio Federal valesse ao então Presidente do Estado a permanência no poder só restava às forças da Coligação uma atitude: eliminar fisicamente Totó Paes. Foi o que fizeram.<sup>357</sup>

#### **4.5 "Assassino, tirano, rústico": o ódio e a vingança como elementos da construção de uma imagem "demonizada" de Antônio Paes de Barros**

A morte não colocou um ponto final aos embates que os adversários de Antônio Paes de Barros travaram contra ele. O suposto tiroteio nas cercanias da Fábrica de Pólvora foi apenas uma das etapas do acerto de contas entre o então Presidente de Mato Grosso e seus desafetos. Nas etapas seguintes, já vencido o corpo físico, os alvos foram seu legado material e político.

Logo após o desfecho do conflito armado, conforme menciona Joaquim Francisco N. P. Barreto (1997), tanto a casa particular de Totó Paes quanto a Fazenda Itaicí foram saqueadas. A família teve que mudar-se às pressas para o Rio de Janeiro. Na sequência, seus

---

<sup>356</sup>BCUCDB. BARRETO, Emídio Dantas. *Expedição a Matto Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907, p. 202.

<sup>357</sup>A Expedição comandada pelo General Dantas Barreto chegou a Corumbá em 25 de Junho de 1906. O cerco à Cuiabá e o fim do conflito ocorreram antes que o auxílio federal pudesse chegar ao seu destino. Isso porque a ligação mais rápida para chegar à capital de Mato Grosso se dava por via fluvial, a partir de Corumbá. Mas eram necessárias embarcações de menor porte, em função das condições de navegabilidade do rio Cuiabá. Sabendo disso, astutamente, Generoso Ponce desmobilizou todas as embarcações que poderiam fazer o transporte das tropas federais. Essa estratégia assegurou o atraso de chegada do reforço enviado pelo Presidente Rodrigues Alves a Mato Grosso gerando, conseqüentemente, a vitória da Coligação. Cf: BCUCDB. BARRETO, Emídio Dantas. *Expedição a Matto Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907, p. 202, p. 131.

credores, entre os quais estava o 3º Vice-Presidente do Estado, João Batista de Almeida Filho, sócio da firma Almeida & Cia, entraram na justiça para executar dívidas. Ao fim do julgamento, a Usina Itaicí, considerada a mais moderna do Estado, foi parar nas mãos da empresa Almeida & Cia.<sup>358</sup>

Para além do embate envolvendo a cobrança judicial das dívidas de Totó Paes, outro "enfrentamento" *post-mortem* abarcou a produção de narrativas sobre a história daquele período. Essas interpretações resultaram na construção de uma imagem "demonizada" de Totó Paes. Esse constructo procurou atribuir a Antônio Paes de Barros todo o crédito pela violência e pelas mortes decorrentes dos embates políticos ocorridos desde 1899. Embora a face "demonizada" de Totó Paes estivesse sendo construída antes de sua morte, como se verifica nos textos publicados no periódico *A Reação*, depois de seu assassinato essas representações transformaram Totó Paes em uma espécie de "encarnação do mal".

Nos dias que se seguiram ao fim dos enfrentamentos armados de 1906, o periódico *A Colligação* se dedicou quase que exclusivamente a narrar os detalhes do confronto que pôs fim à atuação política de Totó Paes. O jornal reforçava, através de adjetivos, a imagem com a qual Antônio Paes de Barros passou a ser identificado após sua morte: "tirano, rústico e assassino". As narrativas acerca do que os articulistas chamavam de desmandos do então Presidente do Estado seguiram, incessantemente, meses a fio, após a sua morte.

Ao qualificá-lo como assassino, os artigos publicados em *A Colligação* procuravam também justificar a forma como Totó Paes foi morto. Segundo fragmento de matéria publicada no jornal:

A **revolução**, pois, que acabou de operar-se nesta capital, (...) foi senão pura consequência necess[ária], perfeitamente natural, dos desatinos e violências sem conta do governo do sr. Antônio Paes, que **desse modo colheu o fruto da semente que plantára** (*sic*). (Grifo nosso).<sup>359</sup>

O processo de "demonização" da imagem de Totó Paes continuou nos anos que se seguiram à sua morte. Nesta etapa, a narrativa de sua trajetória política saiu das páginas dos jornais e passou às dos livros. No "acerto de contas", a narrativa produzida acerca dos acontecimentos que culminaram com a morte do Presidente do Estado, em linhas gerais, não

---

<sup>358</sup> Nas narrativas que tratam da trajetória política de Antônio Paes de Barros os detalhes sobre o processo de liquidação dos bens e das condições impostas à família de Antônio Paes de Barros aparecem, apenas, em fragmentos, por isso faltam detalhes de como o processo transcorreu. Cf: BARRETO, João Francisco Novaes P. *As revoluções em Mato Grosso e suas causas*. Cuiabá: IHGMT, 2005, p. 78; SOUZA, Antônio Fernando. *Antônio Paes e Barros e a política de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001, p.16/17.

<sup>359</sup> APMT. Aos nossos detratores do congresso nacional e da Imprensa fluminense. *A Colligação*. Cuiabá, 16 de set. de 1906, p.2.

se afastou daquilo que os jornais reportaram inicialmente. Ao contrário, a imprensa foi, não raro, o subsídio utilizado por autores como Virgílio Corrêa Filho, que seguiram atribuindo as responsabilidades das lutas e enfrentamentos armados vivenciados desde 1899 sobre os ombros de Antônio Paes de Barros.<sup>360</sup>

Essas narrativas rememoravam à atuação de Antônio Paes de Barros desde o momento em ele se engajou na campanha contra Ponce, em 1899. A ênfase dada a sua atuação realçava, como traço central, o uso da força para obtenção e manutenção de seu poder. As considerações sobre o fato de que foi sua condição de homem de armas que alçou Totó Paes à condição de aliado dos Murtinho ficaram em segundo plano. Já a face progressista de Totó Paes, demonstrada ao longo de seus três anos de governo, foi completamente escamoteada em tais narrativas.

Ele também é representado como traidor dos mato-grossenses por ter apoiado o Presidente Rodrigues Alves no caso do Tratado de Petrópolis (1903). Rotulado de "insumisso", foi acusado de não ter observado as regras do jogo partidário que o colocava sob a autoridade dos Murtinho.

Dentre as narrativas que constroem essa imagem "demonizada" de Antônio Paes de Barros estão: *A República em Mato Grosso*, texto escrito por Virgílio Corrêa Filho, autor influente no meio intelectual mato-grossense e um dos principais intérpretes da história local no século XX, tendo sido publicado em duas partes que saíram a lume, respectivamente, em 1933 e 1935, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, e *Generoso Ponce, um chefe*, de autoria de Generoso Ponce Filho.

A narrativa de Corrêa Filho apresenta uma carga simbólica bastante significativa no que tange a sua rerepresentação do real: reproduz a imagem de Antônio Paes de Barros como um empresário que "revivia (...) anacronicamente o regime feudal", que "desconhecia" ou "desprezava o princípio civilizador" na "relação com seus empregados", constituindo em sua Usina Itaicí, um "pequeno Estado medieval"<sup>361</sup>.

No que diz respeito às relações que mantinha com seus empregados, a postura de Totó Paes não era diferente da que outros usineiros praticavam comumente na região. Como notado por Valmir Batista Corrêa, até o início dos anos 1930, em muitas fazendas ainda havia

---

<sup>360</sup> Em muitos dos textos escritos por Virgílio Corrêa Filho fontes, como o periódico *A Colligação*, são utilizados sem que uma análise crítica, pressuposto da escrita histórica contemporânea, fosse realizada. A observação que realizamos não é necessariamente uma contestação a esse autor. Ao contrário, não desconhecemos o fato de que tomar o discurso das fontes como verdade e, às vezes, se apropriar delas, era prática comum aos escritores das primeiras décadas do século passado.

<sup>361</sup> IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. *A República em Mato Grosso*. *Revista do IHGMT*, Ano XVII, Tomos XXXIII e XXXIV, 1935, p.9.

regimes de trabalho análogos à escravidão. Muitos fazendeiros mantinham troncos no pátio central das fazendas e casas de suplício.<sup>362</sup>

Corrêa Filho destaca em Antônio Paes de Barros o "autoritarismo da índole" e a "submissão a nenhuma chefia política". Além dos traços de caráter que marcaram a o afastaram Totó Paes das tradicionais lideranças mato-grossenses, havia também o seu lado "sanguinário". Nesse sentido, Corrêa Filho afirma que, por ocasião dos preparativos para o levante de 1906, os líderes coligados tinham na memória as mortes e perseguições de 1900 e 1901. O que Corrêa Filho objetivava era demonstrar um feixe de aspectos que, de acordo com a sua interpretação, identificavam Antônio Paes de Barros não como "um", mas como "o" senhor do "baraço e do cutelo" das terras mato-grossenses.

A narrativa de Virgílio Corrêa Filho está marcada, por um lado, pelos laços familiares que o vinculam ao grupo que confrontou Antônio Paes de Barros. Filho de um dos líderes do levante, o coronel Virgílio Corrêa e sobrinho de Antônio e Pedro Celestino Corrêa da Costa - dois dos principais aliados de Generoso Ponce - a análise de Virgílio Corrêa Filho promove a defesa do grupo que sagrou-se vitorioso, o mesmo ao qual seus familiares estavam vinculados. Por outro lado, é uma escrita que está investida de carga simbólica oriunda do lugar de onde ele fala, o IHGMT, o qual, pela própria natureza de sua constituição, é um espaço destinado à construção da história oficial do lugar.

Ao observarmos o trabalho Corrêa Filho verificamos que a narrativa dos fatos e os (res)sentimentos formam uma trama, fato que dificulta verificar onde termina o papel do "historiador" e começa o do "sujeito" enredado em sua própria história. Seu trabalho permite, desse modo, uma conclusão: a narrativa que se tornou dominante sobre a atuação política de Antônio Paes de Barros foi a narrativa "dos vencedores".

Na esteira dessa assertiva, apresentamos outro texto que corrobora a "vilania" de Totó Paes: *Generoso Ponce, um chefe*, escrito por Generoso Ponce Filho, em 1952. Trata-se de uma memória que o filho dedica à trajetória de seu pai, Generoso Ponce. Escrito em comemoração ao centenário de nascimento de Ponce, a narrativa deixa transparecer claramente o ódio e o ressentimento que permearam a relação política que antagonizou Generoso Ponce e Totó Paes. Ao fazer referência à atmosfera das vésperas do levante da Coligação o autor afirma que "os

---

<sup>362</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 45.

ódios" estavam prestes a "explodir", e que esses sentimentos eram oriundos "dos cimões das cóleras reprimidas".<sup>363</sup>

A obra de Generoso Ponce Filho, tomada como um todo, heroifica as ações de seu pai. Para tanto, o autor não polpa esforços em descaracterizar a trajetória de Totó Paes, imputando ao grande adversário de Generoso Ponce a culpa pelas "mazelas" que marcaram a política local no período em que Ponce e Paes de Barros disputavam o poder em Mato Grosso.

O embate realizado no âmbito historiográfico também foi um "enfrentamento" no qual Antônio Paes de Barros foi derrotado. Essa derrota, acreditamos que ocorreu porque aqueles que poderiam sair em "defesa" ou produzir outra versão sobre aquele período da história local se mantiveram em silêncio por longos anos. O primeiro texto dedicado a "rebater" as críticas feitas a Antônio Paes de Barros na tentativa de "reparar sua memória", foi produzido por Antônio Fernando de Souza, na década de 1950.

Antônio Fernando de Souza era um dos intelectuais que trabalharam com Totó Paes, tanto na Usina Itaiçi como na administração do Estado. Ele, juntamente com Estevão de Mendonça, dirigiu a publicação da revista *O Arquivo* no período de 1904 e 1905.<sup>364</sup> O texto publicado por ele, intitulado *Antônio Paes e Barros e a política de Mato Grosso*, é de caráter memorialístico. Todavia, ao contrário da natureza dos textos acima citados, o texto de Antônio Fernando é superficial e peca por tratar a biografia de Totó Paes de forma romântica. O texto ainda não apresenta fontes e documentos que permitam ao leitor situar a atuação do ex-Presidente de Mato Grosso no interior do universo coronelístico ao qual ele pertencia.

O outro trabalho que tenta traçar uma versão diferente das de Virgílio Corrêa Filho e Generoso Ponce Filho é *As Revoluções de Mato Grosso e suas causas*, de Joaquim F. N. Paes Barreto. Essa obra permaneceu inédita até 1997 e conserva o caráter biográfico-memorialístico. Embora seja um texto enxuto e também careça de apontar fontes que circunstanciam e fundamentem a narrativa, o relato do autor ao ser confrontado com outras fontes oferecem subsídios mais consistentes sobre a trajetória de Totó Paes.

As narrativas nas quais predominam os (res)sentimentos contra a figura do ex-Presidente de Mato Grosso permearam a construção de uma "história oficial" do Estado e se mantiveram como referência, quase exclusiva, dessa fase da história local até a década de 1980, momento em que as produções oriundas dos cursos universitários de História passaram

---

<sup>363</sup> IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 384.

<sup>364</sup> Cf. CORRÊA, Valmir Batista. Os herdeiros de Leverger. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. IHGMT. Tomo CXLI-CXLII, Ano LXVI, 1994, pp. 271-287.



a revisitar o período, resultando em interpretações de caráter diverso ao das que predominavam até então.

Retomando a citação que serve de epígrafe para este Capítulo, especialmente quando Pierre Ansart afirma que "a revolta pensada projetada sobre as condições vividas, sobre a experiência cotidiana, uma totalidade de significados", verificamos que a trajetória de Antônio Paes de Barros – associada ao contexto de enfrentamentos armados em Mato Grosso – da maneira como foi "pensada" por Virgílio Corrêa Filho e Generoso Ponce Filho, colocou em primeiro plano seu lado "sanguinário". Tais narrativas conferem legitimidade ao discurso daqueles que foram sagrados vitoriosos, atribuindo a esses, pessoas às quais os autores estavam ligados por laços de sangue, o papel de fundadores e defensores da República mato-grossense.

De todo modo, talvez a melhor síntese sobre a trajetória de Antônio Paes de Barros, trajetória essa situada no interior de espaço-tempo em que o uso da força por si só não bastava, tenha sido dada por Dantas Barreto. Esse autor afirmou que "da sua Usina do Itaici," Antônio Paes de Barros "passou às atraentes chamas do inferno político"; ao subestimar a capacidade de rearranjo de seus oponentes, tornou-se vítima da sua própria linguagem política e "perdeu-se nesse labirinto onde ficou para sempre".<sup>365</sup>

Os episódios que marcaram a história de Antônio Paes de Barros, bem como os enfrentamentos armados que ocorreram desde a Proclamação da República, analisados nos Capítulos precedentes, revelam a proeminência da violência no trato do político no Estado de Mato Grosso na primeira e segunda década do regime republicano.

Os confrontos entre facções intrapartidárias e/ou grupos oligárquicos, todavia, não foram exclusivos da política mato-grossense. Conforme se pode verificar em diversos estudos que tratam do fenômeno do coronelismo no Brasil, eles estão relacionados ao processo de redimensionamento e/ou luta pela manutenção do poder, desencadeado pela instituição do regime republicano.

Assim sendo, esses episódios de enfrentamento armado não revelam uma violência fortuita, desenraizada, sem lastro cultural. Como nota, por exemplo, Maria Silvia de Carvalho Franco, ao analisar as relações sociais dos homens livres no Brasil do século XIX, "o ajuste violento se integra nas modalidades "tradicionais" do agir".<sup>366</sup> Trata-se de uma *violência*

---

<sup>365</sup> BUCDB. BARRETO, Emídio Dantas. *Expedição a Matto Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907, p. 35.

<sup>366</sup>FRANCO, Maria Silvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1997, p. 30.

*costumeira* presente nas mais diversas instâncias do social que é instrumentalizada para um fim específico: a luta pelo controle do poder.

Dessa forma, a expressão "terra do barão e do cutelo", usada por Valmir Batista Corrêa para designar a violência em Mato Grosso, se aplica a uma realidade muito maior, caracterizando, portanto, um dos aspectos que denotam a cultura política republicana brasileira. Em outras palavras, significa dizer que durante a Primeira República a violência tornou-se um dos recursos utilizados pelos grupos para a conquista e/ou manutenção do poder.

Considerando o cenário de disputas pelo controle do mando no Estado, a violência explícita, traduzida sob a forma de confrontos armados, foi utilizada como linguagem do político, empregada por atores que dispunham da "capacidade de mobilizar homens em armas" ou condições de fazer alianças com aqueles que fossem capazes de mobilizar exércitos particulares e cooptar forças oficiais para defender os interesses de um determinado partido ou facção política.<sup>367</sup>

O uso da violência como uma linguagem do político, nesse sentido, é um dos componentes que caracterizam a instabilidade em Mato Grosso. Todavia, na medida em que se observa processo de modernização produtiva na região, ao longo da década de 1910, aliado à configuração de um quadro político no qual os atores, paulatinamente, redefiniam suas posturas no que tange à própria condução das disputas pelo controle do poder, em razão de fatores diversos, como se verá adiante, tem início o processo de estabilização das relações de poder no Estado. Verifica-se, assim, entre os membros que compõem a elite estadual, uma gradativa diminuição do uso explícito da violência como elemento presente no cotidiano político. Em outras palavras, significa dizer que os enfrentamentos armados para conquistar e/ou garantir a permanência de um determinado grupo/partido no controle do governo do Estado deixam, gradativamente, de figurar como elemento característico das estratégias usadas para definição e/ou redefinição do controle político, ao nível do executivo estadual. A partir de então, abre-se caminho para práticas rotinizadas, nas quais embates seguem os pressupostos estabelecidos pela "ordem" republicana.

---

<sup>367</sup> FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006, p. 94.

## *Capítulo 5*

### **Entre a força das armas e o "rigor" da lei...soluções negociadas: a integração da política de Mato Grosso aos pressupostos da ordem**

*Precisamos seguir outro rumo, aplicar outros processos, substituir o regime da violência pelo da lei.<sup>368</sup>*

A década de 1910 foi para Mato Grosso o período de tempo no qual atores políticos, que até então atuaram de forma secundária junto às lideranças e facções políticas há muito consolidadas, tornaram-se protagonistas. Essa (re)configuração do cenário local transcorreu no contexto das mortes de Joaquim Murtinho e Generoso Ponce, ambas ocorridas em 1911. Na ocasião, Antônio Azeredo, já influente no meio republicano, tornou-se ainda mais poderoso entre os que participavam do núcleo de sustentação da República.<sup>369</sup> Em âmbito local, nomes como Pedro Celestino, Joaquim Augusto da Costa Marques e Caetano Manoel de Faria e Albuquerque ganharam projeção em meio à realidade socioeconômica e política do Estado verificada naquele período.

À época, a economia mato-grossense atravessava uma fase de desenvolvimento, notadamente em consequência da construção das ferrovias Madeira-Mamoré e Noroeste do Brasil e da instalação de grandes empreendimentos vinculados ao capital estrangeiro na região. Esse cenário de modernização foi objeto da propaganda veiculada pelo *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, obra publicada em 1914, que buscou retratar, entre outros aspectos, o bom momento da economia local.

Naquele contexto, marcado pela ascensão de novos atores políticos e de desenvolvimento econômico interno, verificou-se a emergência de um ambiente que possibilitou, e ao mesmo tempo influenciou, o fim das instabilidades que marcaram a história de Mato Grosso desde a Proclamação da República. A transição da fase mais turbulenta da política local, caracterizada por enfrentamentos armados, para uma fase em que as facções

---

<sup>368</sup>IA. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DE MATTO GROSSO, General Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, ao instalar a 2ª sessão ordinária da 10ª Legislatura, em 15 de maio de 1916. Cuiabá: Typografia da *Gazeta Oficial*, 1916, p.5.

<sup>369</sup>Atuando junto ao núcleo republicano no Rio de Janeiro, Antônio Azeredo, gradativamente conquistou espaço no seio da elite política brasileira. Mesmo sendo representante de um Estado de expressão diminuta em relação a outros, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, por exemplo, o capital político e as alianças que Azeredo construiu ao longo do tempo o transformaram em um dos principais articuladores da política republicana das décadas de 1910 e 1920. Inicialmente, sua atuação era amparada pelo Senador gaúcho Pinheiro Machado. Após a morte de Pinheiro Machado, Antônio Azeredo continuou figurando entre os influentes políticos da República. Algumas referências sobre a atuação de Antônio Azeredo estão em: VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, pp. 230 et. seq.

e/ou partidos passaram a pautar as suas ações nos pressupostos da ordem e da estabilidade, foi consolidada após o *impeachment* do Presidente do Estado, Caetano de Albuquerque, em 1916.

No contexto da saída do então Presidente do Estado, conhecido como Caetanada, acreditamos que as transformações sociopolíticas e econômicas interferiram na conduta e na maneira de agir da elite mato-grossense. A partir da Caetanada, consideramos, portanto, que as práticas políticas em Mato Grosso, no que concerne a atuação da elite que as direcionava, tornam-se, efetivamente, rotinizadas.

Desse modo, nosso objetivo é compreender em que medida o cenário político e econômico, que se desenhou ao longo da década de 1910, influenciou para que o ambiente de instabilidade envolvendo as disputas pela primazia do mando local, característico da política mato-grossense desde a Proclamação da República, chegasse ao fim.

Para tanto, inicialmente, nos debruçamos sobre o processo de redimensionamento das forças políticas locais no momento em que duas importantes lideranças mato-grossense, Generoso Ponce e Joaquim Murtinho, saíram de cena. Em seguida, analisamos a interface entre desenvolvimento econômico e político na tentativa de verificar como a modernização da economia local influenciou na transformação de práticas políticas - no sentido de minorar a instabilidade que até então caracterizava o cotidiano da região. A hipótese que permeia a análise desenvolvida no presente Capítulo é a de que a modernização econômica implica também em uma modernização política.

O que buscamos, então, é compreender de que modo as relações entre política, economia e sociedade – verificadas em Mato Grosso nos anos 1910 – estão relacionados com o processo de arrefecimento da instabilidade política e como isso implicou em uma racionalização do fazer político – no estabelecimento de rotina, redundando em práticas mais afeitas ao pressuposto da ordem republicana.

### **5.1 O cenário político mato-grossense na década de 1910**

Desde a Proclamação da República, a política em Mato Grosso foi fortemente influenciada pela atuação de Generoso Ponce e dos irmãos Manoel e Joaquim Murtinho. Ora atuando do mesmo lado, ora em lados opostos, esses atores construíram em torno de si poderosos núcleos de poder, conforme se verificou ao longo deste estudo.

Em 1906, após a campanha vitoriosa da Coligação em Mato Grosso, que culminou com a morte de Totó Paes, os Murtinho e Generoso Ponce se mantiveram aliados. Sob a influência dessa aliança se desenvolveu a articulação para a eleição do Executivo estadual em

1907. Pelo acordo inicial, realizado quando da formação da Coligação, portanto no momento de reaproximação entre os Murtinho e Ponce, este teria colocado como "única condição" para aderir ao movimento destinado a retirar Totó Paes do poder, que "Manuel Murtinho (*sic*) deve[ria] ser o futuro presidente de Mato Grosso". Segundo Generoso Ponce Filho, seu pai reafirmou a posição de indicar Manoel Murtinho à presidência do Estado alegando que "ele desfez a nossa obra comum de paz e de progresso em [18]99; cabe-lhe refazê-la, agora"<sup>370</sup>.

Mas o candidato "natural", Manoel Murtinho, não se dispôs a abrir mão do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal e da comodidade da vida na Capital Federal para voltar a sua terra natal, a fim de assumir a presidência do Estado.

Diante da recusa de Murtinho, dois eram os possíveis nomes que poderiam encabeçar a chapa da Coligação: Generoso Ponce ou José Maria Metello. Mesmo consciente da tarefa que recairia sobre o Presidente do Estado após o período de instabilidade e enfrentamentos que culminaram com a vitória da Coligação mato-grossense, haja vista o *déficit* de recursos nos cofres públicos,<sup>371</sup> Ponce, ao contrário do que fez em 1899, ocasião em que se recusou a concorrer à presidência do Estado, aceitou a indicação de seu nome à chefia do Executivo estadual.

Desse modo, a chapa lançada pela Coligação em Mato Grosso, para as eleições de 1907, foi composta pelos seguintes nomes: Generoso Ponce (Presidente), Pedro Celestino (1º Vice-Presidente), Joaquim Augusto da Costa Marques (2º Vice-Presidente) e João Batista de Almeida (3º Vice-Presidente), todos homens que atuaram na linha de frente dos enfrentamentos que culminaram com a morte Antônio Paes de Barros. Fruto de um amplo acordo, o pleito transcorreu sem quaisquer questionamentos, assegurando, assim, a vitória da Coligação.

Aliado ao retorno de Ponce ao poder, o período entre os anos de 1906 e 1909 propiciou a ascensão de atores que até então ocupavam posições secundárias no cenário político estadual e a renovação de muitas lideranças. Nomes como Pedro Celestino Corrêa da Costa, Joaquim Augusto da Costa Marques, Aníbal de Toledo, Caetano Manoel Farias de

---

<sup>370</sup>IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 359.

<sup>371</sup> De acordo com o relatório de Presidente de Estado, o saldo disponível nos cofres do erário quando da morte de Antônio Paes de Barros, em 1906, era significativamente deficitário. Em que pese o fato de que documentos que registram a movimentação da arrecadação estadual tenham sido perdidos durante os confrontos, e que os vitoriosos desejassem creditar todas as responsabilidades sobre as eventuais dificuldades sobre o ex-Presidente assassinado, fica a dúvida sobre a real situação financeira de Mato Grosso à época. O relato sobre a situação das contas públicas em 1906 está em: IA. MENSAGEM DO 1º VICE-PRESIDENTE DE MATO GROSSO, Coronel Pedro Leite Osório à Assembleia na segunda sessão ordinária de sua legislatura instalada à 13 de maio de 1907. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1907, p. 21.

Albuquerque, José Murtinho Sobrinho e o já influente Antônio Azeredo passaram a ocupar o primeiro plano da política local.

Dentre aqueles que ganharam projeção e se firmaram como liderança está Pedro Celestino Corrêa da Costa. Sua indicação ao cargo de primeiro Vice-Presidente do Estado na chapa encabeça por Generoso Ponce, em 1907, era um indicativo de que ele, gradativamente, consolidava-se como uma nova liderança mato-grossense.

Farmacêutico de formação, Pedro Celestino fazia de seu estabelecimento comercial, a farmácia situada na Praça da Matriz, no centro de Cuiabá, um ponto de encontro político. Como mencionamos anteriormente, ele era membro da família Corrêa da Costa e, juntamente com seu irmão Antônio e o primo Luiz Adolpho, trouxe para a política toda a tradição de seu “clã”. Embora não fosse iniciante, já tendo participado da vida política estadual desde a Proclamação da República, foi a partir de sua atuação na Coligação mato-grossense que Pedro Celestino firmou-se liderança no cenário mato-grossense.<sup>372</sup>

Enquanto Generoso Ponce esteve à frente do governo do Estado, Pedro Celestino manteve uma atuação discreta, mas, na medida em que o cenário se alterava, ele passou ao primeiro plano da política estadual. Em 1908, quando Generoso Ponce afastou-se da presidência por razões de saúde, Pedro Celestino assumiu o cargo de Presidente.

Durante sua gestão, promoveu a reforma do ensino público, elevando o número de escolas de 85 para 104 e ainda criou a Escola Normal, destinada a formar professores para atuar no sistema de ensino do Estado. Também promoveu melhoramentos no saneamento de Cuiabá e no entorno da cidade, como a construção da Estrada de Ferro da Chapada.

Ao término de sua gestão, Pedro Celestino se desentendeu com a cúpula do PRC. A desavença foi motivada pela escolha do nome de Joaquim Augusto Costa Marques para sucedê-lo na presidência do Estado. Segundo Corrêa Filho, "a escolha [de Costa Marques] processou-se à revelia de Pedro Celestino, que se desinteressou da sucessão"<sup>373</sup>. Contrariado, Pedro Celestino se afastou do Partido.

Fora do PRC, passou a articular oposição a Azeredo. Em 1913, no contexto da chamada "Questão do Mate", explicada adiante, Pedro Celestino estruturou a criação de uma nova agremiação partidária - o Partido Republicano Mato-grossense - PRMG, que reunia lideranças tradicionais do Estado, como Aníbal Coelho, sobrinho de Antônio Maria Coelho, primeiro Presidente do Mato Grosso republicano, Joaquim Sulpício de C. Caldas e João Pedro

---

<sup>372</sup> Sobre a trajetória pessoal de Pedro Celestino, ver: BUCDB. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1945.

<sup>373</sup> BUCDB. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1945, p. 45.

de Arruda. Também integraram o PRMG novos atores como João Batista de Oliveira Brandão, representante do sul de Mato Grosso, região na qual crescia exponencialmente a influência de Pedro Celestino.

Ponce, por sua vez, seguiu para o Rio de Janeiro a fim de assumir a cadeira na Câmara Federal e cuidar da saúde.<sup>374</sup> Ali se manteve até sua morte, em 1911. Enquanto esteve sob tratamento médico, procurou manter-se atuante. Nesse sentido, mesmo debilitado fisicamente, participou da campanha que elegeu o Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República.

Segundo Vera Lúcia Borges, naquela campanha presidencial, "pela primeira vez na história da Primeira República" a disputa "conquistou as ruas e torn[ou]-se motivo de discussão acalorada entre a população urbana"<sup>375</sup>. Dito de outra maneira, tal campanha era uma inovação frente às eleições presidenciais anteriores, realizadas quase sem nenhum embate entre os candidatos durante o período de campanha eleitoral.<sup>376</sup>

A campanha de Hermes da Fonseca foi articulada pelo Senador gaúcho, Pinheiro Machado, e contava, entre outros, com o apoio dos Senadores mato-grossenses Antônio Azeredo e Joaquim Murtinho. Depois da vitória do sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, Pinheiro Machado promoveu a criação de uma legenda partidária de abrangência nacional, o Partido Republicano Constitucional - PRC. O objetivo da criação dessa agremiação era capitanear para o partido as lideranças dos mais diversos Estados brasileiros de maneira a formar uma ampla base de apoio para Hermes da Fonseca. Baseando-se nas análises de Joseph Love, Vera Borges escreveu que "o PRC mostrava grande semelhança com

---

<sup>374</sup> Em 1908, momento em que a saúde de Generoso Ponce começou a se deteriorar, houve eleições para o Congresso Nacional. Na ocasião, ele resolveu se afastar da presidência do Estado e se candidatar ao cargo de Deputado Federal. Assumindo esse cargo ele não se afastaria da política e ainda assim teria condições se submeter a tratamento médico na Capital da República, onde havia mais recursos. Cf: IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952.

<sup>375</sup>BORGES, Vera Lúcia B. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 146.

<sup>376</sup>Desde a Proclamação da República, em 1889, verificou-se a predominância de Estados como São Paulo e Minas Gerais no controle do Executivo Federal. Todavia, em razão da conjuntura política verificadas em fins da década de 1910, não houve consenso entre os membros da cúpula republicana acerca de um nome para a disputa da presidência da República. Naquele contexto surgiram, então, as candidaturas do Marechal Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa. Embora estivessem participando ativamente das articulações em prol de um ou outro candidato, era a primeira vez que São Paulo e/ou Minas Gerais não encabeçavam a chapa presidencial. Para além desse aspecto, a campanha polemizou acerca do retorno dos militares ao poder, situação vista por alguns contemporâneos como uma ameaça ao domínio civil e serviu, ainda, como palco de demonstração da capacidade de engendramento de um importante ator e articulador político daquele período, o Senador gaúcho Pinheiro Machado. Sobre campanha eleitoral de 1910, ver: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975 e VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

uma anterior organização política nacional, o PRF (Partido Republicano Federal), sob a liderança de Francisco Glicério". Ainda segundo essa autora:

No PRC, Pinheiro Machado conseguiu agrupar parcela substancial das máquinas políticas estaduais. (...) Na prática, o novo partido era um meio de institucionalizar e legitimar o poder do senador gaúcho, garantindo a disciplina das áreas distantes da capital federal, a sua principal arena política de atuação. Com seu novo partido, Pinheiro Machado dominou o Senado e caminhou rapidamente no sentido de fortalecer sua posição na Câmara, principalmente após 1912, ao substituir Quintino Bocaiúva, que faleceu naquele ano e era, até então, o chefe do partido.<sup>377</sup>

A campanha consagrou a liderança de Pinheiro Machado e, na medida em que o Senador gaúcho se tornava um dos principais articuladores da política nacional, seu aliado Antônio Azeredo, Senador por Mato Grosso, também consolidava seu prestígio em âmbito nacional.

Desde a Proclamação da República, Azeredo era peça fundamental no jogo político mato-grossense. Conforme mencionamos no Capítulo 1, ele e Joaquim Murinho estavam entre os que apoiaram a queda da Monarquia. No Rio de Janeiro, onde seguiu para completar os estudos ainda da década de 1880, atuou politicamente e integrou o grupo republicano que deu forma ao regime emergente em 1889. Com as mortes de Generoso Ponce e Joaquim Murinho, em 1911, Azeredo se tornou o político mato-grossense de maior influência no cenário nacional.

Generoso Ponce faleceu dia 7 de novembro, após passar quase dois anos em tratamento de saúde,<sup>378</sup> sem deixar um herdeiro capaz de levar adiante seu legado político. Embora seu genro, Alfredo Otávio Mavignier, integrasse a nova geração de lideranças mato-grossenses, sua atuação sempre se fez junto e sob a influência de grupos estabelecidos. Em outras palavras, o núcleo político liderado por Ponce foi recomposto em torno de pessoas que não representavam uma continuidade do modo de fazer política que ele, Ponce, estabeleceu nos anos iniciais da República em Mato Grosso.

Joaquim Murinho, que ao longo de sua trajetória tantas vezes disputou com Generoso Ponce a primazia do mando em Mato Grosso, faleceu, ironicamente, poucos dias depois dele, mais precisamente em 18 de novembro. A notícia foi destaque nas primeiras páginas de

<sup>377</sup>BORGES, Vera Lúcia B. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política Oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB, 2004, pp. 167/168.

<sup>378</sup>Cf. IHGMT. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952. pp. 526 et seq.



importantes periódicos, como *O Paíz*. Ao anunciar a morte do político "ilustre", a manchete não deixava de registrar o papel de destaque que Joaquim Murinho desempenhou junto à cúpula republicana desde os primeiros dias no novo regime.<sup>379</sup>

Ao contrário de Generoso Ponce, Murinho deixou, de certa forma, um herdeiro político, seu sobrinho, José Murinho Sobrinho. Além do jovem Murinho, o irmão mais velho, Manoel, continuou defendendo os interesses da família na arena política mato-grossense. Todavia, não era mais a figura proeminente dos anos iniciais da República.

Assim, com as mudanças verificadas naquela conjuntura, tanto na esfera federal como na local, o protagonismo de Antônio Azeredo se tornou, a cada dia, mais evidente. Juntamente com o gaúcho Pinheiro Machado, o Senador mato-grossense tornava-se, naquele início da década de 1910, um dos homens mais poderosos da República.

O prestígio de Azeredo era notado, obviamente, por sua atividade política, mas, também, observado fora dos limites do Senado, uma vez que Antônio Azeredo manteve, paralelamente, uma atuação como jornalista e advogado. Depois de ter operado como jornalista ao lado de nomes como Rui Barbosa, quando era proprietário do *Diário de Notícias*, criou a revista *O Malho*. No início da década de 1910, era proprietário e redator-chefe do jornal *A Tribuna*. Como advogado defendia os interesses de grandes empresas que atuavam em Mato Grosso, a exemplo da Cia. Matte Larangeira e *Brazil Land Packing Co* – como explicado adiante.<sup>380</sup>

A influência de Antônio Azeredo podia ser verificada não apenas por seus contatos e influência junto aos círculos formais do mundo político, mas, também, pela visibilidade que gozava junto às colunas sociais dos jornais cariocas. Um dos espaços de sociabilidade que nos permite visualizar a projeção de Azeredo na sociedade carioca era a "coluna social" de jornais da Capital Federal. Costumeiramente, n' *A Gazeta de Notícias*, por exemplo, membros da família Azeredo figuravam em nota, quer fosse para registrar o aniversário natalício de sua

---

<sup>379</sup> BN. Dr. Joaquim Murinho. *O Paíz*. Rio de Janeiro, 19 de nov. 1911, p.1. Em razão da atuação nas altas esferas na política republicana, outros jornais de grande circulação na Capital Federal deram destaque à morte de Murinho. *A Gazeta de Notícias*, por exemplo, trouxe em primeira página uma extensa matéria na qual rendia homenagens ao "ilustre morto". O texto rememorou toda a trajetória política de Murinho, com destaque especial para a sua atuação como Ministro da Viação e Obras Públicas, no governo de Manoel Vitorino e como Ministro da Fazenda de Campos Salles. Não deixava de mencionar, ainda, sua longa atuação no Senado da República. Destacava também que, em razão de seu comportamento pouco afeito a expor sua vida particular, Joaquim Murinho "tratou de ocultar até os últimos momentos seu estado melindroso" Cf: BN. Dr. Joaquim Murinho. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 20 de nov. de 1911, p. 1.

<sup>380</sup> FANAIA. João Edson de Arruda. *Dicionário da Elite Republicana (1889-1930)*. Verbete: Antônio Azeredo. s/p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEREDO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>. Acesso em: 15 de dez. de 2013.

esposa<sup>381</sup> ou o noivado de sua filha, quer fosse para noticiar as viagens da família Azeredo para lazer nas mais diversas localidades. Nessas passagens, para se referir a Azeredo e à sua família, os colunistas registravam expressões como “a família do ilustre” Senador e “colega d’A *Tribuna*”, a fim de noticiar as efemérides de seu cotidiano.

Não nos parece que tais notas eram dadas sem o consentimento de Azeredo, uma vez que traziam detalhes, possivelmente fornecidos por alguém da família, o que nos faz crer que usar colunas sociais como vitrine de sua vida particular era, acima de tudo, uma demonstração de poder de Antônio Azeredo.

Nesse sentido, para assinalar seu poder e influência, Azeredo fazia publicar também notícias sobre os encontros políticos promovidos em sua residência. Com certa frequência, o jornal noticiava os jantares que o Senador oferecia em seu “palacete residencial”. Em uma dessas ocasiões, a chamada intitulada “Banquetes”, a *Gazeta de Notícias* informou que “em seu palacete da Rua São Clemente, o Sr. Senador Antônio Azeredo ofereceu um banquete ao Sr. Ministro Graça Aranha”.<sup>382</sup> Em outra, o convidado era ninguém menos que o próprio Presidente da República, Hermes da Fonseca<sup>383</sup>. Ou seja, para além da atuação intramuros no Congresso Nacional, Azeredo procurava dar demonstrações de sua influência através do *marketing* pessoal, demonstrando ao público o trânsito que possuía junto ao núcleo central de poder na República.

Tratava-se, sem sombra de dúvidas, de um homem que, assim como Joaquim Murtinho, tinha sido talhado pelos hábitos e valores do mundo aristocrático/burguês que davam forma a uma pequena, mas expressiva parcela da sociedade brasileira de então.

Após a morte de Pinheiro Machado, em 1915, Antônio Azeredo se tornou não só uma das figuras centrais do PRC mas também se manteve desde então - e até o fim da Primeira República, em 1930 - ininterruptamente, como Vice-Presidente do Senado brasileiro.<sup>384</sup> Todavia, é preciso salientar que naquele momento, os anos 1910, Azeredo estava trilhando o caminho para a consolidação de seu poder. Estava, ainda, em seu primeiro mandato como Vice-Presidente do Senado.

Para atuar junto à política mato-grossense, Antônio Azeredo contava com o apoio especial de dois atores que ganharam destaque na cena política mato-grossense na primeira

<sup>381</sup> BN. Binóculo. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16 de jan. de 1915, p.4. As notícias sobre a vida social da família do senador mato-grossense apareciam, frequentemente, na coluna Binóculo. Nessa seção estão expressas, por exemplo, as felicitações pela passagem do aniversário da esposa de Antônio Azeredo.

<sup>382</sup> BN. Banquetes. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 07 de abr. de 1912, p. 9.

<sup>383</sup> BN. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 03 de abr. de 1912, p. 2.

<sup>384</sup> FANAIA. João Edson de Arruda. *Dicionário da Elite Republicana (1889-1930)*. Verbete: Antônio Azeredo. s/p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEREDO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>. Acesso em: 15 de dez. de 2013.

década do século XX: Antônio Aníbal de Toledo e Joaquim Augusto da Costa Marques. O último, desde os enfrentamentos armados de 1906, momento em que atuou efetivamente para defender os interesses da Coligação, se colocou como fiel aliado de Azeredo. No ano em que Generoso Ponce e Joaquim Murtinho saíram de cena, o grupo liderado por Azeredo influenciou decisivamente para que Joaquim Augusto da Costa Marques fosse eleito Presidente de Mato Grosso.

Assim, a década de 1900 marcou a emergência de novas lideranças em Mato Grosso. Conforme procuramos demonstrar, algumas delas já tinham longa trajetória na política local, como era o caso de Antônio Azeredo e mesmo de Pedro Celestino, outros eram novatos. Esses atores, por fatores que analisaremos adiante, aos poucos, deixam de lado práticas que marcaram o período de maior instabilidade em Mato Grosso, principalmente o costume de resolver as dissensões políticas através de enfrentamentos armados, e passaram a adotar o diálogo e a conciliação como pressupostos para a resolução dos conflitos políticos no Estado.

## **5.2 A inter-relação entre desenvolvimento econômico e o fazer político em Mato Grosso na década de 1910**

### **5.2.1 A modernização econômica do Estado nas páginas do *Álbum Gráfico de Mato Grosso***

Com a inauguração das ferrovias Madeira-Mamoré (1912) e Noroeste do Brasil (1914), a expectativa era de que o progresso definitivamente se instalaria em Mato Grosso. Além das ferrovias, empreendimentos agropecuários ligados ao grande capital estrangeiro passaram a dinamizar a economia local.

Esse cenário de modernização econômica, verificado à época, foi retratado no *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, publicado em 1914. A obra veio a público em um momento no qual a sociedade local celebrava o desenvolvimento econômico. Entre os muitos aspectos presentes no *Álbum*, é possível perceber essa atmosfera comemorativa do ingresso da região na Era da "civilização" e do "progresso".

Esse desenvolvimento da economia mato-grossense é parte de um processo maior. Entre fins do século XIX e os anos iniciais do século XX, a sociedade brasileira, de maneira expressiva, passou pelas vicissitudes e tragédias do progresso e da modernização. Assim como em outras partes do mundo, nas maiores cidades do Brasil a presença de ícones da modernidade como o telefone, o telégrafo sem fio, o fonógrafo, o cinema, o automóvel e, posteriormente, o avião, gradativamente, foram incorporados ao cotidiano. Em outras

palavras, experiências e símbolos dessa modernização, até então vivenciados e visualizados mais comumente nos países "desenvolvidos"<sup>385</sup>, aos poucos aportavam no Brasil.

A modernização no Brasil veio a reboque do olhar e gosto de uma elite oriunda, sobretudo, do comércio agroexportador brasileiro fortemente sustentado pelo café, de industriais, bem como de intelectuais provenientes tanto das camadas sociais mais abastadas, quanto das camadas médias. As concepções de progresso e modernização desses grupos refletiam no planejamento e reordenamento dos espaços urbanos. Exemplos desse processo podiam ser vistos em cidades como, por exemplo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Campo Grande e Rio de Janeiro. A capital da República vivenciou, naquele período, um tenso processo de reordenamento urbano, levado a efeito pelo Prefeito Pereira Passos com o aval do Presidente da República, Rodrigues Alves. A intenção era que ela se tornasse símbolo desses "novos tempos".<sup>386</sup>

No interior paulista, o desenvolvimento e a modernização, ocorridos sob o influxo dos capitais provenientes das roças de café, produziram efeitos que causavam uma espécie de embriaguez sensorial. Ao traduzir em palavras esse cenário, José Evaldo Doin afirmou ao visualizar as transformações promovidas nos espaços urbanos:

O olhar inunda-se das formas novas, o vasto matagal dos sertões do nordeste paulista disciplina-se no plantio geometrizado dos cafeeiros que, com suas ruas e carreadores, subvertem a entropia do rural, criando perigosamente um avesso quase a sugerir: se lá o sertão vai virar mar, cá o sertão, zombeteiramente quer virar cidade.<sup>387</sup>

O progresso e a modernidade representados por ícones artísticos e tecnológicos, para além do reordenamento das cidades, impunham aos cidadãos, em geral, formas mais "civilizadas" de vivências no espaço urbano. Nessa relação, "novos gestuais impõem-se: o cigarro, o volante, a estética, o corpo e seus cuidados. (...). A bengala, os ternos, os cremes e cheiros de uma indústria, que se afirma vigorosa, amolda uma nova atmosfera no cotidiano".<sup>388</sup>

<sup>385</sup> HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 90.

<sup>386</sup> Sobre as reformas urbanas no Rio de Janeiro no começo do século XX, ver: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: mentes insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>387</sup> DOIN, José Evaldo de M. Olhar, desejo e paixão: lazeres e prazeres nas terras do café (1864-1930). In: \_\_\_\_\_; PEREIRA, Robson Mendonça (Orgs). *A Belle Époque caipira: a saga da modernidade nas terras do café (1864-1930)*. Franca: Unesp-FHDSS/CEMUNC, 2005, p. 11.

<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 14.

As marchas e contramarchas do processo de modernização brasileiro eram desiguais e inconclusas, segundo José Evaldo Doin (2005). Por isso, no início do século XX, para regiões como o "longínquo" Mato Grosso "ainda" havia a expectativa pela tal "modernidade". Lá, ela chegou sobre trilhos, na década de 1910. Naquele período, os trilhos que "avançavam por toda parte, criando verdadeiras *bacias ferroviárias* nos sertões paulistas"<sup>389</sup>, em breve atravessariam as barrancas do Rio Paraná e chegariam a Mato Grosso.

Para além de desenvolvimento e modernização, a construção das Ferrovias Madeira-Mamoré e Noroeste do Brasil significou a integração de Mato Grosso ao "corpo" da Nação: a ocupação dos "espaços vazios" e a integração da fronteira oeste do Brasil- vista como um "sertão longínquo" situado nos "confins da civilização"- às regiões mais desenvolvidas do país. Em outras palavras, no que diz respeito a Mato Grosso, as ferrovias eram um "instrumento civilizacional, de integração e modernização"<sup>390</sup>.

O término dessas duas importantes vias de comunicação ocorreu durante a gestão de Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1914). Aquele momento da história local também ficou marcado pela iniciativa conjunta do governo do Estado e de empresários corumbaenses que culminou com a publicação do *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. A ideia do governo e dos empresários não era apenas comemorar o ingresso de Mato Grosso na modernidade, mas propagandear a novidade e atrair capitais para o Estado.

A apresentação da publicação do *Álbum foi* feita pelos empresários corumbaenses S. Cardozo Ayala e Feliciano Simon, que o expuseram como um "guia seguro de informações gerais para todos quantos tenham por Mato Grosso algum interesse". Para Osvaldo Zorzato, o caráter de "guia" era o "objetivo explícito" do *Álbum*, uma vez que:

Ao lado de um objetivo explícito que apresenta uma parcela "desconhecida" do território brasileiro, sutilmente elabora-se outro. Trata-se de um conjunto de representações, de um quadro de referências, a partir das quais os matogrossenses constroem sua identidade. Algo que os coloca como pertencentes à nacionalidade, mas como brasileiros distintos.<sup>391</sup> (Destaque do autor).

Reconhecemos que ao lado do caráter propagandístico figura a presença de um constructo identitário, objeto, aliás, já apropriadamente estudado por Osvaldo Zorzato.

<sup>389</sup> Ibidem, p.13. (Grifos do autor).

<sup>390</sup> TRUBILIANO, Carlos Alexandre B. *A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)*. Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Unesp. Franca: FAPESP, 2013, p.30.

<sup>391</sup> ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 179 fls. Tese (Doutoramento em História) FFLCH, USP. São Paulo, 1998, p. 39.

Compreendemos também que esse caráter do *Álbum* é primordial para o entendimento dos elementos que a elite intencionava fazer sobressair na imagem idealizada de si mesma. Todavia, interessa-nos aqui pensar o *Álbum Gráfico* em seu caráter primário, ou seja, como "guia" das potencialidades existentes em Mato Grosso, não só para observar aspecto propagandístico existente na publicação.

Ao apresentar ao leitor a trajetória histórica do Estado, bem como o quadro de estruturação político-administrativa e econômica observado à época da publicação, incluem-se, aí, suas riquezas naturais - minérios, metais e minerais; o potencial produtivo, presente nas indústrias pastoril, da pecuária e da erva-mate; na exploração da borracha bem como no comércio realizado no porto de Corumbá; além do potencial de desenvolvimento representado pelas vias de comunicação, que há pouco haviam sido inauguradas, a publicação apresentava Mato Grosso como um lugar moderno e promissor.

Para corroborar a ideia de futuro promissor, o *Álbum Gráfico* apresenta o relato da viagem que o então Presidente, Joaquim Augusto da Costa Marques, fez a diversas regiões do Estado. Na passagem pelo sul de Mato Grosso, ele destacou as condições de cidades recém-criadas como Campo Grande (1910), Ponta Porã (1912) e do povoado de Três Lagoas, surgido em função da Ferrovia Noroeste do Brasil, bem como as de cidades mais antigas, como Aquidauana, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho. O então Presidente escreveu: "atra[íam] a atenção do viajante", e despertavam "entusiasmo pelo grandioso futuro de tão privilegiada região".<sup>392</sup>

A publicação, de maneira geral, ao mesmo tempo que cumpria seu papel publicitário de divulgar "a quem pudesse interessar" possibilidades futuras, enfatizava as condições estruturais das mais diversas localidades. Nesse sentido, a composição das informações observadas no *Álbum* revelam a intenção de apresentar um Estado que se modernizava. A propaganda destinada a atrair recursos e investimentos para Mato Grosso torna-se, para nós, algo importante, na medida em que apresenta a ampliação do cenário econômico do Estado ocorrida ao longo da década de 1910.

Observamos, também, que na esteira do surgimento de cidades e de empreendimentos agropastoris ampliaram-se as demandas socioeconômicas. Logo, elas foram traduziram em demandas políticas, sobretudo no que se refere à região onde essas transformações foram mais vultosas, o sul de Mato Grosso. Explica-se: ao longo do século XIX e até os anos iniciais do século XX, Cuiabá e seu entorno figuravam como *locus* central da vida mato-grossense, mas,

---

<sup>392</sup> Relato do presidente de Mato Grosso Joaquim Augusto da Costa Marques. In: BPGYF. CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F (Orgs). *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Campo Grande: IHGMS, [1914] 2011, Tomo III, p. 223.

na medida em que a economia do Estado se expande, e que interesses de natureza variada são estabelecidos e ganham força, como o dos posseiros que ocupavam áreas adjacentes à área explorada pela Matte Larangeira, isso se reflete na política.

Assim, paralelamente à modernização da economia local propagandeada pelo *Álbum Gráfico*, verifica-se um processo que implica na transformação das dimensões do jogo político em Mato Grosso, conforme veremos a seguir.

### **5.2.2 A face da tragédia ou o lado oculto da modernização mato-grossense: o jogo político-econômico e os bastidores da Caetanada**

Ao analisarmos o *Álbum Gráfico* a partir de seu objetivo primordial, qual seja a de um "guia" destinado a propagandar as "potencialidades" e a face "moderna" de Mato Grosso, verifica-se a habilidade de seus organizadores em manipular as imagens e símbolos do progresso local. Como observa Marshall Berman (2007), a partir da análise do clássico *Fausto*, do alemão Johann Wolfgang von Goethe, a modernização não era apenas um processo heroico e grandioso, posto que também era trágico.

Segundo Berman, "a heroicidade do Fausto goethiano provém da liberação de tremendas energias humanas reprimidas, não só nele, mas em todos que ele toca e, eventualmente, em toda a sociedade a sua volta". Mas, ressalta Berman, "o grande desenvolvimento que [Fausto] representa um altíssimo custo para o ser humano".<sup>393</sup>

Verificamos que o processo ocorrido em Mato Grosso nos primeiros anos do século XX nos permite identificar aspectos do que Berman verificou em Fausto, tanto no sentido da liberação de "tremendas energias humanas" quanto na face oculta desse processo, aquela que, embora não apresentada nas páginas do *Álbum Gráfico*, estava intimamente relacionada aos significados do "altíssimo custo para o ser humano" que o processo de modernização envolve.

No que tange a Mato Grosso esse processo de modernização também exigiu a ação dos *fomentadores*<sup>394</sup>, tal como em *Fausto*. E, assim como na obra de Goethe, a ação desses agentes suscitou conflitos que acabaram influenciando os rumos da política mato-grossense.

<sup>393</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 54.

<sup>394</sup> Para Berman, o fomentador é uma das metamorfoses de Fausto, momento em que "ele conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas políticas e sociais que dirigem o mundo; aprende a construir e destruir". Nesse sentido, tomamos a ideia de fomentador como metáfora que representa a ação de investidores nacionais e estrangeiros que lançaram mão de seu poder econômico para conseguir apoio de políticos mato-grossenses com intenção de auferir benefícios e vantagens em prol de seus empreendimentos. Sobre a análise que Berman desenvolve sobre Fausto, ver: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 50/108.

Em outras palavras, isso significa dizer que o *Álbum Gráfico* apresenta uma face oculta, inerente ao progresso: "a(s) tragédia(s) do desenvolvimento", semeadas ao longo da primeira metade da década de 1910.

Em dezembro de 1916, pouco mais de um ano depois de assumir a presidência de Mato Grosso, o General Caetano Manoel Faria de Albuquerque foi deposto do cargo. O episódio ocorreu após meses de embate político e jurídico e de focos de enfrentamentos armados, que configuraram uma tentativa de levante em cidades do sul de Mato Grosso.

O que as facções objetivavam resolver naquele final de 1916 era a permanência ou não de Caetano de Albuquerque à frente do Executivo estadual. Lutavam, naquele momento, pelo controle do mando em Mato Grosso. De um lado, as forças do Partido Republicano Conservador - PRC, que tinha em Antônio Azeredo, José Maria Metello, Antônio Aníbal de Toledo e o ex-Presidente do Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques seus maiores expoentes e, de outro, o Partido Republicano Mato-Grossense - PRMG - liderado por Pedro Celestino Corrêa da Costa e pelo próprio Caetano de Albuquerque (eleito pelo PRC, como veremos adiante). Para isso, buscava-se uma solução, quer fosse ela no campo da "legalidade" quer fosse no das "armas".

Após meses de trocas de acusações entre o então Presidente de Mato Grosso e a cúpula do PRC - noticiadas diariamente pela imprensa local e carioca, que se interessava de perto em acompanhar a atividade do Vice-Presidente do Senado e líder do PRC mato-grossense, Antônio Azeredo - o imbróglio acabou se resolvendo através da "legalidade". A Assembleia Legislativa de Mato Grosso, por unanimidade, decretou a perda do mandato do então chefe do Executivo estadual. Segundo o texto, foi

condenado o General Caetano Manoel Faria [d]e Albuquerque, presidente do Estado, a perda desse cargo, visto haver cometido os crimes de prática de atos contra o livre exercício dos poderes políticos do Estados (...); e de prática de atos contra a guarda e aplicação legal dos dinheiros públicos, criando comissões remuneradas sem autorização legal e abrindo créditos sem as formalidades e fora do casos estabelecidos em lei; crimes previstos pela Constituição Estadual, artigo 6º e seus parágrafos 1º e 2º e pelo artigo 36, terceira alínea e 'in fine' da Lei número 23 de 16 de novembro de 1892; revogadas as disposições em contrário.<sup>395</sup>

O embate que culminou com o *impeachment* de Caetano de Albuquerque, movimento conhecido como Caetanada, já foi abordado pela Historiografia local anteriormente, entre

---

<sup>395</sup> Ofício encaminhado ao Coronel Manoel Escolástico Virgínio pela Assembleia Legislativa, em 13 de dezembro de 1916, apud ALVES, Lourembergue. *Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder*. São Paulo: Scortecci, 2002, p.61.



autores como Virgílio Corrêa Filho (1969), Rubens de Mendonça (1970) e Valmir Batista Corrêa (2006). Mais recentemente, Lourembergue Alves, em *Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder*, publicada em 2002, trouxe o assunto novamente à carga.

Na obra, o pesquisador aponta, fundamentalmente, que a deposição de Caetano de Albuquerque estava relacionada com duas questões: 1) os desdobramentos da queda de braços envolvendo os interesses da CML, na chamada "Questão do Mate", iniciada em 1912 e resolvida apenas em 1915; 2) a mudança de posicionamento de Caetano de Albuquerque que, depois de eleito pelo PRC, de Antônio Azeredo, adotou uma "orientação política" diferente daquela preconizada pela cúpula partidária. Por conta disso, gradativamente se afastou do PRC e se aliou ao PRMG de Pedro Celestino, passando a fazer oposição aberta a Azeredo.

De uma maneira geral, entendemos que essas questões apontadas por Lourembergue Alves, de fato, permeiam a saída de Caetano de Albuquerque do governo do Estado. Porém, compreendemos também que o contexto geral é bem mais complexo. A análise das fontes nos permite argumentar que a deposição do Presidente do Estado tem estreita relação com os seguintes aspectos: o primeiro diz respeito às disputas pelo controle do mando envolvendo os atores que passaram para o primeiro plano da cena política mato-grossense após as mortes de Generoso Ponce e Joaquim Murтинho; o segundo se refere à relação entre os *fomentadores* do desenvolvimento local - notadamente, a Companhia Mate Larangeira e a empresa *Brazil Land Packing Catlle Co.* - e os interesses político-econômicos do Senador Antônio Azeredo - o qual atuava em favor dessas empresas. Por fim, observamos a inter-relação entre a política nacional e local que refletem em um processo de modernização/racionalização das práticas políticas no Estado.

Como dissemos anteriormente, o cenário mato-grossense sofreu um processo de redimensionamento no início dos anos de 1910. A ausência de políticos como Joaquim Murтинho e Generoso Ponce abriu espaço para que outros atores ampliassem sua atuação tanto na esfera nacional quanto local. Antônio Azeredo, como já dissemos, tornou-se o nome central da política mato-grossense em âmbito nacional. Sua situação complicou-se um pouco quando a questão se volta para Mato Grosso.

O maior adversário de Azeredo em Mato Grosso era Pedro Celestino Corrêa da Costa. Depois de se afastar do PRC, em 1912, Pedro Celestino passou a constituir em torno de si um núcleo consistente de poder - arregimentando lideranças oriundas do entorno de Cuiabá, mas, principalmente de cidades do sul do Estado, como Aquidauana, Nioaque, Miranda, Campo Grande e Ponta Porã, as duas últimas, cidades de constituição recente. A posição de Pedro

Celestino e de seus correligionários nessa área foi aumentando na medida em que cresceu a interferência de Azeredo, que atuava em prol de interesses econômicos de empresas estabelecidas na região, como veremos a seguir.

Os conflitos oriundos de manobras que tentavam beneficiar empreendidos como a *Brazil Land* e a Mate Larangeira mobilizaram grupos de fazendeiros e posseiros que, cada vez mais, requisitavam da elite política posicionamentos que viessem ao encontro de suas demandas.

Outro aspecto que denota as disputas pelo controle do mando envolvendo os atores que passaram para o primeiro plano da cena política mato-grossense era competição travada por Joaquim Augusto da Costa Marques, Caetano Manoel Faria de Albuquerque, Aníbal de Toledo e pelo próprio Pedro Celestino para se firmar como liderança. Depois das mortes de Antônio Paes de Barros (1906), de Generoso Ponce e Joaquim Murtinho (1911) e da sensível redução de influência de nomes como Manoel Murtinho, esses políticos buscaram se firmar como lideranças. Essa competição explica, em parte, a composição e recomposição de alianças ocorridas no contexto da Caetanada.

O segundo aspecto fundamental para a compreensão do cenário, que culminou com o *impeachment* de Caetano de Albuquerque, diz respeito à relação entre alguns dos *fomentadores* do desenvolvimento local e de políticos, como Antônio Azeredo, que tentavam utilizar seu poder em prol de determinados empreendimentos que atuavam em Mato Grosso. O primeiro caso, conforme apontou Lourembergue Alves, faz referência aos desdobramentos da chamada "Questão do Mate".

A "Questão" estava relacionada à proposta de prorrogação do contrato de arrendamento dos ervais enviada pela CML à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em 1912. Na ocasião, ocorreu um grande debate e a proposta sobre o pedido da empresa foi retirada da pauta de votações, sendo retomada somente três anos depois, em 1915, quando, efetivamente, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso definiu os termos da prorrogação do arrendamento feito pela CML.

A chamada "Questão do Mate" interessa-nos aqui, pois oferece elementos que permitem pensar a conjuntura político-econômica que culminou com a deposição de Caetano Albuquerque. O contrato inicial celebrado entre a CML e o Estado de Mato Grosso, ainda no governo de Manoel Murtinho (1892), estabelecia, entre outros pontos, que o prazo de arrendamento da área destinada à exploração dos ervais expiraria em 1916. Mas, em 1912, a empresa se antecipou e enviou à Assembleia Legislativa de Mato Grosso uma proposta que contemplava um novo Acordo com o Estado e previa a prorrogação do arrendamento.

À primeira vista, parece sem propósito o interesse da CML em tentar antecipar em quatro anos o pleito sobre a prorrogação do dito contrato. Todavia, ao observarmos o contexto com atenção, percebe-se que aquele era um momento-chave para a resolução do assunto. Primeiro, porque os diretores da CML tinham pleno conhecimento de que, com a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, o preço das terras no sul de Mato Grosso (área dos ervais) estava aumentando exponencialmente; depois, em consequência da construção da NOB, havia um fluxo cada vez maior de migrantes e novos empreendimentos para a região. Finalmente, mas não menos importante, havia uma pressão cada vez maior dos pequenos colonos para legalizar terras por eles ocupadas, contíguas aos ervais. Nesse sentido, esperar o fim do contrato, ou seja, mais quatro anos, poderia ser um risco para os interesses da empresa.

Por outro lado, embora estivesse em curso o processo de reordenamento das forças políticas em âmbito local, verificado após as mortes de Generoso Ponce e Joaquim Murtinho, o ambiente era favorável ao encaminhamento do pleito da CML, pois, na época em que a proposta foi enviada ao legislativo mato-grossense, o Presidente do Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques era um importante aliado de Antônio Azeredo, que advogava os interesses da empresa. Essa situação, em tese, facilitaria a aprovação da proposta submetida pela empresa.

De acordo com Virgílio Corrêa Filho (1925), o trâmite da petição encaminhada pela CML à Assembleia Legislativa foi rápido e com parecer favorável. Todavia, enquanto o projeto tramitava nas Comissões incumbidas de analisá-lo, vozes dissonantes começaram a se manifestar. Com a mesma velocidade em que o projeto passava pelas Comissões da Assembleia Legislativa, a chamada "Questão do Mate" mobilizou a "opinião pública" mato-grossense. O assunto extrapolou os limites do Parlamento e foi abordado pelos jornais *O Matto Grosso* e *O Debate*.

O projeto previa como condições centrais para o futuro arrendamento: "á prorrogação do privilégio [monopólio] por 22 anos, a começar de 1º de Janeiro de 1913". E mais, além do direito de exploração da erva-mate propriamente dita, a CML pleiteava, ainda, o direito de explorar produtos florestais, industriais, agrícolas e minerais e o pagamento de quantias invariáveis de impostos, de acordo com uma escala crescente, a iniciar-se em 1913 com término em 1934, data em que o contrato expiraria.<sup>396</sup>

Em *O Matto Grosso*, uma série de artigos publicados pelo ex-Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, apresentou aos leitores mato-grossenses a proposta de

---

<sup>396</sup> IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos ervais mato-grossenses*. São Paulo: São Paulo Ed. Ltda, 1925, pp. 61/62. Col. Monografias Cuiabanas.

contrato que a CML pretendia aprovar. No artigo intitulado "Questão Magna", o ex-Presidente do Estado considerou que, em um momento como aquele, no qual Mato Grosso sofria com a queda de arrecadação dos impostos oriundos da exploração da borracha, "[seriam] os ervais a reserva, a fonte que substituir[íam] gradativamente o desfalque de receita produzido pela desvalorização da borracha", dizia ele em seu artigo.<sup>397</sup>

As argumentações iam além: apresentavam uma série de ponderações contrárias aos termos da petição proposta pela CML. Em uma delas, os termos do contrato vigente entre CML e o Estado de Mato Grosso, desde 1894, eram comparados às condições de exploração dos ervais vigentes no Estado do Paraná. Através dessa comparação, Pedro Celestino concluía, por meio de dados apresentados aos leitores, que os cofres do Estado de Mato Grosso estavam e continuariam sendo lesados pela forma de arrecadação de impostos proposta pela CML.<sup>398</sup>

Outro ponto discutido era o uso da Ferrovia Noroeste do Brasil para o escoamento do mate produzido em Mato Grosso. De acordo com Pedro Celestino, o mate poderia ser exportado como o de Santos, ao invés de ser exportado pelo Rio Paraná e pela Bacia do Prata até chegar à Argentina, como era feito à época. Para ele, o escoamento do mate pela Noroeste do Brasil implicaria no pagamento de taxas mais favoráveis de frete do que as praticadas pelo transporte fluvial, e, conseqüentemente, permitiria maior controle sobre o produto escoado, evitando, assim, sonegação de impostos.

Pedro Celestino questionava, também, a destinação das terras devolutas no Estado. Segundo ele;

Essas terras devolutas [arrendadas à CML] são constituídas de excelentes campos de criar e matas avaliadas em mais de 1500 léguas quadradas, inclusive ervais, as quais (...) tem permanecido incultas e despovoadas, exceto as que foram ocupadas anteriormente ao arrendamento e pelos intrusos (que são em número grande) que apenas aguardam sua reversão ao domicílio do Estado para adquiri-las legalmente.

Considerando a intensidade do povoamento do Sul, a procura e a valorização das terras pode-se ter a certeza de que as [terras] devolutas ora arrendadas à Empresa [CML], em breve entrarão como receita de suas vendas principalmente pela sua conseqüente cultura e povoamento.<sup>399</sup>

<sup>397</sup> BN. Pedro Celestino. Questão magna. *O Mato Grosso*. Cuiabá, 30 de jun. de 1912, pp.1-2.

<sup>398</sup> Segundo Pedro Celestino a área de exploração ervateira em Mato Grosso tinha extensão semelhante a existente no Estado do Paraná. Ali a arrecadação de imposto sobre o mate não era prefixada como em Mato Grosso, o que contribuía para que o volume de impostos aumentasse na proporção da produção. Desse modo, o alvo principal das críticas de Pedro Celestino era a intenção da CML de tentar aprovar a prorrogação do contrato de arrendamento dos ervais, incluindo a exploração de outros produtos, e, ainda assim, continuar mantendo taxas prefixadas de impostos como vinha fazendo desde 1894. Cf. BN. Pedro Celestino. Arrendamento dos herveaes. *O Mato Grosso*. Cuiabá, 5 de jul. de 1912, p. 2.

<sup>399</sup> BN. Pedro Celestino. Questão magna. *O Mato Grosso*. Cuiabá, 30 de jun. de 1912, pp.1/2.

Na Assembleia Legislativa, as manifestações promovidas pelo Deputado Brandão Júnior engrossaram o coro dos adversários. Os argumentos mais contundentes apontavam, que: 1) caso a proposta fosse aprovada, o erário público seria duramente lesado pelos impostos que seriam pagos pela CML; 2) a permanência da extensa faixa de terras, na condição de monopólio, seria extremamente prejudicial à colonização da região sul<sup>400</sup>, justamente no momento em que o "desenvolvimento" e o "progresso" chegavam à região a reboque, sobretudo, da construção da Noroeste do Brasil.

Assim, o que seria um golpe certo, ou seja, aprovação rápida e sem questionamentos da prorrogação do contrato de arrendamento destinado à exploração dos ervais pela CML, resultou em um imenso debate. O resultado foi um fracasso tanto para a CML quanto para seus aliados: dez dos vinte e dois deputados estaduais, capitaneados por Brandão Júnior, se colocaram contra os termos da proposta da CML e obstruíram a pauta de votações na Assembleia Legislativa. Para não sofrer uma derrota, o representante da empresa optou por solicitar que a votação do novo contrato fosse "retirada" de plenário.

A "Questão do Mate", todavia, não foi o único caso envolvendo influência do Senador Antônio Azeredo junto ao governo de Joaquim Augusto Costa Marques em benefício de interesses privados. Nos bastidores, diversos foram os casos envolvendo a conveniência dos *fomentadores* da modernização mato-grossense – representantes de grandes empreendimentos estrangeiros que se estabeleciam no Estado – e a interferência de Azeredo para satisfazê-los, como veremos adiante.

Como o processo eleitoral para o sucessor de Costa Marques transcorreu sem maiores divergências partidárias, e o PRC conseguiu eleger o General Caetano Manoel Faria de Albuquerque à presidência do Estado, em 1915, a expectativa era a de que esse cenário de interferência pública em benefício privado não sofresse alterações. No discurso que marcou o lançamento de sua campanha, Caetano Albuquerque prometeu "não deixar de ser um homem de partido"<sup>401</sup>. Todavia, logo nos primeiros dias de seu mandato, a prorrogação do

---

<sup>400</sup> Segundo o artigo publicado em *O Matto Grosso*, o deputado Brando Júnior afirmou que os termos do Contrato proposto pela CML inviabilizariam a economia pecuária praticada no planalto de Amambay. A posição de Brandão Júnior é interessante, uma vez que em Ponta Porã, um dos municípios em que a Mate Laranjeira atuava, concentrava grande contingente de imigrantes. Para a CML essa gente era uma ameaça, na medida em que, progressivamente, ocupavam área que eram exploradas pela empresa – quase sempre de forma ilegal - e passavam a pressionar o governo do Estado para conseguir a legalização das terras que ocupavam. Cf. BN. Brandão Júnior. O planalto de Amambaí - Seu Povoamento - vantagens econômicas do aproveitamento das suas terras devolutas, mediante do regime das pequenas propriedades. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 04 de ago. de 1912, p. 2/3.

<sup>401</sup> Apud ALVES, Lourembergue. *Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder*. São Paulo: Scortecci, 2002, p 25.

arrendamento da CML voltou a ser discutida, configurando-se o primeiro ponto de atrito entre Caetano e a cúpula do PRC.

Àquela altura não era mais possível protelar a prorrogação do contrato, pois o acordo da empresa com o Estado venceria no ano seguinte. Como se tratava de um aliado do PRC e, portanto, de Antônio Azeredo, que advogava os interesses da CML, esperava-se que a questão fosse resolvida em benefício da empresa. Contrariando as expectativas dos representantes da CML, os termos do acordo aprovados pela Assembleia Legislativa e referendados pelo Presidente do Estado representaram um duro golpe aos interesses da CML. De acordo com a Resolução 725, de 1915:

A área arrendada não excederia de 400 léguas quadradas (1.440.000 hectares), nem a exportação desceria de 6.000.000 de kilogramas por ano, pelos quais o Estado receberia pelos menos 350:000\$000, e mais \$800 por arroba que ultrapassasse aquela quantidade mínima. (*sic*)<sup>402</sup>.

Mas, como ressalta Virgílio Corrêa Filho, a "maior inovação" que a resolução aprovada trazia era o fato de que

a cada um dos ocupantes de terras e pastagens e de lavoura situada dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantida, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de Julho de 1916, a preferência para aquisição de uma área nunca superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais.<sup>403</sup>

A forma como foi encaminhada a chamada "Questão do Mate", em 1915, revela, de forma aparente, que Caetano de Albuquerque não estava disposto a seguir *in totum* as orientações emanadas da cúpula do PRC. A questão revela que interesses econômicos passaram a ser dimensionados no âmbito do debate político - configurando uma maior

---

<sup>402</sup>IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. À sombra dos ervais Mattogrossenses. In: \_\_\_\_\_. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 1925, p. 83/84.

<sup>403</sup> Embora os termos do contrato de arrendamento dos ervais aprovados em 1915 tenham significado uma vitória para os pequenos produtores que reivindicavam a legalização da área que ocupavam, "até 1920, as demarcações dos terrenos previstas na Resolução 715 ainda não haviam terminado". Conforme apontou Gilmar Arruda, "demarcação das terras escolhidas pela Matte só se iniciou em 1919". Quando a demarcação terminou, em 1921, verificou-se um excedente de 375.000 kg. que estavam sendo exploradas indevidamente pela empresa. A CML manteve sua influência política e econômica até a década de 1930, época em que o monopólio de exploração dos ervais foi extinto. Sobre o assunto, ver: ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997, pp.53/54 e ss.

integração de Mato Grosso com a economia de mercado. Esse processo de integração foi marcado, por um lado, pela presença do capital estrangeiro na região; por outro, por uma estreita e promíscua vinculação entre política e economia, gerando conflitos que, não raro, influenciaram na definição dos contornos política mato-grossense.

Como nota Lúcia Salsa Corrêa, a partir da leitura que a autora fez de Eric Hobsbawm, "a segunda metade do século XIX correspondeu, de modo efetivo, ao pleno desenvolvimento de um mercado mundial, em bases inéditas e dimensões sem precedentes".<sup>404</sup> Esse desenvolvimento atingiu até mesmo os recantos mais longínquos do mundo. Em outras palavras:

(...) a expansão de mercados e a penetração do comércio, (...) foram acentuadas por um novo avanço tecnológico e grande desenvolvimento da rede de transportes marítimos, fluviais e ferroviários. Foi essa a era dos canais, dos trilhos, das locomotivas e da febril atividade portuária em todo o mundo desenvolvido, *civilizado* pela ciência e pela indústria.<sup>405</sup> (Grifo da autora).

O frenesi dos mercados e das disputas entre as nações imperialistas durou até 1914<sup>406</sup> - ano em que eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Nesse mesmo ano ocorreu o lançamento do *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. A obra, de caráter propagandístico, se reportava, entre outros, à ação do capital estrangeiro que, antes do conflito, chegou às fronteiras do "longínquo" Mato Grosso.

Na virada do século XIX para o XX, diversas empresas estrangeiras se estabeleceram em Mato Grosso, dentre as quais destacamos saladeiros ou charqueadas formados a partir de grandes extensões de terras que "absorveram uma considerável fatia da produção bovina e movimentaram o mercado interno do boi".<sup>407</sup> E é no contexto do estabelecimento desses

<sup>404</sup>CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande (MS): UCDB, 1999, p. 142.

<sup>405</sup>CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande (MS): UCDB, 1999, p. 142.

<sup>406</sup> Conforme observa Eric Hobsbawm, "o traço mais característico da acumulação capitalista era justamente não ter limites". Nesse sentido, para além da competição imperialista que contribuiu para a eclosão da guerra, questão que foge aos limites da discussão aqui proposta, é importante salientar que esse foi um período em que os capitais oriundos das mais diversas nações foram investidos em diversas frentes econômicas. Em Mato Grosso esse capital foi empregado, sobretudo, na construção de ferrovias e grandes latifúndios agropastoris. Sobre a expansão imperialista verificada na virada do século XIX para o XX, ver: HOBBSAWM, E. op. cit. 2009. pp. 486- 463/500.

<sup>407</sup>CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande (MS): UCDB, 1999, p. 183.

empreendimentos que se situa um dos casos mais polêmicos envolvendo a relação entre política e economia em Mato Grosso, relacionado com a deposição de Caetano Albuquerque.

Nessa época, muitas fazendas destinadas à criação e beneficiamento dos subprodutos do gado estabeleceram-se próximas à Ferrovia Noroeste do Brasil. Conforme as palavras de Virgílio Corrêa Filho, as terras destinadas à pecuária se transformaram em "terra da promessa"<sup>408</sup>, e, dadas às facilidades, acreditava-se que a ferrovia ofereceria vantagens para transportar produtos como o charque para o mercado paulista, por exemplo, intensificando, assim, a "afluência de capitais" para Mato Grosso.

A chegada desses empreendimentos resultou em conflitos em torno da posse da terra. Houve casos em que "legalizaram-se posses de origem mais ou menos duvidosa, para aproveitar os preços oferecidos pelos forasteiros". Dentre esses, um dos que mais repercutiu na imprensa envolveu a compra da fazenda Taquarussu, na região de Paranaíba/Três Lagoas. De acordo com Lúcia Salsa Corrêa:

A empresa *Brazil Land* havia comprado terras da Fazenda Taquarussu nos anos de 1911-1912, num total de 500 mil hectares ao preço de *1 mil contos de réis*. No ano de 1913, solicitou a legalização dessas terras e, ao iniciar as medições, enfrentou a hostilidade de fazendeiros vizinhos que alegavam ter títulos de posse de propriedade das mesmas terras.<sup>409</sup>

A área adquirida pela *Brazil Land* era propriedade de uma tradicional e influente família da região, os Garcia. Como a área não era registrada, em razão da morosidade e burocracia para o processo de legalização fundiária junto à Repartição de Terras, mesmo sendo ocupada pelos Garcia, foi vendida à *Brazil Land*. Desse modo, na medida em que a empresa pressionava os antigos proprietários para deixar as terras, usando dos mais diversos expedientes para isso, o caso ganhava visibilidade na imprensa. Em pouco tempo, os embates envolvendo, de um lado, a *Brazil Land* e, de outro, a família Garcia, ultrapassaram os limites da economia e da geografia mato-grossense e repercutiram no Rio de Janeiro.

<sup>408</sup> IHGMT. CORRÊA FILHO, Virgílio. A propósito do boi pantaneiro. In: \_\_\_\_\_ *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 2002, p. 346.

<sup>409</sup> A empresa *Brazil Land* estava ligada a um sindicato estadunidense controlado pelo empresário Percival Farquhar, o qual atuava em diversos empreendimentos no Brasil, entre eles a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré e seus interesses no Brasil eram defendidos pelos Senadores José Gomes Pinheiro Machado e Antônio Azeredo. Cf. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.158. Com relação, especificamente, as terras da *Brazil Land*, Lucia Salsa Corrêa, a partir do texto de Emílio Garcia Barbosa informa que a disputa por essas terras se arrastou por muitos anos. Em 1918 a empresa ainda buscava legalizá-las, e se valia de todas as formas para conseguir seu objetivo, como, por exemplo, apoio policial junto ao governo federal para afastar os supostos invasores de suas terras. O conflito só se resolveu na década de 1920, em favor da *Brazil Land*. Cf: CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande (MS): UCDB, 1999, 191.



O caso envolvia o Senador Azeredo, então Vice-Presidente do Senado que, segundo a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, queria favorecer o Sindicato estadunidense em detrimento do direito de propriedade alegado pela família Garcia, "uma das mais antigas e numerosas da região, a cujos avós deve a fundação de Sant'Ana do Paranaíba, riquíssimo centro de população e comércio"<sup>410</sup> dizia o jornal. Essas manchetes repercutiram tanto em Mato Grosso, local dos fatos, como na Capital Federal, palco de atuação do "eminente" Senador Azeredo.

Segundo o articulista, no caso em questão, o que se observava era que:

Efetivamente, todo esse vasto esforço de rapina é para que a *Brazil Land and Cattle Company (sic)* possa [reunir], **na soma de todos os roubos**, a extensão de pastagens e o número de rezes necessárias á organização e definitivo estabelecimento de sua exploração pecuária (Grifo nosso).<sup>411</sup>

O caso da *Brazil Land* foi mais um dos motivos de atrito entre o Senador Azeredo e o Presidente de Mato Grosso, Caetano de Albuquerque. Embora tenha afirmado em seu discurso de posse a intenção de não deixar de ser "homem de partido", na medida em que as pressões intrapartidárias foram surgindo, muitas das quais envolvendo o interesse direto de Azeredo, como no caso da *Brazil Land* e da CML, Caetano de Albuquerque foi se afastando da orientação partidária. Segundo ele,

A (minha) administração será exclusivamente orientada no sentido do interesse do Estado, por isso mesmo estou disposto a não transgredir com os processos perturbadores e impatrióticos que tanto tem infelicitado o nosso Estado.<sup>412</sup>

O fragmento acima demonstra que havia uma clara mudança de posição de Caetano de Albuquerque em relação ao discurso de lançamento de sua candidatura; dizia ele: "não transigir com processos perturbadores e impatrióticos". Em uma clara mudança de postura em relação ao momento de sua candidatura, "exonerou funcionários públicos partidários do [PRC] e deixou de despedir outros, tidos como adversários políticos dos conservadores". Não contente, interveio também no judiciário e "demitiu suplentes de Juiz de Direito e

<sup>410</sup> BN. X. Aos Senadores da Republica (sic). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 de mai. de 1916, p.1.

<sup>411</sup> BN. X. Aos Senadores da Republica (sic). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 de mai. de 1916, p.1.

<sup>412</sup> *O Matto Grosso*. Cuiabá, 7 de maio de 1916, apud ALVES, Lourembergue. *Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder*. São Paulo: Scortecci, 2002, p. 26

promotores".<sup>413</sup> Em outras palavras, Caetano de Albuquerque modificou a estrutura administrativa montada para fazer valer a política de Antônio Azeredo e aproximou-se de Pedro Celestino Corrêa da Costa, líder oposicionista e "chefe" do PRMG. Tal aproximação se tornou evidente com a nomeação do genro de Pedro Celestino para a Repartição de Terras, pasta destinada a conduzir todo o processo relativo à demarcação e legalização fundiária no Estado. Segundo Virgílio Corrêa Filho:

A divulgação de semelhante notícia em Cuiabá causou efeito análogo ao de inesperada explosão, que detonasse nos arraiais dos situacionistas, fulminados pela ousadia do Presidente de requisitar para uma das mais importantes diretorias administrativas do Estado o genro do chefe oposicionista.<sup>414</sup>

Em meados de 1916, a situação em Mato Grosso chegava ao limite. Em uma mesma edição, o jornal *O Matto Grosso* informava sobre o andamento dos conflitos de terras em Sant`Ana do Paranaíba e Três Lagoas, afirmando que "(...) a situação política do Estado, sob a **iminência de uma dolorosa conflagração** em riquíssima e adiantada zona de território"<sup>415</sup>. O periódico também transcrevia, na seção "Correspondência do Rio", trechos dos periódicos cariocas *A Notícia* e *Imparcial*. Segundo informações reproduzidas por *O Matto Grosso*, o Senador Antônio Azeredo intencionava ir a Mato Grosso com o objetivo de resolver as divergências com Caetano de Albuquerque e "dar melhor rumo à orientação do presidente de Mato Grosso". Segundo a notícia do *Imparcial*, divulgada em Mato Grosso, a viagem de Azeredo era uma estratégia do Senador com objetivo de "impressionar e amedrontar o governo do Estado [de Mato Grosso] com seu prestígio federal e impor-se aqui do centro [Rio de Janeiro] como chefe que tudo pode e manda em Mato Grosso"<sup>416</sup>.

O terceiro ponto que permeia o cenário daquele período diz respeito ao papel de Antônio Azeredo no plano político nacional, mais especificamente às ações desse ator a fim de se firmar como uma liderança junto ao núcleo central das lideranças republicanas, sem perder o controle sobre a política mato-grossense. Azeredo estava em seu primeiro mandato como Vice-Presidente do Senado e buscava a reeleição.

Azeredo vinha de uma longa e profícua aliança com o também Senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado. Ao longo das décadas de 1900 e 1910, Pinheiro Machado se tornou

<sup>413</sup> Ibidem, pp. 28/29.

<sup>414</sup> BUCDB. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1945, p. 123.

<sup>415</sup> APMT. O momento. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 18 de jun. de 1916, p. 1. Grifo nosso.

<sup>416</sup> APMT. Correspondência do Rio. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 18 de jun. de 1916, p. 2.

um importante ator político no cenário nacional, responsável por articular, nos bastidores, campanhas presidenciais vitoriosas, como a do Marechal Hermes da Fonseca.

A trágica morte de Pinheiro Machado, ocorrida em 1915, não abalou o prestígio e influência granjeados por Antônio Azeredo junto às altas esferas da política republicana. Embora a imprensa carioca atacasse diariamente o Senador mato-grossense Azeredo conseguiu garantir sua reeleição à vice-presidência do Senado.

Periódicos como a *Gazeta de Notícias* não só denunciavam o fato de Azeredo praticar advocacia administrativa, que é utilizar a influência política em favor de interesses privados, como o acusavam de "cavar" sua reeleição à vice-presidência do Senado. O jornal chegou a ironizar as tentativas do também Senador Alcindo Guanabara, famoso jornalista, por buscar defender/promover publicamente uma imagem "idealizada" de Antônio Azeredo.

Para X, pseudônimo do articulista que diariamente combatia Azeredo,

Ninguém melhor que o nosso brilhante colega carioca está em situação de conhecer o homem sem escrúpulos e sem dignidade pública, que elegeis vosso vice-presidente.

(...)

Querer agora vosso preclaro colega, e nosso amado Mestre, pescar nesse pau o vosso vice-presidente, erguê-lo nos braços todo coberto de chagas, com os vermes, em plagas fervilhando, a lhes escorrerem dos membros, e depois apresentá-lo como a grande figura que personifica um alto princípio político, se outro não for, é, pelo menos, ter em muito minguada conta a opinião pública de seu país.<sup>417</sup>

Em outras palavras, no momento em que os conflitos de terras envolvendo diretamente a participação de Azeredo estavam desenrolando-se em Mato Grosso – e que divergências entre o Senador mato-grossense e o Presidente do Estado estavam expostas nos jornais – também estava em curso a campanha de Azeredo com vistas a se firmar como Vice-Presidente do Senado, no interior do Congresso Nacional.

O tipo política praticada por atores como Antônio Azeredo e Pinheiro Machado os colocava sob suspeição diante do leitor comum que, diariamente, via seus nomes figurarem nos jornais. Nem Pinheiro Machado nem Azeredo tinham "mãos a medir" quando o assunto era política. Em outras palavras, significa dizer que eles não mediam esforços para influenciar o meio político a fim de conseguir um determinado objetivo e, na Capital Federal, "diariamente, a população era bombardeada com notícias envolvendo o senador [Pinheiro

---

<sup>417</sup> BN. X. Aos Senadores da Republica (sic). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de mai. de 1916, p.1.

Machado]", dando conta de suas práticas, o que contribuía para aumentar a "oposição ao seu nome".<sup>418</sup>

O assassinato de Pinheiro Machado, perpetrado por um popular, Manso Paiva, no interior do Hotel dos Estrangeiros, em pleno coração da República, tinha como motivação central "os vícios da República", conforme alegou o assassino. Em seu depoimento, Manso Paiva afirmou que "tudo o que lia e o que ouvia dos oposicionistas ao governo alimentava cada vez mais o seu ódio contra o senador, chegando mesmo a sonhar com as frases que mais o haviam entusiasmado".<sup>419</sup>

A morte de Pinheiro Machado, entretanto, não diminuiu a influência de Antônio Azeredo e nem suas articulações junto à cúpula republicana. Mas, ao contrário do que ocorria na Capital Federal, em Mato Grosso crescia a resistência contra Azeredo. Logo depois de ter assumido o cargo de Presidente do Estado, o General Caetano de Albuquerque rompeu com o PRC mato-grossense. Imediatamente após a cisão intrapartidária, aproximou-se de Pedro Celestino Corrêa da Costa, chefe do partido oposicionista.

A queda de braços entre Caetano de Albuquerque se deu, praticamente, ao longo de todo o seu curto mandato. Em junho de 1916, sob forte pressão da cúpula do PRC, solicitou afastamento de três meses à Assembleia Legislativa. Todavia, "os deputados queriam transformar esse pedido de licença temporário em definitiva".<sup>420</sup> Nesse contexto, ao mesmo tempo em que buscava-se uma saída negociada para a questão, começou a movimentação de tropas oficiais e particulares no sul de Mato Grosso. Depois de fazer referência aos telegramas e cartas recebidos dos correligionários daquela região, *O Republicano* tornou pública a posição do PRC diante da crise política instalada em Mato Grosso. Segundo a publicação,

Os conservadores de Mato Grosso, (...), deram-se as mãos num pacto solene de honra, formando uma cadeia de aço tão grande como as fronteiras desse

---

<sup>418</sup>BORGES, Vera Lúcia B. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política Oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB, 2004, p. 265.

<sup>419</sup>Ibidem, p. 80. Segundo autores que se debruçaram sobre a trajetória política de Pinheiro Machado, a influência do Senador gaúcho junto aos círculos de poder que davam sustentação ao regime republicano no Brasil cresceu sobremaneira ao longo da década de 1900. Da mesma forma como o peso político de seu Estado natal, o Rio Grande do Sul, na definição das sempre provisórias alianças que determinavam as eleições presidenciais. Contando com uma sólida base política em seu Estado, Pinheiro Machado conseguiu controlar, direta e indiretamente, cargos importantes como a presidência da Comissão Verificadora de Poderes e das Casas que formavam o Congresso Nacional. Notadamente a partir do governo do presidente Hermes da Fonseca, o poder de Pinheiro Machado passou a ser combatido por seus adversários dentro e fora das instâncias de poder. Nesse duelo a imprensa teve papel fundamental, contribuindo para dar visibilidades ao mando e aos desmandos do político gaúcho. Sobre a atuação de Pinheiro Machado, ver: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, pp. 145-175; BORGES, V. L. B. (2004). op. cit.

<sup>420</sup>ALVES, Lourembergue. *Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder*. São Paulo: Scortecci, 2002, p. 39.

Estado, mais forte que um baluarte e assim permanecerão até que chegue a reabilitação completa, integral de seus direitos miseravelmente expoliados (*sic*).<sup>421</sup>

Não obstante a tomada de posição do PRC, indicando que estavam dispostos a enfrentar quaisquer contingências que surgissem naqueles dias tumultuados, a mesma edição de *O Republicano* recriminou a atuação do Presidente do Estado por ter dissolvido um Regimento Misto de tropas do Exército, localizado em Sant'Ana do Parnaíba porque o comandante o teria levado para fora da vila para fazer exercícios bélicos. A alegação de Caetano de Albuquerque para baixar um Decreto dissolvendo o Regimento, transcrita pelo jornal, referia-se ao exercício militar como "grave perturbação da ordem pública e o início de um movimento revolucionário contra o governo constituído."<sup>422</sup>

Ocorreram embates na localidade denominada Piavoré, próximo a Cuiabá. Ali as tropas capitaneadas por Pedro Celestino conseguiram vencer as forças que lutavam em prol das lideranças do PRMG. Ao mesmo tempo em que ocorriam confrontos nos arredores de Cuiabá, deputados do PRC foram feitos prisioneiros em um hotel no centro de Cuiabá e a "população" sitiou a cidade.

Em uma situação semelhante à ocorrida em 1899, os deputados foram ameaçados e obrigados a renunciar. A diferença estava no fato de que, dessa vez, depois de libertos, eles ingressaram com um pedido de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal e seguiram para Corumbá onde montaram uma Assembleia paralela à que continuou funcionando em Cuiabá.<sup>423</sup>

No sul do Estado, as hostilidades entre forças do PRC e do governo foram prolongadas até dezembro de 1916. Enquanto a batalha jurídica prosseguia sem definição, havia uma real possibilidade de enfrentamento aos moldes do que acontecera anteriormente no Estado, ou seja, um levante para que se resolvesse, através das armas, quem seria o Presidente do Estado.

Para chegar a uma solução do impasse, conforme verificamos ao longo deste Capítulo, estava presente no horizonte das lideranças mato-grossenses um feixe de variáveis, entre elas: 1) a pressão que os diversos *fomentadores* da modernização mato-grossense exerciam sobre a

<sup>421</sup> APMT. O caso de Mato Grosso. *O Republicano*. Cuiabá, 27 de jul. de 1916, p. 1.

<sup>422</sup> APMT. O decreto 432. *O Republicano*. Cuiabá, 27 de jul. de 1916, p. 2. Segundo Virgílio Corrêa Filho "operaram o Lucas e Monteiro em Piavoré, Sinfrônio e Josetti na Barra dos Bugres, Bem Rondon e C. Marques em Poconé, Olímpio Ribeiro e H. [Henrique] Pais [irmãos do falecido Totó Paes] no Rio Abaixo e M. Fontes em Santana do Parnaíba, Pio Rufino em Nioaque, Sebastião Lima em Campo Grande, e Gomes [Antônio Gomes Ferreira da Silva, comandante do Regimento Misto, dissolvido por Caetano de Albuquerque] em toda a fronteira meridional" (*sic*). Cf: BUCDB. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1945, p. 126, nota 113.

<sup>423</sup> ALVES, Lourembergue. *Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder*. São Paulo: Scortecchi, 2002, p. 59 et seq.

política local, particularmente através da intervenção de Azeredo, contribuindo para provocar uma cisão intrapartidária; 2) a crescente resistência interna às práticas de Antônio Azeredo, sobretudo no que diz respeito a sua interferência em benefícios de grupos empresariais, como a CML; 3) o fortalecimento do PRMG, que configurou-se como oposição ao PRC e, em consequência, favoreceu o aumento da influência de Pedro Celestino junto aos atores políticos locais; 4) as ambições pessoais de Antônio Azeredo, que queria evitar o desgaste com a política mato-grossense e capitanear todo o seu prestígio para firmar-se como liderança nacional.

Aliado a esses aspectos é preciso salientar que a memória recente acerca dos enfrentamentos armados ocorridos em Mato Grosso ainda produzia efeitos que inspiravam cautela: a possibilidade do uso de armas para a resolução de questões políticas e as eventuais mortes, como em 1906, eram uma lembrança constante. Ao retornar da viagem que fez por diversas regiões do Estado, em 1913, o então Presidente, Joaquim Augusto da Costa Marques, afirmou:

(...) da minha excursão excelentes impressões que reafirmaram no meu espírito a convicção de ser estado, incontestavelmente, um dos mais ricos e futuros da União brasileira, e **cuja grandeza será fácil e brevemente conquistada com a melhoria da viação e dos seus meios de transporte e com a cessação definitiva das correrias e das perturbações da ordem pública que o tem embaraçado na sua marcha ascensional para o incalculável progresso que lhe garantem as suas múltiplas e inesgotáveis riquezas naturais, a vastidão do seu território e a variedade de seu clima.**<sup>424</sup> (Grifo nosso)

O que o trecho ressalta é que, para alcançar o progresso desejado, era necessário, além da "melhoria das vias de transporte" colocar um ponto final nas "correrias das perturbações da ordem pública", ou seja, era importante imprimir um novo ritmo ao fazer político local.

Diante desse quadro complexo se processou uma mudança importante: na resolução do impasse verificado no contexto do *impeachment* de Caetano de Albuquerque, ao invés de se recorrer, uma vez mais, ao uso das armas, como foi feito em outras oportunidades, os diversos aspectos presentes naquele momento influenciaram a adoção de uma resolução conciliatória.

---

<sup>424</sup> Relato do Presidente de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques. In: Para o dado referente à extensão territorial de Mato Grosso, ver: BPGYF. CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F (Orgs). *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Campo Grande: IHGMT, [1914] 2011, Tomo III, p. 222.

Durante aos anos de 1916-1917, Mato Grosso permaneceu sob intervenção federal. Nesse período, as principais lideranças do Estado estabeleceram negociações até que se chegasse a um consenso sobre o destino político do Estado. O acordo assinado pelos representantes dos Partidos Conservador e Republicano Mato-grossense, realizado com a mediação do Presidente da República, Wenceslau Brás, pactuava a divisão do poder nas eleições de 1917. Dentre as condições do acordo, está a indicação do nome do Bispo D. Francisco de Aquino Corrêa para o cargo de Presidente do Estado para o quadriênio 1918-1922.

A novidade de um presidente religioso na vida política mato-grossense consiste exatamente no início da relação que ele estabeleceu entre política e sociedade. Seu posicionamento vai fazer amadurecer as condições para uma passagem da convivência violenta para a que assume as exigências do diálogo.<sup>425</sup>

Com a eleição de D. Aquino, podemos concluir que o episódio da Caetanada foi um momento no qual pode-se observar o redimensionamento de uma das práticas que até então havia caracterizado o fazer político em Mato Grosso - qual seja, o uso da violência como forma de resolução de conflitos irreconciliáveis no interior da cúpula política mato-grossense. Em outras palavras, verifica-se, daquele momento em diante, que o uso das armas para a resolução de dissidências e cisões irreconciliáveis, como ocorreu nos anos de 1892, 1899 e 1906, deixou de ser empregado. Embora tenha havido enfrentamentos armados em algumas localidades enquanto estava em curso a decisão sobre o destino político do Estado, em 1916, a deliberação acerca de quem exerceria o controle do mando local nas eleições seguintes, realizadas em 1918, foi encaminhada a partir de um entendimento entre as lideranças.

A resolução conciliatória imprimiu um novo fazer ao comportamento da elite mato-grossense: em momento de crise irreconciliável e/ou de ruptura intraoligárquica, a negociação passou a prevalecer sobre as armas. Aquele foi, portanto, um momento de ajustamento dos fazeres da política local aos preceitos da ordem.

Não estamos dizendo com isso que a violência foi suprimida dos fazeres e práticas políticas em Mato Grosso. O que estamos afirmando é que, ao nível do núcleo central, aquele que reunia as lideranças que estavam à frente das agremiações partidárias e que conduziam as disputas em âmbito estadual, as soluções conciliatórias passaram a prevalecer sobre os enfrentamentos armados. Do mesmo modo, a solução da crise de 1916 também não significou

---

<sup>425</sup> BARROS, Iolanda M. Pierin de. *D. Aquino: política, violência e conciliação*. Curitiba: Renascer, 1996, p. 120.

a homogeneização das facções existentes na política mato-grossense em um só partido ou algo que o valha.

Diante do quadro verificado em Mato Grosso, uma das conclusões por nós aventada é que o episódio conhecido como Caetanada possibilitou às lideranças imprimirem outra rotina à política local. Em outras palavras, o que procuramos demonstrar é que os cenários socioeconômico e político, presentes no contexto da Caetanada, influenciaram para que chegasse ao fim o ambiente de instabilidades. Esse, por sua vez, marcado por disputas entre facções e ou partidos que, desde a Proclamação da República, impediram, em diversas ocasiões, o fluxo "normal" da condução política em Mato Grosso - quer seja por meio de cisões intrapartidárias, as quais culminaram com a interrupção de mandados, quer seja por meio de levantes armados que redundaram na deposição de Presidentes de Estado, conforme se pode verificar no ANEXO 1 desta Tese.

Os conflitos armados que ocorrem após a Caetanada tem caráter localizado, ou seja, ocorrem no âmbito das disputas pelo controle do poder nas cidades. Nos municípios, os enfrentamentos armados, por longo tempo irão preservar as características presentes nas disputas de nível estadual até 1916. Conforme observa Carlos Trubiliano (2013), com relação a Campo Grande, a elite municipal, objetivando garantir o mando nas mãos de determinado grupo, em diversos momentos, faz uso das armas, prática que, em âmbito geral, nas disputas pelo controle do executivo estadual, não se verifica mais.

Mais do que uma renovação geracional, o fim da ocorrência de enfrentamentos envolvendo a cúpula política mato-grossense, no contexto da Caetanada, representou uma mudança comportamental por parte dos membros dessa elite. Entendemos que essa era uma resposta às várias demandas presentes naquele contexto. Mesmo que tardiamente, tal mudança implicou no desenvolvimento de práticas políticas rotinizadas. Nesse sentido, o fazer político local passou a ser submetido aos pressupostos da ordem explícita no estamento legal e/ou implícita nas práticas que definiam a cultura política republicana brasileira, consagrada pelos arranjos oligárquicos.

A adoção de medidas negociadas para a resolução das disputas pelo controle do mando local caracteriza, também, um sinal de racionalização do comportamento dos atores políticos. Embora essas medidas significassem, invariavelmente, a existência de acordos provisórios, a provisoriedade passou a não mais implicar, como no passado recente, a possibilidade de que rupturas e dissensões provocassem enfrentamentos armados.

Como aponta Norbert Elias, ao observar o processo civilizador do mundo ocidental, em dado momento, no decurso da transformação do guerreiro em cortesão, "a espada fora



substituída pela intriga e por conflitos nos quais as carreiras e o sucesso social eram perseguidos por meio de palavras"<sup>426</sup>. Em Mato Grosso, a substituição das armas pela negociação é, sem sombra de dúvidas, a marca de um processo de racionalização política, momento de uma dada experiência - o uso das armas – que, confrontada com um ambiente social determinado – a modernização dos anos 1910 –, perde seu sentido original e imprime à própria cultura novo ritmo, valores e significados.

---

<sup>426</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Trad. Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2 vol. p. 225.

## *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

O caminho investigativo que percorremos ao longo desta Tese teve como questão central a hipótese de que a instabilidade política em Mato Grosso - verificada desde a Proclamação da República até fins da década de 1910 - foi resultado da inserção tardia dos mato-grossenses aos preceitos e práticas que pautavam o fazer político da República proclamada em 15 de Novembro de 1889, sobretudo no tocante à elite da região.

A rigor, nos anos iniciais da República, a instabilidade atingiu, em graus variados, todas as instâncias de poder, como demonstrou a Historiografia que debruçou sobre o assunto. A contribuição trazida por esses estudos tratou do fazer político daquele período, no sentido de configurar a tentativa de abandonar antigos hábitos de subserviência próprios do Império e inaugurar um tempo no qual diferentes grupos sociais participariam do jogo das decisões políticas nacionais.

Em que pesem tais constatações, observamos que, na prática, o processo de acomodação do poder obedeceu uma lógica própria, diferente para cada região do país, que muitas vezes se distanciou do almejado acordo político republicano para se aproximar de arraigadas práticas de enfrentamentos armados, perseguições e assassinatos. Essa lógica esteve relacionada a uma série de aspectos que congregaram tanto elementos inerentes à conjuntura na qual se deu a mudança de regime quanto ao fazer político cotidiano de cada localidade/Estado.

No caso de Mato Grosso, o que este estudo verificou foi que, no contexto das disputas políticas republicanas, os grupos em destaque no Estado foram aqueles que emergiram após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Essa elite mato-grossense que emergiu no pós-guerra tinha feição plural: era composta por latifundiários ligados à produção de cana-de-açúcar e seus subprodutos, comerciantes, profissionais liberais e militares, que em sua maioria ascenderam política e economicamente no curso das décadas de 1870 e 1880. Até o fim do Império, porém, nenhum dos grupos que compunham essa elite conseguiu se estabelecer de forma hegemônica na arena política local. Na mesma época, a propaganda republicana, de natureza multifacetada e abrangência restrita, não foi suficiente para alterar o cenário político mato-grossense, no sentido de fomentar, entre os atores que compunham a elite emergente, um núcleo significativo que se colocasse em oposição à Monarquia. Em sua grande maioria, os políticos locais permaneceram acomodados no interior da ordem imperial.

Quando a notícia da Proclamação da República chegou a Mato Grosso a adesão ao novo regime foi imediata. A condição periférica de Mato Grosso ao longo do regime imperial, que mantinha circunscrita a atuação dos políticos mato-grossenses aos limites da Assembleia provincial, e as possibilidades de acesso ao poder que a República poderia propiciar são fatos que explicam a adesão dos mato-grossenses ao novo regime.

Embora a República tenha sido recebida sem questionamentos, em poucos meses as facções que compunham a elite local se reuniram em torno dos partidos formados e passaram a disputar entre si os espaços de poder que a República disponibilizava, desencadeando, assim, um cenário de instabilidade.

Em um primeiro momento, a instabilidade verificada em Mato Grosso esteve em consonância não só com as especificidades do político na região, mas, também, com uma realidade mais ampla, na qual as esferas nacional e local influenciavam-se mutuamente. Essa realidade se verificou, notadamente, durante os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, nos quais, com propósito de compor e/ou recompor grupos a fim de que pudessem atuar nas mais diversas instâncias do poder havia disputas de diversos matizes, a interferência nos Estados foi uma constante.

É bom lembrar que a elite não estava suficientemente articulada para decidir suas disputas internas em termos de acordos longevos. A tônica da política então vigente foi a composição de alianças firmadas entre as lideranças que atuavam a partir do Rio de Janeiro e aquelas que tinham influência junto à sociedade mato-grossense. Essas alianças, todavia, tinham duração efêmera e eram compostas e recompostas ao sabor das conveniências do momento. Na medida em que os interesses no interior de uma facção se tornavam conflitantes, os acordos eram rompidos. As cisões, no mais das vezes, terminavam em confrontos armados, como ocorreu nos anos de 1892, 1899 e 1906.

Nessas ocasiões as disputas eram resolvidas através das armas. Esse recurso, aliás, era um elemento constitutivo do fazer político local. A capacidade de arregimentar homens e armas ou de firmar alianças com quem o fizesse foi aspecto central aos grupos e/ou partidos para conquista e/ou manutenção no Estado.

Ao longo do período compreendido por este estudo, muitos periódicos foram criados com a finalidade precípua de dar voz aos interesses de um grupo ou partido político, como foi o caso de *Quinze de Novembro*, *A Reação*, *A Colligação*, *O Estado* e, em boa medida, *O Matto Grosso*. Por meio dos jornais, foi possível acompanhar o cotidiano da política mato-grossense e verificar as estratégias de cada grupo para legitimar posições ou justificar suas

ações que iam sendo construídas. Os jornais também noticiaram as transformações pelas quais passou a sociedade mato-grossense ao longo do tempo.

Acompanhando os indícios dessas mudanças, verificamos que as condições do cenário mato-grossense se alteraram na década de 1910. À época, o desenvolvimento da economia da região, influenciado por investimentos significativos, a emergência de novas lideranças e os aspectos da conjuntura nacional contribuíram para redimensionar o fazer político em Mato Grosso. A partir de então, a instabilidade representada pelas constantes cisões intraoligárquicas, pelas interrupções de mandatos de Presidente de Estado e por enfrentamentos armados como forma de resolução dos conflitos políticos abriram espaço, junto à cúpula mato-grossense, para o fazer político pautado na conciliação e no diálogo.

Isso significa dizer que a conjuntura verificada na década de 1910 propiciou, aos poucos, a inserção de Mato Grosso aos pressupostos do fazer político republicano, no sentido da adesão ao debate, sobretudo porque isso passou a ser a tônica dos representantes do Estado junto ao poder central. Afinal, como já observamos, a partir da obra de Edward P. Thompson, “os valores não são pensados, nem chamados; são vividos, e surgem, dentro do mesmo vínculo, com a vida material e as relações em que surgem nossas ideias”<sup>427</sup>. Nossas e as dos personagens que ditaram a dinâmica e os acontecimentos analisados nesta pesquisa.

---

<sup>427</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 194.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes**

#### **Bibliográficas**

##### **Biblioteca Nacional**

RIBEIRO, Francisco Agostinho. *Traços Biográficos do General de Divisão Antônio Maria Coelho*. Cuiabá: Tipografia do Estado, 1890. Apontamentos.

##### **Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco**

BARRETO, Emídio Dantas. *Expedição a Mato Grosso. a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945. Col. Galeria Matogrossense.

##### **Biblioteca Particular Gilmara Yoshihara Franco**

CARDOSO AYALA, S.; SIMON, F (Orgs). *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Hamburgo, Alemanha, [1914] 2011.

##### **Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**

CORRÊA FILHO, Virgílio. À sombra dos ervais Mattogrossenses. In: \_\_\_\_\_. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 1925.

\_\_\_\_\_. A República em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, pp. 2-81.

\_\_\_\_\_. A República em Mato Grosso II. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XVII, Tomo XXXIII - XXXIV. Cuiabá, 1935 pp. 1-93.

\_\_\_\_\_. *Augusto Leverger: Bretão Cuiabanizado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

\_\_\_\_\_. *Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

\_\_\_\_\_. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1969.

\_\_\_\_\_. A Peste das Cadeiras. In: \_\_\_\_\_. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 2002

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952.

### **Digitais**

- Anais do Senado Federal
- Diário Oficial da União
- Internet Archives - Mensagens dos Presidentes do Estado de Mato Grosso
- Mapa Geral dos Estados Unidos do Brasil
- Wikipédia

### **Impressas**

#### **Arquivo Público do Estado de Mato Grosso**

*Jornais:*

- A Colligação
- A Reação
- A República
- Gazeta Oficial de Matto Grosso
- O Estado
- O Quinze de Novembro
- O Matto Grosso

#### **Biblioteca Nacional**

- A Província de Matto Grosso
- O Paíz
- Gazeta de Notícias
- O Matto Grosso
- Revista Illustrada

#### **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

- Fundo Coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro

### Instituto Memória Legislativa de Mato Grosso

- Constituição do Estado de Mato Grosso - 1891
- Nominata de deputados e mesa diretora da Assembleia Provincial de Mato Grosso - 1877-1888.

### Oliveira Lima Library

Jornais

- *Correio do Povo*
- *Correio da Manhã*

### Bibliografia

ALMEIDA, Moisés Diniz de. Canudos e a derrota dos Jacobinos. *Perspectivas Latinoamericanas*. Vol. 1, nº 3, 2006, pp. 145-160. Disponível em: <http://www.ic.nanzan-u.ac.jp/LATIN/kanko/documents/09DinizAlmeida.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2012.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Gilberto L. *A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso 1870-1929*. Campo Grande (MS): Ed. Uniderp, 2005.

ALVES, Lourembergue. *Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder*. São Paulo: Scortecci, 2002.

ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs). *Memória e (Res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

ARAÚJO, Heloísa Archero de; BRESCIANI, Maria Stella. In: *O ideal republicano*. Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo, Itú 26 a 28 de julho de 1873. Org: WITTER: José Sebastião. São Paulo: Anpuh/SP, 1974.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997.

AZERVEDO, Artur. O Velho Lima. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *O conto da vida burocrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, pp.37-42. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/015/15conto\\_azevedo.htm](http://www.espacoacademico.com.br/015/15conto_azevedo.htm). Acesso em: 07 de abr. de 2014.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

\_\_\_\_\_. *História Cultural da Imprensa*. Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRETO, João Francisco Novaes P. *As revoluções em Mato Grosso e suas causas*. Cuiabá: IHGMT, 2005.

BARROS, Iolanda M. Pierin de. *D. Aquino: política, violência e conciliação*. Curitiba: Renascer, 1996.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, UEPG, v.10, nº1, 2005, pp. 95-128.

BARROS, João Moreira de. *Períodos conturbados da política matogrossense (o coronel Generoso Ponce)*. Cuiabá: s/n, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre (*et ali*). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. Os partidos. In: RÉMOND, René. (Org) *Por uma história política*. 2º Ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870-1930*. São Paulo: Scortecci, 2001.

BORGES, Vera Lúcia B. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política Oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB, 2004.

\_\_\_\_\_. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: *Anais do V Simpósio Nacional da Anpuh*. Vol. II. São Paulo: s/ed.,1971, pp. 223-239.

CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. *Caderno CPC*. Belo Horizonte. Vol. 5, 1979, pp. 1-20.



CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

\_\_\_\_\_.; PRADO, Maria Lígia C. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARONE, Edgard. *A república velha (Evolução Política)*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1983. (Coleção Corpo e Alma)

CARVALHO, José Murilo de. *Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Editora Schuwarcz, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891). In: CARVALHO, José Murilo [et al]. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CARVALHO, Vicente Saraiva de. *Atentado de cinco de Novembro*. Relatório do Dr. Vicente Neiva 1º Delegado Auxiliar e diversas peças do inquérito. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

CASTILHO, Fábio F. de A. *Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República*. 2012. 183 fls. (Tese de doutoramento). FCHS, Unesp/Franca. 2012.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande (MS): UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

\_\_\_\_\_. Os herdeiros de Leverger. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. IHGMT. Tomo CXLI-CXLII, Ano LXVI, 1994, pp. 271-287.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. Ed. São Paulo: Fundação da Editora Unesp, 1999.

D'AMARAL Mário Tavares. *Rui Barbosa*. Cajamar - SP: Editora Três Ltda, 2003. Coleção - A vida dos grandes brasileiros.

DEBES, Célio. A propaganda republicana em São Paulo. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org). *História Política da República*. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

DOIN, José Evaldo de M. Olhar, desejo e paixão: lazeres e prazeres nas terras do café (1864-1930). In: \_\_\_\_\_; PEREIRA, Robson Mendonça (Orgs). *A Belle Époque caipira: a saga da modernidade nas terras do café (1864-1930)*. Franca: Unesp-FHDSS/CEMUNC, 2005.

DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Trad. Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ESSELIN, Marcos Paulo. *A pecurária bovina no processo de acupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830- 1910)*. Dourados (MS). Ed. UFGD, 2011.

FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

\_\_\_\_\_. *Dicionário da Elite Republicana (1889-1930)*. Verbete: Antônio Azeredo. s/p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEREDO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>. Acesso em: 15 de dez. de 2013.

FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da re(s)pública*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993. Col. História, Política & Sociedade.

FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed.(ampliada e revisada). Porto Alegre: Editora da UFRS, 1996.

FERNANDES, Francisco; LUFT, CELSO Pedro F.; GUIMARÃES, Marques. *Dicionário brasileiro Globo*. 21 ed. São Paulo: Globo, 1991.

FERREIRA, Bruno Torquato S. *Apontamentos para uma leitura da presença militar no antigo Estado de Mato Grosso (1889-1916)*. 2009. 171 fls. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFGD: Dourados. 2009.

\_\_\_\_\_. *Elementos para a construção de um objeto: os militares e a política em Mato Grosso (1889-1932)*. In: ANAIS do Simpósio Internacional de História, X Encontro de História de Mato Grosso do Sul e XIII Semana de História da UFMS/CPTL. Três Lagoas (MS), 2010. Disponível em: [http://www.cptl.ufms.br/hist/ndhist/Anais/Anais%202010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Bruno%20Torquato%20Silva%20Ferreira%20\\_2.pdf](http://www.cptl.ufms.br/hist/ndhist/Anais/Anais%202010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Bruno%20Torquato%20Silva%20Ferreira%20_2.pdf). Acesso em 06 de set. de 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes; KORNIS, Mônica Almeida (Orgs.). *A República na Velha Província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Col. Brasil Republicano).

FOSTER, Maria Thereza Diniz. *Oliveira Lima e as relações exteriores no Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância para a diplomacia brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/544.pdf>. Acesso em 02 de abr. de 2013.

FRANCO, Gilmar Y. *A construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho- 1920-1940*. Dourados: Editora UFGD, 2009.

FRANCO, Afonso Arinos de M. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

FRANCO, Maria Silvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FRANK, Zephyr Lake. *The brazilian far west: frontier development in Mato Grosso, 1870-1937*. 1999. 465 fls. Tese. (Doutorado de filosofia em História). Graduate College of University of Illinois. Urbana, Illinois. 1999.

FREIRE, Felisbello. *História da Revolta de 06 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmãos, 1896.

FREIRE, Américo; CATRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLPHI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

FURET, François. *Pensando a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALETTI, Lyliá da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 fls. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e negócios na "Era dos Impérios": os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: Fund. Alexandre Gusmão, 2009.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. In: Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v 02, nº 04, 1989, pp. 244-280.

\_\_\_\_\_.;PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1996;

\_\_\_\_\_. *A Era do Capital, 1848-1875*. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacy (orgs). *O Brasil Monárquico declínio e queda do Império*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. Vol. 4, Tomo II, Col. História Geral da Civilização Brasileira.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *O coronelismo uma política de compromissos*. 6ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1987. (Col. Tudo é História)

\_\_\_\_\_. *Sociedade e Política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1999. (Discutindo a História do Brasil).

\_\_\_\_\_. O diálogo convergente: política e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar Freitas (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LOVE, Joseph. *A locomotiva*. São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-144.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos*. A guerra dos jornais na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

\_\_\_\_\_. *Ideias econômicas de Joaquim Murinho*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Nícia Luz Vilela. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília: Senado Federal, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

MACIEL, Laura Antunes. *A Capital de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica PUC - São Paulo, 1992.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Deodoro, a espada contra o Império: o galo na Torre (do desterro em Mato Grosso à fundação República)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Vol.2.

MALATIAN, Teresa. Oliveira Lima nos Estados Unidos. *História Revista*. Goiânia-GO, v. 13, n. 2, jul./dez, 2008, p.497-507. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/6649>. Acesso em: 10 de abr. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2001.

\_\_\_\_\_. O retorno do César Caricato. In: BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; LEWKOWICZ, Ida. *Jogos da política*. São Paulo: Anpuh, Marco Zero, Fapesp, s/d.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARSON, Isabel Andrade. "A dimensão política da história": comentários e contrapontos. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (Orgs). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004. (Estudos Históricos)

MAYER, Arno. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848 -1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MELLO. Almirante Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. Tomo I.

MELLO. Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do Final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora UFRRJ (Edu), 2007.

MENDONÇA, Rubens. *História do Jornalismo em Mato Grosso*. Mato Grosso: Imprensa Oficial, 1963.

\_\_\_\_\_. *História do Poder Legislativo em Mato Grosso*. Cuiabá: Assembleia Legislativa, 1968.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A morte de Totó Paes: política no interior do Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.

MESQUITA, Eni Sâmara; TUPY, Ismênia S. S. T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MESQUITA, José Barnabé de. *Elogio histórico do Dr. Antônio Corrêa da Costa* proferido em 15 de dezembro de 1920. Cuiabá: Tipografia Oficial, MCMXXI. Disponível em: [http://www.jmesquita.brtdata.com.br/1920\\_Antonio%20Correa%20da%20Costa.pdf](http://www.jmesquita.brtdata.com.br/1920_Antonio%20Correa%20da%20Costa.pdf). Acesso em 02 de dez. de 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

NATALE NETTO, João. *Floriano, o marechal implacável: a história de Floriano Peixoto, soldado por vocação, herói da Guerra do Paraguai e presidente da República aos 52 anos*. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2008.

NEVES, Maria Manoela R. de N. *Elites políticas: Competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

ORLANDI, Eni de Lourdes P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2008.

PALERMO, Miguel A. *Nioac evolução política e Revolução de Matto-Grosso*. Villa Concepcion (PY): El Eco de la Campanã, 1892.

PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Col. Tudo é História).

PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009. 152 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2009.

PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso*. Cuiabá; São Paulo: Resenha Ltda, 1995, Vol. II.

\_\_\_\_\_. *O ciclo do açúcar e a política em Mato Grosso*. 2ª ed. Cuiabá: IHGMT, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorma. A economia política das reformas econômicas na Primeira Década Republicana. *Análise Econômica*. Vol. 21, nº 39, 2003. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/ecb1-2.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. de 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB, 1969.

\_\_\_\_\_. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org). *O Brasil republicano: estrutura de poder e econômica (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande/MS:UFMS, 1997.

\_\_\_\_\_. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. divisionismo e identidades (um breve ensaio). *Diálogos*. Vol. 10, nº 2, 2006, pp. 149-184.

\_\_\_\_\_. Articulações econômicas e Vias de Comunicação do antigo sul de Mato Grosso (século XIX e XX) In: LAMOSO, Lisandra (Org) *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados (MS): Ed. UFGD, 2008.

\_\_\_\_\_. Joaquim Murтинho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco Rio de Mato Grosso (1891 - 1892). *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro. Vol. 23, nº 45, jan/jun 2010, pp. 125-146. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100006&script=sci_arttext). Acesso 22/11/2012.

QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1987. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9 ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RÉMOND, René. (Org) *Por uma história política*. 2º Ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, João Coelho Gomes. *A Gênese Histórica da Constituição Federal - Subsídio para sua interpretação e reforma (Os Ante-projectos, Contribuições e Programas)*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Liga Marítima, 1917.

ROCHA, Jucá Pedra. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá: Aroé, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). *História*, São Paulo, 15: 27-39, 1996.

\_\_\_\_\_. *Por uma história do político*. Trad. Christian E. C. Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SALLES, Manoel Ferraz de C. *Da propaganda à Presidência*. Lisboa: Tipografia A Editora, 1908.

SANTOS, Luís Cláudio Villafane G. *O Império as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1899)*. Curitiba: UFPR, 2002.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia*. J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana na Primeira República. 2009.143 fls. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2009. Disponível em <[http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/silvia\\_noronha\\_sarmento\\_dissertacao.pdf](http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/silvia_noronha_sarmento_dissertacao.pdf)>. Acesso em: 20 de jan. 2012.

SCHERER, Marta Eymael G; ALMEIDA, Luiz Alberto S. de. Silvio Romero, um crítico do século XX. *Terra roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários*. Vol. 16, set. 2009, pp.15-25. Disponível em: [http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g\\_pdf/vol16/TRvol16b.pdf](http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol16/TRvol16b.pdf)>. Acesso em: 07 de jul. de 2012.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)sentimento* Indagações sobre uma questão sensível. Campinas - SP: Unicamp, 2004.

SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costume – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. 2006. 360 fls. Tese (Doutorado em História). Instituto de Humanidades, Universidade de Brasília-UnB, Brasília. 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Revolta da vacina: mentes insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Usina Itaicy: fator de desestabilização. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: Editora do IHGMT, 2011, n° 68/69, pp. 129-135. Disponível em: <http://www.ihgmt.org.br/revistas/REVISTA%2068-69.pdf>. Acesso em: 29 de mai. de 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. Verbete “Modernidade”. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 297-300.

SILVEIRA, Rosa Maria G. *Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978. Vol 4. (Col. Bernardo Pereira de Vasconcellos).

SIQUEIRA, Elizateh Madureira. *A produção açucareira em Mato Grosso*. Diário Oficial de Mato Grosso. Suplemento Mensal. Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso: 1988.



SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e Oligarquias na Primeira República*. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/spinelli\\_05.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/spinelli_05.pdf). Acesso em: 31 de mai. de 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Antônio Fernando. *Antônio Paes e Barros e a política de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Econômicas da UFMG. Vol. 14, nº 1, jan-abril, 2004, pp. 11-34. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/novaeconomia/issue/view/65>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

THOMPSON. Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre B. *A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)*. Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Unesp. Franca: FAPESP, 2013.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VOLPATO, Luiza R. R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1991.

WIRTH, John. *O fiel da balança. Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru: Edusc, 1999.

ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. Da propaganda à República (A organização do Partido Republicano Paulista - 1887-1889) In: LAPA, José Roberto do Amaral (org). *História Política da República*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 179 fls. Tese (Doutoramento em História) FFLCH, USP. São Paulo, 1998.

**ANEXOS**

**ANEXO 1 - QUADRO DE PRESIDENTES DE MATO GROSSO  
1889 a 1918**

<b>NOME DO PRESIDENTE</b>	<b>PERÍODO DE GOVERNO</b>	<b>CONTEXTO DO GOVERNO/SUCCESSÃO</b>
Gal. Antônio Maria Coelho	De 09.12.1889 a 31.12.1890	Sua saída ocorreu por contas das disputas com Generoso Ponce e os irmãos Murtinho.
Cel. Frederico Sólón	De 15.02.1891 a 15.06.1891	Sólón foi indicado pelo Governo Provisório da República, mas permaneceu poucos meses no cargo.
Cel. João N. M. Mallet	De 16.06.1891 a 14.08.1891	Mallet também foi indicado pelo Governo Provisório e permaneceu no cargo até que se referendasse a Constituição do Estado e que fossem realizadas eleições para Presidente de Estado.
Manoel José Murtinho	De 15.08.1891 a 01.02.1892	Nesse período, disputas intraoligárquicas suscitaram o primeiro confronto armado do período republicano em Mato Grosso, culminando com a deposição de Manoel Murtinho.
Cel. Luís Benedito Pereira Leite	De 03.02.1892 a 06.05.1892	Partidário do grupo que tomou o poder, PNR, o Cel. Benedito P. Leite permanece à frente do poder enquanto perduram os confrontos armados. Derrotados os seus correligionários ele deixa o poder.
Generoso Ponce	De 07.05.1892 a 20.07.1892	Ponce, 1º Vice-Presidente do Estado e líder da vitória do PR sobre o PNR, permanece à frente até que Manoel Murtinho reassumisse o cargo.
Manoel José Murtinho	De 21.07.1892 a 14.08.1895	Permanece à frente do governo até a conclusão do mandato.
Antônio Corrêa da Costa	De 15.08.1895 a 25.08.1897	Pede afastamento e passa o cargo do 1º Vice-Presidente do Estado, Cel. Antônio Cesário de Figueiredo.
Cel. Antônio Cesário de Figueiredo	De 26.08.1897 a 18.11.1897	Afasta-se do governo em razão do retorno de Antônio Corrêa da Costa.
Antônio Corrêa da Costa	De 19.11.1897 a 25.01.1898	Renuncia ao governo do Estado em razão do chamado caso do <i>Siga o Bonde</i> .
Cel. Antônio Cesário de Figueiredo	De 26.01.1898 a 04.07.1899	Esse Presidente deveria permanecer no exercício do cargo até 08/1899, todavia, as disputas políticas travadas entre o grupo liderado por Generoso Ponce, de um lado, e os irmãos Murtinho, de outro, forçaram Figueiredo a deixar a presidência do Estado.
Ten. Cel. Manoel Escolástico Virgínio	De 05.07.1899 a 14.08.1899	Em razão da vacância do cargo de Presidente de Estado, o governo de Mato Grosso foi assumido pelo vereador mais votado da Câmara Municipal de Cuiabá.
Cap. Antônio Pedro Alves de Barros	De 15.08.1899 a 04.04.1900	Partidário de Murtinho, a vitória de Antônio Pedro representa uma derrota a Generoso Ponce. Seu governo, entretanto, é marcado por conflitos entre as forças da situação e facção de Ponce, alijada do poder.
Cel. João Paes de Barros	De 05.04.1900 a 23.08.1900	Assume o governo durante o afastamento de Antônio Pedro A. de Barros para tratamento de saúde.
Cel. Antônio Pedro Alves de Barros	De 24.08.1900 a 14.08.1903	Esse Presidente permanece até o fim de seu mandato, mas o período é marcado por uma série de conflitos políticos

		entre as tropas da situação e os homens de Generoso Ponce.
Antônio Paes de Barros	De 15.08.1903 a 06.07.1906	Antônio Paes de Barros foi eleito com o apoio de dos irmãos Murtinho e da cúpula do PRC, mas, ao tentar se desvincular desse grupo, levou seus antigos aliados a se reaproximarem de Generoso Ponce. Realinhadas as tradicionais forças políticas do Estado em torno da Coligação, elas se voltaram contra Antônio Paes de Barros. O confronto culminou com seu assassinato, em 1906.
Cel. Pedro Leite Osório	De 06.07.1906 a 14.08.1907	Permanece à frente do governo do Estado até as eleições para o quadriênio seguinte.
Generoso Ponce	De 15.08.1907 a 11.10.1908	Generoso Ponce se afastou do poder para assumir o cargo de Deputado Federal e, ao mesmo tempo, se submeter a tratamento de saúde.
Pedro Celestino C. da Costa	De 12.10.1908 a 14.08.1911	1º Vice-Presidente do Estado, Pedro Celestino permanece no cargo até a conclusão do mandato.
Joaquim A. da C. Marques	De 15.08.1911 a 14.08.1915	Primeiro Presidente do Estado a cumprir integralmente seu mandato, desde a Proclamação da República.
Caetano M. F. de Albuquerque	De 15.08.1915 a 08.02.1917	Divergência entre Caetano de Albuquerque e a cúpula do PRC culminaram com o seu afastamento da Presidência de Mato Grosso.
Camilo Soares de Moura	De 09.02.1917 a 21.01.1918	Interventor Federal
D. Francisco de Aquino Corrêa	De 22.01.1918 a 21.01.1922	Eleito graças a conciliação entre as facções oligárquicas que comandavam a política mato-grossense.

Fonte: FRANCO, Gilmar Y. *O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana 1920-1940*. Dourados - MS: UFGD, 2009, pp.32-33.